



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CAMPUS TRINDADE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Barbara Vallilo Siqueira

Reprodução social sob a ótica do espaço: capital espacial e a percepção de oportunidades
trabalho e escolaridade

Florianópolis

2023

Barbara Vallilo Siqueira

Reprodução social sob a ótica do espaço: capital espacial e a percepção de oportunidades de trabalho e escolaridade

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de
Santa Catarina para a obtenção do título de doutora em
Arquitetura e Urbanismo
Orientador: Prof. Dr. Renato Tibiriçá de Saboya

Florianópolis

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Siqueira, Barbara Vallilo

Reprodução social sob a ótica do espaço :capital espacial e a percepção de oportunidades trabalho e escolaridade / Barbara Vallilo Siqueira ; orientador, Renato Tibiriçá de Saboya, 2023. 253 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Arquitetura e Urbanismo. 2. Segregação Socioespacial. 3. Teoria das Práticas Sociais, . 4. Sintaxe Espacial. 5. Capital Espacial. I. Saboya, Renato Tibiriçá de. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

Barbara Vallilo Siqueira

Reprodução social sob a ótica do espaço: capital espacial e a percepção de oportunidades de trabalho e escolaridade

O presente trabalho em nível de Doutorado foi avaliado e aprovado, em 22 de agosto de 2023, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. ^a Eda Maria Góes, Dr. ^a

Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Prof. ^a Ione Ribeiro Valle, Dr. ^a

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. ^a Maria Inês Sugai, Dr. ^a

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Doutora em Arquitetura e Urbanismo

Profa. Máira Longhinotti Felippe

Coordenadora do Programa

Prof. Dr. Renato Tibiriçá de Saboya
Orientador

Florianópolis, 2023.

À minha família, aos meus amigos, e meus amores Pedro, João e Vicente (*in
memoriam*).

AGRADECIMENTOS

À todos que acreditaram em mim e não me deixaram cair.

À todos que me amaram e me deram as mãos nessa longa jornada.

Dos nossos medos nascem as nossas coragens, e em nossas dúvidas, vivem as nossas certezas. Os sonhos anunciam outra realidade possível, e os delírios outra razão. Nos descaminhos esperam-nos surpresas, porque é preciso perder-se para voltar a encontrar-se.

Eduardo Galeano

Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço), independentes de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário têm valor segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais, ou menos, cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. Enquanto um lugar vem a ser condição de sua pobreza, um outro lugar poderia, no mesmo momento histórico, facilitar o acesso àqueles bens e serviços que lhe são teoricamente devidos, mas que, de fato, lhes falta. (SANTOS, 2007, p. 107)

RESUMO

Este trabalho verificou se o tipo de segregação ou integração socioeconômica, o nível de acessibilidade viária, e o nível de proximidade com ofertas de empregos e instituições de ensino, tem relação com o espaço social que os agentes estão inseridos. Complementarmente, verificou se existe distinção na percepção do local de moradia enquanto barreira ou não às oportunidades de trabalho e escolaridade entre agentes que estão inseridos em espaços sociais distintos. Para tal finalidade, a presente Tese constrói seu arcabouço teórico e instrumental considerando as contribuições da Teoria da Sintaxe Espacial e da Teoria das Práticas Sociais. Enquanto a Teoria da Sintaxe Espacial contribui com uma leitura do espaço físico de forma mais refinada para entender as texturas do espaço no cotidiano que perpetuam a lógica de dominação social, a Teoria das Práticas Sociais, com ênfase nos estudos do sociólogo Pierre Bourdieu, fornece importantes reflexões para tratar o espaço como força poderosa nos processos de reprodução social, ainda que de forma invisível e inconsciente, ao interferir na percepção das oportunidades de trabalho e escolaridade. Como objeto empírico para as análises adotou-se a Área Conurbada de Florianópolis. Os resultados mostram que a percepção do espaço enquanto barreira ou não às oportunidades parece ser uma fonte explicativa do quanto a construção do espaço social ocorre também pela dimensão subjetiva, pois, depende das experiências que cada indivíduo tem com as diferentes dimensões físicas e sociais do espaço em que mora.

Palavras-chave: Segregação Socioespacial; Sintaxe Espacial; Teoria das Práticas Sociais, Capital Espacial; Capital Espacial Econômico; Capital Espacial Cultural.

ABSTRACT

This work verified whether the type of socioeconomic segregation or integration, the level of road accessibility, and the level of proximity to job offers and educational institutions are related to the social space in which the agents are inserted. Additionally, it verified whether there is a distinction in the perception of the place of residence as a barrier or not to work and schooling opportunities between agents who are inserted in different social spaces. To this end, this Thesis builds its theoretical and instrumental framework considering the contributions of the Theory of Space Syntax and the Theory of Social Practices. While the Theory of Space Syntax contributes with a more refined reading of physical space to understand the textures of space in everyday life that perpetuate the logic of social domination, the Theory of Social Practices, with an emphasis on the studies of sociologist Pierre Bourdieu, provides important reflections to treat space as a powerful force in the processes of social reproduction, albeit in an invisible and unconscious way, by interfering in the perception of work and schooling opportunities. As an empirical object for the analysis, the Conurbated Area of Florianópolis was adopted. The results show that the perception of space as a barrier or not to opportunities seems to be an explanatory source of how the construction of social space also occurs through the subjective dimension, as it depends on the experiences that each individual has with the different physical and social dimensions of space. where you live.

Keywords: Socio-spatial Segregation; Space Syntax; Theory of Social Practices, Spatial Capital; Economic Spatial Capital; Cultural Space Capital.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Imagem de satélite que ilustra que a urbanização explodiram as barreiras das cidades, metrópoles, região e território e assumiram uma escala planetária.	26
Figura 2: Modelo espacial de segregação residencial elaborado por Khol em 1842.....	41
Figura 3: Modelo de Zonas Concêntricas de Burgess (1920) e Modelo dos Setores de Hoyt (1939).....	43
Figura 4: Modelo dos Núcleos Múltiplos de Harris e Ullman de 1945.....	44
Figura 5: Modelo de desenvolvimento urbano da América Latina, 1550/2000	51
Figura 6: Divisão Sócio-Territorial e Localização das Favelas na cidade do Rio de Janeiro	70
Figura 7: Tipologia Socioespacial (esquerda) e Estabelecimentos por Grande Setor de Atividade (direita) na cidade de Salvador	71
Figura 8: Estrutura socioespacial do Rio de Janeiro (2000) e localização das 15 escolas públicas e privadas participantes	72
Figura 9: Vulnerabilidade social do entorno da escola e IDEB/07	75
Figura 10: Resultados do Índice de Moran Local para média de anos de estudo por chefe de família, de acordo com os setores censitários, na cidade de Córdoba, 2001	76
Figura 11: SIMCE Matemáticas segundo Segregação e Dependência administrativa da escola, 4ª série 2002 (Indicador, 100% corresponde à média geral).	78
Figura 12: Distribuição do Índice de Desenvolvimento Social na cidade do Rio de Janeiro....	79
Figura 13: Índice de Moran Local e a distribuição espacial das escolas públicas de ensino fundamental, segundo desempenho escolar, em Campinas em 2010	80
Figura 14: Localização da Regional Barreiro e Áreas de Ponderação do Barreiro	81
Figura 15: Distribuição do Índice de Oportunidades Educacionais na cidade do Rio de Janeiro	82
Figura 16: Acessibilidade das escolas na cidade do Rio de Janeiro	83
Figura 17: Esquemas com diversidade de praças sistematizadas por Robert Krier.....	87
Figura 18: Mapa de Integração Global da cidade de Belém	91
Figura 19: Cálculo a partir do ângulo entre dois eixos em um mapa axial (à esquerda) e em um mapa de segmentos (à direita).....	93

Figura 20: Mapa axial com 14 eixos e mapa de segmentos gerado a partir do mapa axial com 72 eixos	94
Figura 21: Espaço social de Pierre Bourdieu	101
Figura 22: Capital espacial considerando acessibilidade, densidade e diversidade	108
Figura 23: Síntese do questionário.....	108
Figura 24: Mapa de crescimento das capitais 1872/2000	126
Figura 25: Taxa anual de crescimento populacional	128
Figura 26: População (Participação no total)	128
Figura 27: Relevo e Unidades de Conservação Ambiental.....	129
Figura 28: Localização e data de criação do núcleos primários e secundários de colonização açoriana	130
Figura 29: Ponte Hercílio Luz, a primeira ligação viária Ilha-Continente	132
Figura 30: Expansão dos assentamentos precários na Área Conurbada de Florianópolis e imagem do Maciço Central do Morro da Cruz em Florianópolis	133
Figura 31: Início do assentamento informal no Maciço Central em 1920	134
Figura 32: Área Conurbada de Florianópolis e seus principais marcos geográficos e urbanos	136
Figura 33: Evolução da ocupação urbana na Área Conurbada de Florianópolis no período de 1938 à 2010	138
Figura 34: Localização dos loteamentos implantados no período de 2003 a 2017 no mapa à esquerda, e localização dos empreendimentos do PMCMV implantados no período de 2009 a 2016.	141
Figura 35: Deslocamento entre municípios e concentração de empregos	143
Figura 36: População economicamente ativa e empregos nos municípios em 2010.....	144
Figura 37: Sobreposição entre Índice Socioeconômico e medida de Escolha Global.....	148
Figura 38: Quantitativo dos participantes por cidade da ACF	151
Figura 39: Localização dos participantes de acordo com o nível de Capital Econômico	161
Figura 40: Localização dos participantes de acordo com o Nível de Capital Cultural.....	162

Figura 41: Localização dos participantes de acordo com o tipo de segregação ou integração socioeconômica.....	163
Figura 42: Localização dos participantes de acordo com o nível de Integração Global	164
Figura 43: localização dos participantes de acordo com o nível de Escolha Global	165
Figura 44: Localização dos participantes de acordo com o Nível de Capital Espacial Econômico	166
Figura 45: Localização dos participantes de acordo com o Nível de Capital Espacial Cultural	167
Figura 46: Percepção do espaço nas expectativas de trabalho e escolaridade de acordo com o volume de capitais	204

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Agentes produtores do espaço urbano e suas ações e estratégias.....	35
Quadro 2: Síntese dos marcos teóricos e empíricos sobre os efeitos do espaço urbano sobre o social	62
Quadro 3: Estudos empíricos analisados que têm como base a teoria de Efeito Vizinhança, Efeito de Bairro, Geografia de Oportunidades e o enfoque Ativos, Vulnerabilidade e Estrutura de Oportunidades.....	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Perfil dos participantes do questionário	153
Tabela 2: Perfil dos participantes em relação ao Trabalho.....	154
Tabela 3: Perfil dos participantes em relação à Escolaridade.....	156
Tabela 4: Perfil dos participantes em relação ao Cotidiano Urbano	157
Tabela 5: Perfil dos participantes em relação à Percepção do cotidiano	158
Tabela 6: Categorização da Variável Renda Mensal (Critério econômico por faixa de salário mínimo do IBGE).....	160
Tabela 7: Categorização do Nível de Capital Cultural	162
Tabela 8: Categorização do Índice Socioeconômico	163
Tabela 9: Categorização das características configuracionais – medida de integração	164
Tabela 10: Categorização do Nível de Capital Espacial Econômico	166
Tabela 11: Categorização do Nível de Capital Espacial Cultural	167
Tabela 12: Relação entre Índice Socioeconômico e Capital Econômico.....	169
Tabela 13: Relação entre Nível de Integração Global e o Nível de Capital Econômico	171
Tabela 14: Relação entre Nível de Escola Global e o Nível de Capital Econômico	173
Tabela 15: Relação entre Nível de Capital Espacial Econômico e Nível de Capital Econômico	176
Tabela 16: Relação entre Índice Socioeconômico e Nível de Capital Cultural.....	179
Tabela 17: Relação entre medida de Integração Global e Nível de Capital Cultural	180
Tabela 18: Relação entre medida de Escolha Global e Nível de Capital Cultural	182
Tabela 19: Relação entre Capital Espacial Cultural e Nível de Capital Cultural	183
Tabela 20: Número de participantes com Capital Econômico Baixo e Capital Econômico Médio Baixo e sua compreensão do espaço nas suas expectativas de trabalho	186
Tabela 21: Número de participantes com baixo nível de capital cultural e sua compreensão do espaço nas suas expectativas de escolaridade.....	190

Tabela 22: Participantes que somam Capital Econômico Baixo e Capital Cultural Baixo sua compreensão do espaço nas suas expectativas de trabalho 198

Tabela 23: Participantes que somam Capital Econômico Baixo e Capital Cultural Baixo sua compreensão do espaço nas suas expectativas de escolaridade. 200

Tabela 24: Participantes que somam Capital Econômico Alto e Capital Cultural Médio e Alto sua compreensão do espaço nas suas expectativas de trabalho..... 202

Tabela 25: Participantes que somam Capital Econômico Alto e Capital Cultural Médio e Alto sua compreensão do espaço nas suas expectativas de escolaridade. 202

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução populacional dos municípios da Área Conurbada de Florianópolis – 1960 a 2021	127
Gráfico 2: Relação entre Índice Socioeconômico e Capital Econômico	169
Gráfico 3: Relação entre nível de Integração Global e Nível de Capital Econômico.....	171
Gráfico 4: Relação entre Nível de Escolha Global e Nível de Capital Econômico	173
Gráfico 5: Relação entre Nível de Capital Espacial Econômico e Nível de Capital Econômico	176
Gráfico 6: Relação entre Índice Socioeconômico e Nível de Capital Cultural.....	178
Gráfico 7: Relação entre integração Global e Nível de Capital Cultural	180
Gráfico 8: Relação entre Escolha Global e Nível de Capital Cultural	182
Gráfico 9: Relação entre Capital Espacial Cultural e Nível de Capital Cultural	183
Gráfico 10: Relação entre compreensão do espaço nas expectativas de trabalho e Índice Socioeconômico do local de moradia dos participantes com Capital Econômico Baixo e Médio Baixo	187
Gráfico 11: Relação entre percepção de barreiras de escolaridade e Índice Socioeconômico do local de moradia dos participantes com Capital Cultural Baixo.....	192
Gráfico 12: Correlação entre Capital Econômico e Capital Cultural	195

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Representação linear da Área Conurbada de Florianópolis	89
Mapa 2: Localização dos municípios que integram a Área Conurbada de Florianópolis.	125
Mapa 3: Distribuição da Renda Média na Área Conurbada de Florianópolis	139
Mapa 4: Densidade demográfica à esquerda e Índice socioeconômico à direita	145
Mapa 5: Medida de Integração Global da Área Conurbada de Florianópolis.....	147
Mapa 6: Distribuição dos participantes na ACF	152
Mapa 7: Participantes que não compreendem seu local de moradia como barreira no mapa à esquerda (azul) e participantes que compreendem seu local de moradia como barreira no mapa à direita (vermelho)	186
Mapa 8: Participantes que não compreendem seu local de moradia como barreira no mapa à esquerda (azul) e participantes que compreendem seu local de moradia como barreira no mapa à direita (vermelho)	191
Mapa 9: Sobreposição dos participantes com Capital Econômico Baixo e Capital Cultural Baixo	196
Mapa 10: Localização da concentração de sobreposição dos participantes com Capital Econômico Baixo e Nível de Capital Cultural Baixo	197

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACF – Área Conurbada de Florianópolis

AVEO – Ativos, vulnerabilidade e estrutura de oportunidades

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDS - Índice de Desenvolvimento Social

IPVS – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social

PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO: PROBLEMATIZAÇÃO, JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA.....	20
1.1 Pergunta de Pesquisa e Hipótese	22
1.2 Objetivos.....	23
CAPÍTULO 2 – CONTRADIÇÕES ESTRUTURAIS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E SEUS EFEITOS SOBRE O ESPAÇO SOCIAL.....	24
2.1 Produção do espaço urbano no desenvolvimento da economia capitalista	25
2.2 Agentes produtores do espaço urbano e o papel do discurso ideológico	34
2.3 Abordagens e conceitos do fenômeno da segregação socioespacial	40
2.4 Da segregação socioespacial à fragmentação: o caso da América Latina e as especificidades do Brasil urbano.....	48
2.5 Marcos teóricos-empíricos sobre os efeitos do espaço urbano sobre o social	60
2.6 Abordagens empíricas sobre os efeitos do espaço urbano sobre o social em cidades da América Latina	68
CAPÍTULO 3 – PERCURSOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS: DIALÉTICA ENTRE ESPAÇO FÍSICO E ESPAÇO SOCIAL NA INSTÂNCIA DA REPRODUÇÃO	85
3.1 Teoria da Sintaxe Espacial: decomposição da forma urbana e a relação entre espaço e sociedade.....	86
3.2 Teoria das Práticas Sociais em Pierre Bourdieu: a tríade habitus, campo e capital	96
3.3 Construção do conceito de capital espacial: entre a Teoria das Práticas Sociais e a Teoria da Sintaxe Espacial.....	104
3.4 Dialética entre espaço físico e espaço social na instância da reprodução.....	110
CAPÍTULO 4 – CONSTRUÇÃO DA PESQUISA: METODOLOGIA QUANTITATIVA COM SUPORTE QUALITATIVO	118
4.1 – Métodos da pesquisa.....	119
CAPÍTULO 5 – RESULTADOS E DISCUSSÕES: REPRODUÇÃO SOCIAL SOB A ÓTICA DO ESPAÇO NA ÁREA CONURBADA DE FLORIANÓPOLIS – SC	124
5.1 Segregação socioespacial e fragmentação na Área Conurbada de Florianópolis.....	125
5.2 Apresentação da amostra: perfil dos participantes	151
5.3 Categorização das variáveis para análises de correlações e percepções.....	159
5.4 Dimensões físicas e sociais do espaço: correlações com capital econômico.....	168
5.5 Dimensões físicas e sociais do espaço: correlações com capital cultural	178
5.6 O espaço social produzido e interiorizado: a natureza subjetiva da reprodução do espaço social.....	185

CONSIDERAÇÕES.....	206
REFERÊNCIAS	210
APÊNDICES - DOCUMENTOS.....	222
APÊNDICES MAPAS	236

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO: PROBLEMATIZAÇÃO, JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA

A presente tese tem como propósito refletir sobre a relação entre espaço, indivíduo e sociedade com refinamento metodológico de leituras espaciais, a fim de compreender o papel do espaço na percepção das oportunidades de trabalho e escolaridade nos processos de construção e reprodução social. O exercício teórico inicial parte de dois apontamentos importantes: o primeiro da observação de Berger e Luckmann (1973) que tratam a construção social da realidade com base na simultaneidade da dimensão objetiva e subjetiva e, portanto, uma adequada compreensão da realidade deve considerar esses dois aspectos. O segundo parte do trabalho de Souza (1997) por observar que como qualquer realidade social, o espaço é um entidade tanto objetiva, por ser palco material das relações sociais, quanto subjetiva, por ser dotado de significados específicos para cada indivíduo. Além de corroborar com a primeira reflexão, tem como pano de fundo a dimensão espacial para compreender a sociedade.

O interesse em abordar a reprodução social tendo o espaço como objeto de influência nesse processo ocorre pela ampliação da concentração da pobreza e da vulnerabilidade, tanto na América Latina como em países de outros continentes. Nesse contexto, e diante do protagonismo da segregação socioespacial, existe uma expansão de estudos que se dedicam à compreensão das possíveis consequências de morar segregado, dentre elas, a reprodução da condição social.

À princípio, cabe ressaltar que existe uma tendência bastante generalizada em afirmar a presença de uma forte relação entre espaço urbano e formação social, como observa Villaça (1997). Esse autor afirma que alguns trabalhos realizados na década de 1970 e 1980 já ilustravam a existência dessa relação e destaca os trabalhos de Soja (1980), Lefebvre (1974), Boddy (1976) e Gottdiener (1985). No entanto, ainda que sejam trabalhos de pesquisadores importantes para os estudos urbanos, nenhum deles apresentou demonstrações consistentes sobre essa relação.

Mas, com o crescimento e a concentração da pobreza nos guetos negros das grandes cidades norte-americanas que no final da década de 1980, se renova o interesse por esses debates. Nesse contexto, a obra de Wilson (1987) *The truly disadvantaged*, é considerada como um estudo pioneiro no tratamento dos impactos da segregação sobre as oportunidades individuais. Neste livro o autor analisa os efeitos do espaço tendo como foco o isolamento dos pobres urbanos em metrópoles norte-americanas, e avalia a concentração homogênea de população de baixa renda como um fator negativo para a superação da pobreza.

Após o trabalho de Wilson (1987) outros estudos permitiram avaliar os impactos da segregação socioespacial. O trabalho de Galster & Killen (1995) parte do pressuposto de que existe uma Geografia de Oportunidades Objetiva, que se refere à distribuição desigual das oportunidades no espaço urbano, e uma Geografia de Oportunidades Subjetiva, pois, a percepção das oportunidades varia de acordo com o indivíduo. No contexto latino-americano, Kolinski et al (2013) e Lima e Araújo (2016) desenvolveram estudos a partir desse conceito, com ênfase na educação, e Molinatti (2013) com ênfase no trabalho.

Porém, esses estudos adotam, via de regra, descrições simplórias e/ou incompletas do espaço, e usam unidades territoriais desarticuladas, como setores censitários, regiões administrativas e áreas de ponderação, além de considerar o espaço como mero artifício para agrupar quantidades nos estudos quantitativos, e como palco para o desenrolar de vidas e trajetórias nas abordagens qualitativas. Sob essa perspectiva, acredita-se na importância de pesquisas que superem as fragilidades de interpretação dos efeitos do espaço urbano sobre o social como ocorre em estudos que se baseiam nessas unidades espaciais desarticuladas aqui citadas.

Cabe ainda reforçar que o espaço não é considerado como mero reflexo das relações sociais de produção, mas também deve ser compreendido como expressão dessas relações e, simultaneamente, considerar sua incidência sobre elas. O espaço configura o lócus da produção e reprodução das relações sociais de produção e, portanto, não pode ser considerado como local passivo em que se desenrolam as relações sociais, mas a própria práxis social a partir da qual se constrói o espaço, a sociedade e também o indivíduo.

Portanto, o que se pretende na presente Tese, é tratar as fragilidades das descrições simplórias e/ou das unidades territoriais desarticuladas para melhor avaliar se os efeitos do espaço se estendem à subjetividade dos cidadãos e constrói distintas compreensões em relação à percepção das oportunidades de trabalho e escolaridade, reforçando a partir da subjetividade o processo de reprodução social.

Para atender essa finalidade, a pesquisa se organizou em três etapas distintas e complementares: exploratória, descritiva e explicativa. A Etapa Exploratória foi fundamental para avaliar quais teorias foram mais pertinentes para atender os objetivos da Tese com base em um extenso levantamento bibliográfico, enquanto a Etapa Descritiva foi importante para compreender as dinâmicas socioespaciais na Área Conurbada de Florianópolis e aplicar questionário, que teve participação de 183 respondentes. Após a aplicação do questionário, foram realizadas as correlações entre as dimensões físicas e sociais do espaço com o espaço social de cada participante a partir da técnica de Análise de Estatística Bivariada na Etapa Explicativa.

Cabe apontar aqui que as dimensões físicas e sociais do espaço são descritas a partir do tipo de segregação ou integração socioeconômica, do nível de acessibilidade viária, e do nível de proximidade com ofertas de empregos e instituições de ensino, que serão apresentadas de forma mais detalhada no Capítulo 3 e no Capítulo 4. Já espaço social é composto pelo nível de capital econômico, representado a partir da renda, e do nível de capital cultural, representado a partir do capital escolar, ou seja, do nível de escolaridade.

1.1 Pergunta de Pesquisa e Hipótese

Com essa perspectiva, a presente Tese tem como base a seguinte **Pergunta**: as dimensões físicas e sociais do espaço interferem na percepção das oportunidades de trabalho e escolaridade, e a partir da subjetividade reforçam o processo de reprodução social?

Em decorrência da problemática apresentada e do questionamento acima, a **Hipótese** do trabalho é definida como: o tipo de segregação ou integração socioeconômica, o nível de acessibilidade viária, e o nível de proximidade com ofertas de empregos e instituições

de ensino interferem na percepção das oportunidades de trabalho e escolaridade, e se estendem à subjetividade dos participantes, reforçando o processo de reprodução social.

1.2 Objetivos

Esta Tese apresenta como **Objetivo Geral** analisar como as dimensões físicas e sociais do espaço interferem na percepção das oportunidades de trabalho e escolaridade e influenciam na reprodução social a partir de sua natureza subjetiva, tendo como objeto de estudo a Área Conurbada de Florianópolis.

Para o desenvolvimento do Objetivo Geral, são definidos como **Objetivos Específicos**:

1 – Contextualizar a dinâmica socioespacial da Área Conurbada de Florianópolis;

2 – Caracterizar a configuração espacial da Área Conurbada de Florianópolis considerando as medidas de Integração e Escolha a partir do instrumental da Teoria da Sintaxe Espacial;

3 – Contribuir com o aperfeiçoamento da noção de capital espacial, considerando o nível de proximidade com ofertas de empregos e instituições de ensino;

4 – Analisar a correlação entre o tipo de segregação ou integração socioeconômica, o nível de acessibilidade viária, e o nível de proximidade com ofertas de empregos e instituições de ensino com o nível de Capital Econômico e Cultural dos participantes;

5 – Analisar se o tipo de segregação ou integração socioeconômica, o nível de acessibilidade viária, e o nível de proximidade com ofertas de empregos e instituições de ensino se estendem à subjetividade dos participantes e constroem distintas compreensões do seu local de moradia em relação às expectativas de trabalho e de escolaridade.

CAPÍTULO 2 – CONTRADIÇÕES ESTRUTURAIS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E SEUS EFEITOS SOBRE O ESPAÇO SOCIAL

Este capítulo consiste em apresentar a importância da produção do espaço urbano para o desenvolvimento da economia capitalista, e como esse sistema econômico materializa nas cidades suas contradições a partir do fenômeno da segregação e da fragmentação socioespacial, ao privilegiar os interesses dos agentes produtores que têm o Estado como seu subordinado. O debate sobre esses fenômenos na América Latina visa apresentar os desdobramentos das contradições capitalistas em contexto de dependência e subdesenvolvimento.

Para compreender esses fenômenos urbanos também é fundamental elucidar como o discurso ideológico contribui com a naturalização dessas contradições, e favorece a manutenção e a conservação das desigualdades. Nessa perspectiva, segregação e fragmentação socioespacial são fenômenos socialmente produzidos que materializam os conflitos de classes no espaço que são ocultados pelo discurso ideológico, além de caracterizar-se como instrumento de dominação e de reprodução social. Para encerrar a discussão, e atender os objetivos da presente Tese, o capítulo finaliza com uma apresentação de estudos que tratam os efeitos do espaço urbano sobre o espaço social, considerando marcos teóricos importantes e abordagens empíricas do contexto latino-americano.

2.1 Produção do espaço urbano no desenvolvimento da economia capitalista

Sabe-se que a economia capitalista influencia diretamente na produção do espaço urbano, pois, o urbano se manifesta de forma mais expressiva quando passa a satisfazer os interesses de acumulação de capital. Nessa esteira, a presente seção pretende abordar a produção do espaço urbano como parte importante para o desenvolvimento desse modelo econômico, no intuito de elaborar uma primeira aproximação com a problemática urbana. Como observa Carlos (2006), não é possível compreender o fenômeno urbano sem olhar para a intensificação das desigualdades que são impostas pelo desenvolvimento do capitalismo.

Em sua obra, Catani (1980, p. 8) comenta que existe duas correntes teóricas explicativas importantes na definição do que é capitalismo: a culturalista e a histórica. A primeira tem como principal representante o economista alemão Max Weber que explica o capitalismo com base em fatores externos à economia, como herança de um modo de pensar as relações sociais a partir da extrema valorização do trabalho e da prática de uma profissão para salvação individual. Já a segunda corrente, representada por Karl Marx, define capitalismo como um modo de produção de mercadoria que ocorre desde o início da Idade Moderna, mas que se consolida com o desenvolvimento da indústria na Inglaterra, que ficou conhecida como Revolução Industrial. Para essa corrente, modo de produção significa *“tanto o modo pelo qual os meios necessários à produção são apropriados, quanto as relações que se estabelecem entre os homens a partir de suas vinculações ao processo de produção”*. Em outras palavras, a corrente marxista compreende o sistema capitalista tanto pela produção de mercadorias como pela transformação da força de trabalho em mercadoria, que se disponibiliza no mercado assim como qualquer outro objeto de troca. Karl Marx observa ainda que o modo de produção capitalista se caracteriza pela divisão da sociedade em duas grandes classes: a burguesia que é a minoria que detém a propriedade privada dos meios de produção, e o proletariado que se caracteriza por ser a grande massa dominada que tem como único meio de sobrevivência vender sua força de trabalho.

O modo de produção capitalista apresenta repercussões estruturais na urbanização, que passa a ter expressividade a nível mundial como mostra a Figura 1. Mas, antes de

prosseguir, é importante descrever brevemente alguns conceitos do quadro teórico que fundamenta o capitalismo a partir da corrente marxista para, posteriormente, compreender melhor o espaço no bojo das relações capitalistas de produção. Ainda que de forma breve, entender a noção de capital, mais-valia, excedente, valor de uso, valor de troca, e outros conceitos centrais para o capitalismo, se dá como exigência teórica para elucidar mais claramente os elementos estruturais que estão na base dos problemas urbanos, e como observa Gottdiener (1993) entender os aspectos que estruturam o desenvolvimento do capitalismo é uma fonte de informação sobre as formas espaciais.

Figura 1 - Imagem de satélite que ilustra que a urbanização explodiram as barreiras das cidades, metrópoles, região e território e assumiram uma escala planetária.



Fonte: Brenner (2014).

Lorena (2012, p. 91), partindo da definição de capital proposta por Iasi (2006), faz uma importante observação descrevendo capital como uma relação social intrínseca a um processo complexo e articulado na concepção de valor, que se baseia na expropriação da riqueza produzida pelos trabalhadores, bem como na alteração desta em uma forma de propriedade que passa às mãos da classe capitalista. Na transição do modelo capitalista, os produtores diretos, ou seja, os trabalhadores, foram *“em um processo que não poupou recursos à violência, expropriados de seus meios de produção. Restou-lhes a venda de sua força de trabalho como forma de sobrevivência”* e assim, o capital submeteu o trabalho em

um processo de engrenagem de extração de valor excedente. Essa perspectiva é importante para elucidar o fato de que existência de capital se dá somente quando subordina de forma estrutural e hierárquica o trabalho, não podendo ser compreendido como uma coisa ou mesmo um objeto. Para o autor:

A base do processo acumulativo e de reprodução capitalista é a exploração da força de trabalho. Disso decorre que, quanto maior a exploração e mais altas forem as taxas de mais-valia extraídas dos trabalhadores, maior será o incremento do processo de acumulação. (LORENA, 2012, p. 92)

De acordo com Catani (1980) a teoria marxista define excedente como a disparidade entre o valor produzido pelo trabalhador e a remuneração em forma de salário. Para Marx, ainda segundo Catani (1980), existe uma diferença entre trabalho necessário e trabalho excedente. À guisa de ilustração, o proletariado trabalha 8 horas por dia, mas o capitalista paga por 4 horas de trabalho. As 4 horas que foram pagas ao trabalhador é o trabalho necessário para sua subsistência, e as 4 horas que não foram pagas, é o trabalho excedente. A mais-valia, por sua vez, é o valor gerado pelo trabalho excedente. Ao fazer referência a Marx, Harvey (2014) explica que o capitalismo se fundamenta na busca constante pelo lucro, portanto, para produzir mais-valia os capitalistas precisam produzir excedentes de produção. Nessa perspectiva, Dowbor (1991) reforça que esse trabalho excedente é fundamental para que haja a reprodução de capital.

Para Lorena (2012, p.92), uma peculiaridade do capital é sua demanda de acumulação e expansão, que ocorre pelo fato do capital ser valor que visa, de forma incessante, valorizar-se. Nessa dinâmica *“uma parte da mais-valia apropriada pelo capitalista deve necessariamente voltar ao processo de produção na forma de capital”* e isso é essencial para a continuidade do modo de produção capitalista. O processo contínuo de transformação da mais-valia em um novo capital é princípio básico da reprodução ampliada desse modo de produção, e é com base nessa dinâmica que surge o processo de acumulação.

Em sua obra *O Capital*, Marx (2006) afirma que a célula econômica da sociedade burguesa é a mercadoria e que esta se caracteriza por seu valor de uso e seu valor de troca.

Para o autor, o valor de uso está associado à utilidade que algo possui, enquanto o valor de troca expressa uma relação quantitativa, independentemente de seu valor de uso. Ao citar essa obra, Catani (1980) ressalta que para Marx a mercadoria é concebida primeiramente pela sua utilidade e, posteriormente, se diferencia pelo seu valor de troca.

Ao propor importantes reflexões críticas, Mészáros (2011) comenta que o capital não trata valor de uso e valor de troca de forma fragmentada, mas subordina radicalmente o primeiro ao último. Para o autor, existe uma tendência decrescente do valor de uso das mercadorias ao reduzir a sua vida útil, e assim trata o ciclo produtivo de forma mais ágil e constitui em um dos principais mecanismos pelo qual o capital vem alcançando incomensurável crescimento ao longo de toda história.

Em obra sobre a produção do espaço urbano, Gottdiener (2016) comenta que os teóricos da acumulação de capital começam explicar que o desenvolvimento da cidade ou da urbanização é a materialização espacial do processo de acumulação, e que sua produção se dá sob os moldes do sistema capitalista. Assim, chega-se em um ponto importante da presente seção: de que o espaço urbano além de materializar as contradições do sistema capitalista, sua produção passa a ter relação direta com o processo de acumulação. Na medida que o urbano desempenha papel fundamental para o desenvolvimento da economia capitalista, é possível afirmar que a problemática urbana tem origem na estrutura do capitalismo, pois, seu desenvolvimento está fortemente associado ao crescimento urbano. Para Carlos (2016) a passagem da produção de bens e serviços para a produção do espaço como um novo momento de acumulação de capital, reforça as tramas da desigualdade, aprofundando ainda mais as contradições do capitalismo a partir do fenômeno da segregação socioespacial, considerada como característica das cidades contemporâneas a partir a materialização espacial do processo de acumulação de capital.

Harvey (2014, p.30) argumenta há tempos a urbanização tem sido meio importante para a absorção dos excedentes de capital e de trabalho ao longo de sua história. Para o autor, esse sistema econômico está sempre produzindo os excedentes de produção exigidos pela urbanização e comenta que o processo inverso também se aplica, pois o *“capitalismo precisa*

da urbanização para absorver o excedente de produção que nunca deixa de produzir. Dessa maneira, surge uma ligação íntima entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização.”

Ainda para Harvey (2014), quando a urbanização se submete à lógica capitalista, a terra passa a ser tratada como uma mercadoria e sua renda é considerada como uma produção não produtiva. Piketty (2014), ao definir renda a partir de dois componentes, a renda derivada de trabalho e a renda derivada do capital, comenta que o simples fato de ser dono do capital sob forma de terra e imóveis, gera rendimentos para o proprietário. Para Carlos (2011) toda renda da terra é mais-valia e acrescenta que a contradição entre valor de uso e valor de troca, domina e assegura o processo de acumulação. Para a autora:

(...) como valor de troca, o espaço é a expressão mais contundente da desigualdade que se desdobra na contradição característica da reprodução do espaço capitalista - produção social/apropriação privada - que se manifesta no plano da forma espacial da segregação como evidência da justaposição entre a morfologia social e a morfologia espacial (CARLOS, 2011, p. 50)

Para Harvey (1980) a renda da terra é composta por valor de uso mas se expressa como valor de troca, pois possui valor de uso para outros que não a possuem. Nessa perspectiva, o acesso à terra se dá a partir de um processo seletivo, portanto, para pensar a organização do espaço urbano é preciso entender que a busca pela renda da terra se torna central no momento de colisão entre valor de uso e valor de troca, que transforma o solo e as benfeitorias urbanas em mercadorias. Carlos (2018) comenta que enquanto o valor de uso avança em direção a uma certa abstração por se tratar de espaços que estão encravados na dominação da troca por especulação e investimento de capitais, o valor de uso vai na contramão, pois, para os sujeitos o espaço representa a possibilidade de realização da vida por envolver o emprego de tempo.

Para Topalov (1979) o valor de troca se choca com a dificuldade de acesso à moradia por grande parte da população, devido à valorização imobiliária da habitação e do espaço urbano. Nessa mesma linha de argumentação, Santos Junior (2021) aponta que um dos problemas da produção do espaço capitalista se dá pelo fato da moradia e do solo urbano serem caracterizados como mercadorias e, portanto, são bens comerciáveis que podem ser

vendidos e comprados. Diante disso, o acesso à moradia e ao solo urbano são mediados pelas regras que definem o acesso e o uso da propriedade privada. Em sua obra *Grundrisse*, Marx (2011) compreende que a origem da propriedade privada é um ponto importante da desigualdade social no espaço urbano. Portanto, é possível afirmar que a questão da moradia está diretamente relacionada ao acesso à terra urbanizada e ao surgimento da propriedade privada.

No Brasil, o marco legal que transformou o solo em propriedade privada foi a Lei de Terras em 1850. Essa lei transformou a terra em mercadoria para aqueles que já detinham "cartas de sesmaria" ou provas de ocupação "pacífica e sem contestação", e da própria Coroa, que era oficialmente proprietária de todo o território ainda não ocupado. Foi nesse cenário que a Lei de Terras restringiu a produção de propriedades de subsistência, ao dificultar o acesso à terra aos pequenos produtores, incluindo os imigrantes, forçando sua condição de assalariados nas grandes plantações (FERREIRA, 2005).

A relação entre valor de uso e valor de troca é o que determina uma das contradições fundamentais do capitalismo sob a qual estão sujeitas todas as mercadorias. O espaço urbano, nas palavras de Oliveira (1982, p. 14) *"não é outra coisa senão o produto típico das contradições do modo capitalista de produção na localização urbana"*, e sua contradição está no espaço enquanto valor de troca (cidade como negócio) e enquanto valor de uso (vida cotidiana, espaço improdutivo), de acordo com Carlos (2005).

Carlos (1994, p. 47) observa que *"a discussão do valor do espaço nos remete à ideia do espaço-mercadoria"*, permitindo ao mercado imobiliário sentenciar o seu valor. Dessa forma, as regiões das cidades que são as mais urbanizadas, melhor infraestruturada e abastecidas por equipamentos que prestam os serviços urbanos, certamente equivalem a mercadoria de maior valor, em detrimento daquelas regiões que são desprovidas dessas qualidades. Nessa mesma linha, Ferreira (2005) descreve que o solo urbano tem seu valor determinado por sua localização, que se configura pelo trabalho social que se faz para transformar o solo edificável a partir da infraestrutura urbana, das construções, da facilidade de acesso, bem como sua demanda. Esses fatores distinguem de forma qualitativa uma

parcela do solo urbano e diferencia seu valor em relação ao todo que está inserida. Deák (2016) afirma que na produção do espaço capitalista, a terra deixa de ser considerada um recurso natural e dá lugar à localização, que é um espaço socialmente produzido, ainda que nunca se pagou pela terra enquanto recurso natural, mas enquanto propriedade privada. Portanto, as aglomerações urbanas são espaços historicamente produzidos onde se paga pela terra enquanto localização, ou seja, o que se produz é localização.

Localização é um valor de uso da terra para toda atividade de produção ou reprodução, uma vez que é uma condição necessária para o desempenho de qualquer atividade. Espaço urbano é a totalidade de localizações interligadas por uma infraestrutura – vias, redes, serviços etc. – construída e mantida por trabalho social, que atende aos requisitos da economia e que torna a localização “útil” (isto é, dotado de valor de uso). Na medida em que a regulação da economia capitalista e com ela, a organização espacial da produção (e reprodução) é exercida pelo mercado, localização comanda um preço, ele próprio estabelecido no mesmo mercado. Surge, portanto, um pagamento pela localização, porque esta é um valor de uso, e porque é comercializada enquanto mercadoria, dotada de valor de troca. (DEÁK, 2016, p.53-54)

Ao falar sobre a cidade do capital, Lefebvre (2001) elabora uma observação importante. Do ponto de vista da formação da mais-valia, o autor comenta que a cidade tem uma função fundamental, pois é lócus de exploração, e onde se forma inicialmente a mais-valia. Complementarmente, o autor descreve que a cidade na configuração capitalista contém a população que o aparelho produtivo necessita e o “*exército industrial de reserva*” que a burguesia demanda para pesar seus baixos salários, assim como para ter disponível uma certa “rotatividade” de mão de obra.

Ao tratar sobre economia política da urbanização, Singer (1973) comenta que o desemprego é um fenômeno inerente ao modo de produção capitalista, e a expressão “*exército industrial de reserva*” foi utilizada por Marx para se referir ao excesso de mão de obra de trabalhadores na cidade, que poderiam beneficiar à classe capitalista ao forçar a redução de salários e ampliar sua margem de lucro. Para Marx (2006) a acumulação capitalista

sempre produz um excedente de trabalhadores, isto é, uma população que ultrapassa as demandas necessárias para a expansão do capital, e o salário da classe trabalhadora é regulado por esse excedente que ele chamou de “*exército industrial de reserva*”. Ou seja, o que determina o salário é a proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército ativo e exército de reserva.

Para Lefebvre (2001) a problemática do mundo moderno é urbana, e a civilização assistiu a passagem da historicidade para a espacialidade, que o autor denomina período trans-histórico, em que o espaço ganha centralidade sobre o tempo. Nessa perspectiva, Carlos (2020) observa que esse pensamento tem como base a proliferação de estudos que demonstram que as relações capitalistas passam a ser determinadas pelo processo de produção do espaço, e a acumulação de capital deixa de se dar pela produção de mercadorias clássicas. Cabe destacar que, mesmo com perspectivas distintas de Lefebvre, estudiosos importantes da Escola de Chicago como Wirth (1938) também afirmaram que a urbanização e o crescimento das cidades eram um dos fatos mais importantes dos tempos modernos.

Para Carlos (2020) essa observação feita por Lefebvre ganha atualidade explicativa no século XXI e a acumulação que antes era dominada pela hegemonia industrial se altera. A cidade se transforma em mercadoria em um processo que torna evidente as contradições da produção do espaço, ao se tornar valor de troca como momento importante do processo de valorização do capital. É aqui que o espaço aparece como segundo setor da economia, referenciando Lefebvre (1974). Ainda para a autora, quando as cidades passam a ser tratadas como mercadoria e o espaço se torna o segundo setor da economia, o valor de troca supera o valor de uso e traz, como consequência, a degradação das relações sociais na cidade a partir do aprofundamento da segregação espacial. Nessa perspectiva, Lefebvre (2001, p. 140,141) revela a importância histórica da cidade no desenvolvimento do capitalismo:

A cidade, como tal, faz parte dessas condições históricas, implicadas no capitalismo. Ela resulta da destruição das formações sociais anteriores e da acumulação primitiva do capital (que se completa nela e por ela). [...] Na cidade, o mundo da mercadoria, abstrato em si mesmo (porque constituído de relações desprendidas do uso), encontra a natureza, simula-a, pode passar por natural, faz passar sua encarnação material por natural. As exigências do capital e as necessidades da burguesia são

tomadas, ao mesmo tempo, por naturais e sociais [...]. Moldadas pela história no quadro urbano, as necessidades aí se impõem. (LEFEBVRE, 2001, p. 140-141).

Já está claro que o processo de urbanização é fundamental para a história da acumulação capitalista. No entanto, a urbanização do capital pressupõe a capacidade e o poder da classe capitalista de dominar o processo de urbanização. Isso significa que essa classe precisa dominar não apenas os aparelhos do Estado, mas também os estilos de vida, capacidade de trabalho, valores culturais, políticos e visões de mundo de populações inteiras, ainda que não se alcance com facilidade esse nível de controle. (HARVEY, 2014)

A cidade capitalista enquanto forma histórica específica, apresentou as condições das quais o sistema capitalista jamais poderia abster-se para permanecer em processo de expansão e desenvolvimento. A cidade porta importante parcela do trabalho que era realizado anteriormente, *“o trabalho morto, isto é, o trabalho já objetivado, que é indispensável à exploração do trabalho vivo, isto é, a força de trabalho produzindo mais-valia.”* A cidade também é essencial para manter e aprimorar a constante divisão social do trabalho que viabiliza o funcionamento do capital, na medida em que aproxima os componentes do processo produtivo. (LORENA, 2012, p. 94)

O espaço urbano como espaço produtivo nas observações de Santos (2012), tem se intensificado cada vez mais. A maneira como a cidade organiza suas dinâmicas de produção e circulação de bens, pessoas e ideias, assim como a forma que os diversos atores sociais apropriam-se do espaço urbano, reflete na desigual distribuição das benfeitorias urbanas coletivas, que é resultado de processos econômicos e também de disputas políticas entre os diferentes setores da sociedade. A reprodução do espaço urbano para Carlos (2018) é um fenômeno contínuo que transforma a metrópole sob orientação do sistema capitalista, o qual modifica o espaço como lugar e meio para sua realização. Hoje o urbano, a vida cotidiana e o processo de acumulação capitalista expressam a hegemonia do capital financeiro e não mais a hegemonia do capital industrial, o que frisa o papel do setor imobiliário na reprodução do espaço urbano, e que Lefebvre já havia anunciado como segundo setor da economia.

É fato que os gargalos das cidades não têm origem junto ao capitalismo, pois, a cidade antiga e a cidade medieval já apresentavam as contradições decorrentes da divisão do trabalho manual e intelectual, e da produção de um excedente produzido no campo mas, o modo de produção capitalista é substituído pela aplicação tecnológica da ciência, no lugar da exploração rotineira da terra. (LEFEBVRE, 2001; VÉRAS, 2003)

Por fim, é no século XXI que se intensificam as tendências na direção da construção de uma nova relação espaço-temporal com a hegemonia de novos setores da economia, em que o capital financeiro se insere na reprodução da cidade de forma mais objetiva, a partir das dinâmicas de valorização do capital através do mercado imobiliário, que permite a extensão da propriedade privada do solo urbano a partir de estratégias imobiliárias, encravadas na reprodução do capital, através da indústria da construção civil, e de forma mais recente, com o desenvolvimento dos fundos imobiliários, como estratégia da reprodução do capital financeiro. (CARLOS, 2020)

2.2 Agentes produtores do espaço urbano e o papel do discurso ideológico

O espaço urbano é uma produção social encravada na lógica capitalista, e essa produção envolve diversos agentes sociais e agentes produtores que buscam satisfazer seu interesses de acumulação capitalista. Ao tratar sobre a produção do espaço urbano, Corrêa (1989; 2012, p. 43) comenta que sua produção *“é consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade”*. Para o autor os agentes produtores do espaço urbano são os proprietários dos meios de produção (grandes empresas industriais e de serviços); proprietários fundiários; promotores imobiliários (loteadores, construtoras e incorporadoras imobiliárias, corretores imobiliários); o Estado (incluindo a noção de três escalas governamentais – municipal, estadual e federal) e, os grupos sociais excluídos. As ações e as estratégias de cada agente produtor do espaço urbano podem ser melhor compreendidas a partir do Quadro 1.

Quadro 1 - Agentes produtores do espaço urbano e suas ações e estratégias.

AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO URBANO E SUAS AÇÕES E ESTRATÉGIAS.

Os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais:

São, em razão da dimensão de suas atividades, grandes consumidores de espaço. Necessitam de terrenos amplos e baratos que satisfaçam requisitos locacionais pertinentes às atividades de suas empresas – junto a portos, a vias férreas ou em locais de ampla acessibilidade à população.

Os proprietários fundiários

Atuam no sentido de obterem a maior renda fundiária de suas propriedades, interessando-se em que estas tenham o uso mais remunerador possível, especialmente uso comercial ou residencial de status. Estão interessados no valor de troca da terra e não no seu valor de uso. Alguns dos proprietários fundiários, os mais poderosos, poderão até mesmo ter suas terras valorizadas através do investimento público em infraestrutura, especialmente viária.

Os promotores imobiliários

Entende-se um conjunto de agentes que realizam, parcialmente ou totalmente, as seguintes operações: incorporação; financiamento; estudo técnico; construção ou produção física do imóvel; e comercialização ou transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro, agora acrescido de lucro.

O Estado

Atua também na organização espacial da cidade. Sua atuação tem sido complexa e variável tanto no tempo como no espaço, refletindo a dinâmica da sociedade da qual é parte constituinte.

Os grupos sociais excluídos

São aqueles que não possuem renda para pagar o aluguel de uma habitação digna e muito menos para comprar um imóvel. Este é um dos fatores, que ao lado do desemprego, doenças, subnutrição, delineiam a situação social dos grupos excluídos. A estas pessoas restam como moradia: cortiços, sistemas de autoconstrução, conjuntos habitacionais fornecidos pelo agente estatal e as degradantes favelas.

Fonte: Corrêa (1989 e 2012). Elaborado pela autora.

No entanto, Corrêa (2002, p. 43) afirma que dentre todos os agentes produtores do espaço, o Estado é um agente que exerce diversas funções, desde a elaboração de políticas públicas, das etapas do planejamento urbano, na instituição de marcos jurídicos, na alocação de recursos para obras de infraestruturas. Nessa perspectiva, Lefebvre (2004), Marcuse (2004), Villaça (2011), Lojkine (1997), Oliveira (1983), Carlos (2007) e Deák (2016) apresentam importantes ponderações a respeito do papel do Estado na produção do espaço urbano.

Lefebvre (2004) comenta que o Estado, ao modelar a cidade atendendo as demandas de grupos específicos, contribui com a dinâmica de segregação por classes sociais. Em outras palavras, o Estado é considerado para esse autor como um indutor do processo de segregação. Marcuse (2004, p. 30) reforça que o Estado tem papel fundamental na imposição desse fenômeno e escancara essa relação ao comentar que nenhum padrão urbanístico poderia ser adotado sem a participação do Estado e que *“se em qualquer sociedade houver segregação ela ocorrerá com a sanção tácita, quando não explícita, por parte do Estado”* a partir de leis que garantam o direito à propriedade privada contra invasões. Em relação às invasões, o autor comenta que o Estado utiliza todo aparato coercitivo, como a policial e a tribunal para controlá-las.

Villaça (2011) revela a interferência das classes dominantes no processo de produção do espaço urbano e nas decisões do Estado, ao comandar o mercado imobiliário e ao interferir nas ações do Estado no que diz respeito à legislação urbanística, localização de seus aparelhos, na produção do sistema de transportes, bem como na construção das ideias dominantes a respeito dele. Complementarmente, Lojkin (1997) afirma que a política urbana, sendo de ordem capitalista, responde à lógica da segregação. O autor ainda comenta que o conjunto de políticas públicas não visa mitigar as contradições estruturais dos processos sociais materializadas no espaço. Ao contrário, o Estado corrobora com essas contradições ao criar instrumentos capazes de promover o aumento do poder das classes dominantes, garantindo a manutenção de seus privilégios.

Ao propor uma reflexão para aprimorar teoricamente as relações entre o Estado e o urbano, Oliveira (1982, p. 44) tematiza essa relação a partir da divisão social do trabalho, considerando as relações de produção e sua regulação. Para o autor, do ponto de vista das relações de produção *“a relação entre o Estado e o Urbano, consiste no aspecto mais crucial, que é precisamente a regulamentação das relações entre capital e trabalho.”*, e essa relação fica bastante visível e consolidada no caso brasileiro e acrescenta que, na verdade, o Estado tem sua gênese nas relações sociais de produção. Em obra posterior, Oliveira (1985) trata sobre Estado e urbanização e reforça que se a cidade é o espaço de conflito de classes entre burguesia e proletariado por excelência, a urbanização da economia e também da sociedade

se expande nesse espaço. Mas, a partir do momento que o Estado é capturado pela burguesia, esse espaço não apenas se amplia, mas se redefine para inserir na essência da contradição o próprio Estado.

Para Carlos (2007), quando o Estado privilegia os interesses privados como se fossem interesses comuns e necessários para toda a sociedade, ele demonstra seu caráter de classe, que se estrutura e se organiza em torno das condições de dominação e acumulação capitalista, em contradição com as necessidades da vida. Nesse cenário, o Estado se configura como um instrumento do capital para a legitimação das suas estratégias de produção e reprodução. Essa perspectiva remonta a ideia de Estado instrumental de Deák (2016) que decorre da apresentação dos interesses da classe dominante como interesse coletivo, e sua atuação está encravada na difusão do discurso ideológico.

Diante disso cabe destacar que por mais importante que seja reconhecer a lógica que opera a acumulação do capital, quais são os agentes produtores e como o Estado é uma instituição ativa, não elucidada por completo como a produção do espaço urbano, no bojo do sistema econômico capitalista, é aceita como sistema qualificado para ordenamento social, mesmo por aqueles que estão em condições de vulnerabilidade e subordinação. A fim de corroborar com o debate sobre os elementos que fazem parte dessa produção, é importante fazer uma breve elucidação sobre o papel do discurso ideológico como parte encravada na lógica capitalista para perpetuação da sociedade de classes. Essa perspectiva aponta um percurso importante para entender a naturalização das desigualdades sociais materializadas no espaço, tendo a segregação e a fragmentação socioespacial como um instrumento espacial de manutenção social.

Chauí (2008, p.7) define ideologia como *“um ideário histórico, social e político que oculta a realidade, e que esse ocultamento é uma forma de assegurar e manter a exploração econômica, a desigualdade social e a dominação política. É, portanto, fruto do modo de produção capitalista no intuito de reproduzir esse modelo econômico para atender às classes economicamente dominantes. Nessa mesma perspectiva, Lukács (2013) observa que a ideologia é o conjunto de discursos que circulam socialmente e que produzem efeitos no real.*

Ao tratar sobre produções simbólicas como instrumentos de dominação, Bourdieu (1989) comenta que a ideologia atende a interesses particulares que se apresentam como interesses universais. Para o autor:

A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. (BOURDIEU, 1989, p. 10)

Em sua obra *Capital e Ideologia*, Piketty (2020) discute as desigualdades para além das dinâmicas econômicas e coloca em destaque o papel da ideologia entre os mecanismos que contribuem para a manutenção da ordem social: Para o autor:

A desigualdade não é econômica ou tecnológica: ela é ideológica e política. Essa é sem dúvida a conclusão mais evidente da pesquisa histórica apresentada neste livro. Em outros termos, o mercado e a concorrência, o lucro e o salário, o capital e a dívida, os trabalhadores qualificados e não qualificados, os nacionais e os estrangeiros, os paraísos fiscais e a competitividade, não existem como tais. São construções sociais e históricas que dependem inteiramente do sistema legal, fiscal, educacional e político que escolhemos instituir e adotar. (PIKETTY, 2020, p. 16 – 17)

O autor ainda faz ponderações importantes, ao comentar que as ideologias são narrativas que visam justificar as desigualdades, pois, toda sociedade demanda buscar explicações para a existência de suas contradições sociais, portanto, cada época tem um conjunto de discursos e ideologias que contradizem com a realidade pra legitimar a desigualdade social. Com perspectiva similar, Ceák (2012, p. 109) afirma que o intuito da ideologia é construir um consentimento ativo da sociedade para promover a manutenção da ordem social constituída, para que as formas de dominação se apropriem menos da violência física a partir da força explícita. Assim, a ideologia se caracteriza como um dos instrumentos da reprodução da própria sociedade. Cada fase do capitalismo *corresponde a “formas específicas de discurso ideológico próprias”* para construir condições concretas para viabilizar a acumulação de capital e sua reprodução.

A cidade se transforma quando é submetida às dinâmicas capitalistas junto ao discurso ideológico que, como afirma Meszàros (2004), não existe neutralidade no

pensamento e nos discursos no contexto capitalista. Assim, se o espaço urbano é construído a partir das relações do modo de produção capitalista, é possível afirmar que sua produção é pautada também na ideologia capitalista. Ao comentar que a segregação urbana é a expressão espacial da produção da força de trabalho, Castells (2020, p. 263) comenta que a estrutura do espaço se dá a partir de determinantes em nível econômico, em nível político-institucional e em nível ideológico. Sobre o nível ideológico, o autor comenta que este se dá a partir de dois movimentos:

Por um lado, a relativa autonomia dos símbolos ideológicos com relação aos lugares ocupados nas relações de produção, produz interferências nas leis econômicas de distribuição dos indivíduos entre os tipos de moradia e espaço, como constatamos, por exemplo, a propósito da residência dos empregados. Estas especificações se situam, no entanto, no interior de certos limites e econômicos determinados. Por outro lado, a correspondência entre uma situação social e uma implantação espacial pode reforçar as tendências à autonomização ideológica de certos grupos e levar à constituição de subculturas ecologicamente delimitadas. A segregação pode favorecer a constituição de comunidades que, por um lado, reforçarão ainda mais as distâncias sociais e espaciais e, por outro, dar-lhe-ão um sentido dinâmico, transformando a diferença em contradição. (CASTELLS, 2020, p. 263 – 264)

Para Villaça (1997) a vulnerabilidade socioeconômica como resultado do crescimento do desemprego e da adoção de formas precárias de relações sociais e de trabalho e que estão vinculadas à manutenção da ideologia protecionista das elites, faz com que a produção do espaço urbano tenha características segregadoras e promove o silenciamento da classe trabalhadora diante dos processos de segregação socioespacial impostas pelo modo de produção capitalista.

Rolnik (2015) aponta que existe uma fratura do poder político por parte do capital com o intuito de fazer com que o Estado assegure as condições materiais e ideológicas para a realização dos interesses do capital privado, ou seja, a produção do espaço na sociedade capitalista também se dá através de agentes da máquina do Estado. É dessa forma que o Estado se apropria do discurso ideológico, enquanto agente produtor do espaço que legitima e ordena a sua regulação. Nessa perspectiva é possível afirmar que, é no interior da produção do espaço urbano que a ideologia atua como protagonista no papel de ocultar as contradições estruturais presentes da realidade social. Nesse cenário, o Estado se configura como um instrumento do capital para a legitimação das suas estratégias de produção e reprodução.

Mesmo não sendo intenção aqui esgotar esse viés analítico a partir de uma discussão aprofundada, é possível afirmar que a ideologia é um instrumento social e político que tem como intuito manter a dominação e exploração da classe trabalhadora pela elite dominante, contribuindo com a manutenção da ordem social vigente presente também na produção do espaço urbano segregacionista. O mais importante é deixar claro que em países ditos democráticos, o Estado não pode cristalizar sua atuação na produção de fenômenos urbanos como a segregação socioespacial, e por esse motivo ele mesmo constrói discursos de ocultamento de uma realidade socioespacial que ele próprio produz, como observa Lefebvre (2001) ao discutir sobre o direito à cidade e afirmar que a segregação não é obra do acaso. Assim, a ideologia é inerente à sociedade capitalista pela necessidade de velar que a realidade é socialmente produzida, e assim garante a permanência de uma produção do espaço urbano segregado e fragmentado.

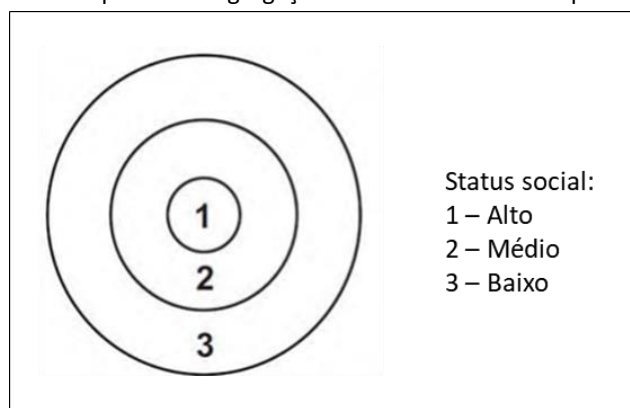
2.3 Abordagens e conceitos do fenômeno da segregação socioespacial

Após analisar a perspectiva teórica que orienta os estudos sobre a produção do espaço urbano, considerando o viés de acumulação capitalista, seus agentes e o papel da ideologia, o intuito dessa seção é discutir sobre as dinâmicas socioespaciais que se moldam ao privilegiar os interesses do capital e de seus agentes produtores. Este debate é bastante mobilizado no campo das ciências sociais e pautado por diferentes correntes, e visa compreender as dinâmicas advindas da urbanização, a partir de estruturas espaciais, conceitos, medidas, agentes, causas e consequências.

Os estudos sobre o espaço urbano têm interpretações com matrizes teórico-metodológicas distintas. A sistematização organizada aqui, se constrói a partir de duas óticas: a primeira apresenta modelos que descrevem estruturas espaciais urbanas, com destaque para as bases teóricas abordadas durante o século XX pela Escola de Chicago, que recebeu forte influência de teóricos da sociologia como Georg Simmel (1983) e Louis Wirth (1938) e, em seguida, destacam-se as bases teóricas de viés marxista, que partem do pressuposto de que segregação socioespacial é a reprodução no espaço da divisão social do trabalho cujo ordenamento o Estado faz parte.

O primeiro modelo que descreve uma estrutura espacial urbana segregada foi elaborado pelo geógrafo alemão J. G. Khol em 1842. Esse modelo refere-se às cidades da Europa continental no momento que antecede às importantes transformações econômicas, sociais e políticas que modificaram a organização espacial. Nesse modelo, ilustrado na Figura 2, enquanto a elite mora no centro, considerado local com melhor infraestrutura, a população mais pobre ocupa as áreas mais periféricas, pois o preço da terra diminui progressivamente para as bordas das cidades. Em síntese, esse modelo descreve o padrão centro *versus* periferia. (CORRÊA, 2016; CORRÊA, 1989)

Figura 2 - Modelo espacial de segregação residencial elaborado por Khol em 1842.



Fonte: Corrêa (1989). Adaptado pela autora.

No mesmo período, Friedrich Engels faz importantes contribuições em seus livros *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* (1845) e, posteriormente, *Contribuição ao Problema da Habitação* (1886). Embora não tenha consolidado uma teoria geral sobre o tema, esse autor já denunciava as condições de vida desiguais nas cidades após a Revolução Industrial (NEGRI, 2008)

No entanto, os estudos sobre as cidades começam ter destaque na década de 1920, quando o tema da segregação socioespacial aparece pela primeira vez na literatura acadêmica em trabalhos produzidos pela Escola de Chicago. Os trabalhos de Robert Park e Roderick McKenzie são considerados os pioneiros. (VASCONCELOS, 2004; SPÓSITO, 2013)

Para Park (1973) a estrutura social da cidade era entendida a partir da biologia evolucionista de Charles Darwin e, por ter essa perspectiva, o autor considerava que a luta

pela sobrevivência na cidade era um fator de regulação da população, e sua distribuição nas cidades se dava por esse fator. Nessa mesma linha argumentativa, McKenzie (1968) compreendia as cidades como um sistema ecológico e, por isso, a posição ou localização tinha uma centralidade na luta pela sobrevivência, considerando tanto o nível individual como de grupo. Em síntese, para esses dois estudiosos os fatores que determinavam a estruturação social e espacial das cidades eram a competição e a luta pela sobrevivência e, de modo geral, a Escola de Chicago utilizava métodos das ciências naturais.

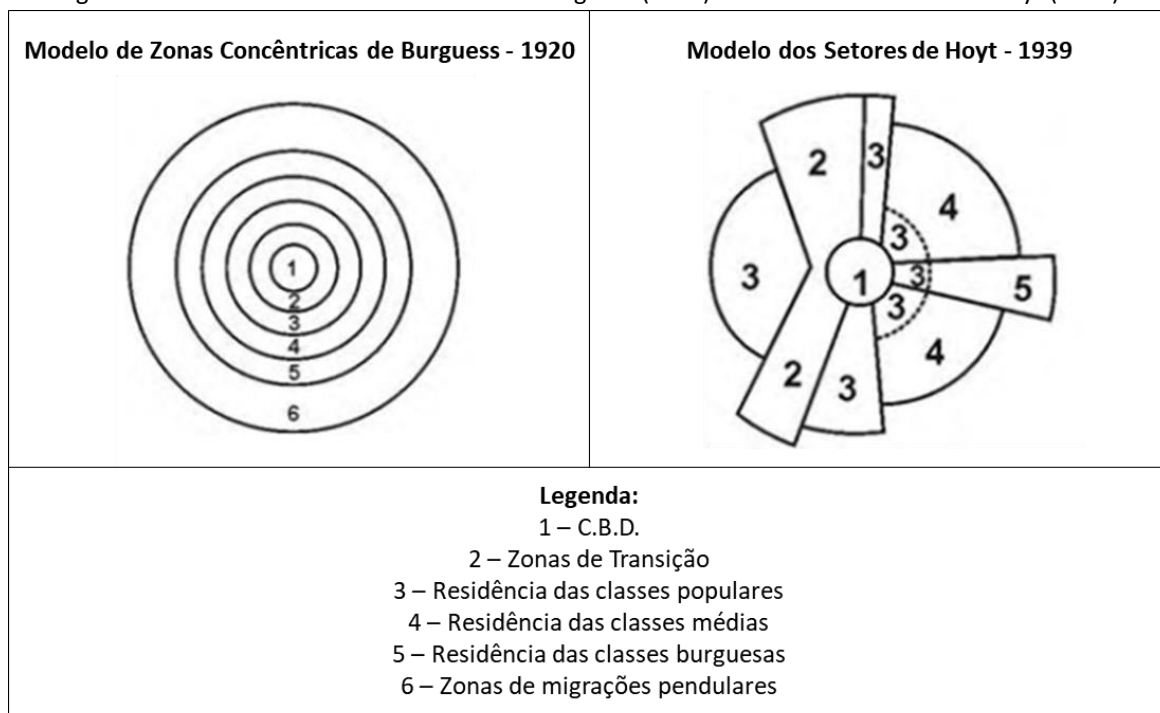
Para Sposito (2013, p. 64), como a Escola de Chicago possuía uma abordagem ecológica, a compreensão da cidade se dava com base em uma analogia com a ecologia vegetal, como *“uma forma específica de comunidade, submetida à luta pela sobrevivência por competição”* assim, elaboraram uma abordagem do fenômeno da segregação como uma manifestação dessa competição por melhores áreas residenciais e, a partir de interesses individuais, os processos de aproximação ocorriam de acordo com interesses, valores e condições dos moradores da cidade. Nessa linha de argumentação, isso explicaria as causas das cidades serem marcadas por um grau forte de homogeneidade social, econômica e também cultural.

Outros estudos da Escola de Chicago tiveram enfoques importantes na construção de modelos explicativos da estrutura espacial urbana, no intuito de ilustrar a expansão das cidades norte-americanas. Três desses modelos alcançaram maior destaque e tornaram-se referências importantes para os estudos urbanos: a teoria das zonas concêntricas de E. W. Burgess, a teoria dos setores de H. Hoyt, e a teoria dos núcleos múltiplos de Harris e Ullman. (RACINE, 1971)

Seguindo o caminho contrário de Kohl, no modelo de zonas concêntricas de E. W. Burgess, elaborado em 1925, as camadas de rendas mais altas residiam nas áreas periféricas em busca de qualidade de vida e segurança, enquanto que as camadas de rendas mais baixas seguiam em direção ao centro da cidade para estabelecer relações de proximidade com o local de trabalho. Já no modelo concêntrico de H. Hoyt, elaborado em 1939, o padrão de segregação ocorre ao longo de setores e não de zonas concêntricas. Nesse modelo, o centro

é ocupado pela classe de renda mais alta e é a porção da cidade com mais amenidades. Seu entorno é circundado pela classe média e estando a classe pobre localizada em setor diametralmente oposto. Ambos os modelos estão ilustrados na Figura 3. (RACINE, 1971; CORRÊA, 1999, 2016)

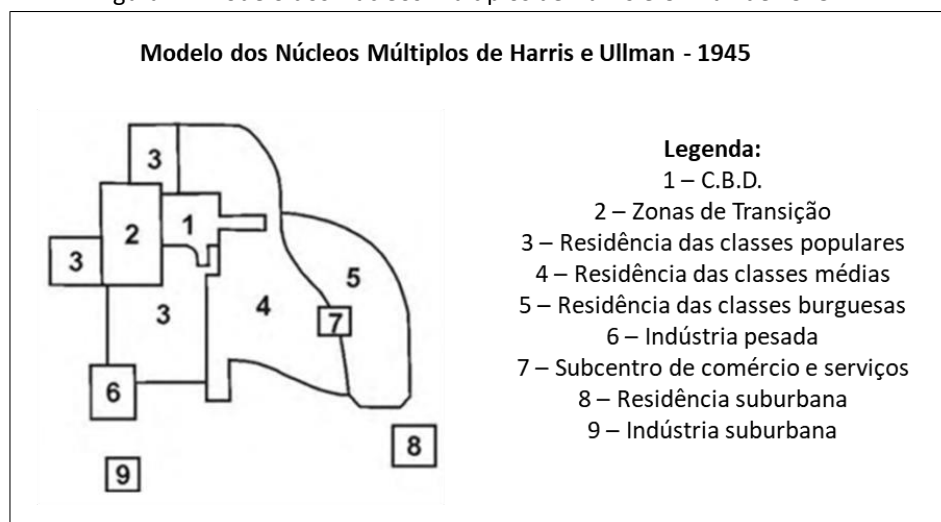
Figura 3 - Modelo de Zonas Concêntricas de Burgess (1920) e Modelo dos Setores de Hoyt (1939)



Fonte: Racine (1971). Adaptado pela autora.

Por último, o modelo de Múltiplos Núcleos de Harris e Ullman ilustrado na Figura 4, foi criado em 1945 a partir dos nos modelos de Zonas Concêntricas de Burgess e Setorial de Hoyt. Mesmo sendo pensado especificamente para cidades de grande porte, se assemelha a outras, tanto pelas funções como pelos padrões. A elaboração desse modelo levou em consideração a intensa influência dos transportes e a transição para uma sociedade mais moderna, inserindo novos hábitos a partir de um sistema de compras, local de moradia e lazer. (RACINE, 1971)

Figura 4 - Modelo dos Núcleos Múltiplos de Harris e Ullman de 1945



Fonte: Racine (1971). Adaptado pela autora.

No entanto, com o rápido crescimento econômico que se inicia na década de 1950, as relações internacionais foram reestruturadas, os fluxos de capital, de mão-de-obra e tecnologia foram estimulados, e o capitalismo passa por uma nova fase que provocou alterações estruturais na organização do espaço. Essas mudanças contribuíram para a emergência de novas perspectivas para compreensão do espaço urbano, pois a Escola de Chicago não conseguia apreender e explicar com os métodos das ciências naturais. (MARAFON, 1996)

Assim, na contramão da Escola de Chicago, os estudos sobre segregação socioespacial introduzem a tese de que os desequilíbrios econômicos e espaciais estão encravados um no outro, e começam ser analisados sob a ótica interpretativa do pensamento marxista. As discussões desse fenômeno nesses estudos, como observam Vieira e Melazzo (2003) e Negri (2008), estavam nas causas da segregação e no modo como o espaço urbano era produzido, e não apenas nas formas espaciais assumidas em determinado momento e lugar como algo comum e natural da paisagem. Em outras palavras, é possível afirmar que a matriz interpretativa de base marxista foca nos efeitos da dinâmica da acumulação do capital

sobre o espaço, bem como o espaço passa a ser produzido sob a égide do capital. Para compreender como a cidade passa a ser compreendida dentro da dinâmica de acumulação capitalista, destaca-se aqui os trabalhos de Henri Lefebvre, Jean Lojkine, Christian Topalov, Edmond Preteceille, Manuel Castells e David Harvey.

O trabalho de Lefebvre (1974) demonstra que, na sociedade capitalista, a organização do espaço urbano é uma forma de produção social que tem como base três condicionantes importantes. A primeira refere-se ao espaço urbano tratado como uma mercadoria, a segunda acontece em decorrência da primeira, que produz um acesso desigual aos espaços urbanos determinados de acordo com a classe social, e por fim, o autor acredita que, em decorrência das duas primeiras condicionantes, a apropriação do espaço acaba assumindo um tratamento ideológico.

Ao tratar da questão urbana, Castells (1983) analisa o processo de segregação socioespacial como efeito da distribuição espacial das classes sociais bem como o acesso desigual dos serviços coletivos e define as áreas segregadas como locais que contribuem para a reprodução das desigualdades entre classes. Para esse autor, a segregação residencial tem uma expressão forte quando há uma tendência à diferenciação social, que se reflete no espaço de forma intensa. O autor considera também que esse fenômeno se constitui de forma processual e não estática, pois é dinâmico e contínuo.

Gottdiener (2016) ao tratar sobre a produção social do espaço urbano faz importantes observações comparativas sobre os dois autores citados acima. Para ele, o enfoque da teoria do espaço em Manuel Castells seria semelhante à de Henri Lefebvre, pois, os dois entendem o espaço como um produto material de uma determinada formação social, que se dá a partir das relações de produção. No entanto, Gottdiener (2016) observa que enquanto Castells desenvolve uma teoria acerca dos problemas urbanos e não uma teoria da produção do espaço propriamente dita, Lefebvre aborda os significativos avanços em relação à produção do espaço, porque para ele o espaço deveria ser considerado como um elemento das forças produtivas, principalmente através de sua forma.

Lojkine (1997) é também considerado um autor marxista, ainda que suas obras apresentem maior influência de Gramsci. Para esse autor a forma como o espaço urbano se organiza sob o modelo de produção capitalista é o que resulta na divisão social do espaço nas cidades, especialmente por descrever segregação como uma forma de manifestação da renda fundiária. Para ele a relação entre segregação e preço do solo urbano é o que separa ricos e pobres no espaço, constituindo acessos desiguais à cidade. Esse autor caracteriza a cidade capitalista pela crescente concentração dos meios de consumo coletivo e pela aglomeração específica do conjunto dos meios de reprodução do capital e da força do trabalho, que são meios importantes para o desenvolvimento econômico.

Nessa perspectiva, a cidade deixa de ser compreendida *“como um dado da natureza”*, e a sua compreensão passa pela perspectiva de que ela *“é o produto da estrutura social em sua totalidade ao mesmo tempo resultado e desafio das contradições entre classes”*, portanto, precisa ser compreendida dentro da urbanização capitalista que materializa as contradições dos processos de acumulação. (TOPALOV, 1988, p. 12)

Ao tratar sobre justiça social e a cidade, Harvey (1980), apresenta discussões teóricas importantes quanto ao significado do fenômeno da segregação socioespacial. Dentre os elementos que o autor constrói para esse debate, um deles é o entendimento de que a segregação socioespacial deve ser compreendida à luz da reprodução das relações sociais dentro do sistema capitalista. Soma-se a essa primeira observação, a de que as áreas residenciais oferecem pra os moradores distintos meios de interação social e que o acesso diferenciado aos recursos necessários significa oportunidades desiguais de ascensão social. Nessa perspectiva, o autor entende que a manutenção dessa dinâmica corrobora para o controle e a reprodução do *“exército de reserva”* nas cidades segregadas.

Ao avaliar evolução da segregação social e das desigualdades urbanas na metrópole parisiense Préteceille (2003, p.38) comenta que o principal impulsionador das dinâmicas segregacionistas nas cidades francesas é a apropriação das melhores localizações residenciais pelas classes sociais mais altas, que também é a classe que define os preços fundiários e imobiliários e induz uma certa exclusão das classes sociais mais baixas que, por sua vez,

disputam as segundas melhores localizações e assim por diante. Segundo o autor esse fator é a base da hierarquização dos preços fundiários e imobiliários que coloca *“em primeira instância, a hierarquização das posições sociais dos espaços residenciais, conduzindo, ao final da cadeia, à concentração dos mais pobres nos espaços mais desvalorizados”*, ainda que essa descrição não seja suficiente pra elucidar a complexidade das estruturas espaciais observadas, em especial pela definição do que seriam as melhores localizações. No entanto, essas metrópoles assistem uma evolução da diferenciação social a partir do componente étnico-racial.

Considera-se importante destacar que as desigualdades sociais materializadas no espaço e suas formas resultantes se distinguem em função de cada contexto específico. As estruturas espaciais das cidades norte-americanas são diferentes das cidades latino-americanas, como observa Vasconcelos (2016). Em estudos sobre as cidades norte-americanas, destaca-se o de Massey e Denton (1988, p. 282 – tradução nossa) que definiram segregação residencial com base no *“grau em que dois ou mais grupos convivem separados entre si em diferentes partes do território urbano”*, enquanto o de Wilson (1987) se concentrou na segregação racial e étnica. Porém, essas noções e conceitos não podem ser automaticamente transferíveis para cidades de outros continente. Vasconcelos (2016) ainda reforça que o termo periferização, comumente utilizado para descrever as cidades brasileiras, não tem o mesmo significado para as norte-americanas

Em síntese, a lógica da produção urbana como produção capitalista do espaço é o que molda os desigualdades inscritas no espaço urbano, e isso significa afirmar que os fenômenos urbanos não representam um acidente de percurso, pois se configuram na base da estrutura de produção. Assim, não se pode perder de vista que a segregação socioespacial se fundamenta na existência da propriedade privada do solo urbano, que distingue o acesso do cidadão à moradia, induzindo à segmentação dos elementos da prática socioespacial que separa os lugares da vida enquanto elementos autônomos, além de promover acesso diferenciado aos recursos essenciais para ascensão social, e o local de moradia pode aprofundar a diferença de renda entre as diferentes classes. (HARVEY, 1980; CARLOS, 2020)

2.4 Da segregação socioespacial à fragmentação: o caso da América Latina e as especificidades do Brasil urbano

O processo de urbanização é uma tendência global, no entanto, adquire especificidades em países que são menos desenvolvidos, como é o caso dos países da América Latina. Nesses países as mudanças espaciais que ocorrem atualmente se sobrepõem às inércias do passado, como comenta Vasconcelos (2016), e ainda se expande em situações de pobreza e vulnerabilidade. Por ser um fenômeno global os estudos clássicos sobre o processo de urbanização e suas dinâmicas de apropriação são importantes para compreender as diferentes vertentes de análise, e como se dá em distintos contextos históricos e geográficos, como demonstrado na seção anterior. No entanto, também se considera importante tecer alguns contornos específicos das cidades latino-americanas, e qual contexto estrutural são determinantes para entender como as cidades brasileiras foram e são produzidas.

Existe um consenso entre Sabatini e Sierralta (2006) Vignoli (2006) e Villaça (2001) de que prevalece na realidade das cidades latino-americanas o padrão de segregação socioeconômica. Villaça (2001, p. 142), por exemplo, analisa esse fenômeno por uma vertente econômica e faz uma associação entre classes sociais e moradia. Segundo o autor, a segregação é parte de um processo em que *“... diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões ou conjuntos de bairros da metrópole”*, e as elites concentram-se em um setor da cidade no qual visam atrair investimentos públicos e privados. Vignoli (2006) também trata a segregação por uma vertente socioeconômica e comenta que nos casos mais extremos existe localizações muito específicas para cada extrato socioeconômico, sem que haja mistura entre as distintas faixas de renda. Por esse motivo, o autor considera importante a delimitação da unidade territorial quando a análise pretende compreender e mensurar o nível de segregação residencial.

Já para Sabatini e Sierralta (2006, p. 171) ao tratarem sobre segregação no contexto latino-americano, consideram 3 dimensões principais. Enquanto a primeira dimensão refere-se à tendência de certos grupos se concentrarem em algumas áreas da cidade, semelhante à definição de Villaça (2001), a segunda refere-se às periferias precárias que concentram os

moradores de rendas baixas. Por último, os autores tratam sobre a percepção subjetiva que se molda sobre o que é segregação objetiva, tanto para os que pertencem a bairros ou grupos segregados, como para os que não pertencem. Para esses autores, a segregação socioespacial é um fenômeno que pode produzir um discurso que por vezes passa a impressão de paradoxo, pois a relação entre desigualdade e segregação nem sempre é tão direta, visto que também existem situações de desigualdade em áreas que não são segregadas.

O estudo de Sabatini, Cárceres e Cerda (2001) também descrevem que o padrão de segregação que ocorreu ao longo do século XX no contexto latino-americano é semelhante ao proposto por Villaça (2001), ou seja, em grande escala, havendo a concentração das famílias de alta renda em uma área de crescimento em forma de cone, unidas ao centro. Em termos gerais, os autores definem segregação residencial como o grau de proximidade espacial de famílias que pertencem a um mesmo grupo social, podendo ser do mesmo grupo étnico, etário, religioso ou socioeconômico. No entanto, por se tratar de um estudo de cidades chilenas, a abordagem dos autores se dá a partir da segregação socioespacial do mesmo grupo socioeconômico.

Ao realizarem uma pesquisa sobre segregação em áreas metropolitanas da América-latina, Luco e Vignoli (2003) comentam que existe um consenso de que a segregação residencial representa a distribuição da população no território. Para estes autores, embora sejam observadas algumas diferenças entre algumas cidades, existe um padrão de concentração no território de grupos de alta renda em áreas que são mais integradas e conectadas às demais áreas da cidade, enquanto os grupos de renda mais baixa tendem a ser distribuídos nas áreas periféricas. Os autores complementam que a segregação também está relacionada com a proximidade física dos diferentes grupos, citando White (1983), a homogeneidade social que estrutura as divisões sociais no território, ao citar Sabatini (1999) e concentração de grupos sociais no espaço urbano, citando Sabatini, Cáceres e Cerda (2001), Rodríguez (2001), Jargowsky (1996) e Massey, White e Phua (1996).

Na geografia brasileira, as pesquisas de Corrêa (1989, 2012), Carlos (2006; 2020) e Sposito (2013) merecem destaque. Corrêa (1989, 2012) define segregação como expressão

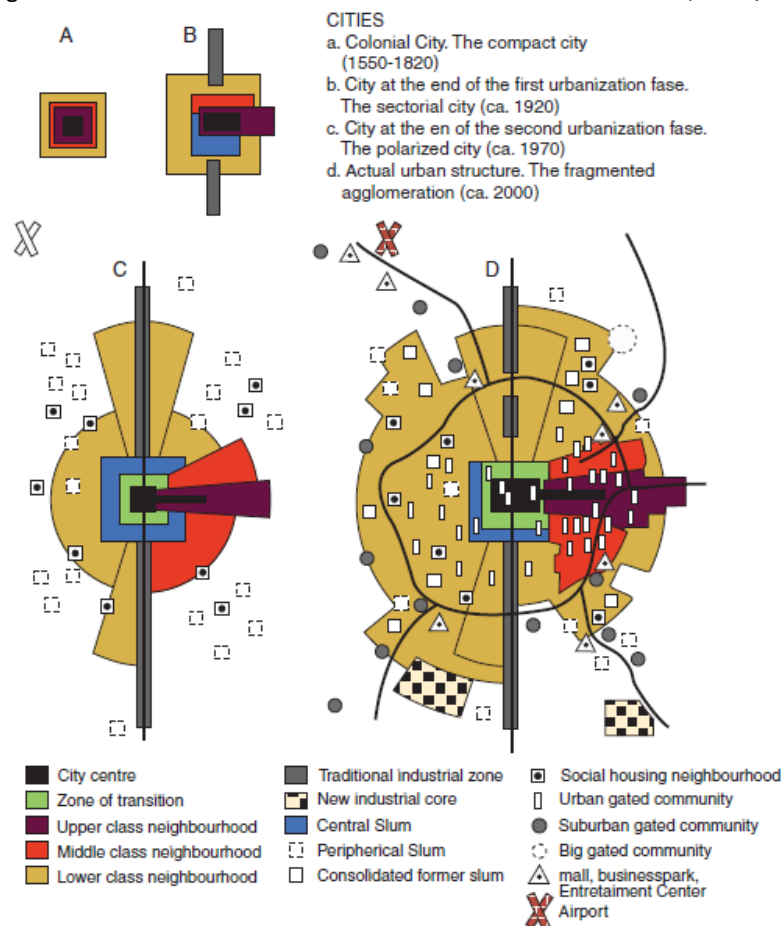
espacial das classes sociais. De modo mais recente, o autor tem trabalhado com o conceito de segregação residencial, considerada como a expressão no espaço urbano da diferença do poder econômico que cada faixa de renda possui para pagar por um local de moradia, que apresenta características diversas no que diz respeito tanto ao padrão habitacional quanto à inserção urbana. Carlos (2006; 2020) considera a segregação socioespacial como o negativo da cidade e da vida urbana. Para a autora, a segregação assume a forma de diferenciação das classes sociais na cidade a partir do acesso diferenciado de cada cidadão às benfeitorias que a cidade oferece.

Sposito (2013) considera segregação um conceito bastante complexo e por isso chama atenção para não confundirmos com os conceitos de diferenciação espacial, produção de desigualdades espaciais, exclusão social e/ou espacial, discriminação social, marginalização, estigmatização territorial entre outros. A autora aponta que vários adjetivos como o social, espacial, socioespacial, urbana, residencial, e étnica podem se agregar ao conceito de segregação, mas afirma que prefere o termo segregação socioespacial, pois acredita que a dimensão social e espacial são as dimensões de maior importância.

Ao fazer um estudo sobre a estrutura interna de cidades latino-americanas, Yujnovsky (1971) descreve três períodos com padrões distintos de segregação. O primeiro se refere ao período colonial, que ocorreu aproximadamente entre o século XVI e 1850, caracterizando-se pela centralidade da moradia das classes altas. Esse modelo é semelhante daquele identificado por Kohl-Sjoberg, e é reconhecido como padrão tradicional latino-americano. O segundo, marcado entre 1850 e 1930, ocorreu após as importantes alterações nos sistemas de transportes, com o aparecimento de bondes e trens, permitindo às classes altas afastarem-se do centro. Esse fato fez com que as principais cidades apresentassem mudanças tanto em termos funcionais como sociais e espaciais. Por fim, o último período abordado nesse trabalho, inicia-se aproximadamente em 1930, quando houve um aumento da migração campo-cidade. Nesse cenário, as classes altas se apropriam de áreas com amenidades e melhores benfeitorias urbanas, enquanto aumenta a construção de loteamentos populares e autoconstrução em um processo de expansão das periferias precárias.

Nessa mesma perspectiva, Borsdorf et al. (2002) atualiza a estrutura interna das cidades latino-americanas. Enquanto Yujnovsky (1971) descreve três períodos, Borsdorf et al. (2002) descrevem quatro fases distintas, atualizando o período mais recente. A primeira compreende o período colonial de 1550 até 1820, passando pela primeira fase de urbanização e pela imigração europeia que ocorreu de 1820 até 1920, a segunda fase de urbanização é aquela que está associada o êxodo rural de 1920 à 1970 e, finalmente, tratam sobre o mais recentes das cidades fragmentadas, que se inicia em 1970. A Figura 5 ilustra essas distintas fases de crescimento urbano sugerido pelos autores que eles denominaram de Modelo de Desenvolvimento Urbano da América Latina.

Figura 5 - Modelo de desenvolvimento urbano da América Latina, 1550/2000



Fonte: Buzai (2016)

Conforme Borsdorf et al. (2002) esclarecem, a cidade desde a sua origem vai se desenvolvendo do centro polarizado para uma cidade fortemente fragmentada. Diversas

idades brasileiras estão materializando esse mais recente padrão de segregação socioespacial a partir da produção os condomínios horizontais e loteamentos fechados, que se inserem em áreas distantes do centro, ampliando a dependência do automóvel. Em seu trabalho sobre a cidade de São Paulo, Caldeira (2000) descreve esse novo padrão a partir do que ela chamou de enclaves fortificados, que tem marcado as cidades a partir da proximidade física e do distanciamento social, pois, mesmo em casos de proximidades geográficas, as adjacências não se traduzem em interação ou coesão social entre os diferentes grupos. É nesse sentido que se observa atualmente aspectos segregacionistas residenciais tanto da população de baixa renda, como da população das rendas mais altas. Os enclaves fortificados em áreas periféricas inseriram novos conteúdos socioeconômicos que o entendimento tradicional de segregação socioespacial, estabelecida pela relação centro-periferia, já não traduz mais. Para a autora, a proliferações desses enclaves tem sido tratado como solução para o medo da violência e do crime, além de incorporar o preconceito de classe e a estigmatização de populações marginalizadas.

Os condomínios horizontais e loteamentos fechados se distinguem tanto nas formas quanto na composição social, sugerindo que a nova tendência de apropriação periférica se expande através de uma *“urbanização de status”*, e a atuação do mercado imobiliário é o que tem contribuído para aumentar ainda mais os padrões de segregação residencial que define a cidade capitalista. O crescimento dos meios de controle dos espaços, que visam fornecer espaços com segurança nesses empreendimentos fechados, também tem papel fundamental para aumentar o prestígio e o status dos moradores, de acordo com Corrêa (1989; 2013). Nessa linha de argumentação, Spósito e Góes (2013) compreendem que esses empreendimentos fechados foram legitimados a partir do discurso da violência urbana e, portanto, a construção de muros, os sistemas de controle de acesso, o monitoramento com câmeras e a permanente vigilância é o que sustenta a oferta de espaços de moradia com segurança, ao mesmo tempo que estimula um mercado de moradia de luxo distantes dos problemas das cidades.

A produção desses empreendimentos que tem reforçado a fragmentação dos espaços urbanos, seja pela produção de grandes glebas muradas, seja pelo espraiamento

horizontal da cidade. Na opinião de Carlos (2013, p. 102) eles reforçam *“uma sociedade de desiguais separados claramente pela arquitetura cujos muros e cercas não deixam dúvidas”*. Nesse contexto, essa expansão urbana mais recente, tende a modelos mais excludentes, ao invés de romper com a herança de desigualdade territorial, muito visível nas cidades brasileiras, quando reproduz novos modelos de moradia pautadas no mesmo desequilíbrio.

Villaça (2011, p. 39) também esclarece que a abordagem mais recente sobre segregação socioespacial demanda um tratamento sobre a construção de condomínios fechados, no entanto, critica os estudos por não demonstrarem de forma evidente *“as articulações entre a segregação e as esferas econômicas, políticas e ideológicas da sociedade”*, se limitando às explicações pelas demandas de segurança, pelo medo da violência urbana e dos interesses imobiliários.

Esse novo padrão de segregação socioespacial que vem sendo produzido nas periferias urbanas tem duas faces. Uma é o modelo de autosegregação que se refere aos espaços confinados, voltados para atender às demandas resultando nos loteamentos fechados e nos condomínios horizontais fechados para a população de alta renda, o mesmo que Caldeira (2000) chamou de enclave fortificado. A outra, denominada de segregação imposta, é resultado de uma política habitacional que tem sido refém da obtenção de terras ao menor custo possível, geralmente localizada em áreas mais distantes e menos atendidas por melhorias urbanas. Nesse caso, a oportunidade de escolher o local de moradia e o tipo de habitação é praticamente nula, pois dependem do menor custo possível (CORRÊA, 2013).

Ao tratar as múltiplas formas da segregação socioespacial, Sposito (2013) afirma que as cidades, além de serem segregadas, também são igualmente fragmentadas, e uma não exclui a outra. Essa fragmentação, segunda a autora, tem colocado como pano de fundo os tempos desiguais em relação ao deslocamento necessário para os cidadãos exercerem suas atividades de trabalho e lazer. Para Chetry (2014) a fragmentação urbana é um conceito utilizado em pesquisas sobre diferenciações socioespaciais que, anteriormente, utilizavam conceitos como os de centro-periferia ou de segregação socioespacial. Para este autor a noção de fragmentação urbana diz respeito à mudanças na organização social do espaço urbano que

ocorre em decorrência da inserção das metrópoles na globalização. Em síntese, a fragmentação urbana é um dos efeitos socioespaciais da globalização, que interferem tanto na mobilidade como na dispersão do espaço físico urbano.

Ao estudar novos processos de segregação na metrópole brasileira, Lago (2002) interpreta a fragmentação urbana como um novo padrão de segregação que tem como resultado a alteração da escala da segregação ao reduzir a distância física entre os mais ricos e os mais pobres, bem como a natureza desse fenômeno a partir da constituição de enclaves no tecido urbanos, autosegregando as camadas de rendas médias e altas, manipulado pela associação de espaços de pobreza com espaços de violência. Para Chetry (2014) essas modificações, em especial na América Latina, foram o resultado de um processo que tornou o modelo dual centro versus periferia incapaz de traduzir a estrutura do espaço urbano, que perdurou no período desenvolvimentista entre os anos 1940 e 1980.

Esses trabalhos reforçam a importância de considerar as particularidades das cidades latino-americanas. No entanto, considera-se importante tecer alguns contornos que são mais estruturais do contexto brasileiro em relação à sua formação política e econômica, visto que seu processo de produção está ainda encravado em estruturas do passado que são veladas pelo uso de discursos ideológicos, o que impede a população de ver que ainda há traços colonialistas por detrás deles. Nessa perspectiva, Santos (1978) observa que produção do espaço urbano demanda um quadro teórico que seja aplicável sim de forma universal, mas sem desfigurar as realidades específicas de cada país. Complementarmente, Lefebvre (2008, p. 125) comenta que a maneira de abordar a problemática urbana *“depende da estrutura econômica, social, política dos países, assim como das superestruturas ideológicas”*, mesmo que essa problemática seja de escala mundial.

No Brasil, por exemplo, a desigualdade socioeconômica é considerada como um de seus principais traços. O país está entre os 10 mais desiguais do mundo de acordo com a pesquisa coordenada por Thomas Piketty¹, visto que 27,8% da renda está detida por apenas 1% da população. Na escala das cidades, essa desigualdade socioeconômica também se

¹ Esta pesquisa pode ser acessada através da página: <https://wid.world/>

articula aos processos de natureza espacial e o fenômeno da segregação também é considerado um dos mais fundamentais para compreensão dessa articulação. Nessa perspectiva, Villaça (2011, p. 37) reforça que esse fenômeno apenas poderá ser de fato compreendido quando articulado explicitamente à desigualdade, e complementa:

(...) nenhum aspecto da sociedade brasileira poderá ser jamais explicado /compreendido se não for considerada a enorme desigualdade econômica e de poder político que ocorre em nossa sociedade. O maior problema do Brasil não é a pobreza, mas a desigualdade e a injustiça a ela associada. Desigualdade econômica e desigualdade de poder político.

(..) Transferido para o campo do urbano, a premissa dada passa a ter o seguinte enunciado: nenhum aspecto do espaço urbano brasileiro poderá ser jamais explicado/compreendido se não forem consideradas as especificidades da segregação social e econômica que caracterizam nossas metrópoles, cidades grandes e médias. (VILLAÇA, 2011, P. 37)

Considerando as especificidades do Brasil a partir de seu contexto histórico-estrutural é importante, à priori, romper com a visão de que a realidade socioespacial das nossas cidades sejam reflexos naturais do crescimento acelerado dos espaços metropolitanos. Essa é uma visão distorcida porque é como se o drama urbano, que se dá a partir da formação de favelas, do transporte público precário, da ausência de saneamento básico em alguns locais e a violência, por exemplo, fossem inerentes às grandes cidades, e explicaria as lacunas do poder público em fazer a gestão das dinâmicas de produção do espaço. É importante romper com esse olhar, pois as condições desiguais das cidades brasileiras são o reflexo espacial de graves desajustes históricos e estruturais da nossa sociedade, que tem como traço a formação nacional dependente e subdesenvolvida, e a constituição de um Estado patrimonialista. (FERREIRA, 2005)

Mesmo não sendo tarefa fácil e a presente seção propor uma breve discussão, é preciso entender as causas dos fenômenos da segregação e da fragmentação de forma mais estrutural, pois não se pode ficar preso em uma descrição espacial como mero reflexo das desigualdades socioeconômicas. É preciso entender como essa desigualdade socioeconômica é produzida no contexto brasileiro considerando as especificidades da natureza da própria sociedade brasileira. Isto é, no Brasil a desigualdade é decorrente de uma política econômica dependente, de sua condição de subdesenvolvimento, e da formação de um Estado

patrimonialista. Portanto, considera-se aqui as três características citadas anteriormente como os elementos centrais para romper com a visão de que a realidade socioespacial das nossas cidades sejam reflexos do intenso crescimento demográfico e da espacialização das desigualdades socioeconômicas.

Ao estudar as grandes etapas da formação da econômica brasileira, Dowbor (1982) comenta que a constituição de uma nação dependente é uma especificidade importante, que significa uma forma de acumulação auxiliar de uma dinâmica capitalista externa. Por isso, a definição de modo de produção capitalista dependente é quando o dinamismo econômico de um país é subordinado a outro país capitalista. Partindo de um vertente marxista, Marini (2005, p. 141) é figura central para a compreensão de um teoria da dependência. O referido autor define dependência como um elo de subordinação de algumas nações com países que são formalmente independentes *“cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”*, ou seja, esse elo se estabelece pelo fato do dinamismo econômico de um país ser condicionado pela expansão de outra economia.

Ao tratar sobre a origem do Estado brasileiro, Deák (2016) comenta que quando o país deixou de ser colônia, a nação-Estado foi constituída nos moldes da dependência econômica, que significou para o Brasil uma determinação externa da natureza do Estado e do processo de reprodução da sociedade. Complementarmente, Fernandes (2006) observa que nos países dependentes de origem colonial, suas arcaicas estruturas econômicas, sociais e políticas não sofrem grandes transformações. Ao contrário, elas foram mantidas e adaptadas de modo superficial às novas exigências postas pelo capitalismo. Para o autor:

Na fase de ruptura do regime colonial, tais estruturas alimentam e tornam possível a adaptação aos dinamismos econômicos do mercado mundial, que na realidade desencadeiam e condicionam a transição, e servem de base à gradual formação de uma economia nacional “independente”. (FERNANDES, 2006, p. 179)

De acordo com Dowbor (1982) e Marini (2005) é nessa configuração de dependência externa que o país constrói seus traços de subdesenvolvimento, que não representa uma fase prévia do desenvolvimento capitalista, representa um produto necessário à expansão do

capitalismo mundial. Portanto a condição de subdesenvolvimento é fruto de um processo histórico de inserção das economias periféricas no capitalismo global. O Brasil, sendo uma economia dependente de economias mais potentes nunca criou estruturas econômicas que fossem orientadas em função das necessidades internas. Nessa mesma perspectiva, Oliveira (2003, p.83) define subdesenvolvimento como uma *“produção da dependência pela conjunção de lugar na divisão internacional do trabalho capitalista e articulação dos interesses internos”* e que isso não tem relação com uma evolução truncada. Ao refletir sobre porque a modernização das estruturas e também da industrialização no Brasil não rompeu com sua condição de subdesenvolvimento, Dowbor (1982, p.4) comenta que:

Julgava-se enfim que a industrialização levaria à formação de uma 'burguesia nacional' com vocação hegemônica, interessada em romper as bases agrolatifundiárias da dominação oligárquica e em promover a emancipação destas nações das relações de subordinação que as ligava aos países de alto desenvolvimento capitalista. Porém, o que vemos são novas e mais graves modalidades de dependência internacional e um acordo perfeito entre as diferentes facções das classes dominantes, no que concerne ao projeto de desenvolvimento. (DOWBOR, 1982, p.4)

Nessa perspectiva, Santos (1982) defende a construção do conceito de país subdesenvolvido industrializado para romper com a ideia de que o processo de industrialização seria considerado como fator essencial para construir sua condição de desenvolvimento, e que estariam de um lado os países industrializados, e do outro os países subdesenvolvidos ou não-industrializados. Ao contrário, o autor verificou que a industrialização de alguns países impulsionava a condição de subdesenvolvimento, como o Brasil, Argentina, México, Índia, Egito e, talvez, África do Sul.

Em síntese, a expansão da industrialização de um país não significa obrigatoriamente a construção da condição de desenvolvimento e Ferreira (2005) comenta que a mudança para um novo paradigma econômico a partir da abertura ao capital internacional que ocorreu na década de 1950 durante o governo Kubitschek, que alguns estudiosos sobre a formação da nação como Caio Prado Jr e Florestan Fernandes, consideraram como o momento de negação definitiva para qualquer possibilidade de construir uma economia capitalista que fosse minimamente autônoma e distributiva, e esse fato deixaria ainda mais evidente as condições

de extrema desigualdade no acesso à terra urbana. Para o autor, é nesse momento que a industrialização brasileira passou por uma inflexão expressiva garantindo o “milagre econômico” que colocou o país na oitava economia do mundo. Entretanto, esse crescimento econômico pautado na crescente industrialização provocou dois problemas: um padrão congênito de atraso tecnológico, visto que as indústrias que se instalavam no país, traziam consigo tecnologias que já eram obsoletas em seus países de origem e, somado à isso, esse processo estava associado à um padrão de alta concentração de renda, já que se pautava na manutenção de uma mão-de-obra de baixo custo.

Ainda para o autor, a manutenção da mão-de-obra de baixo custo foi considerada uma oportunidade de investimento em economias periféricas em fase de industrialização, que ocorreu em diversos países dependentes, representando um cenário ideal para o desenvolvimento da economia capitalista em expansão. E é nessa mesma fase que as políticas keynesianas norte-americanas, que propunha maior intervenção do Estado com o New Deal do presidente Roosevelt após a crise de 29, e as políticas de implantação do Estado do Bem-Estar Social na Europa no pós-guerra, representavam uma tentativa de regular, pela mediação do Estado, os interesses do capital e do trabalho. Nesse cenário a possibilidade de realização da mais-valia, ao aumentar significativamente os custos de reprodução da classe trabalhadora a partir da mediação do Estado, diminuía as taxas de lucratividade. Aqui vale observar que aumento da mais-valia é reflexo de uma maior exploração do trabalhador e não tem relação com o incremento da capacidade produtiva, como bem observa Marini (2005).

E foi assim que os países dependentes e subdesenvolvidos inseridos na periferia do capitalismo como o Brasil, em sua fase de expansão industrial, significou importante oportunidade de investimentos, em função do “*exército industrial de reserva*” representado pela população agrária pobre do Nordeste, disponível para migrar para as cidades industriais em busca de emprego, ainda que por salários extremamente baixos. A chegada das indústrias multinacionais no Brasil atendeu os interesses da exploração da mão-de-obra barata e o da elite brasileira, ao perpetuar sua hegemonia interna, utilizando-se para isso o controle sobre o próprio Estado. Por isso que o Estado não criou exigências que aumentassem o custo de reprodução da força de trabalho, entre elas a de instalação de infraestrutura urbana e de

moradia. Em síntese, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil foi caracterizado pela ampla mobilização da mão de barata que conformava o exército de reserva. (FERREIRA, 2005; SINGER, 1973)

Ao fazer uma análise sobre os traços da dependência na América Latina com bases nos estudos de Manuel Castells e Quijano, Singer (1973) comenta que o capitalismo nacional produziu uma urbanização equilibrada que a inserção do capital estrangeiro converteu. Para o autor, é o capital estrangeiro que hoje produz as contradições sociais no espaço. É nesse contexto que a urbanização latino-americana dependente e subdesenvolvida transfere as estruturas econômicas e sociais para o espaço. Em outras palavras, a urbanização está diretamente correlacionada com as forças produtivas, e se dá diante da convivência entre estruturas arcaicas herdadas do passado, e modernas oriundas da difusão tecnológica de países mais adiantados para países mais atrasados. O processo de modernização que vem com a industrialização substitutiva não é capaz de levar a economia periférica à condição do desenvolvimento. E assim, os meios de transporte urbanos, assim como a habitação, expressam, no caso brasileiro, as contradições do capitalismo subdesenvolvido e a ambiguidade de serem, paradoxalmente, mais próximos a bens de consumo, cujo acesso é garantido pela via do mercado, do que direitos sociais. Em síntese, a desigualdade presente no urbano é a história do processo de consolidação do capitalismo subdesenvolvido.

Diante desse cenário, vale ressaltar que a desigualdade social nas cidades brasileiras também tem suas causas na formação de um Estado patrimonialista, que se caracteriza pela tensão entre o interesse público e o privado, pelas dinâmicas de exploração do trabalho que foram impostas pelas classes dominantes desde o Brasil colônia, além do controle que essas classes dominantes detinham em relação ao processo de acesso à terra, tanto rural como urbana. Ainda que a segregação socioespacial já era visível no século XIX como consequência da herança colonial e escravocrata, foi com o intenso processo de industrialização da segunda metade do século XX, que o fluxo migratório campo-cidade intensificou o caos urbano no país (BONDUKI, 1998; KOWARICK, 1993).

Fazendo referência ao estudo de Raimundo Faoro, Ferreira (2005) fala sobre como o Estado brasileiro patrimonialista se aprimorou como um instrumento de controle das elites, pois suas ações não estavam de acordo com o sentido público do Estado do Bem-Estar Social, como deveria ser em sua essência. Para o autor, o sentido público do Estado brasileiro sempre foi restrito a uma parcela pequena da população. Para Maricato (1996), no que diz respeito ao urbano, a ausência de apoio público durante o processo de crescimento provocado pela indústria levou ao que ela chama de *“urbanização da industrialização com baixos salários”* que foi possível pelo pacto estrutural entre os antigos proprietários rurais com a chamada burguesia urbana, que assegurou mudanças sem rupturas. Complementarmente, a migração dos mais pobres para a cidade em um processo de urbanização tardia e acelerada, provocou o que Dowbor (1998) chamou de urbanização descapitalizada com impacto negativo tanto na saúde como no meio ambiente. Para este autor, a urbanização brasileira deslocou espacialmente os problemas do campo para as cidades e, portanto, hoje elas apresentam um conjunto de gargalos modernos e uma máquina de governo característica das demandas institucionais da metade do século XX.

Dessa forma, as cidades brasileiras materializam o processo industrial pautado na forte exploração da força de trabalho e na exclusão social mas, o espaço construído, faz muito mais que do simplesmente materializar. Sendo parte que integra os atributos que assume o processo de acumulação capitalista no país, o espaço urbano se instaura como polo moderno concomitantemente em que é objeto e sujeito da reprodução de novas maneiras arcaicas em seu interior. Em outras palavras, o desenvolvimento desigual das cidades brasileiras, ao invés de romper com a herança do atraso, acabou redefinindo antigas relações de reprodução do capital.

2.5 Marcos teóricos-empíricos sobre os efeitos do espaço urbano sobre o social

Com o crescimento e a concentração da pobreza nos guetos negros das grandes cidades norte-americanas, que no final da década de 1980 se renova o interesse por esses debates. A partir de então começam a ser publicados diversos novos estudos que partiam da hipótese de que as realizações socioeconômicas estavam associadas à localização geográfica

ou à composição social dos espaços urbanos. Em outras palavras, isso significa que tais estudos buscavam entender o papel do local de moradia na construção de redes de sociabilidade ou no acesso a oportunidades que explicassem, por exemplo, renda, inserção no mercado de trabalho, gravidez na adolescência, e desempenho escolar. (BORGES, CARVALHO, 2017)

Nesse contexto, a obra de Wilson (1987) *The truly disadvantaged*, é considerada como um estudo pioneiro no tratamento dos impactos da segregação urbana sobre as oportunidades individuais. Neste livro o autor analisa os efeitos do espaço tendo como foco o isolamento dos pobres urbanos em metrópoles norte-americanas. Wilson (1987) avalia a concentração homogênea de população de baixa renda como um fator negativo para a superação da pobreza e conclui que, se essas famílias morassem em áreas mais heterogêneas, teriam mais condições de superar a reprodução das desigualdades sociais. Ainda para esse autor, escola e emprego têm uma relação importante, pois o acesso ao mercado de trabalho também é influenciado pelo acesso a uma escolarização de qualidade. Em outras palavras, a obra desse autor parte da hipótese de que viver em uma vizinhança que tem como característica alta concentração de pobreza, pode interferir de forma negativa nas oportunidades de vida de uma pessoa, independentemente do nível de pobreza do indivíduo.

Desde então, outros estudos deram continuidade nas investigações em cidades norte-americanas para verificar se a concentração de grupos em situações desvantajosas dava espaço para a reprodução das desigualdades, seja pela internalização de modelos não exitosos, seja pela estrutura social que tendia a manter os adultos nas mesmas posições. Apesar de partirem de perspectivas teóricas distintas, todos sustentam o pressuposto de que o local de moradia e suas diversas características influenciam nos resultados individuais no mercado de trabalho, nos resultados escolares entre outros resultados que podem influenciar na vida do indivíduo.

Assim, além do trabalho seminal de Wilson (1987), existem outros marcos teóricos-empíricos que permitem tanto conhecer melhor as consequências da segregação, quanto a sua relação com a vulnerabilidade. O primeiro deles é o que denomina-se de Efeito de Bairro,

que visa captar a influência da concentração espacial da pobreza e foi desenvolvido por Jencks e Mayer (1990). O segundo parte do pressuposto que existe uma Geografia de Oportunidades, sistematizado no trabalho de Galster e Killen (1995), e por fim, a existência de uma Estrutura de Oportunidade desenvolvida por Kaztman (1999) no contexto latino-americano.

Partindo dessa breve introdução, esta seção propõe uma síntese de importantes marcos teóricos e empíricos sobre os efeitos do espaço urbano sobre o social, que vislumbram métodos mais ilustrativos sobre esses efeitos. Assim, a presente pesquisa terá como base 4 teorias importantes que sustentam o pressuposto de que o espaço importa para os resultados sociais, sendo eles, Efeito Território ou Efeito Vizinhança, Efeitos de Bairro, Geografia de Oportunidade e Estrutura de Oportunidades. O Quadro 2, apresenta um síntese desses conceitos e suas principais referências.

Quadro 2 - Síntese dos marcos teóricos e empíricos sobre os efeitos do espaço urbano sobre o social

PRINCIPAIS MARCOS TEÓRICOS-EMPÍRICOS	
EFEITO TERRITÓRIO EFEITO VIZINHANÇA	Benefícios ou prejuízos socioeconômicos que acometem alguns grupos sociais em função da sua localização no espaço social das cidades. A teoria não pressupõe uma ação determinista do espaço sobre as relações sociais, mas investiga as inter-relações entre as características dos espaços, homogêneos ou heterogêneos, com as características dos grupos sociais.
Principais obras:	
WILSON, William J. <i>The truly disadvantaged: the inner city, the underclass, and public policy</i> . Chicago: University of Chicago Press, 1990.	
SMALL M. L.; NEWMAN K. Urban poverty after 'The truly disadvantaged': the rediscovery of the family, the neighborhood, and culture. <i>Annual Review Sociology</i> , Palo Alto, v. 27, p. 23-45, Aug. 2001.	
EFETOS DO BAIRRO	Essa teoria estuda a influência da concentração espacial da pobreza, por considerar que o contexto demográfico em bairros mais pobres pode induzir comportamentos, normas e valores negativos. Para essa teoria, em áreas onde há concentração de pobreza existem certos elementos localizados geograficamente no bairro e nas redes sociais locais que atingem negativamente as pessoas que ali moram.

Principal obra

JENCKS E MAYER. The social consequences of growing up in poor neighborhood, In: Laurence E., Lyn Jr. e Michael G. H. Macgery. Inner-Cities poverty in USA. Washington DC: National Academy Press, 1990, p. 111-66.

GEOGRAFIA DE OPORTUNIDADE

A noção de Geografia de Oportunidades se refere à distribuição desigual das oportunidades no espaço urbano. Esse conceito parte da hipótese de que a estrutura, distribuição e o acesso desigual a oportunidades sociais, assim como a própria percepção destas oportunidades, ou a Geografia Subjetiva de Oportunidades, variariam de acordo com as características socioeconômicas dos bairros.

Principal obra

GALSTER, G.C. KILLEN, S.P. The geography of metropolitan opportunity: A reconnaissance and conceptual framework. Housing policy debate, Vol. 6, Issue 1. 1995.

ESTRUTURA DE OPORTUNIDADES

As estruturas de oportunidades são definidas como probabilidades de acesso a bens, a serviços ou realização de atividades. Essas oportunidades afetam o bem-estar dos agregados familiares, por que porque permitem ou facilitam que os membros do agregado familiar usem as suas recursos próprios ou porque lhes fornecem novos recursos.

Principal obra

KAZTMAN, R. Activos y estructuras de oportunidades: un estudio sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay. Montevideo: Comisión Económica para América Latina/Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, 1999.

Fonte: Elaborado pela autora.

A pesquisa desenvolvida por Jencks e Mayer (1990) foi uma das primeiras revisões importantes após o livro de Wilson (1987). Nessa pesquisa os autores desenvolvem a teoria denominada Efeito do Bairro e qualificam os trabalhos em duas óticas que se contrapõem: enquanto a primeira tem como premissa o princípio de que vizinhos bem-sucedidos estimulariam o desenvolvimento de comportamentos mais positivos, a segunda inverte esta lógica e afirma que a presença de vizinhos bem-sucedidos estimula de forma negativa o comportamento dos indivíduos. Para os autores, cada ótica apresenta distintos mecanismos explicativos, seja ela positiva ou negativa de como a vizinhança interfere sobre os moradores do local.

Ainda sobre o trabalho de Jencks e Mayer (1990) cabe ressaltar que eles reuniram mecanismos vinculados ao papel de socialização da vizinhança/bairro em três grupos mais abrangentes. O primeiro refere-se à influência de pares ou modelos epidêmicos, que

pressupõem que as crianças tendem a socializar e a adotar comportamentos que representam aqueles adotados por seus pares, ou seja, por sua vizinhança. O segundo refere-se aos modelos de socialização coletiva, ou seja, as crianças que crescem em áreas segregadas ou homogeneamente pobres estariam distantes de modelos de papel social de adultos da classe sociais maiores e de modelos bem-sucedidos. Como foi visto no trabalho de Wilson (1987), a presença de classes sociais superiores em bairros mais centrais forneceu modelos de papel social que nutriam a percepção de que a educação seria uma alternativa viável. Por último, o modelo institucional, também considerado um modelo de socialização, está baseado na influência dos adultos sobre o comportamento de crianças e adolescentes, mas por aqueles que trabalham em instituições de ensino de bairros segregados. (KOLINSKI, ALVES, 2012; SALATA 2007; KOLINSKI, ALVES E LANGE (2013)

Posteriormente ao trabalho de Jencks e Mayer (1990), a pesquisa de Small e Newman (2001), faz uma revisão importante sobre o Efeito Vizinhança. Os autores apresentam uma distinção entre duas categorias de modelos explicativos mais gerais: mecanismos de socialização e mecanismos instrumentais. O primeiro, se aproxima bastante daqueles que foram estudados por Jencks e Mayer (1990), em que o bairro é tratado como uma instância socializadora capaz de condicionar as ações do moradores. Small e Newman (2001) partem do pressuposto de uma certa passividade dos indivíduos frente as forças socializadoras da vizinhança. Já o segundo, que se refere aos modelos instrumentais tem como foco os limites impostos no contexto da vizinhança sobre a ação dos indivíduos. Oposto aos modelos de socialização, os instrumentais focam nos adultos que residem na vizinhança. Esses dois mecanismos propostos por de Small e Newman (2001) se aproximam dos argumentos de Wilson (1987) por considerarem que vizinhanças pobres apartam os indivíduos de redes sociais que poderiam ajudar no acesso à informações sobre oportunidades de trabalho e no acesso à informações sobre boas escolas. (KOLINSKI, ALVES, 2012)

Ao abordar os limites dos estudos de Efeito Vizinhança, Kolinski e Alves (2012) apresentam argumentações de autores que são referências nesses estudos. A primeira, referenciando o trabalho de Small (2004) questiona que, em geral, esses estudos não associam os argumentos estruturais sobre o impacto da vizinhança no isolamento social, como o fato

de que indivíduos escolhem participar ou não em determinadas atividades e redes circunscritas no seu entorno. A segunda, citando o trabalho de Sampson (2012) comenta que esses estudos precisam compreender melhor como as escolhas dos indivíduos se combinam para criar determinados contextos sociais que, por sua vez, determinam novas escolhas.

Outro estudo importante sobre Efeito Vizinhança é o de Ellen e Turner (1997). Nesse estudo os autores argumentam que a desigual distribuição de serviços locais é um dos principais mecanismos pelo qual o efeito vizinhança opera. Ao tratar sobre a temática da educação, os autores comentam que quando as escolas estão inseridas em áreas menos integradas à cidade, a tendência é que essas escolas tenham menor recurso pedagógico, bem como menor participação dos pais, além de professores com menos experiência.

Outra importante referência teórica-empírica é a Geografia de Oportunidades desenvolvida por Galster e Killen (1995), que parte da generalização dos argumentos de isolamento social propostos por Wilson (1987), como explicam Kolinski e Alves (2012). Essa teoria considera tanto a dimensão objetiva, que avalia o impacto da segregação a partir da distribuição espacial de instituições, de mercados, de bens e de serviços, como a dimensão subjetiva, que avalia esse impacto dando enfoque aos valores, anseios, preferências e percepções das oportunidades que estão objetivadas no espaço. Em outras palavras, enquanto a Geografia Objetiva de Oportunidades diz respeito aos dispositivos urbanos que se diferenciam no espaço urbano entre uma área e outra, como os sistemas sociais, mercados e instituições, a Geografia Subjetiva de Oportunidades investiga valores, aspirações, preferências e percepções sobre as oportunidades e os resultados da tomada de decisões.

Em sua pesquisa, Kolinski e Alves (2012) observam que os modelos instrumentais debatido por Small e Newman (2001) se assemelha a várias ideias e processos apresentados pela Geografia de Oportunidades, pois, os modelos instrumentais relacionam o processo de tomada de decisões com o contexto geográfico dos indivíduos. Vale ressaltar também que a Geografia de Oportunidades está fortemente vinculada aos mecanismos da segregação socioespacial, por afetar objetivamente a estrutura das oportunidades. Essa teoria foi amplamente discutida partindo da relação entre desajuste espacial e mercado de trabalho,

mas também para compreender as barreiras espaciais no acesso à educação, que por influenciar nas oportunidades e nas escolhas das escolas oferecidas pela vizinhança, tanto pela quantidade como pela qualidade.

Pode-se afirmar que a grosso modo as teorias desenvolvidas partem da noção de Efeito Vizinhança, que foca no impacto da concentração da pobreza sobre desfechos escolares individuais, como abandono escolar, repetência e aprendizagem, em grande parte desenvolvidas por estudos no campo da sociologia da educação, em estudos de natureza quantitativa. Já a teoria de Geografia de Oportunidades foi desenvolvida por estudos que verificam as desigualdades, mas pautada na ideia de que tanto a estrutura, a qualidade e o acesso a oportunidades, bem como a percepção sobre essas oportunidades podem variar de acordo com as características socioeconômicas dos bairros vizinhos. (KOLINSKI, ALVES, 2012)

No contexto latino-americano, Kaztman (1999) elabora um trabalho que também parte do pressuposto que morar em áreas com alto nível de pobreza pode prejudicar os indivíduos a superarem sua frágil condição social. O autor justificou que seu interesse por esse debate se deu pelo crescimento e intensificação, desde as últimas décadas do século XX, da concentração da pobreza e da vulnerabilidade nas cidades latino-americanas. Nessa perspectiva, Kaztman (1999) desenvolve o que ele chama de Enfoque de Ativos, Vulnerabilidade e Estrutura de Oportunidades que se define como possibilidade de acesso a bens e serviços e ao desempenho de atividades que proporcionem um nível aceitável de bem-estar social, que está diretamente atrelado ao acesso a emprego de qualidade, ao pleno emprego. Para o autor, a fragilidade nas relações sociais tem um papel fundamental, pois, o isolamento social das áreas segregadas tende a contribuir para redução de oportunidades das famílias residentes nesses locais.

Esse enfoque proporciona o elo que auxilia na compreensão dos efeitos da segregação socioeconômica sem perder de vista nem a Estrutura de Oportunidades, nem a capacidade de agência dos indivíduos. Complementarmente, em conjunto com a dimensão subjetiva da Geografia de Oportunidades, permite entender a relação que existe entre a segregação residencial e a vulnerabilidade social. (FLORES, 2008)

Katzman (1999) e Kaztman e Figueira (2006) definem um conjunto de ativos que são considerados primordiais para melhor aproveitamento da Estrutura de Oportunidades. O enfoque AVEO² considera como ativos os recursos que permitem à família aproveitar as oportunidades disponíveis em um determinado momento e espaço, para melhorar o bem-estar no futuro, e sugerem como fonte dos ativos disponíveis para os indivíduos e/ou famílias, a seguinte classificação:

1) Capital físico: que diz respeito a todos os meios essenciais para a busca de bem-estar. Estes poderiam ainda ser divididos em capital físico como a posse de moradia, terra, máquinas, animais, bens duráveis relevantes para a reprodução social, ou capital financeiro, cuja característica seriam as altas liquidez e multifuncionalidade, envolvendo poupança e crédito, além de formas de seguro e proteção.

2) Capital humano: que significa trabalho como ativo principal e o valor a ele agregado pelos investimentos em saúde e educação, os quais implicariam maior ou menor capacidade física para o trabalho, qualificação etc.

3) Capital social: incluiria as redes de reciprocidade, confiança, contatos e acesso à informação.

Esses estudos deixam evidente que o espaço representa um dos elementos constituintes fundamentais para compreender a sociedade, e ilustram de forma mais consolidada a presença de uma forte relação entre espaço urbano e formação social. Nessa perspectiva, Lefebvre (1991) descreve que o espaço não é considerado como mero reflexo das relações sociais de produção, mas também deve ser compreendido como expressão dessas relações e, simultaneamente, considerar sua incidência sobre elas. Para o autor, o espaço configura o lócus da produção mas também da reprodução das relações sociais de produção e, portanto, não pode ser considerado como local passivo em que se desenrolam as relações sociais, mas a própria práxis social a partir da qual se constrói o espaço e a sociedade. Em síntese, esses estudos mostram que o espaço urbano não é apenas uma arena em que os

² AVEO: Ativos, Vulnerabilidade e Estrutura de Oportunidades

conflitos de classe se expressam, mas é local onde as relações de classe se constituem e se reproduzem, seja pelos Efeitos Território ou Efeitos Vizinhança, pelos Efeitos de Bairro, ou pela Geografia de Oportunidade e Estrutura de Oportunidades.

2.6 Abordagens empíricas sobre os efeitos do espaço urbano sobre o social em cidades da América Latina

Na seção anterior, vimos que pensar a relação entre espaço urbano e a formação social constitui uma vertente que não é novidade na agenda dos estudos urbanos. No entanto, para atender os objetivos da presente Tese, esta seção tem dois objetivos centrais. O primeiro é o de verificar os efeitos do espaço urbano sobre o contexto social latino-americano em estudos que partiram dos marcos teóricos-empíricos citados na seção anterior. O segundo objetivo implica em uma visita crítica desses estudos em relação às unidades espaciais adotadas, na intenção de avaliar se o espaço é tratado como mero artifício para agrupar quantidades, nos estudos quantitativos, ou como palco para o desenrolar de vidas e trajetórias, nas abordagens qualitativas. Os estudos consultados estão sistematizados no Quadro 3.

Quadro 3 - Estudos empíricos analisados que têm como base a teoria de Efeito Vizinhança, Efeito de Bairro, Geografia de Oportunidades e o enfoque Ativos, Vulnerabilidade e Estrutura de Oportunidades

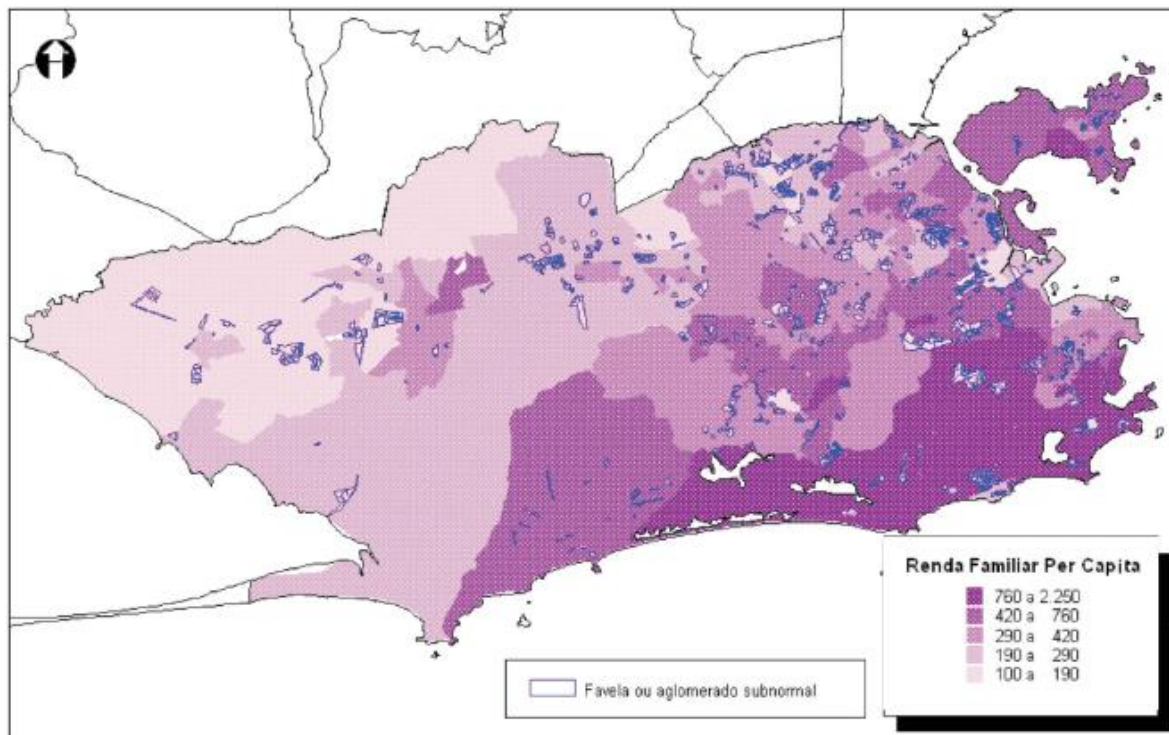
ESTUDOS EMPÍRICOS NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO			
MARCO TEÓRICO	TRABALHOS	TEMA/ABORDAGEM	UNIDADE ESPACIAL
EFEITO TERRITÓRIO EFEITO VIZINHANÇA	Borges e Carvalho (2012)	Trabalho	Regiões Administrativas
	Alves, Franco e Ribeiro (2008)	Educação	Setores Censitários
	Christóvão, Zuccarelli e Cid (2008)	Educação	Regiões Administrativas
	Érnica e Batista (2012)	Educação	Setores Censitários
EFEITO DE BAIRRO	Molinatti (2013)	Trabalho	Setores Censitários
	Flores (2008)	Educação	Não espacializa dados em nenhuma unidade espacial

GEOGRAFIA DE OPORTUNIDADES	Kolinski, Alves e Lange (2013)	Educação	Regiões Administrativas
	Lima e Araújo (2016)	Educação	Setores Censitários
	Molinatti (2013)	Trabalho	Setores Censitários
	Paula e Nogueira (2018)	Educação	Áreas de ponderação do IBGE
	Flores (2008)	Educação	Não espacializa dados em nenhuma unidade espacial
	Alves, Lange e Bonamino (2010)	Educação	Setores Censitários
ATIVOS, VULNERABILIDADE E ESTRUTURA DE OPORTUNIDADES	Flores (2008)	Educação	Não espacializa dados em nenhuma unidade espacial

Fonte: Elaborado pela autora

Tendo como perspectiva a teoria do Efeito de Vizinhança para compreender a relação entre segregação residencial e desigualdade escolar, Alves, Franco e Ribeiro (2008) analisaram os riscos de defasagens de moradores de favelas na cidade do Rio de Janeiro. A partir dos dados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE, os autores consideraram a renda familiar per capita para as Áreas de Ponderação, que correspondem a aglomerados de setores censitários, e os setores censitários considerados subnormais (áreas de favelas) foram agrupados em 39 unidades específicas, como mostra a Figura 6. Na figura é possível verificar a existência de favelas espalhadas pela cidade, e também favelas presentes em áreas mais nobres, evidenciando que essa dinâmica socioespacial é uma expressão bem marcada na cidade carioca.

Figura 6 - Divisão Sócio-Territorial e Localização das Favelas na cidade do Rio de Janeiro



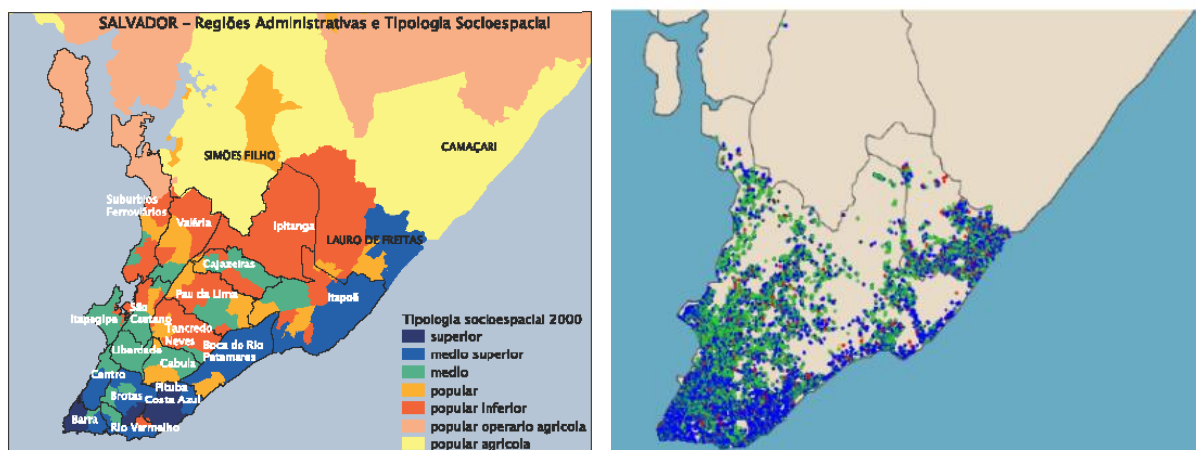
Fonte: Alves, Franco e Ribeiro (2008)

Os autores constataram uma relação entre os riscos de atraso escolar de crianças e jovens de 7 a 17 anos em diferentes contextos sociais em áreas de segregação residencial e demonstraram que, além da relação entre moradia em favela e maior risco de defasagem educacional, existe um risco menor de evasão escolar em moradores de favelas localizadas em bairros abastados, pela valorização dessas favelas se associarem com determinadas vantagens, tanto pelo acesso ao mercado de trabalho como pelo acesso a equipamentos urbanos.

Ao propor uma discussão sobre o Efeito Território para verificar como o local de moradia interfere no acesso ao mercado de trabalho, Borges e Carvalho (2012) realizam um estudo sobre a cidade de Salvador, a partir dos dados do IBGE, especializados nas Regiões Administrativas, bem como a distribuição de empregos a partir das informações obtidas no Ministério do Trabalho, como mostra a Figura 7. Com essas informações espacializadas, o trabalho verificou que a distribuição das atividades econômicas é concentrada em algumas regiões. Os autores mostram que essa concentração de emprego em Salvador ocorre no

centro administrativo e econômico e, portanto, privilegia as famílias que moram próximas ou em regiões que são dotadas de melhores infraestruturas viárias, onde também estão concentradas famílias de rendas mais altas.

Figura 7 - Tipologia Socioespacial (esquerda) e Estabelecimentos por Grande Setor de Atividade (direita) na cidade de Salvador



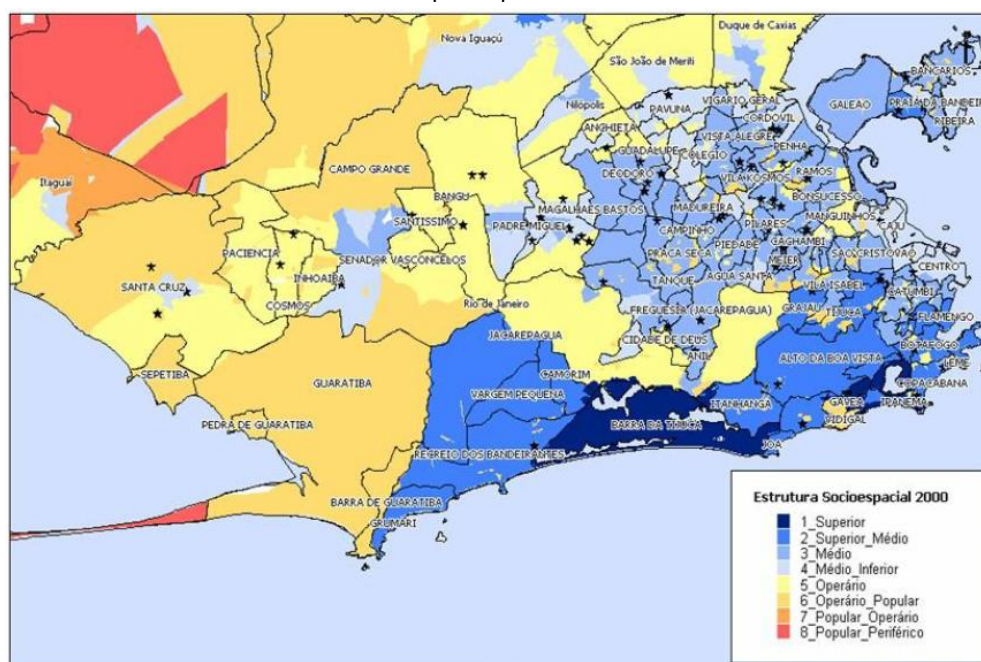
Fonte: Borges e Carvalho (2012)

Nessa pesquisa os autores concluíram que em Salvador a distribuição espacial dos postos de trabalhos formais impacta de forma negativa os moradores das áreas pobres e precárias, pois, ficam aprisionados em espaços que não disponibilizam tantas oportunidades para melhoramento da sua condição social. Para os autores, a distância dos moradores mais pobres às áreas que concentram ofertas de trabalhos, forçam esses moradores a buscar nos espaços mais privilegiados da cidade, condições para sua sobrevivência. No entanto, somado à distância, é necessário também considerar a carência do transporte público que impõe a esses trabalhadores, custos adicionais como o tempo gasto diariamente em seus deslocamentos de casa para o trabalho e vice-versa, além dos custos com as tarifas do transporte público.

Ao escreverem um ensaio sobre os impactos do território no êxito escolar, Christóvão, Zuccarelli e Cid (2008) optam por olhar simultaneamente para a escola e seu entorno, no intuito de propor uma relação entre Efeito Vizinhança e Efeito Escola. Nesse ensaio os autores delimitam as 15 escolas participantes sobre a estrutura socioespacial em

Regiões Administrativas, como mostra a Figura 8. Os resultados preliminares foram coletados no banco de dados produzido pelo grupo de pesquisa *Testando os “efeito vizinhança” e “efeito escola”* na explicação dos diferenciais de desempenho escolar, coordenado pelo professor Luiz César Queiroz Ribeiro ao longo dos anos de 2005 e 2006, e permitiram verificar em questionário que escolas situadas em áreas de perfil sócio-ocupacional mais alto possuem melhores rendimentos educacionais. Uma das escolas situadas em área de alta renda com baixo resultado no IDEB constatou sua relação de proximidade física com o Morro do Borel, composto por famílias de baixa renda e corroboraram com a hipótese de que algumas escolas podem ter sua eficácia ameaçada por fatores externos à escola, por aquilo que vimos na teoria Efeito Vizinhança.

Figura 8 - Estrutura socioespacial do Rio de Janeiro (2000) e localização das 15 escolas públicas e privadas participantes



Fonte: Christóvão, Zuccarelli e Cid (2008)

Posteriormente, os mesmos autores realizaram um trabalho de ordem mais qualitativa baseado em etnografias em cinco escolas, e uma delas foi selecionada por conta de seu excelente desempenho nas avaliações do INEP, com o intuito de se aproximar de aspectos que, algumas vezes não são apreendidos nos questionários. Nessa etapa da pesquisa

foram realizadas entrevistas e observação participante para se compreender melhor a escola e a vizinhança a partir dos seguintes aspectos: 1) observação dos momentos de entrada e saída dos estudantes, que visava apreender as relações sociais específicas de cada aluno ou de um grupo de alunos; 2) observação do ambiente da escola buscando identificar os diferentes atores e seus papéis sociais na escola; 3) observação do recreio, quer para identificação de grupos de afinidade e de rejeição, quer para a compreensão de visões de mundo dos alunos e seus projetos de vida relacionado às experiências escolares e/ou de moradia; 4) observação das aulas, para apreender a relação entre professores e alunos de forma mais direta; 5) participação nas reuniões de pais para verificar a relação destes com a escola; 6) entrevistas com os professores, diretores e outros funcionários; 7) conversas sistemáticas com os alunos selecionados de acordo com seu bom ou mau desempenho para captar suas percepções sobre a escola, o bairro em que vivem, os amigos e a família; 8) atividades lúdicas junto aos alunos, estimulando-os a expressarem, por meio de desenho (dos seus trajetos casa-escola), suas interações com a vizinhança, para verificar como eles interagem com os dispositivos urbanos do entorno.

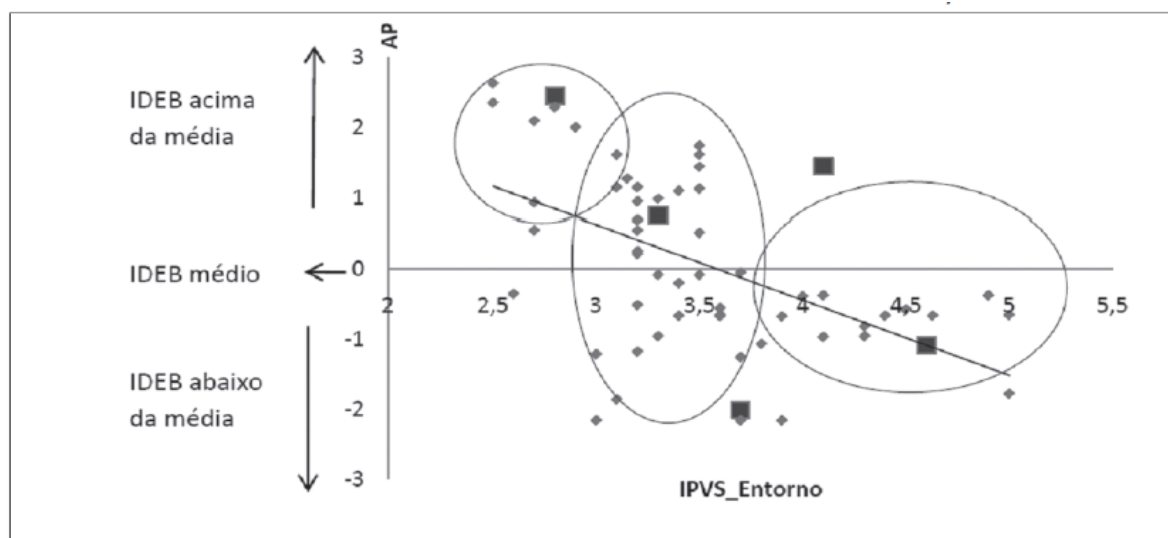
A síntese de todas as etapas sugeriu que aspectos relacionados ao território podem influenciar nos resultados escolares, no entanto, os autores ressaltam que não significa, obrigatoriamente, que as escolas localizadas próximas às favelas são piores do que as outras, pois, precisariam de mais estudos para conhecer melhor o bairro, a moradia dos alunos e funcionamento das escolas. De qualquer forma, ao autores afirmam que algumas escolas podem sim ter sua eficácia ameaçada por fatores externos elas, e que a noção de Efeito de Vizinhança, por mais que tenha surgido para se pensar os guetos norte-americanos, poderia corroborar para melhor compreender as comunidades mais carentes do Rio de Janeiro.

O trabalho de Érnica e Batista (2012) buscou explorar a hipótese da teoria de Efeito de Território sobre as oportunidades educacionais, correlacionando os níveis de vulnerabilidade social da vizinhança da escola com a qualidade no desempenho dos estudantes. Esse trabalho foi realizado na subprefeitura de São Miguel Paulista, que possui cerca de 400 mil habitantes e fica situada no extremo Leste do município de São Paulo. De

modo geral, essa subprefeitura tem indicadores de qualidade de vida mais baixos que os das áreas centrais do município de São Paulo.

A caracterização do território em torno das escolas foi feita a partir da média do IPVS - Índice Paulista de Vulnerabilidade Social, dos setores censitários tocados em um raio de 1 km a partir de cada estabelecimento de ensino. As autoras consideram o setor censitário a unidade territorial que mais se aproxima da escala das experiências cotidianas dos agentes locais e por espacializar informações sobre como a população delimita e define os territórios em que vive. Posteriormente, a pesquisa coletou e articulou dados de natureza quantitativa e qualitativa. Enquanto os dados quantitativos se referem à população dos territórios recortados, aos equipamentos que buscam assegurar direitos sociais e às características das escolas e seus alunos, os dados qualitativos foram produzidos em pesquisa de campo de inspiração etnográfica, em cinco escolas de ensino fundamental das redes estadual e municipal. As escolas foram selecionadas de modo a representar diferentes casos de combinação de três fatores para análise quantitativa: maior ou menor heterogeneidade ou homogeneidade da composição de seu corpo discente, de acordo com seus recursos culturais familiares, maior ou menor vulnerabilidade social do entorno da escola, e melhor ou pior desempenho das escolas no IDEB – Índice de Desenvolvimento de Educação Básica. Mesmo considerando aspectos sociais do espaço tendo como unidade espacial de análise os setores censitários, as autoras mostraram essa correlação em um gráfico, conforme a Figura 9, que contrasta os resultados do IDEB das escolas de São Miguel Paulista com os níveis de vulnerabilidade social do território em que as escolas estão inseridas.

Figura 9 - Vulnerabilidade social do entorno da escola e IDEB/07



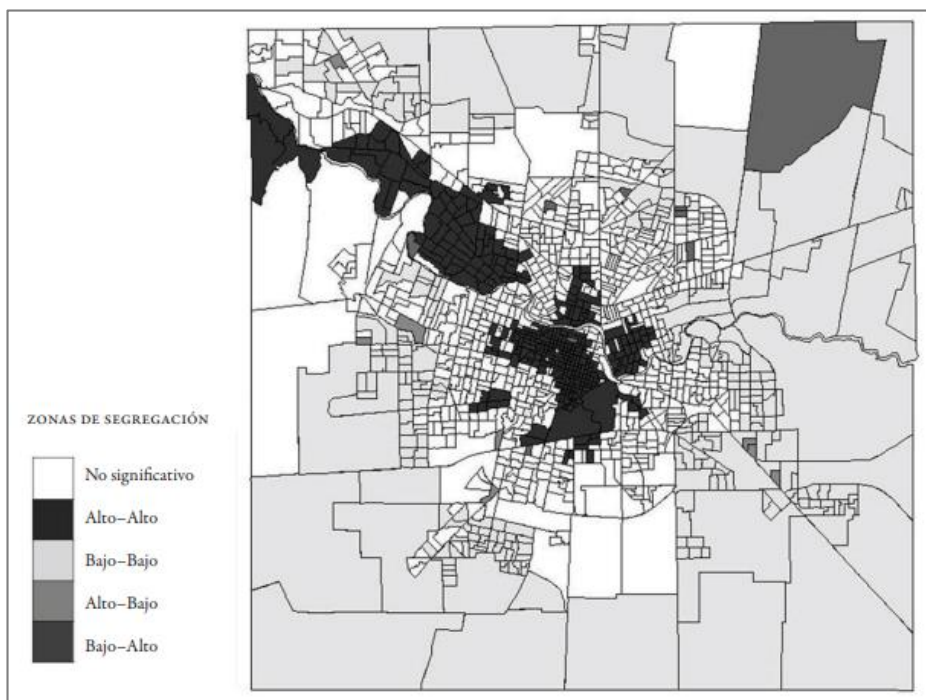
Fonte: Érnica e Batista (2012)

A síntese dos resultados sugere que de fato existe correlação entre a variação dos níveis de vulnerabilidade social do território onde se situa a escola e as oportunidades educacionais oferecidas aos estudantes. Para poder afirmar que quanto maior o nível de vulnerabilidade social do entorno da escola, mais limitada tende a ser a qualidade das oportunidades educacionais por ele oferecidas, os autores se basearam no desempenho das escolas do IDEB e no desempenho dos alunos na Prova Brasil.

Considerando as transformações ocorridas no mercado de trabalho nos países latino-americanos a partir da década de 1990, Molinatti (2013) realiza um estudo para contribuir com as investigações que avaliam os impactos da segregação socioespacial na qualidade da inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, partindo de dois enfoques teóricos: Efeito de Bairro e Geografia de Oportunidades. Tendo como objeto de estudo a cidade de Córdoba na Argentina, o estudo identifica Zonas de Segregação a partir da espacialização do Índice de Moran em setores censitários com base no Censos Nacionales de Población de 2001, e constata áreas com maior homogeneidade em relação ao índice de escolaridade. Como mostra a Figura 10, a segregação socioespacial afeta tanto a população de rendas mais baixas como também as mais altas. Enquanto que na periferia sul e leste da cidade verifica-se maior

concentração de chefes de família com baixa escolaridade, na periferia noroeste há maior predominância de chefes de família com ensino superior.

Figura 10 - Resultados do Índice de Moran Local para média de anos de estudo por chefe de família, de acordo com os setores censitários, na cidade de Córdoba, 2001



Fonte: Molinatti (2013)

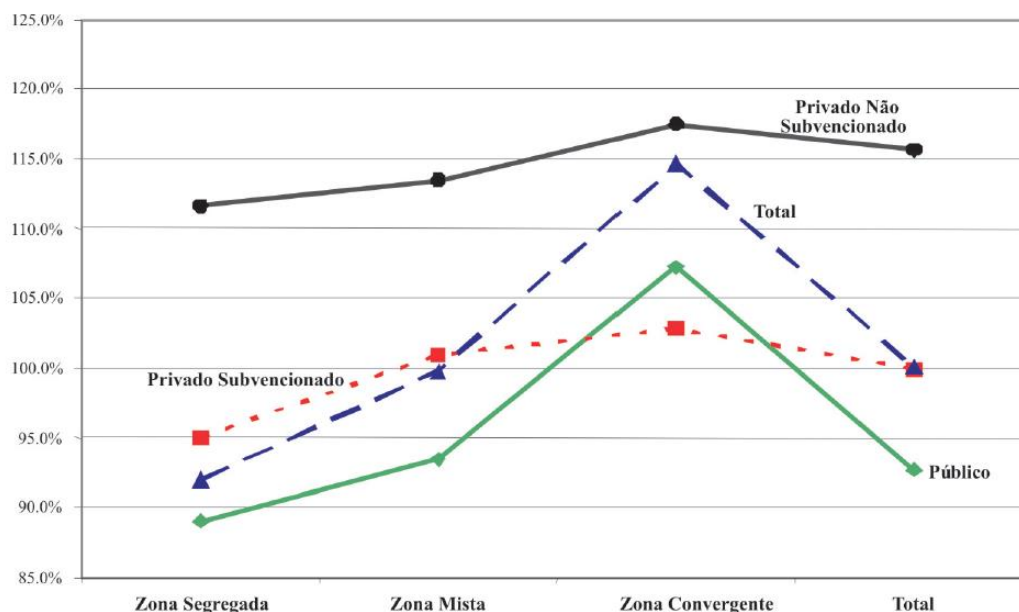
Com isso, o autor verificou que os dados dessas Zonas de Segregação estão fortemente relacionados com a qualidade de inserção no mercado de trabalho, pois em zonas com menor concentração de população com baixo nível de educação, 40% estão em condições de trabalho informal, já em zonas com alta concentração de pessoas com baixo nível educativo, quase 65% estão ocupando trabalho de caráter informal. Assim, corrobora com a premissa de que quanto maior o nível educativo dos chefes de família e sua inserção na cidade, maiores são as chances de acesso às oportunidades de trabalho mais qualificado.

Ao realizar um estudo sobre a cidade de Santiago no Chile, Flores (2008) verifica os efeitos da concentração espacial da pobreza sobre os resultados na educação das crianças que vão a escolas que se encontram nos distintos bairros. Para a autora, ao verificar esses efeitos é fundamental considerar dois aspectos, como a disponibilidade de oportunidades e a

maneira como os indivíduos percebem essas oportunidades e, considerando essa perspectiva, combina dois esforços teóricos: a teoria dos Efeitos de Bairro, por considerar que essa teoria assegura que o desenvolvimento infanto-juvenil não pode ser estudado sem levar em conta o contexto no qual o indivíduo se insere, e o enfoque de ativos, vulnerabilidade e estrutura de oportunidades – AVEO, por ser um vínculo que auxilia na compreensão do efeito da segregação sem perder de vista a estrutura de oportunidades, bem como a capacidade de agência dos indivíduos. Junto a AVEO, a autora avalia os resultados também pela teoria da Geografia Subjetiva de Oportunidades para entender a relação que existe entre a segregação residencial e a vulnerabilidade social. Em outras palavras, utiliza os preceitos da teoria da Geografia de Oportunidades com ênfase nos aspectos subjetivos, pois, o acesso dos indivíduos às oportunidades não se resume à disponibilidade de fato, mas também na percepção das oportunidades.

Para esse estudo, Flores (2008) avalia a condição socioespacial dos bairros a partir de dados sobre a população, taxa de desemprego e concentração espacial da pobreza e, posteriormente, correlaciona com os dados de indivíduos e escolas do Sistema Nacional de Medição da Qualidade da Educação (SIMCE), que disponibiliza informações essenciais para determinar a posse dos ativos da família e a qualidade da escola. A Figura 11 mostra os resultados da prova SIMCE de matemática entre crianças da 4ª série como percentagem da média geral.

Figura 11 - SIMCE Matemáticas segundo Segregação e Dependência administrativa da escola, 4ª série 2002
(Indicador, 100% corresponde à média geral).

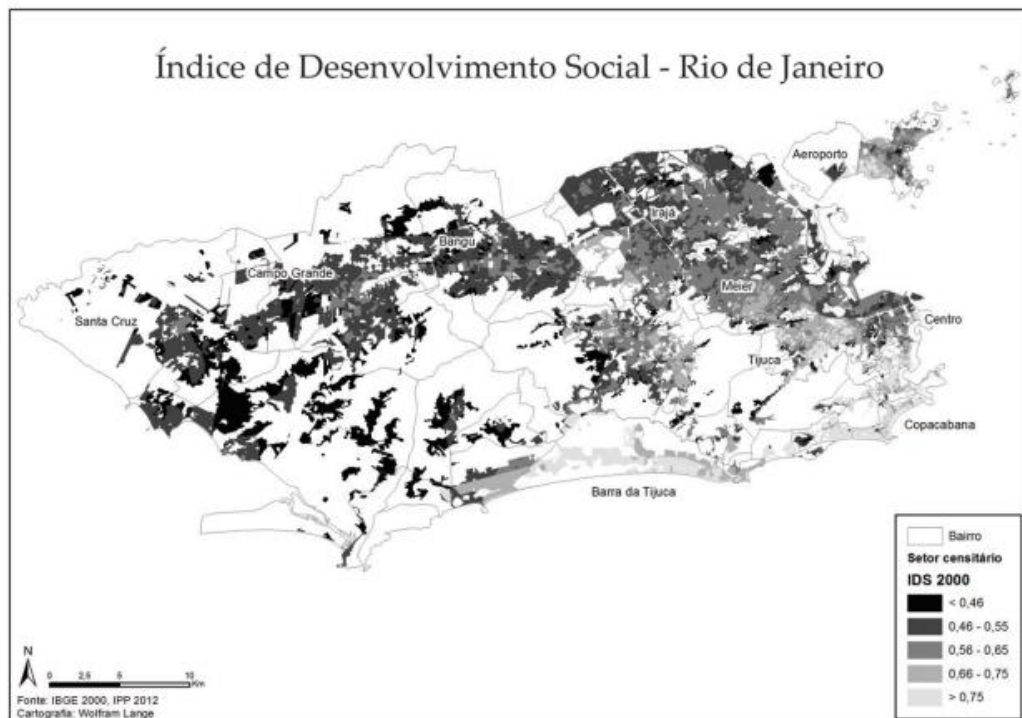


Fonte: Flores (2008)

Primeiro cabe ressaltar aqui que o sistema de provisão educacional no Chile é tripartite, com três tipos de fornecedores, que se denominam em estabelecimentos públicos, privados subvencionados e privados não subvencionados respectivamente. Ao correlacionar segregação e o modelo de escola, os dados mostram que os resultados educacionais diminuem muito em regiões segregadas se comparados com regiões mistas e confluentes. De fato, os três tipos de escolas mostram resultados mais baixos se estão localizadas em regiões segregadas e, consideravelmente mais altos, se estão em regiões convergentes. No entanto, a autora observa que por mais negativo que possa ser o desempenho das crianças nas escolas, um indivíduo que mora em área segregada não está fadado a ter menores resultados educacionais, pois, a escola pode proporcionar o acúmulo de ativos necessário para desenvolverem estratégias para resistir ao efeito bairro em contextos segregados. Apesar do estudo de Flores (2008) não apresentar nenhum dado espacializado, considera-se de grande valia para esta Tese pelos esforços realizados para vincular distintas teorias, que são importantes para entender a complexidade da realidade estudada.

Ao apresentarem uma contribuição teórica e metodológica para analisar espacialmente as desigualdades educacionais, tendo como reflexão teórica o conceito de Geografia de Oportunidades, Kolinski, Alves e Lange (2013) realizam um estudo sobre a relação entre segregação residencial e segregação escolar na cidade do Rio de Janeiro. Os autores espacializam em Unidades Administrativas informações de diferentes bases de dados, como o IDS - Índice de Desenvolvimento Social, que é composto pelo acesso ao saneamento básico, pela qualidade da habitação, grau de escolaridade e disponibilidade de renda, e correlacionam com os resultados da Prova Brasil (2011) e do Censo Escolar (2011). Na Figura 12, os autores mostram a dinâmica de segregação socioespacial na cidade do Rio de Janeiro a partir do IDS e apresentam duas observações. A primeira, de que existe o modelo de segregação centro *versus* periferia pela presença de uma região com concentração de maiores IDS e outras com IDS muito mais baixos. A segunda observação é o registro de favelas com baixo IDS que estão inserido em áreas nobres da cidade.

Figura 112 - Distribuição do Índice de Desenvolvimento Social na cidade do Rio de Janeiro

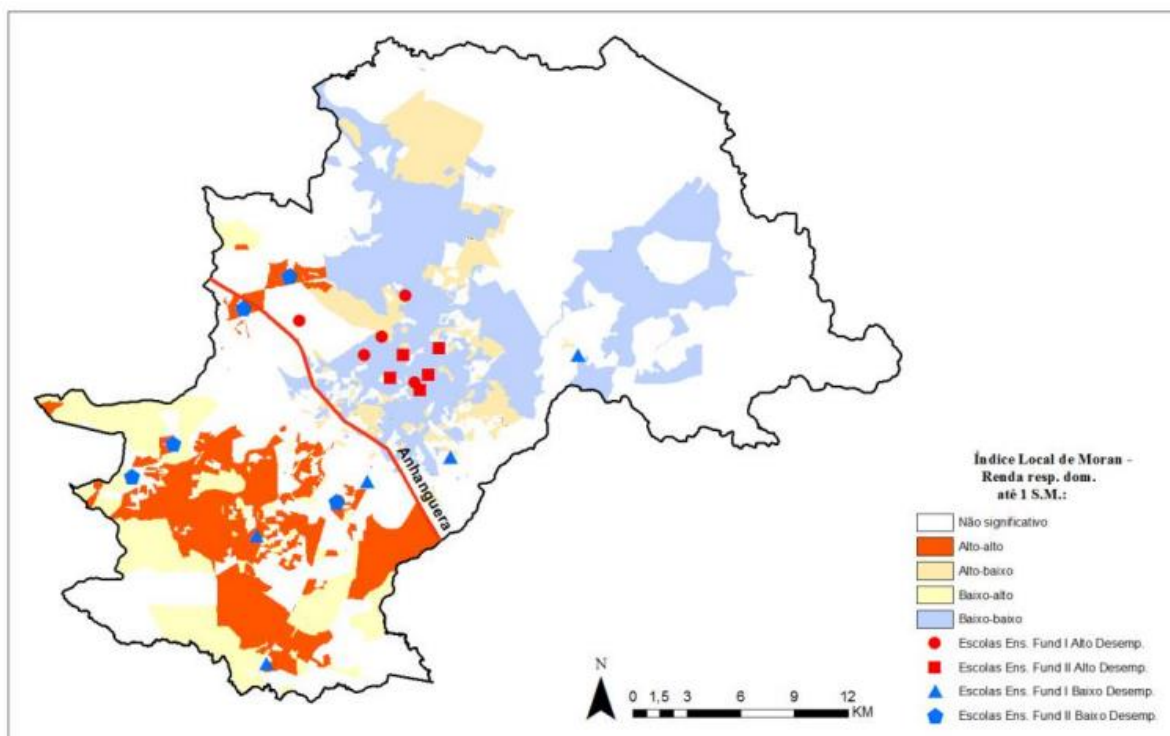


Fonte: Kolinski, Alves e Lange (2013)

Os autores espacializaram, também em unidades administrativas, os dados da Prova Brasil 2011 para alunos, diretores e professores, e com as informações coletadas no Censo Escolar 2011 e correlacionaram com o IDS e verificaram que existe uma forte relação entre segregação residencial e segregação escolar, no que diz respeito à composição social do alunado e dos resultados nas avaliações. Em outras palavras, os autores afirmam o padrão de desigualdade socioespacial e desigualdade escolar já registrado na literatura sociológica.

Tendo como unidade de análise espacial os setores censitários, Lima e Araújo (2016) também partem do conceito de Geografia de Oportunidades para verificar os efeitos da segregação espacial no desempenho escolar de alunos da educação básica (nível fundamental) e pública na cidade de Campinas, situada no interior de São Paulo. Para isso, os pesquisadores correlacionaram as características sociais do espaço pelo Índice de Moran Local com a distribuição das escolas segundo seu desempenho escolar a partir dos resultados da Prova Brasil de 2013, que permitiu visualizar a proporção de alunos com domínios nas competências avaliadas, como mostra a Figura 13.

Figura 13 - Índice de Moran Local e a distribuição espacial das escolas públicas de ensino fundamental, segundo desempenho escolar, em Campinas em 2010

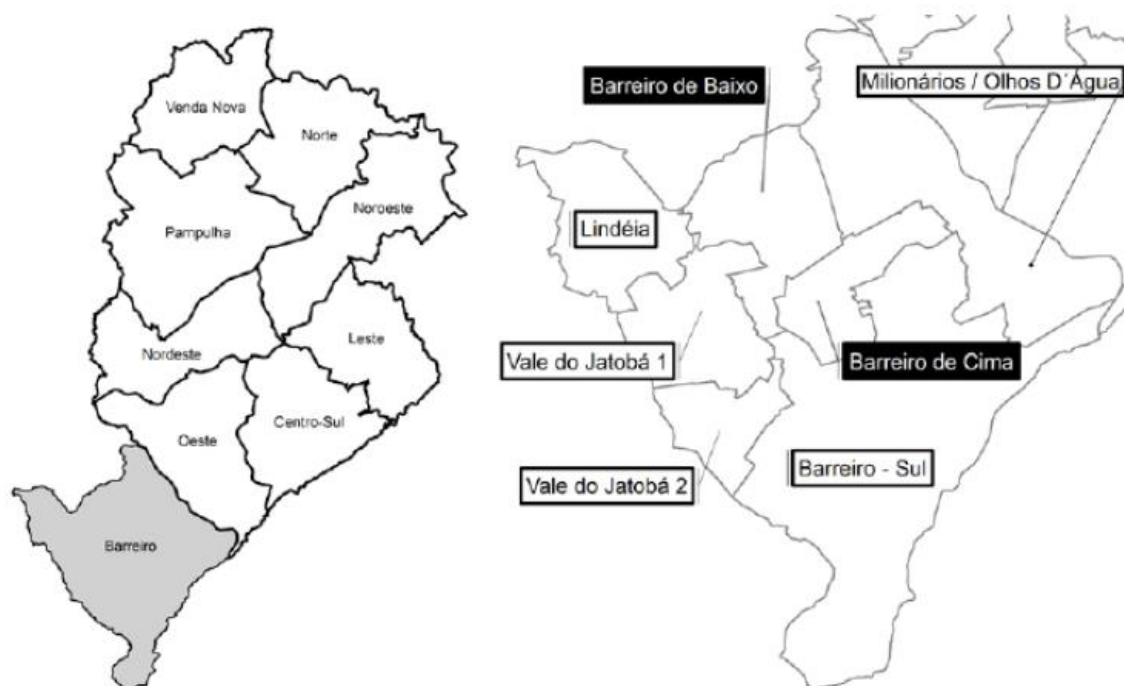


Fonte: Lima e Araújo (2016)

Assim, com base na teoria da Geografia de Oportunidades, os pesquisadores observaram como a segregação espacial atua na vida dos indivíduos no âmbito escolar. Os resultados demonstraram que a qualidade do serviço educacional teve significativa variação espacial, pois, os melhores desempenhos estão nas escolas situadas em áreas mais nobres e desempenhos inferiores em áreas com maior concentração de pobreza.

Paula e Nogueira (2018) estudam desigualdade socioespacial e escolhas escolares, partindo da noção de Geografia de Oportunidades, e verificam uma geografia de oportunidades educacionais desigual tendo como objeto de análise uma região de Belo Horizonte, denominada Barreiro, e propõem uma análise dessa região pelas áreas de ponderação definida pelo IBGE, como mostra a Figura 14.

Figura 14 - Localização da Regional Barreiro e Áreas de Ponderação do Barreiro



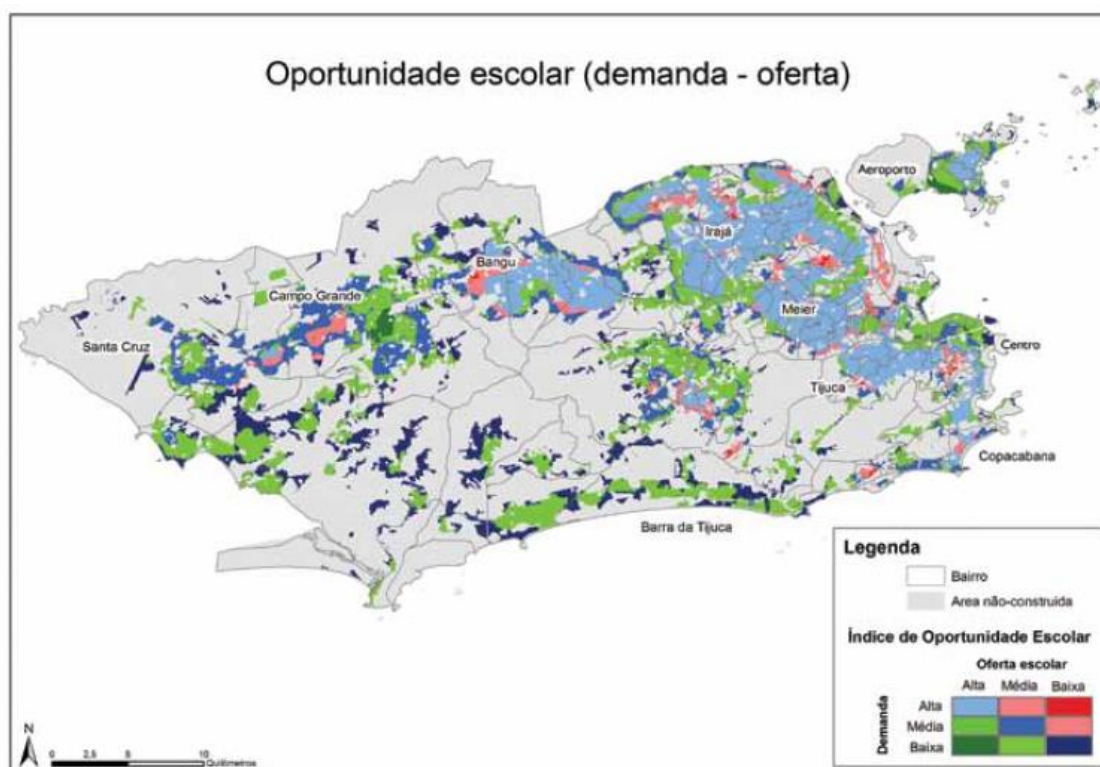
Fonte: Paula e Nogueira (2018)

Após a divisão e subdivisão do espaço para análise da Geografia de Oportunidades, mesmo não existindo distância nos resultados do IDEB das escolas nas sub-regiões, no Barreiro de Baixo existem 20 estabelecimentos de ensino e maior proporção de famílias com condições

socioeconômicas mais elevadas, enquanto no Barreiro de Cima existem 8 estabelecimentos de ensino e compreende a sub-região com posição econômica intermediária. Complementarmente, aplicaram 17 entrevistas com pais e 4 com funcionários de algumas escolas, para verificar de que forma essa geografia objetiva impacta na geografia subjetiva de oportunidades das duas sub-regiões em análise. Considerando posição social (renda, ocupação e escolaridade) e espacial (localização da residência) das famílias, o trabalho constatou que quanto maiores são os recursos das famílias e o nível de instrução, mais tendem a escolher as melhores escolas disponíveis no seu local de moradia.

Em estudo sobre a cidade do Rio de Janeiro, Alves, Lange e Bonamino (2010) mapeou a Geografia Objetiva de Oportunidades educacionais como mostra a Figura 15 de forma bastante interessante. Os autores desenvolveram um Índice de Oportunidades Educacionais, que combina duas dimensões: demanda de crianças de 6 a 14 anos com a oferta de escolas de ensino fundamental.

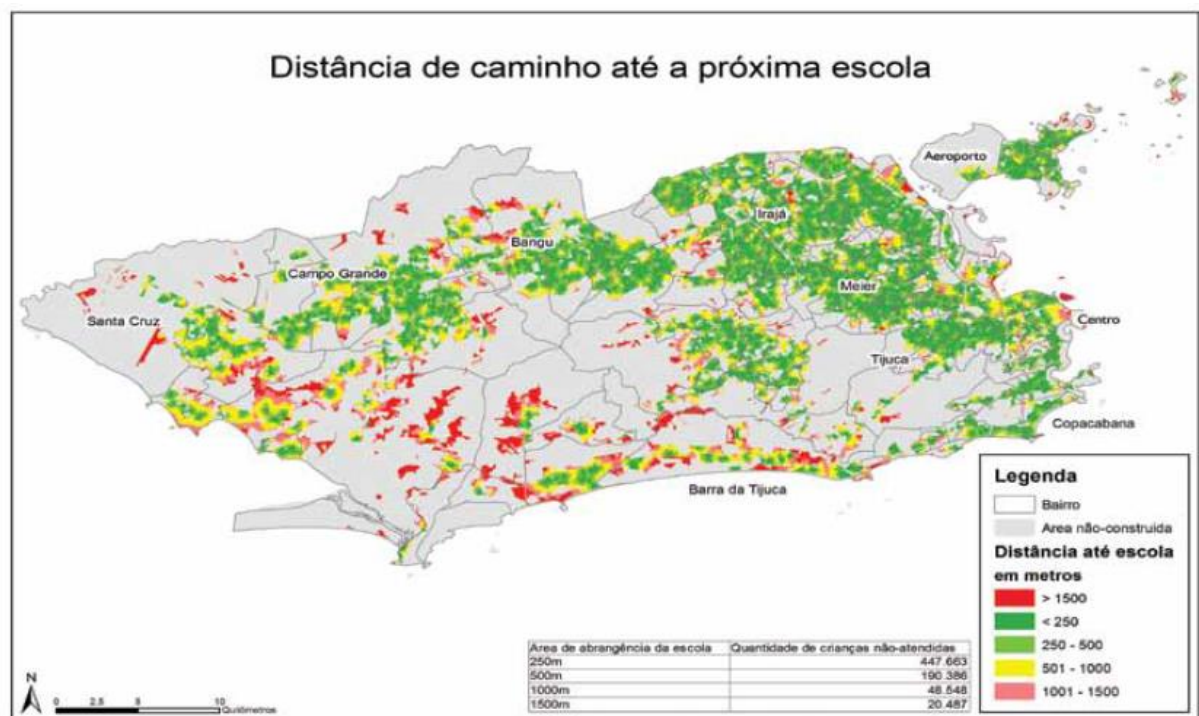
Figura 15 - Distribuição do Índice de Oportunidades Educacionais na cidade do Rio de Janeiro



Fonte: Alves, Lange e Bonamino (2010)

Para esses autores, ao tratar sobre Geografia Objetiva de Oportunidades é essencial considerar existência de escola, mas sem perder de vista a importância de sua acessibilidade, pois, é importante que as escolas estejam inseridas em uma distância que não demanda grandes deslocamentos. Nesse perspectiva, os autores calcularam a acessibilidade na ferramenta Network Analyst e representa a área de atendimento de cada escola a partir de várias distâncias, a saber: 250m, 500m, 1.000m e 1.500 metros, conforme ilustra a Figura 16.

Figura 126 - Acessibilidade das escolas na cidade do Rio de Janeiro



Fonte: Alves, Lange e Bonamino (2010)

Com essas análises, Alves, Lange e Bonamino (2010) concluíram que as áreas da cidade do Rio de Janeiro que apresentaram um padrão de baixa demanda e baixa oferta são aquelas com crescimento urbano mais recente. No entanto, observam que as áreas que apresenta as oportunidades educacionais mais limitadas são aquelas com baixa oferta de escolas e alta demanda e que, de forma geral, essas áreas estão localizadas predominantemente nas grandes favelas da cidade.

Com a finalidade de compreender os efeitos do espaço urbano sobre o social em seus distintos aspectos, esses estudos apresentaram avanços importantes no tratamento do espaço e na dinâmica segregacionista das cidades, especialmente quando começam a ser mobilizados também pela sociologia urbana. No entanto, ainda enfrentam limites metodológicos no tratamento espacial que precisam ser superados, pois, ainda persistem o uso de unidades espaciais desarticuladas como Regiões Administrativas, Áreas de Ponderação Unidades Administrativas e Setores Censitários. Para avançar na capacidade explicativa dos efeitos do espaço sobre o social, é preciso instrumentos metodológicos que se aproximem do espaço cotidiano.

Os estudos que tratam da correlação entre espaço urbano e educação, sejam pelo Efeito Vizinhança ou Efeito Território, Efeito de Bairro, Geografia de Oportunidades e Estrutura de Oportunidades, têm sua ênfase dada aos resultados escolares. Ainda que os estudos apresentaram correlações significativas, os resultados partiram da correlação entre essas unidades territoriais desarticuladas com os resultados do IDEB, Prova Brasil e etc. No entanto, o nível de escolaridade também pode ser um importante indicativo da realidade social e também pode ser condicionado pela dimensão espacial. Em outras palavras significa dizer que, independentemente dos resultados escolares, a dimensão espacial pode exercer influência no nível de escolaridade e interferir na reprodução social. Complementarmente, além do nível de escolaridade, a dimensão espacial pode exercer influência nas expectativas escolares, e ser uma informação tão importante quanto os próprios resultados escolares.

O mesmo serve para os estudos que correlacionam espaço e trabalho. Partindo também de distintas teorias como Efeito Vizinhança ou Efeito Território, Efeito de Bairro, Geografia de Oportunidades e Estrutura de Oportunidades, têm sua ênfase na inserção no mercado de trabalho, e não consideram as expectativas de trabalho. Isso significa dizer que, independentemente de estar ou não inserido no mercado de trabalho, a dimensão espacial pode exercer influência na classe social a qual os moradores urbanos pertencem. Complementarmente, a dimensão espacial também pode exercer influência nas expectativas de trabalho, e ser também uma informação tão importante quanto a inserção no mercado de trabalho.

CAPÍTULO 3 – PERCURSOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS: DIALÉTICA ENTRE ESPAÇO FÍSICO E ESPAÇO SOCIAL NA INSTÂNCIA DA REPRODUÇÃO

O presente capítulo resulta em uma reflexão que envolve construções teóricas e metodológicas de matrizes distintas, mas que têm como ponto de convergência romper com dicotomias tradicionais como a relação espaço *versus* sociedade e a relação indivíduo *versus* sociedade, a fim de construir um arcabouço teórico-reflexivo e empírico com os estudos que visam verificar os efeitos do espaço urbano sobre o social.

A Teoria da Sintaxe Espacial se insere tanto como subsídio teórico por investigar o espaço com base na lógica social que lhe é inerente, como subsídio metodológico por fornecer importante instrumental de análise espacial de forma relacional, e não desarticulada. No entanto, mesmo que a Teoria da Sintaxe Espacial nos forneça importante instrumental, cabe destacar que por maior resolução que suas técnicas descritivas possam proporcionar uma leitura mais articulada do espaço, ainda é preciso investir no potencial da dimensão do cotidiano que o espaço assume a partir do movimento da exterioridade do espaço na construção da interioridade dos indivíduos. Portanto, a Teoria das Práticas Sociais de Pierre Bourdieu se insere na presente Tese por ter construído no seu quadro conceitual os dois movimentos: o da interioridade na exterioridade e da exterioridade na interioridade, a partir da tríade conceitual habitus, campo e capital.

Assim, o sentido deste capítulo se estabelece como um exercício de se pensar caminhos que possam elucidar a verificação dos dois movimentos citados acima de maneira relacional, a fim de revelar novas interpretações sobre a dimensão espacial na realidade social e na reprodução social.

3.1 Teoria da Sintaxe Espacial: decomposição da forma urbana e a relação entre espaço e sociedade

Para contribuir com o aprimoramento no tratamento espacial em estudos que partem da hipótese de que as realizações socioeconômicas e as representações estão também associadas à localização geográfica ou à composição social dos espaços urbanos, a presente pesquisa adota como subsídio teórico e metodológico a Teoria da Lógica Social do Espaço, mais conhecida por Teoria da Sintaxe Espacial. Portanto, esta seção apresentará em linhas gerais seus modelos e medidas para, posteriormente, justificar a escolha das unidades espaciais e medidas que poderão melhor responder os questionamentos desta Tese.

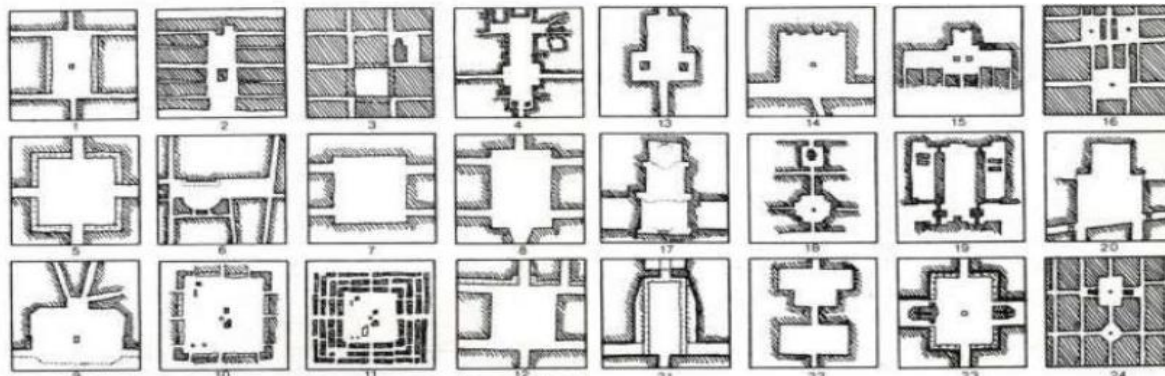
A Teoria da Sintaxe Espacial foi desenvolvida pelo pesquisador Bill Hillier, junto aos seus colaboradores da *Bartlett School of Graduate Studies*, da *University College London* na década de 1970, e pode ser compreendida como uma teoria espacial composta por um conjunto de ferramentas analíticas, descritivas e quantitativas, para avaliar o desenho de espaços arquitetônicos e o desenho de cidades (HILLIER; HANSON, 1984; HOLANDA, 2002).

Essa teoria se fundamenta na relação entre espaço e sociedade, e a razão de sua criação e de seu constante desenvolvimento se dá pela demanda de modelos que possibilitassem avaliar situações reais das cidades, a partir de ilustrações que explicassem determinados padrões de comportamento, a fim de discutir o relacionamento entre as partes da cidade, como observam Hillier e Hanson (1984). Assim, os pesquisadores que a desenvolveram criaram diversos conceitos, modelos, medidas e ferramentas, como o Depthmap, para viabilizar interpretações mais refinadas sobre os efeitos do espaço na vida social.

Nessa perspectiva, cabe observar que a Sintaxe Espacial se diferencia de outras abordagens por proporcionar uma leitura do espaço com ênfase nos aspectos relacionais. Peponis (1989), ao tratar sobre espaço, desenho e cultura, comenta que essa teoria supera a abordagem localista do espaço em uma visita crítica aos esquemas geométricos de praças elaborados por Rob Krier, como mostra a Figura 17. Para o autor, Krier nunca apresentou de forma explícita como o projeto deveria integrar contextos mais amplos de relações espaciais,

e que a qualidade das praças se resumia apenas à sua forma local, o que Peponis (1989) chamou de localismo.

Figura 17 - Esquemas com diversidade de praças sistematizadas por Robert Krier



Fonte: Peponis (1989) Adaptado pela autora.

Pereira et al (2011, p. 8) comentam que, de modo geral, a “*estrutura espacial das cidades*” é compreendida sob o nome de configuração urbana que abrange um conjunto de relações entre o padrão existente de barreiras e de permeabilidades, que compõem a estrutura física do espaço “*onde a forma de disposição espacial relacional desses elementos pode proporcionar maiores ou menores facilidades (e restrições) para a sociedade desempenhar suas atividades no espaço, incluindo a circulação de pessoas*”. A noção de barreiras e permeabilidades espacial é composto por obstáculos ao movimento de pedestres, como edifícios, jardins, piscinas etc, e pelos sistemas de espaços abertos onde esses movimentos seriam praticados. O sistema de espaços abertos poderia ainda ser analiticamente decomposto em espaços convexos e espaços axiais, que se associam ao modo de apreensão espacial dos indivíduos, fator entendido como essencial aos deslocamentos. (HOLANDA, 2002)

A configuração espacial investiga a complexa relação de interdependência no espaço com duas propriedades que são fundamentais, como observam Barros, Medeiros e Morais (2016). O primeiro ponto é que a configuração é diferente quando vista de distintos pontos dentro de um mesmo sistema. O segundo ponto diz respeito às situações em que a configuração é vista apenas de uma parte do sistema. A interpretação das variações na configuração espacial pode revelar informações importantes entre a forma espacial e os

processos associados à circulação e acessibilidade, e podem contribuir para reforçar ou mitigar a reprodução das desigualdades sociais pelas dificuldades ou facilidades de mobilidade urbana, que viabilizam o acesso às instituições de ensino de qualidade e às áreas com melhores ofertas de trabalho e renda, bem como às possibilidades de encontros não programados nos espaços urbanos, que poderiam estimular contatos entre pessoas de diferentes perfis socioeconômicos, contribuindo para minimizar a segregação entre elas.

A Teoria da Sintaxe Espacial utiliza três representações de unidades espaciais para aferir medidas e desenvolver teorias espaciais: as linhas axiais, o espaço convexo e a isovista. Para operacionalização do conceito de configuração urbana, assim como a identificação e mensuração das características configuracionais, a técnica mais tradicional para o tratamento dos dados nesse estudo é o das linhas axiais. A aplicação desta técnica se desenvolve a partir da representação gráfica da configuração urbana que é denominada de representação linear, como mostra o Mapa 1. Essa representação linear é obtida a partir do traçado do sistema viário, a partir do menor número possível de retas sobre as vias existentes. Após o processamento dessas retas, é possível gerar uma matriz de interseções, a partir da qual são calculados, pelos aplicativos que foram desenvolvidos por essa teoria, os valores representativos de suas inter-relações axiais (HILLIER; HANSON, 1984; HILLIER, 1996; HOLANDA, 2002; MEDEIROS, 2006)

Mapa 1 - Representação linear da Área Conurbada de Florianópolis



Fonte: INFOARQ UFSC. Elaborado pela autora.

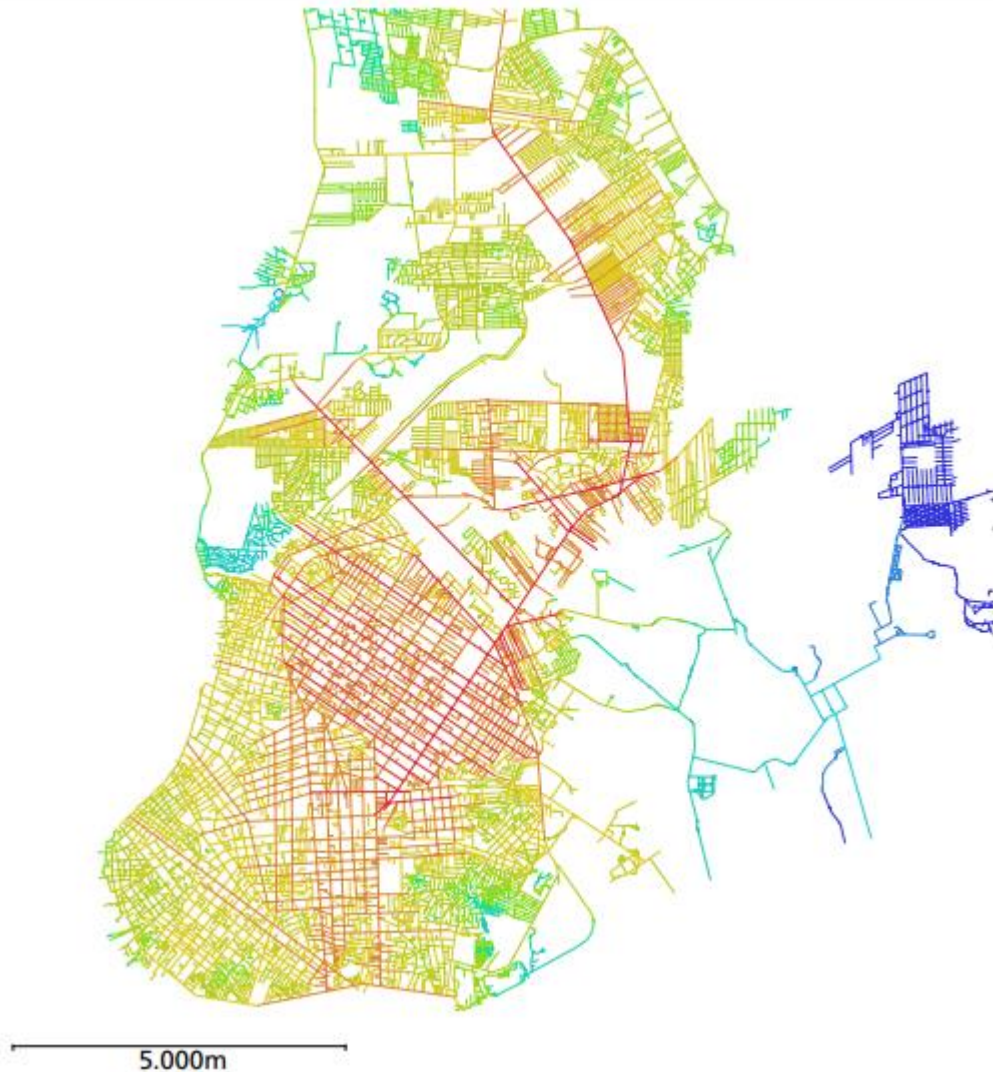
Posterior a esta etapa, é possível medir alguns valores propostos pela teoria para verificar as distintas relações entre as partes de um sistema. Com a representação axial, as medidas sintáticas mais tradicionais são calculadas a partir de análises topológicas, que são compreendidas pelas mudanças de direção das linhas enquanto passos topológicos, e não uma distância métrica. Assim, as linhas axiais estão conectadas a uma determinada linha que estão a um passo topológico delas. Dentre as principais medidas sintáticas utilizadas para captar distintas propriedades relacionais do espaço urbano estão as medidas de Integração e Escolha. (SABOYA; REIS; BUENO, 2016)

A medida de Integração, considerada carro-chefe da Teoria da Sintaxe Espacial, consiste em uma medida de proximidade e é um atributo da configuração espacial que representa o nível de acessibilidade de uma via em comparação com as demais vias de um determinado sistema viário. Assim, quanto mais próxima uma linha estiver das demais, mais integrada ela está e, em contrapartida, quanto mais distante, mais segregada. Em outras palavras, as vias mais integradas serão aquelas próximas (e, portanto, supostamente mais fáceis de se serem acessadas) a partir de qualquer outro ponto do sistema viário, em média. (HILLIER *et al.*, 1993; HOLANDA, 2002; SABOYA, REIS e BUENO, 2016).

A medida de Integração, como vimos, é definida através das distâncias topológicas, e não das distâncias métricas, e pode ser definida também pelos valores de integração global e local. A integração Global calcula a proximidade de uma via em relação a todas as demais vias de um determinado sistema viário, enquanto a Integração Local calcula a acessibilidade limitando-se a um determinado raio de análise. (HILLIER; HANSON, 1984)

Em estudo sobre configuração espacial para assentamentos precários, Barros, Medeiros e Moraes (2009) apresentam algumas ilustrações pertinentes para compreender esses aspectos da teoria. A configuração espacial, tendo como unidade espacial as linhas axiais, pode ser representada numericamente ou numa escala cromática com gradação indo do vermelho, passando pelo laranja e verde até chegar ao azul – onde os eixos com maior valor de integração tendem ao vermelho, e os de menor, ao azul –, como mostra a Figura 18, que tem como exemplo a cidade de Belém.

Figura 138 - Mapa de Integração Global da cidade de Belém



Fonte: BARROS, MEDEIRO E MORAES (2009)

Os autores afirmam que na cidade de Belém os eixos mais integrados são aqueles mais permeáveis e acessíveis no espaço urbano, de onde mais facilmente se alcançam os demais. Implicam, em média, os caminhos topologicamente mais curtos para serem atingidos a partir de qualquer eixo do sistema. Eixos mais integrados tendem a assumir uma posição de controle, uma vez que podem se conectar a um maior número de eixos e hierarquicamente

apresentam um potencial de integração superior. Ao conjunto de eixos mais integrados se dá o nome de núcleo de integração.

Os conjuntos de vias consideradas mais integradas, são denominados de Núcleos de Integração. Esse núcleo, são identificados com base em um raio de abrangência, que pode ser o menor número de conversões que se queira realizar para alcançar. A configuração dos assentamentos apresenta bastante variação em relação à forma do núcleo integrador. Por exemplo, as linhas mais integradas podem estar inseridas no miolo do sistema, ou em uma área mais periféricas, ou combinar essas duas formas: concentradas em uma pequena parte do sistema, ou podem em várias parte de uma cidade. (HOLANDA, 2002)

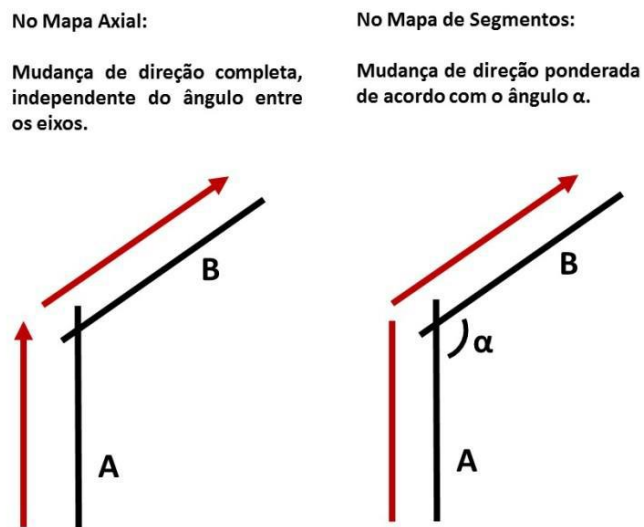
Em relação à medida de Escolha, ela calcula a probabilidade de se passar por determinado espaço a partir dos percursos mais curtos entre todos os pares de espaço do sistema viário, ou seja, representa o potencial de cada espaço (trecho de rua) de ser utilizado como passagem. Em outras palavras, esse atributo diz respeito às vias preferenciais da cidade. (HILLIER et al.,1987).

Uma observação importante é que a medida de Escolha também pode ser diferenciada entre valores de Escolha Global e Local. Enquanto a Escolha Local verifica quais são as vias principais de passagem de um determinado bairro ou outras delimitações menores, a Escolha Global faz o mesmo considerando todas as outras do sistema viário da cidade e, geralmente, coincidem com as vias arteriais ou de ligação regional. (HILLIER, 2016; SABOYA; REIS; BUENO, 2016).

Em publicações mais recentes, a Teoria da Sintaxe Espacial apresenta um outro tipo de análise que vem sendo mais utilizada, que é a Análise Angular por Segmento considerando raios métricos, desenvolvida por Turner (2001). O propósito dessa nova análise é diminuir alguns problemas na análise axial tradicional, como a quebra da linearidade de vias tortuosas, representadas por vários eixos e, portanto, como se fossem várias mudanças de direção, o que nem sempre ocorre. (CASTRO, 2016)

Com isso, as análises das relações espaciais passam a ser analisadas não só do ponto de vista topológico, ou seja, em relação à mudanças de direção, e avançam para uma análise angular, que é geométrica, como mostra a Figura 19. Assim, a Análise de Segmentos calcula medidas de acessibilidade espacial baseando-se no menor ângulo de encontro entre dois ou mais segmentos, ou seja, a proximidade ou a distância avança para a noção de distância angular, e um espaço é classificado tão mais distante de outro espaço quanto maior for a alteração total da direção em graus. (CASTRO, 2016; SABOYA, REIS, BUENO, 2016)

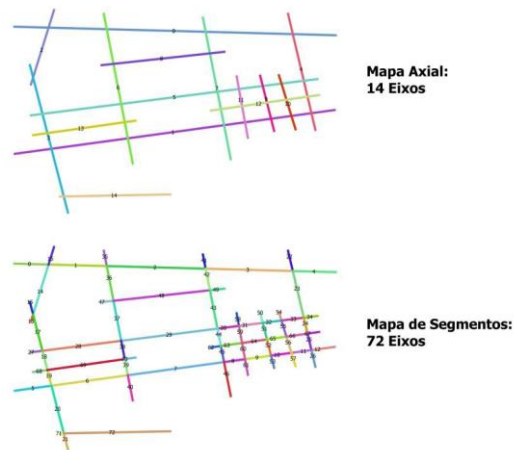
Figura 19 - Cálculo a partir do ângulo entre dois eixos em um mapa axial (à esquerda) e em um mapa de segmentos (à direita)



Fonte: Castro (2016)

A Figura 20 ajuda a ilustrar a diferença entre um mapa axial e um mapa de segmentos. Enquanto o mapa axial apresenta 14 linhas axiais, quando modificado para o mapa de segmentos, quebra o mapa axial em todas as intersecções da malha, gerando 72 segmentos. Esse avanço na Teoria da Sintaxe Espacial permite avaliar a acessibilidade espacial de forma mais detalhada, especialmente quando se trata de eixos muito longos, que apresentam diferentes graus de acessibilidade ao longo do percurso. (CASTRO, 2016)

Figura 20 - Mapa axial com 14 eixos e mapa de segmentos gerado a partir do mapa axial com 72 eixos



Fonte: Castro (2016)

As relações existentes entre configuração urbana e sociedade são, por essa teoria, uma via de mão-dupla. De um lado, a configuração é fruto de determinações políticas, econômicas, ambientais e até mesmo ideológicas como teorias, ideias, valores, discursos, etc. De outro, depois de construída, a configuração pode ter resultados que não foram previstos. Nesse sentido, é importante conhecer melhor as contribuições dessa teoria para clarificar os efeitos sociais provocados pelo padrão e pela forma do espaço urbano. Assim, a configuração urbana é vista como expressão ou reflexo da sociedade no espaço, bem como sua constituição. (HOLANDA et al, 2015)

Nessa mesma linha, Medeiros (2006) afirma que o campo de investigação da Teoria da Sintaxe Espacial se insere, principalmente, em torno de questionamentos sobre as maneiras como a configuração do espaço urbano afeta o modo como a cidade funciona e seu grau de influência sobre esse espaço. A Sintaxe Espacial busca, conforme Holanda (2002, p. 92), avaliar as implicações sociais do espaço arquitetônico para estabelecer *“relações entre a estrutura espacial de cidades e de edifícios, a dimensão espacial das estruturas sociais, e variáveis sociais mais amplas”* buscando captar tanto a lógica do espaço arquitetônico quanto a lógica espacial das sociedades.

Holanda et al (2015) aborda como a configuração urbana pode interferir na sociedade, e comenta que a configuração e seus atributos podem adicionar ou retirar

vantagens morfológicas para todas as classes sociais. A tipologia socioespacial popular pode estar, por exemplo, inserida em uma localização privilegiada do ponto de vista configuracional e, por isso, adicionar maior qualidade de vida pela boa acessibilidade, enquanto que tipologia socioespacial superior, a exemplo dos espaços condominiais em periferias distantes, por estarem inseridas em espaços configuracionais segregados, podem perder qualidade pelas desvantagens da localização.

Por mais que a Teoria da Sintaxe tenha avançado no tratamento do espaço, por proporcionar uma leitura espacial a partir dos aspectos relacionais, Netto (2013) apresenta algumas limitações da teoria que são importantes para a presente tese: a redução do ator e a abordagem fisicalista do espaço. Em relação à primeira crítica, o autor comenta que o tratamento exclusivo do mundo material, sem avaliar seus desdobramentos discursivos, comunicativos ou reflexivos dos atores sociais, implica na ausência das evidências individuais, que a Teoria da Sintaxe não capta, por maior que sejam seus refinamentos instrumentais para compreender a relação espaço e sociedade. Quanto à segunda crítica, que diz respeito à abordagem fisicalista, o autor comenta que o espaço é definido quase exclusivamente como pura geometria e estrutura, com ênfase nos aspectos configuracionais, e não investiga a complexidade do espaço vivido.

Assim, cabe destacar a observação de Krafta (2014) de que os estudos da forma urbana tendem a avançar cada vez mais, não só a partir do refinamento de suas técnicas descritivas e de seus métodos analíticos que já proporcionam maior refinamento sobre as relações espaciais cotidianas, mas também a partir de abordagens conceituais próprias. Para o autor, a primeira contribuição nesse sentido seria a tese da espacialidade, que considera que os processos sociais também são simultaneamente espaciais, ou seja, não existe algo social e, posteriormente, espacial, mas um processo em que ambas as dimensões ocorrem de forma concomitante.

3.2 Teoria das Práticas Sociais em Pierre Bourdieu: a tríade habitus, campo e capital

Na seção anterior, foi possível verificar que na Teoria da Sintaxe Espacial, por maior refinamento instrumental que ela fornece para representar o espaço em uma perspectiva relacional, a ausência do ator inviabiliza uma análise relacional entre indivíduo e sociedade. Assim, a presente Tese busca nos estudos de Pierre Bourdieu conceitos que rompam com a ideia que indivíduo e sociedade devem ser tratados de forma fragmentada. No entanto, cabe ressaltar que não é intuito aqui superar a ausência do ator nos estudos da Teoria da Sintaxe Espacial e a ausência do espaço na Teoria das Práticas Sociais mas sim, construir pontes teóricas e instrumentais que perspectivam a construção de um olhar relacional entre espaço, indivíduo e sociedade, para avançar metodologicamente com os estudos que partem da hipótese de que o espaço tem influência na realidade social e na reprodução social.

Dentre as análises mais clássicas da sociologia, até as mais contemporâneas, as construções teóricas foram arquitetadas sobre duas bases: as subjetivistas e fenomenológicas *versus* objetivistas e estruturalistas. Essas análises, ao fragmentar indivíduo e sociedade, respectivamente, passam a ser problematizadas pelos principais pensadores do século XIX e XX. A questão central discutida era o que movia a vida social: as estruturas sociais ou as ações humanas? No bojo dessas discussões, a oposição entre esses conhecimentos ganham novos contornos a partir do século XX, com destaque para a Teoria da Estruturação de Anthony Giddens e a Teoria das Práticas Sociais de Pierre Bourdieu. (MARTINS, 2002; MOURA; MACIEL, 2012)

Anthony Giddens e Pierre Bourdieu constroem um arsenal teórico equilibrado e aberto ao diálogo com os pensadores clássicos, e validam interpretações do mundo social em que o agente social age sobre o mundo social e o mundo social age sobre eles. No entanto, o uso do legado de Pierre Bourdieu se dá, não só por transcender o objetivismo *versus* subjetivismo e ultrapassar a contradição entre conhecimentos e epistemologias distintas, mas por construir seu arcabouço teórico a partir de um quadro conceitual que ele aperfeiçoa ao longo de toda sua produção. (THIRY-CHERQUES, 2006; TRIGO 1998)

Ao discutir as formas de investigação da teoria da prática em Pierre Bourdieu, Thiry-Cherques (2006) faz uma síntese das fontes e das críticas do autor e observa que Bourdieu recusa do estruturalismo o reducionismo objetivista, que nega a prática dos agentes e não considera as relações que lhe são impostas. Ainda assim, se coloca a meia distância do subjetivismo pois acredita que o sentido das ações mais pessoais está engravado nas relações nas quais, e pelas quais, elas ocorrem e, por isso, considera a fenomenologia mais uma etapa de pesquisa, ao rejeitar seu descritivismo. Complementarmente, acrescenta que outras abordagens críticas também são importantes para a construção de seu arcabouço teórico. Da perspectiva marxista, por exemplo, Pierre Bourdieu recorre às ideias da luta pela dominação e da consciência de classe e as incorpora na construção do conceito de habitus e, ao mesmo tempo, se afasta das categorias vinculadas à luta de classes como falsa consciência, alienação, mistificação, etc.

Ao estabelecer uma relação entre duas formas de conhecimento distintos, Bourdieu propõe um terceiro modo de produzir conhecimento ao conciliar indivíduo e sociedade. No sentido de estimular uma reflexão para construir um quadro teórico e metodológico que rompa com este quadro, Bourdieu desenvolveu sua Teoria das Práticas Sociais a partir da tríade conceitual para análise do espaço social que perpassa grande parte de sua obra: habitus, campo e capital. Esses conceitos são desenvolvidos partindo da premissa básica, segundo a qual, a realidade não se funda em fatos, mas em relações, e esses três conceitos formam uma rede de relações que orienta uma sociologia relacional. (BOURDIEU, 2009; TRIGO, 1998; THIRY-CHERQUES, 2006).

O espaço social de Pierre Bourdieu, desenhado a partir dos conceitos habitus, capital e campo, possibilita o entendimento das estruturas que configuram as classes sociais, a partir do entrecruzamento do volume e da composição de capitais que cada agente possui e condiciona diferentes estilos de vida. O poder que cada agente adquire num determinado campo traduz-se, com efeito, na sua posição social, e refletem nas possibilidades e nas limitações que lhe são impostas e que se impõem na percepção que constrói de si mesmo.

O conceito de habitus é definido como as exterioridades interiorizadas pelo indivíduo conforme sua trajetória social, e é construído constantemente a partir de relacionamentos familiares, do contato com a primeira educação, passando pela escola, religião, trabalho, e todos os demais contatos que podem contribuir na sua construção. Em Bourdieu (1998), a noção de habitus significa um esquema de disposições duráveis que agem como estruturas estruturadas por ser produto da divisão de classes, e estruturas estruturantes, que organizam as práticas e a percepção dessas práticas. No entanto, Bourdieu (2009, p. 91) nega que o habitus leve a uma prática determinista por ser *“possível a produção livre de todos os pensamentos, de todas as percepções e de todas as ações inscritas nos limites inerentes às condições particulares de sua produção, e somente daquelas”*. Para ele, habitus é o responsável por suscitar nas práticas um meio termo entre uma total liberdade do agente e um determinismo mecânico.

Importante destacar que ao definir esse conceito pelas exterioridades interiorizadas, o habitus se estabelece como uma noção mediadora que rompe com a dualidade do senso comum entre indivíduo e sociedade ao captar a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade. As condições sociais de existência, em outras palavras, os fatores objetivos, são interiorizados pelos indivíduos sob a forma de princípios inconscientes de ação e reflexão, de esquemas de sensibilidade e de entendimento. Ao ser estruturado pelas condições sociais de existência, permanece produzindo percepções, representações, opiniões, crenças, gostos, desejos, enfim, uma subjetividade relativamente independente dos fatores exteriores, que se expressa e se exterioriza na ação dos indivíduos e grupos, contribuindo para produzir e reproduzir as estruturas sociais e as instituições. (BOURDIEU, 2004)

Wacquant (2007) observa que o habitus é estruturado com base no espaço social do passado e estruturante das ações e representações do presente, e que isso ocorre simultaneamente. Bourdieu (2009) discorre sobre a relação mútua entre as experiências passadas e o habitus, e aponta que é a partir dele que a correspondência das práticas e sua constância ao longo do tempo são asseguradas, e em Bourdieu (1992) ressalta que o habitus é composto por três aspectos:

1) Eidos: que é considerado o nível cognitivo de classificação dos objetos do mundo social, que resulta em estilos de vida, julgamentos morais e estéticos;

2) Ethos: corresponde aos valores éticos e estéticos de avaliação que irão conduzir um sistema de práticas de cada agente.

3) Hexis: esquemas de ação que está marcado no corpo.

Como já foi mencionado, o conceito de campo e o de capital desenvolvidos por Bourdieu também são fundamentais para a compreender sua teoria da ação prática. Como observa Casanova (2004), o conceito de habitus se constitui como a aproximação sociológica mais consistente para validar a natureza social da conduta humana. No entanto, para Grenfell (2018), ainda que seja um conceito central, é essencial destacar que existe uma relação de independência com esses dois outros conceitos, e que devem operados de forma relacional.

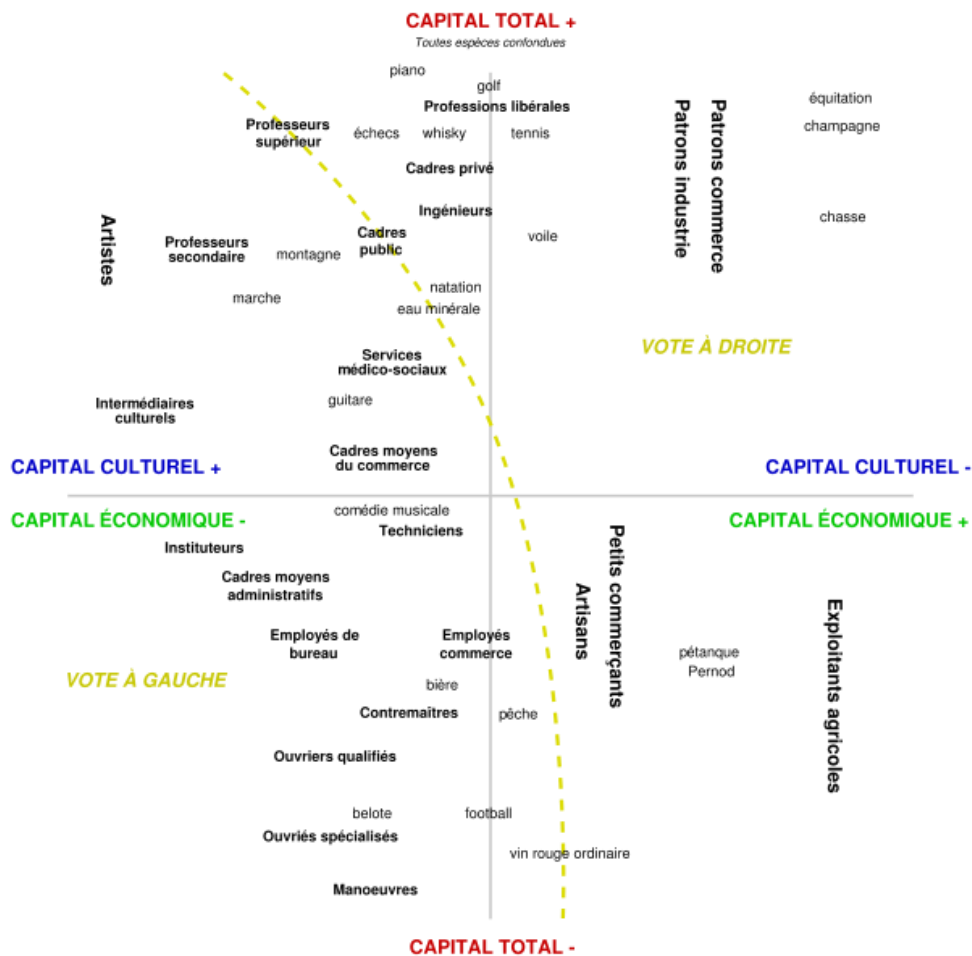
O campo é definido como lócus onde acontece uma luta concorrencial entre os atores a partir de interesses específicos que determinam a área em questão. Podemos tomar como exemplo o campo da ciência e a luta pela autoridade científica, o campo das artes e sua busca pela legitimidade da produção artística. Assim, no interior de cada campo, a ação subjetiva e a objetividade da sociedade orientam os agentes sociais. A prática, associação entre habitus e a situação concreta, ocorre a partir de um espaço que supera as relações entre os atores. (ORTIZ, 1983)

A origem do conceito de campo pode ser considerada como resultado da demanda em posicionar os agentes portadores de um habitus dentro do espaço no qual esse mesmo habitus havia sido engendrado. A teoria dos campos é essencial para entender a maneira como Bourdieu compreende que a estrutura social é fortemente vinculada ao habitus. De acordo com o autor (BOURDIEU, 1991), a herança cultural materializada e incorporada sob forma de um habitus, mesmo tendo leis próprias que transcendem as consciências e vontades individuais, age somente nas lutas que acontecem nos campos, por agentes dispostos a reativá-la continuamente como espaço de possibilidades. (BOURDIEU, 1991; MONTAGNER; MONTAGNER, 2010)

Cada campo seja ele da religião, da política, da cultura e até mesmo o campo das relações familiares apresentam suas próprias leis de funcionamento, ou seja, todos os campos apresentam mecanismos que são comum a todos os campos. Esses espaços sociais que Bourdieu chama de campo seriam sistemas específicos de relações objetivas, que têm sua própria lógica estrutural e que são interiorizadas na forma de habitus. Isto é, os agentes sociais realizam sua prática de acordo com o habitus apreendido, e nesse sentido, é a posição que os agentes sociais ocupam em cada espaço social que as suas ações precisam ser compreendidas. Complementarmente, cabe ressaltar que todo campo é marcado por agentes dotados de habitus semelhantes que se movimentam como jogadores, cujas posições no jogo dependerão do acúmulo de capital correspondente ao campo que cada indivíduo, ou agente, adquirir. (ALMEIDA, 2005; TRIGO, 1998).

Em síntese, na sociologia de Bourdieu, o espaço social é interpretado como um campo de lutas, onde os agentes criam estratégias que os permitem manter ou melhorar sua posição social. Essas estratégias estão diretamente associadas aos diferentes tipos e volumes de capital que cada agente social possui. Para Bourdieu, o espaço social é um espaço onde as diferenças e distâncias são relacionais e a posição dos agentes é definida pela incorporação de dois capitais fundamentais, econômico e cultural, embora existam outros na sociologia de Bourdieu. Em seu livro *A Distinção: crítica social do julgamento*, Bourdieu (2008) apresenta um quadro, ilustrado na Figura 21, que representa o espaço social construído a partir do método denominado Análise de Correspondência Múltipla – ACM, que utiliza variáveis qualitativas, ou seja, variáveis categorizadas para diferenciar os agentes no espaço social a partir de um espaço geométrico.

Figura 21 - Espaço social de Pierre Bourdieu



Fonte: Bourdieu (2008)

A representação geométrica do espaço social apresentada acima mostra que o capital global de professores universitários, empresários ou profissionais liberais se opõem, por exemplo, aos operários não especializados. Ao mesmo tempo, da perspectiva do acúmulo específico de capital cultural e econômico, os professores universitários se opõem aos empresários e, como consequência, têm maior probabilidade de voto na esquerda política, em comparação com os empresários na direita. Mesmo se tratando de uma análise da sociedade francesa, essa análise é bastante promissora para compreender outras realidades sociais.

Dando continuidade ao conceito de capital na sociologia de Boudieu, este pode ser diferenciado em: econômico, cultural, social e simbólico. Por exemplo, no campo econômico, a posição dos agentes, se dominado ou dominante, dependerá do volume de capital financeiro de cada um. Assim, os agentes encontram-se em constante luta para mudarem suas posições no jogo, utilizando estratégias que permitam aumentar o acúmulo de capital. Em outras palavras, o fator que interfere diretamente na posição dos agentes no campo é o capital. (ALMEIDA, 2005; BOURDIEU, 1989; 2006).

Primeiro, cabe observar que o tipo e o volume de capital econômico, cultural, social e simbólico, determinarão as disposições, as habilidades e os conhecimentos que permitirão a cada agente atuar, determinando sua posição em um campo específico. A definição de cada capital vai além do determinismo econômico, pois associa a importância dos relacionamentos e dos contatos, enquanto capital social, que se constroem com educação, capacidade intelectual e retórica enquanto capital cultural, e que soma o papel dos gostos, estilos, valores e estruturas psicológicas que decorrem das condições de vida, enquanto capital simbólico. (BOURDIEU, 1986)

A formação do habitus dos agentes que está encravada nos conceitos de capitais, como já foi citado, podem ser herdados, adquiridos, e também acumulados ao longo da trajetória de vida de cada agente. O capital social, que é formado pela origem social do agente e envolve a profissão dos pais, a origem geográfica, a religião da família etc., pode funcionar como uma via de acesso ao campo. Já o capital cultural pode ser visto de três formas: objetificado, institucionalizado e incorporado. O capital cultural objetificado detém materialidade e compreende conhecer museus, laboratórios, livros, entre outros. O capital cultural institucionalizado é resultante do investimento individual do agente, por meio de investimentos em educação formalizada, que geram diplomas distintivos. O capital cultural incorporado trata do conhecimento específico requerido para o desenvolvimento das atividades no campo, é o saber fazer. Bourdieu (2008) reitera que o capital cultural institucionalizado é formalizado, ao qual o diploma assegura determinada competência. (BOURDIEU, 2008; 2017)

Moore (2018) comenta que o somatório dos capitais social e cultural forma o capital simbólico dos agentes, e o autor compreende que o capital simbólico e o habitus correspondem à mesma significação, porém descritas de modo diferente. Assim, as características distintivas do capital simbólico e de sua formação devem ser entendidas em termos de formação do habitus.

Esses três conceitos fundamentam um pensamento sociológico que compreende a sociedade em estrutura de classes, mas não somente na dimensão subjetiva ou na dimensão objetiva, mas sim na simultaneidade de ambas dimensões, em que as classes são manifestações das diferenciações no campo social, que pode ser analisada a partir do acúmulo de capitais dos agentes, ou no modo de incorporação das práticas sociais, que revelam a estruturação social das classes em grupos relacionais de dominantes e dominados. (BOURDIEU, 1987).

Em síntese, a Teoria das Práticas de Pierre Bourdieu pode se resumir a partir do seguinte esquema conceitual: os recursos de um agente social (capital) produzem um esquema de disposições estruturadas e estruturantes (habitus), que gera tipos específicos de práticas e comportamentos nos contextos sociais particulares (campos). Mas cabe observar que a dinâmica social se dá no interior de um campo, que é delimitado pelos valores e formas de capitais que dão sustentação na formação do habitus. Assim, pode ser tratado considerando o agente individual ou um grupo de agentes, ou seja, as condutas podem ser avaliadas individuais ou coletivamente. (THIRY-CHERQUES, 2006; RILEY, 2019).

A escolha do legado de Pierre Bourdieu para analisar de forma relacional a reprodução social se dá diante de um quadro teórico da sociologia contemporânea que articula agência e estrutura como mediação simbólica, e também pelo autor acreditar que, por mais importante que seja superar a dicotomia de conhecimentos opostos, o sujeito ainda é relativamente passivo. (ORTIZ, 1994; MICELI, 2003, MOURA; MACIEL, 2012)

3.3 Construção do conceito de capital espacial: entre a Teoria das Práticas Sociais e a Teoria da Sintaxe Espacial

Nesta seção discutiremos as ideias que mobilizam o conceito de capital espacial, adicionado nesta pesquisa também para superar o tratamento espacial em unidades desarticuladas, nas pesquisas que foram apresentadas no capítulo anterior sobre os efeitos do espaço urbano no social. Portanto, discute-se aqui algumas abordagens já desenvolvidas para, posteriormente, apresentar possibilidades de avanços conceituais e instrumentais na construção e operacionalização do conceito de capital espacial que sejam capazes de reconhecer as conexões dialéticas entre espaço, indivíduo e sociedade, com vista à reprodução social.

Em sua obra *A distinção: crítica social do julgamento*, Bourdieu (2008) explica que para além das espécies de capitais fundamentais, presentes em todos os campos, as espécies de capitais são definidas de acordo com a lógica específica de cada campo e, portanto, novos tipos de capitais podem aparecer em campos distintos. Partindo dessa premissa, o que se pretende aqui é contribuir com a construção do conceito de capital espacial para verificar se o espaço pode ser tratado com um recurso que pode ser mobilizado pelos agentes ou grupo de agentes no campo urbano.

A existência de bens e serviços que contribuem com a possibilidade de ascensão social consiste em um elemento fundamental para a garantia do exercício da cidadania. Entretanto, as dimensões espaciais desse exercício, como disponibilidade e acessibilidade, são fundamentais. Nessa esteira, a relevância de incorporar o debate sobre a construção do conceito de capital espacial se deu, sobretudo, por compreender o espaço como um recurso, dotado de atributos, capazes de interferir nas expectativas de trabalho e escolaridade pelo alcance a esses bens, e condicionar determinadas percepções como resultado da distribuição desigual desse capital no campo urbano.

Para isso, foi necessário buscar aporte teórico para corroborar na construção do conceito de capital espacial, e aporte instrumental para contribuir com pesquisas empíricas que visam analisar os efeitos do espaço urbano sobre o social. Aqui, a noção de capital espacial

se baseia nos construtos teóricos da Teoria das Práticas Sociais apresentada na seção anterior. Cabe observar que o conceito de capital espacial, na presente tese, significa disponibilidade e acessibilidade à determinados bens e serviços no espaço urbano, sendo este um desdobramento do conceito de capital da teoria de Pierre Bourdieu, e é consenso nos trabalhos que tratam desse tema como Lévy (2000), Blanco *et al* (2015), Rérat e Lees(2011) e Kaufmann, Bergman e Joye (2004), Suárez, Ruiz e Delgado (2012), Apaolaza e Blanco (2015), Mace (2017) e Marcus (2008; 2010).

Lévy (2000) observa que a desigual distribuição desse capital é bastante óbvia e, mesmo reconhecendo que esse novo conceito ainda está em construção, acredita que pode ser reconhecido como um recurso com capacidade de influenciar na manipulação de outros bens, sejam eles materiais ou imateriais. Nessa mesma linha, Pacheco e Holanda (2016) observam que o capital espacial é um bem que pode ser acumulado e manipulado pelos agentes para produzir outros bens sociais.

Levy e Lussault (2003) compreendem capital espacial como um conjunto de recursos que podem ser acumulados por um ator, permitindo-lhe tirar um benefício, em função da sua estratégia, do uso da dimensão espacial da sociedade. No entanto, para esses autores, esse conceito diz respeito à existência física de infraestruturas de transporte que permitem o deslocamento de indivíduos, mas, consideram também a capacidade dos indivíduos utilizarem e se apropriarem das boas condições físicas do espaço, como poder econômico para pagar pelo transporte, pela acessibilidade, fazendo referências às pessoas com alguma deficiência, e em termos mais subjetivos sobre a capacidade de usar os meios de transporte.

Ao tratarem sobre aproximações conceituais entre gentrificação, mobilidade e transporte, Blanco *et al* (2014), consideram capital espacial um importante atributo para que os sujeitos possam se apropriar da cidade. Tendo como base os trabalhos de Rérat e Lees (2011) e Kaufmann, Bergman e Joye (2004), o trabalho de Blanco *et al* (2014) compreende o capital espacial a partir de três atributos:

1 – Acesso: está associado as possibilidades de acesso de acordo com o local, o tempo e as restrições contextuais, com ênfase nas restrições econômicas.

2 – Competência: refere-se as habilidades de cada indivíduo, considerando capacidade física, como idade, capacidade adquirida, como carta de motorista e até mesmo o conhecimento das conexões do transporte público.

3 – Apropriação: este atributo do capital espacial refere-se às estratégias, motivações, valores e práticas de cada indivíduo, ou seja, diz respeito ao espaço percebido, representado e utilizado pelos indivíduos a partir de suas práticas, e consideram que a efetiva apropriação do espaço depende muito dos meios de transporte disponíveis, seja pelo uso do carro particular ou pelo transporte público.

Em síntese, Blanco *et al* (2014) verificam que o acesso à mobilidade está relacionado com as possibilidades de deslocamento em conformidade com o espaço, o tempo e demais limitações contextualizadas, sob a lógica do capital espacial. Outro trabalho importante é o de Apaolaza e Blanco (2015), esses autores observam que a ideia de capital espacial surgiu e se consolidou a partir dos anos 2000, e a construção desse conceito deriva exclusivamente da teoria dos capitais de Pierre Bourdieu, a partir de sua ressignificação geográfica. Para esses autores, as teorias bourdieusianas têm grande potencial para compreender e refletir sobre problemas urbanos.

Suárez, Ruiz e Delgado (2012) propõem uma importante revisão na utilização do conceito de capital espacial, pois, partindo da teoria bourdieusiana, quando esse conceito é mobilizado para explicar o efeito do espaço nas desigualdades sociais, é importante ter claro se ele é tratado como unidade territorial ou se é um capital mobilizado pelos agentes. Nessa linha, o trabalho de Apaolaza e Blanco (2015) apresenta quatro importantes aspectos sobre a definição e o uso do capital espacial:

1 - Capital espacial como atributo do território: diz respeito às heterogeneidades que são inerentes ao território, como configuração espacial, infraestrutura, acessibilidade, que podem ser internalizados pelos sujeitos.

2 - Capital espacial como atributo da aglomeração social: embora não tenha uma dimensão material restrita quando tratado como atributo do território, neste caso se associa

ao potencial que a aglomeração pode gerar. Mesmo sendo externo ao sujeito, não se apresenta no espaço de forma cristalina.

3 – Capital espacial como um atributo do sujeito: considerado como o mais complexo, esse tipo de capital espacial é o que mais procura recuperar as proposições de Pierre Bourdieu. Em síntese os autores entendem como um conjunto de recursos que podem ser acumulados pelos agentes e que possibilita, ou não, desenvolver estratégias para aproveitar os benefícios que se materializam no espaço.

4 – Capital espacial como atributo do sujeito social e territorialmente imbricado: entendido como a combinação do capital espacial enquanto atributo do espaço e do sujeito. Em síntese, parte da ideia de se vincular integralmente na proposta de Pierre Bourdieu, enquanto um tipo de capital inerente ao agente ou grupo de agentes que pode ser acumulado, ao mesmo tempo que está enclavado em um espaço que podem condicionar as possibilidades materiais. Assim, é considerado como resultado das dimensões objetivas e subjetivas, no qual a apropriação das vantagens territoriais que um sujeito ou grupo pode fazer depende tanto da natureza do espaço quanto de suas capacidades diferenciais de apropriação.

Em síntese importante, Apaolaza e Blanco (2015) observam que de um de um lado, existe um interesse em verificar como os atributos do território a partir das localizações, imbricações e articulações desiguais de infraestruturas e as redes, corroboram com a reprodução das desigualdades sociais e, por outro lado, existe interesse em verificar como os atributos particulares dos sujeitos ou grupos, interferem na reprodução das desigualdades sociais.

Outra contribuição importante no trabalho de Apaolaza e Blanco (2015) é referenciar o instrumental da Teoria da Sintaxe Espacial quando tratam sobre capital espacial como atributo do território. Nessa linha, os autores citam o estudo de Marcus (2010) como importante trabalho que operacionaliza o conceito de capital espacial, que ele compreende como um valor que correlaciona a forma urbana com aferição de indicadores de acessibilidade, densidade e diversidade, como mostra a Figura 22.

Figura 22 - Capital espacial considerando acessibilidade, densidade e diversidade



Fonte: Marcus (2010)

Nesse trabalho, Marcus (2010) adota o método da Teoria da Sintaxe Espacial para verificar os indicadores de acessibilidade e conectividade, adota o método *spacematrix* desenvolvido por Berghauer Pont e Haupt para verificar a densidade, enquanto que para

verificar diversidade, o autor faz uma análise considerando a cidade ao nível dos olhos, a partir do uso do solo do térreo. O autor comenta que a configuração urbana analisada a partir do instrumental da Teoria da Sintaxe tem como principal indicador a acessibilidade, e quando correlaciona essa acessibilidade com indicadores de densidade e diversidade é possível aferir um valor para capital espacial.

Diante das reflexões teóricas sobre capital espacial a partir da Teoria das Práticas Sociais e das possibilidades de operacionalização a partir da Teoria da Sintaxe Espacial, a presente pesquisa constrói a ideia de capital espacial a partir da teoria de capital e de campo de Bourdieu. Da teoria do campo, a presente tese pretende tratar o espaço urbano como um campo onde ocorrem lutas entre os diferentes agentes que ocupam distintas posições. Não se pretende aqui desvendar toda a problemática do espaço urbano e nem pensar toda sua complexidade, mas verificar como o espaço, a partir das relações capitalistas, aprofunda as contradições sociais e contribui para sua manutenção ao se configurar como um campo de lutas. Já da teoria de capitais, parte do princípio que a distribuição desigual de capital espacial, ou seja, disponibilidade e acessibilidade à determinados bens e serviços no espaço urbano, poderia justificar as diferenças de estratégias adotadas por cada indivíduo no campo de lutas.

Para Bourdieu (2004) a estrutura de um campo é determinada pela distribuição de capital, e é a posse de capitais que regula as possibilidades dentro de um campo. Nessa linha de argumentação a presente tese parte da ideia de Capital Espacial Econômico e de Capital Espacial Cultural considerando que a distribuição desigual desses capitais pode determinar a estrutura do campo urbano e as estratégias dos agentes ou grupo de agentes. Assim, o urbano enquanto campo de lutas trata o capital espacial como um atributo do espaço e como um recurso que pode ser mobilizado pelos agentes ou grupo de agentes, como foi tratado no trabalho de Apaolaza e Blanco (2015).

A presente Tese constrói a ideia de dois tipos específicos de capital espacial: Capital Espacial Econômico e Capital Espacial Cultural por ser considerado nos estudos de Pierre Bourdieu como os dois capitais mais importantes. Enquanto o Capital Espacial Econômico é medido a partir do nível de proximidade com o menor ou maior número de empregos em um

raio de 1.600, o Capital Espacial Cultural é medido a partir do nível de proximidade com o menor ou maior número de instituições de ensino em um raio de 1.600. O que se pretende com essa medida é verificar se o capital espacial pode contribuir com a manutenção da realidade social pela distância física com as possibilidades de ascensão social, ou possibilita aumentar potencial de desenvolver estratégias de reconversão para outros capitais a partir da proximidade com as possibilidades de ascensão social, pois, para Boudieu (1989, p.134) o capital *“representa um poder sobre um campo em um determinado momento”* e *“as espécies de capital, à maneira dos trunfos num jogo, são os poderes que definem as probabilidades de ganho num campo determinado”*. No entanto, Bourdieu (2017) sugere que pode ocorrer o que ele denomina de estratégias de reconversão, ou seja, quando um agente converte o capital que ele detém em outro tipo de capital que seja mais acessível, mais lucrativo ou mais legitimado, algo que altera a estrutura do campo.

Nessa perspectiva, o campo urbano pode ser entendido a partir de dois aspectos: os agentes podem estar posicionados em um campo urbano que é dotado de alto nível de Capital Espacial Econômico e/ou Capital Espacial Cultural, ou podem estar posicionados em um campo urbano que é dotado de baixo nível de Capital Espacial Econômico e/ou Capital Espacial Cultural, e a distribuição desigual desse capitais pode corroborar para assegurar a reprodução social. A questão não é, no entanto, tão simples e não se pretende esgotar na presente Tese. Não se trata aqui, de defender um certo tipo de determinismo do capital espacial, mas acredita-se que quando mobilizado como recurso presente no campo urbano, o capital espacial possa ser convertido em outras formas de capital, como o econômico e o cultural, ou contribuir para manutenção social.

3.4 Dialética entre espaço físico e espaço social na instância da reprodução

Já está claro que o espaço representa um dos elementos constituintes fundamentais para compreender a sociedade, e cabe reforçar aqui o fato de espaço e sociedade serem duas estruturas que agem uma sobre a outra, e não ser exagero considerar o espaço como um instrumento utilizado para fins de reprodução social.

A reprodução social é considerada como uma condição de subsistência das sociedades, sejam quais forem, pré-capitalistas ou capitalistas. Mas, na capitalista a reprodução ocorre sobre as bases da dominação que sustentam essa forma de organização social. A consolidação e a persistência do modelo social dependerão da eficiência do processo de reprodução e, conseqüentemente, de seus instrumentos. As instituições trabalham de maneira sutil, aparentemente desinteressada, porém de modo eficaz, no sentido de reproduzir a dominação necessária à sobrevivência dessa sociedade. (ALMEIDA, 2005)

Claro que não é intenção aqui compreender toda a complexidade existente nos processos de reprodução social, o que seria inviável diante da sua complexidade e dos diversos agentes envolvidos. Outra observação importante é que reprodução social não tem o mesmo significado que reprodução do capital. Enquanto a reprodução do capital centra fundamentalmente no processo de crescimento econômico a partir das atividades produtivas, o conceito de reprodução social tem seu sentido mais amplo, por envolver tanto a produção de serviços sociais, como as demais atividades de gestão do desenvolvimento como segurança, planejamento, etc. Sendo uma visão fundamentalmente estrutural que abrange uma leitura de como a sociedade se reproduz e avança, a noção de reprodução social refere-se ao atraso que um conjunto de políticas públicas tentam mitigar, como a miséria e a exclusão, que são geradas no processo de acumulação de capital (DOWBOR, 1998).

Para Carlos (2011; 2018) a produção do espaço é também reprodução das relações sociais e a produção-reprodução do espaço social é uma demanda do modo de produção enquanto manutenção das relações de dominação, no qual não se pode omitir o lado estratégico e político da reprodução. Complementarmente, a autora comenta que produção e reprodução da realidade socioespacial são movimentos que também se estendem à produção da subjetividade do homem na medida que homem e sociedade produzem suas condições de existência, pois, o homem também age a partir de uma determinada representação social que o situa no mundo. Sendo o espaço uma condição essencial, tendem a formar uma consciência acerca do processo em curso, reproduzindo suas representações e significados, e isso também dá sustentação para a reprodução social, e contribui para manter os processos de acumulação de capital.

A discussão acerca da dimensão espacial no processo de reprodução social é bastante importante no pensamento de Henri Lefebvre, e o autor considera que o espaço a partir da vida cotidiana também é essencial para compreensão acerca dos conteúdos, sentidos e representações que o espaço assume na reprodução social. Para Lefebvre (1972) os mecanismos de dominação que operam nos marcos do cotidiano chegam a ser internalizados, justificados e até mesmo naturalizados pelos agentes. Ao tratar sobre as dimensões do fenômeno urbano, Lefebvre (2004, p. 85) comenta algumas propriedades desse fenômeno que, para a Tese, duas delas são fundamentais. A primeira ele chama de *“projeção das relações sociais no solo”* e a outra de *“lugar e terreno onde as estratégias se confrontam”*. Enquanto a primeira é proveniente de uma relação mais abstrata e oriunda da mercadoria e do mercado, a segunda mostra que o espaço urbano não se reduz aos fins e aos objetivos, mas meios e instrumentos da ação. A dinâmica relacional entre espaço físico e espaço social se transforma em unidade no espaço urbano. Para o autor, além do espaço urbano ser compreendido como a *“projeção das relações sociais no solo”* enquanto produto das relações sociais e palco das contradições capitalistas, também é palco onde se desenrolam as práticas dos seus habitantes e que estão sujeitos às tensões, regras, códigos, desejos, em um movimento dialético entre o concebido, vivido e percebido.

A reflexão teórica sobre o espaço elaborada por Lefebvre (2004), parte do reconhecimento de que o entendimento do espaço pode ser agrupado em três campos: um físico, vinculado à dinâmica e às leis da natureza, do cosmos; um mental, relacionado à abstração e ao pensamento lógico formal; e um terceiro, social, referente à organização e ao desenvolvimento das relações sociais. O princípio dessa reflexão tem como base o reconhecimento de que o espaço sempre foi abordado a partir de perspectivas de análise com distintos enfoques, mas desconsiderando a construção do espaço como uma possível unidade. Assim, na construção de sua teoria, o autor propõe que a produção do espaço é formada por uma tríade que engloba o espaço percebido, aquele da prática espacial, o espaço concebido, relacionado às representações do espaço, e o espaço vivido, referente aos espaços de representação.

No entanto, Harvey (2006) comenta que mesmo quando Lefebvre considera que as relações dialéticas possam ser compreendidas a partir das práticas espaciais, e que os espaços de representação têm potencial não apenas de afetar a representação do espaço, como também agir como força produtiva material com respeito às práticas espaciais, sustentar que as relações entre o vivido, o percebido e o imaginado são dialéticas e não causalmente determinadas deixa as coisas um pouco vazias. Para o autor, quem constrói uma perspectiva mais determinante é o sociólogo francês Pierre Bourdieu. Ao citar Bourdieu, Harvey (2006) comenta que:

Ele explica que "uma matriz de percepções, avaliações e ações" pode, a um só tempo, ser posta para trabalhar de maneira flexível para "realizar tarefas infinitamente diversificadas" e ser "em última instância" (na famosa frase de Engels) engendrada a partir da experiência material de "estruturas objetivas" e, portanto, "a partir da base econômica da formação social em questão". O vínculo mediador é fornecido pelo conceito de habitus - um "princípio gerativo duradouramente instalado de improvisações reguladas", que "produz práticas" tendentes a reproduzir as condições objetivas responsáveis pela produção do princípio gerativo do habitus. A causalção circular (e até cumulativa?) é óbvia. (HARVEY, 1996, p. 201-201)

Ao fazer essa ponte, Harvey (2006) comenta que o que Bourdieu conclui é uma descrição bastante significativa das restrições do poder do imaginado sobre o vivido. Bourdieu (2002, p. 88), ao falar sobre estrutura, habitus e práticas, comenta que é preciso construir uma ciência que ele chama de experimental da dialética da *"interioridade e da exterioridade"*, para escapar do realismo que renuncia os sistemas de relações objetivas, transformando em totalidades já constituídas fora da história, tanto do indivíduo como do grupo.

Nessa perspectiva, abre-se a possibilidade de pensar a dimensão espacial da reprodução social considerando também a reprodução das relações sociais a partir das representações que o homem tem em relação ao lugar que se situa, e nessa linha de argumentação, Bourdieu (2013) também é bastante enfático. Para o autor, o espaço social não só se retraduz no espaço físico sob a forma de oposições espaciais que determina a objetividade das estruturas espaciais, como acredita que o espaço social também está inscrito nas estruturas subjetivas como produto da incorporação da objetividade das estruturas espaciais. Como observa Ortiz (1983), Pierre Bourdieu trata a dimensão social como uma

dimensão encravada nas relações entre os homens, e que essas relações reproduzem o sistema objetivo de dominação interiorizado enquanto subjetividade. Para o sociólogo a reprodução do espaço social não se limita aos aparelhos coercitivos do Estado e ao discurso ideológico oficial, mas está encravado em níveis tão profundos que interferem, inclusive, nas práticas, nas representações sociais, e também nas escolhas estéticas, e a noção de habitus faz essa mediação.

Importante destacar que nesse debate sobre reprodução social a partir da mediação do habitus, Bourdieu argumenta que quando existe um desajustamento entre habitus e a condição objetiva isso provoca uma revolta das classes sociais, enquanto que o ajustamento é o que reforça a reprodução das condições sociais objetivas. Ainda assim, mesmo diante da possibilidade de revolta, o habitus se define por sua tendência à reprodução e, enquanto mediador entre agente social e sociedade, se expressa a partir de um ciclo de reprodução (ORTIZ, 1983)

Um dos principais fatores que contribuem com a conservação da ordem social é o que Bourdieu chama de *“causalidade do provável”*, compreendido como uma tendência do agente em adiantar seu futuro em conformidade com a experiência presente, pois, tende a beneficiar o ajustamento das esperanças às oportunidades, não cobiçando aquilo que parece pouco provável para o grupo social a que pertence. Em outras palavras, as classes sociais mais baixas tendem a escolher aquilo que consideram mais necessário, resultado da internalização das oportunidades objetivas de vida e por não vislumbrarem um futuro muito distante da sua atual posição no espaço social (BOURDIEU, 1998). Apesar da persistência dessa tendência, é possível romper com certos caminhos e superar esse destino mais provável, mesmo que eles não representem regularidades. Complementarmente, cabe lembrar que os princípios de diferenciação que estruturam a sociedade atual e a posição dos agentes no espaço social se dão a partir das duas mais importantes formas de capital: econômico e cultural, e que se encontram desigualmente distribuídas entre a população e operam em favor da reprodução das estruturas de dominação.

Para entender como a reprodução social se dá sob a ótica do espaço a partir do arcabouço teórico discutido até aqui, primeiro é importante frisar que na presente Tese espaço físico é compreendido como um campo de lutas, onde os agentes ocupam distintas posições nas cidades, a depender da sua posição no espaço social. Segundo que, ao interiorizar esse espaço físico e também o espaço social, a reprodução se estende também à produção da subjetividade. Nessa perspectiva a presente pesquisa adotou como parâmetro para caracterizar as dimensões físicas e sociais do espaço o Índice Socioeconômico (KRONENBERGER e SABOYA, 2019), a medida de Integração Global e de Escolha Global (HILLIER e HANSON, 1984), e o nível de Capital Espacial Econômico e Capital Espacial Cultural elaborados na presente Tese. São essas dimensões físicas e sociais do espaço que permitirão analisar a relação dialética entre espaço físico e espaço social que determinam a objetividade das estruturas espaciais, e verificar se essas mesmas dimensões estão inscritas também nas estruturas subjetivas, como produto da incorporação da objetividade das estruturas espaciais. Cabe ressaltar que essas dimensões se constituem pelos termos físico e social por considerar que o espaço urbano é a materialização do espaço social no espaço físico.

O Índice Socioeconômico mede o nível de segregação socioespacial e avalia se a forte homogeneidade social explicaria a posição do agente no espaço social e sua reprodução. Em outras palavras, a posição do agente no espaço social e a sua manutenção, considerando seu nível de capital econômico e cultural, pode ter parte de suas causas no grau de homogeneidade socioeconômica do espaço. Esse Índice foi elaborado por Kronenberger e Saboya (2019) que se basearam no trabalho de Jannuzzi (2012). Sua elaboração é composta pelos dados da Pesquisa Universo do Censo Demográfico 2010 do IBGE e, portanto, tem como unidade territorial o setor censitário. Ainda que essa unidade espacial esteja entre as unidades espaciais desarticuladas que foram discutidas anteriormente nesta Tese, a construção desse índice unifica 5 dimensões: renda, educação, habitação, infraestrutura e vizinhança. De acordo com Kronenberger e Saboya (2019) a dimensão renda e a dimensão habitação se inserem por serem importantes indicadores socioeconômicos e a dimensão educação se insere por ser compreendido como mecanismo de reprodução social, partindo das premissas

de Bourdieu e Passeron, (2011). Já a dimensão infraestrutura diz respeito ao abastecimento de água e energia elétrica e a dimensão vizinhança está associada à infraestrutura.

A medida de Integração Global e medida de Escolha Global permitirão visualizar e descrever as relações espaciais a partir do grau de acessibilidade, tendo a malha viária como unidade espacial. A posição do agente no espaço social e a sua manutenção, considerando também seu nível de capital econômico e cultural, podem ter parte de suas causas no grau de acessibilidade, pois, a configuração urbana pode criar condições para integrar a partir de uma estrutura urbana equilibrada, como para segregar a partir do acúmulo de vias com baixa articulação com todo o tecido urbano. Em síntese, a estruturação da malha viária pode provocar impactos nos processos de reprodução social.

Já o Capital Espacial Econômico, que é medido a partir do nível de proximidade com o menor ou maior número de empregos em um raio de 1.600, e o Capital Espacial Cultural que é medido a partir do nível de proximidade com o menor ou maior número de instituições de ensino em um raio de 1.600, pretende verificar se a posição do agente no espaço social e a sua manutenção, considerando seu nível de capital econômico e cultural, pode ter parte de suas causas na proximidade com o maior ou menor número de oferta de empregos e com o maior ou menor número de instituições de ensino.

Em síntese, se posição dos agentes no espaço social se dá a partir das duas mais importantes formas de capital, econômico e cultural, a reprodução social sob a ótica do espaço se dá quando a manutenção e a conservação dos níveis desses capitais sofrem interferência das Características Socioeconômicas, das medidas de Integração e Escolha Global, bem como dos níveis de Capital Espacial Econômico e dos níveis de Capital Espacial Cultural.

Para encerrar a discussão, as desigualdades sociais aqui serão tratadas a partir da problemática espacial, por ser inerente à reprodução da relações sociais de produção que se materializa no espaço físico e também se inscreve nas subjetividades dos agentes, por isso, a Tese também caminha para a compressão da reprodução social para além da mera objetividade do espaço. Assim, propõe-se a partir do arcabouço teórico discutido até aqui,

uma orientação metodológica para avaliar a relação dialética entre espaço físico e espaço social e como isso se dilui na reprodução das desigualdades sociais de forma objetiva e subjetiva, ao interferir também na naturalização das desigualdades. Em outras palavras, a dialética entre o físico e o social é objetiva e subjetiva, vivida e percebida, como observa Bourdieu (1997).

CAPÍTULO 4 – CONSTRUÇÃO DA PESQUISA: METODOLOGIA QUANTITATIVA COM SUPORTE QUALITATIVO

De acordo com Minayo e Sanches (1993) a pesquisa científica é uma atividade que tem como intuito o questionamento e a descoberta de determinada realidade, sem desconsiderar que é um processo inacabado e permanente, pois, não se deve atribuir uma verdade absoluta, visto que todo conhecimento pode e deve ser renovado.

De modo geral, a construção metodológica de uma pesquisa se orienta a partir de duas abordagens: quantitativa, que recorre à estatística para explicação dos dados, e qualitativa que lida com interpretações das realidades sociais. Independente da abordagem, ambas tem o compromisso de alcançar os objetivos propostos e interpretar os resultados obtidos, sendo para confirmar ou refutar as hipóteses.

No entanto, esta Tese segue a vertente quanti-quali pelo uso de técnicas estatísticas para classificar e analisar os dados e pela interpretação dos significados em alguns casos específicos. Minayo e Sanches (1993) defendem uma perspectiva que preconize a integração entre as duas vertentes, mas na complementaridade e não na oposição contraditória, considerando as particularidades de cada objeto de pesquisa. Para as autoras, o estudo quantitativo pode gerar questionamentos importantes que podem ser aprofundadas qualitativamente, e essa observação é fundamental para os desdobramentos da presente pesquisa.

4.1 – Métodos da pesquisa

Do ponto de vista dos objetivos, a presente Tese se estrutura em três etapas distintas e complementares: exploratória, descritiva e explicativa.

Etapa 1: exploratória

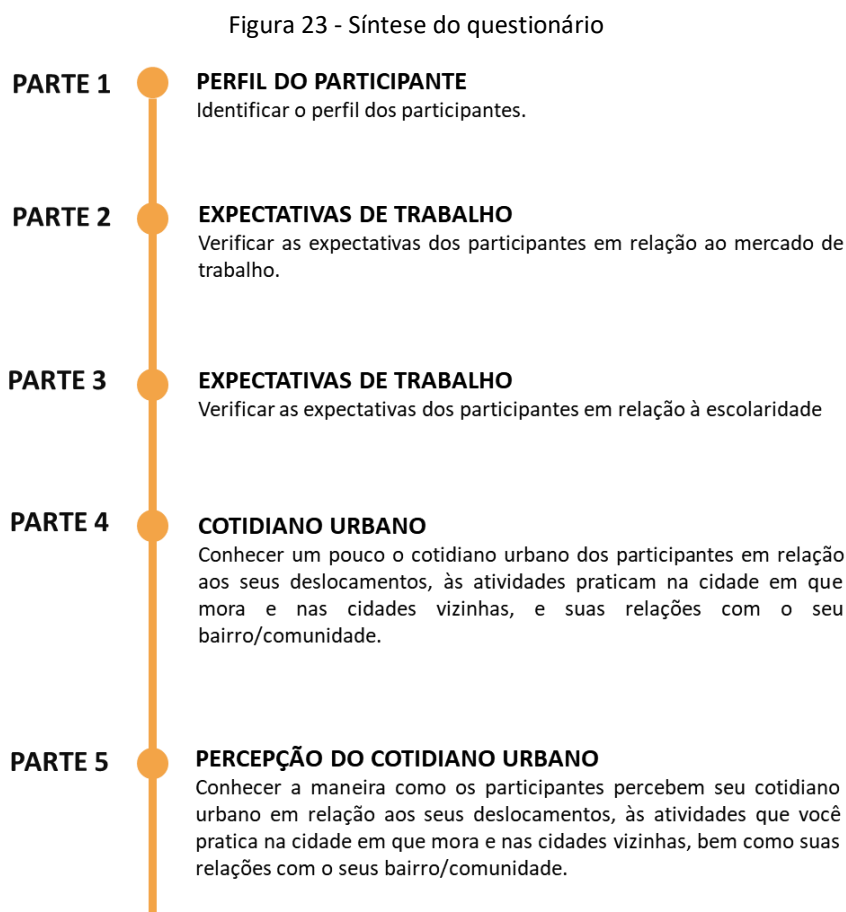
A Etapa Exploratória teve como intuito proporcionar maior familiaridade com um conjunto de temas que têm trazido subsídios para compreender melhor o problema e os conceitos relacionados à pesquisa e, complementarmente, construir a pergunta de pesquisa e a hipótese, e teve como procedimento técnico o levantamento bibliográfico. De acordo com Minayo (1994), esta fase da pesquisa é fundamental para questionar preliminarmente o objeto, construir as hipóteses e/ou pressupostos, verificar quais teorias são mais pertinentes para estudar o objeto, e identificar quais os métodos são mais apropriados. Em síntese, esta fase se resume em construir o projeto de pesquisa, estabelecer um diálogo reflexivo entre distintas teorias com o objeto em questão, se apropriar do conhecimento atual e sobre o problema da pesquisa a partir de questionamentos e críticas.

Etapa 2: Descritiva

A Etapa Descritiva teve como intuito apresentar as características e as dinâmicas dos fenômenos envolvidos a fim de contextualizar a segregação socioespacial e a fragmentação presentes na Área Conurbada de Florianópolis, e coletar informações a partir da aplicação de questionário para realizar correlações e descrições entre as dimensões físicas e sociais do espaço considerando as Características Socioeconômicas, as medidas de Integração e Escolha Global, bem como os níveis de Capital Espacial Econômico e os níveis de Capital Espacial Cultural, com o espaço social considerando os níveis de capital econômico e de capital cultural, a fim de verificar o papel do espaço na reprodução social, de forma objetiva e subjetiva.

O procedimento técnico adotado para apresentar as características e as dinâmicas da Área Conurbada de Florianópolis envolveu levantamento bibliográfico, além da espacialização de dados para contextualizar o objeto de estudo como renda, densidade, índice socioeconômico e medidas configuracionais.

Complementarmente foi aplicado questionário que continha, em sua maioria, perguntas fechadas e algumas perguntas abertas (ver Apêndice). O objetivo do questionário foi verificar um conjunto de informações em relação ao perfil dos participantes, suas expectativas de trabalho e escolaridade, seu cotidiano e sua percepção do cotidiano urbano, como sintetiza a Figura 23. O questionário após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH/UFSC), foi aplicado exclusivamente em versão on-line na plataforma do Google Forms, que é um aplicativo de gerenciamento de pesquisas do Google. Posterior à aplicação do questionário, foi feita uma apreciação e organização das perguntas para compor a etapa de análises e de discussão dos dados.



Fonte: Elaborado pela autora.

O questionário teve um total de 183 respondentes, e foram viabilizados a partir do contato com lideranças comunitárias de diversas áreas da ACF, com o apoio de divulgação por e-mail de programas de Pós-graduação da UFSC e do apoio da Secretaria Municipal de

Mobilidade e Planejamento Urbano – SMPU, que autorizou a divulgação do questionário por Folder em 50 veículos da frota do Consórcio Fênix (ver Apêndice). Cabe ressaltar que a aplicação do questionário se esbarrou nas restrições de contato em decorrência da pandemia de COVID-19. Para viabilizar a pesquisa houve a necessidade de alteração do público alvo que, inicialmente, tinha como foco a população de 0 à 3 salários mínimos. Considerando que não são todos que têm acesso e/ou habilidades com as plataformas digitais, a pesquisa considerou entrar em contato com a população da Área Conurbada de Florianópolis, independentemente de sua faixa de renda.

Os dados foram armazenados em planilhas no Excel para sistematização e análise das informações coletadas. O primeiro tratamento foi realizado no programa Jamovi, com o intuito de caracterizar a amostra considerando o Perfil dos Participantes, Trabalho, Escolaridade, o Cotidiano Urbano e a Percepção do Cotidiano Urbano. A transformação das perguntas em variáveis categóricas foram realizadas também com o suporte do programa estatístico Jamovi, que viabilizou uma análise de frequências das respostas que foram consideradas centrais para o desenvolvimento da Tese.

Na fase de categorização, algumas perguntas foram transformadas em variáveis e categorizadas: a variável renda mensal foi transformada na categoria Capital Econômico, que se baseou na definição de Classe Social por critério econômico de faixa de Salário Mínimo do IBGE. A variável escolaridade foi adotada para representar a Categoria Capital Cultural.

Índice Socioeconômico foi transformado em quatro categorias que definem o tipo de segregação ou integração socioeconômica: Área com Concentração de Pobreza, Área com Concentração de Riqueza, Área de Pobreza Vizinha a Áreas De Riqueza, e Área de Riqueza Vizinha a Áreas de Pobreza. Essa determinação foi feita por meio de uma análise de Local Indicator of Spatial Association (Lisa) (Anselin, 1995) que, em linhas gerais, testa se há um agrupamento de áreas (neste caso, setores censitários) com características semelhantes, comparado com uma situação de aleatoriedade na distribuição dessas características pelo território. A medida capta também o inverso, ou seja, situações em que áreas contrastantes encontram-se próximas umas às outras.

Por fim, a variável acessibilidade consiste na caracterização configuracional do espaço urbano e tem como instrumental a Teoria da Sintaxe Espacial. Para essa variável foi considerada a medida pela Integração Global e a medida de Escolha Global. A variável Capital Espacial Econômico mantém o mesmo termo na sua categorização, mas o classifica em 4 níveis distintos (Nulo, Baixo, Médio e Alto), assim como a variável Capital Espacial Cultural.

Etapa 3: Explicativa

A Etapa Explicativa teve como intuito aplicar a técnica de Análise de Estatística Bivariada para verificar a correlação entre as dimensões físicas e sociais do espaço com o espaço social, a fim de compreender o papel do espaço na instância da reprodução social de ordem objetiva e subjetiva. Essa técnica se caracteriza por permitir estabelecer uma análise que permite verificar se a correlação entre duas variáveis é estatisticamente significativa.

Esta Etapa se desdobrou em 5 fases que estão descritas abaixo.

Espaço e Capital Econômico: que pretendeu verificar qual dimensão física e social do espaço está mais associada com o nível de Capital Econômico dos participantes;

Espaço e Capital Cultural: que pretendeu verificar qual dimensão física e social do espaço está mais associada com o nível de Capital Cultural dos participantes;

Espaço e expectativas de trabalho: que pretendeu verificar se as dimensões físicas e sociais do espaço se estendem à subjetividade dos participantes e constroem distintas compreensões do espaço em relação às expectativas de trabalho, considerando os participantes de Capital Econômico Baixo.

Espaço e expectativas de escolaridade: que pretendeu verificar se as dimensões físicas e sociais do espaço se estendem à subjetividade dos participantes e constroem distintas compreensões do espaço em relação às expectativas de escolaridade, considerando os participantes de Capital Cultural Baixo

Espaço físico e espaço social: que pretendeu verificar se existe distinção na percepção do espaço entre os participantes que somam Capital Econômico Baixo e Capital

Cultural Baixo, com aqueles que somam Capital Econômico Alto e Capital Cultural Alto para refinar a análise que correlaciona espaço físico e espaço social.

CAPÍTULO 5 – RESULTADOS E DISCUSSÕES: REPRODUÇÃO SOCIAL SOB A ÓTICA DO ESPAÇO NA ÁREA CONURBADA DE FLORIANÓPOLIS – SC

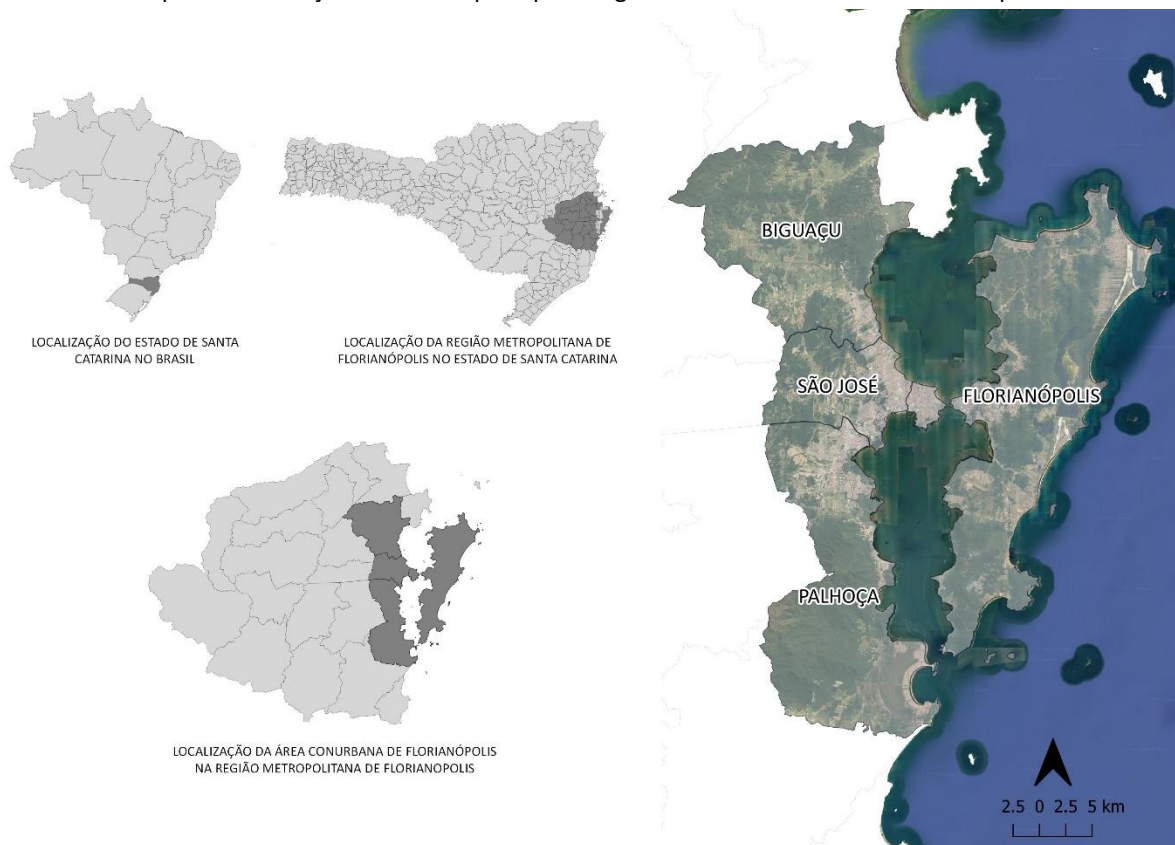
O presente capítulo tem como intuito apresentar alguns elementos importantes da Área Conurbada de Florianópolis considerando aspectos naturais e históricos, bem como as dinâmicas de produção e reprodução social no bojo das relações capitalistas. Essa perspectiva se dá por entender que o quadro urbano atual é a somatória de elementos estruturais que se desenvolveram no desenrolar da expansão capitalista, criando formas de ordenação do espaço subordinadas à acumulação do capital.

Complementarmente, a fim de verificar a relação dialética entre espaço físico e espaço social na instância da reprodução, o capítulo apresenta uma análise de correlações entre as dimensões do espaço físico com o espaço social, e como essa correlação contribui para entender a influência do espaço urbano na manutenção e na conservação do espaço social que decorrem, em parte, das condições materializadas no espaço. Toma como base o arcabouço teórico-analítico de Pierre Bourdieu por permitir entender de forma empírica a reprodução do espaço social a partir de uma perspectiva relacional, que considera tanto as condições objetivas do espaço, como os aspectos subjetivos, no momento em que os agentes interiorizam o espaço físico e corroboram com a reprodução social.

5.1 Segregação socioespacial e fragmentação na Área Conurbada de Florianópolis

A Área Conurbada de Florianópolis - ACF está inserida na Região Metropolitana de Florianópolis que é formada por 18 municípios, enquanto a parte conurbada é constituída por 4 municípios, sendo eles Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu, como mostra o Mapa 2. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, as quatro cidades somaram juntas em 2021 um total de 1.019.379 habitantes, sendo Florianópolis, a capital do Estado a mais populosa com 516.524 habitantes, seguida de São José com 253,705 habitantes, Palhoça com 178.679 habitantes e Biguaçu com 70.471 habitantes.

Mapa 2 - Localização dos municípios que integram a Área Conurbada de Florianópolis.



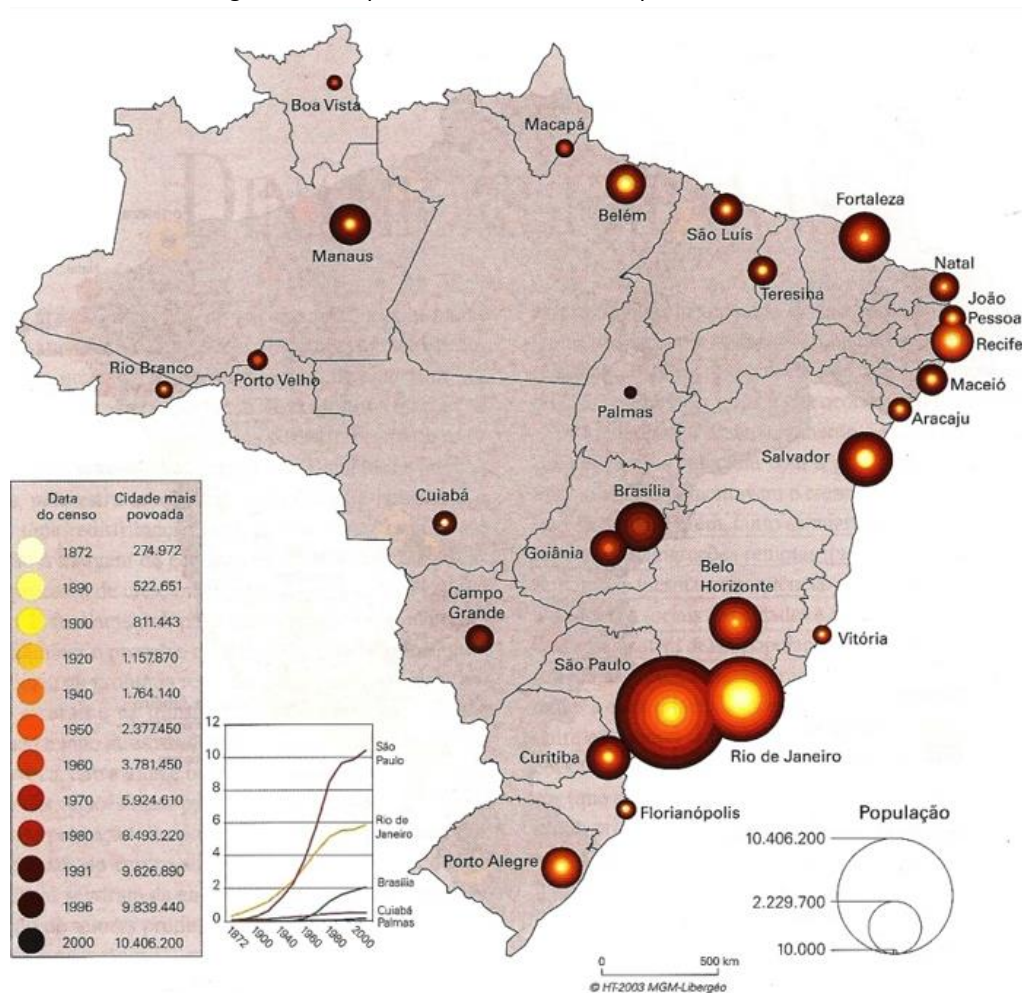
Fonte: IBGE E GOOGLE SATÉLITE. Elaborado pela autora.

A área territorial não segue a mesma ordem do quantitativo populacional. A ACF tem um total de 1.193,71 km², sendo Florianópolis o maior município em dimensão territorial com 433,17 km² (36,28%), seguido de Palhoça com 327,63 km² (27,45%), Biguaçu com 318,68 km² (26,70%) e sendo São José o menor deles com 114,23 km² (9,57%). Cabe ressaltar que a maior

parte do município Florianópolis corresponde à parte insular com 421,17 km² do seu total de 433,17 km².

Em relação ao contexto brasileiro, a capital do Estado de Santa Catarina possui três especificidades importantes: o setor de serviços é o mais dinâmico, e Florianópolis é considerada como a única capital do Sul e do Sudeste pouco industrializada. Complementarmente, além de possuir população bastante inferior quando comparada com as demais capitais brasileiras, como mostra a Figura 24, esteve bastante isolada de outras regiões do próprio estado e de demais capitais vizinhas até 1970. (SABOYA, REIS E BUENO, 2016)

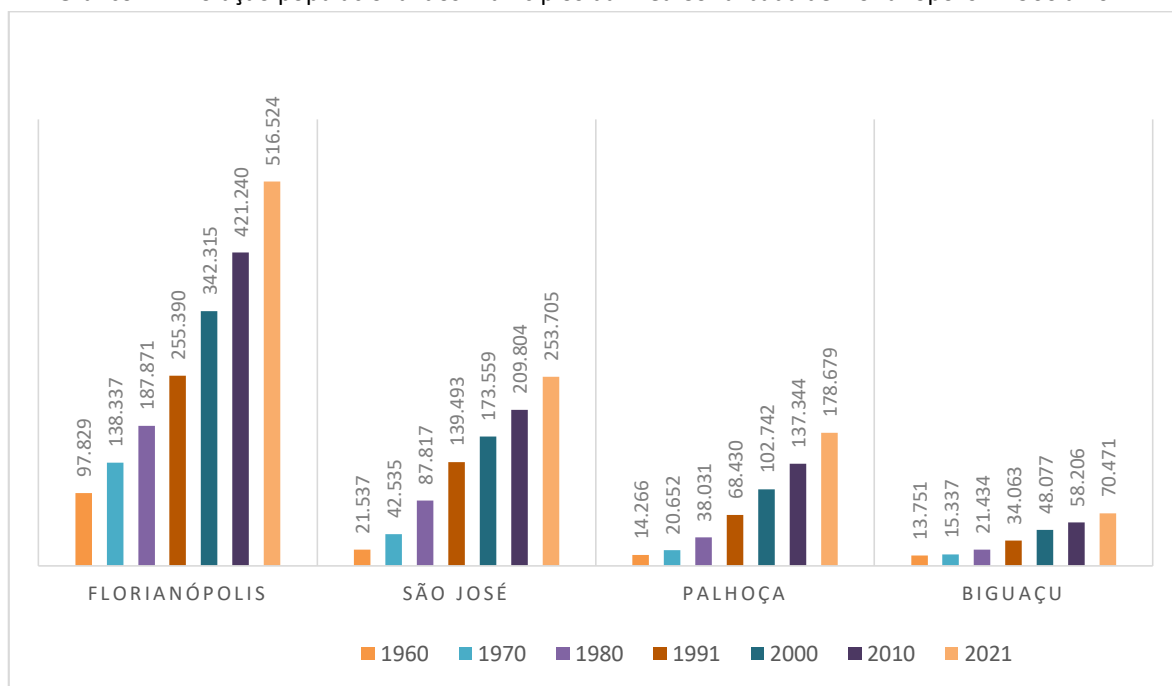
Figura 24 - Mapa de crescimento das capitais 1872/2000



Fonte: Théry; Mello-Théry (2018)

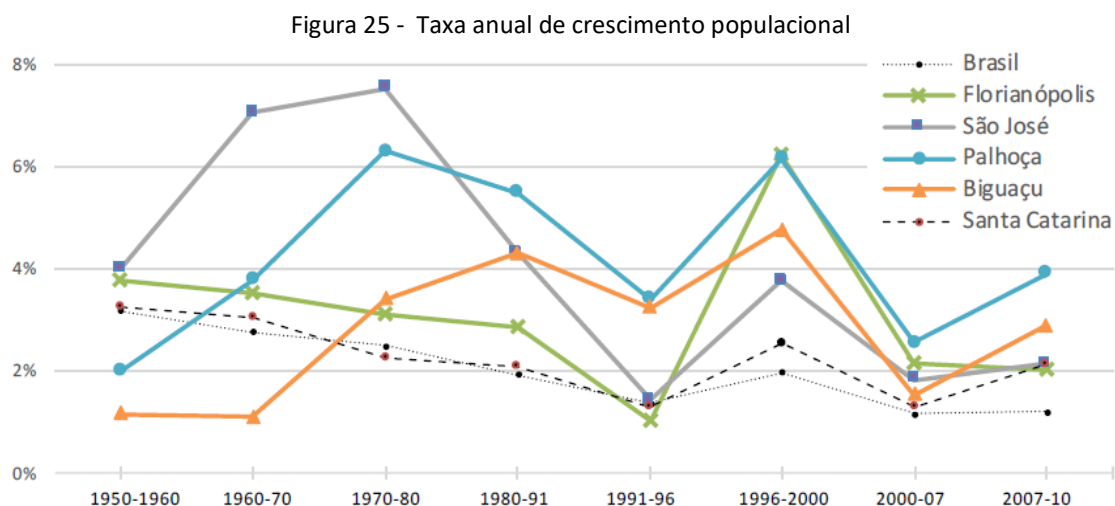
No contexto da conurbação, Florianópolis sempre foi o município com maior número de habitantes, como pode ser verificado no Gráfico 1 que apresenta a evolução populacional dos municípios da ACF de 1960 a 2021. De acordo com Napolini (2019) isso ocorre por alguns pontos que se destacam, dentre eles, por ter tido relevância estratégica para domínio territorial no período colonial, ter recebido o maior número de imigrantes, pela presença do porto que exportava e recebia importações da região, além de ter sido o centro dos investimentos públicos no século XX.

Gráfico 1- Evolução populacional dos municípios da Área Conurbada de Florianópolis – 1960 a 2021



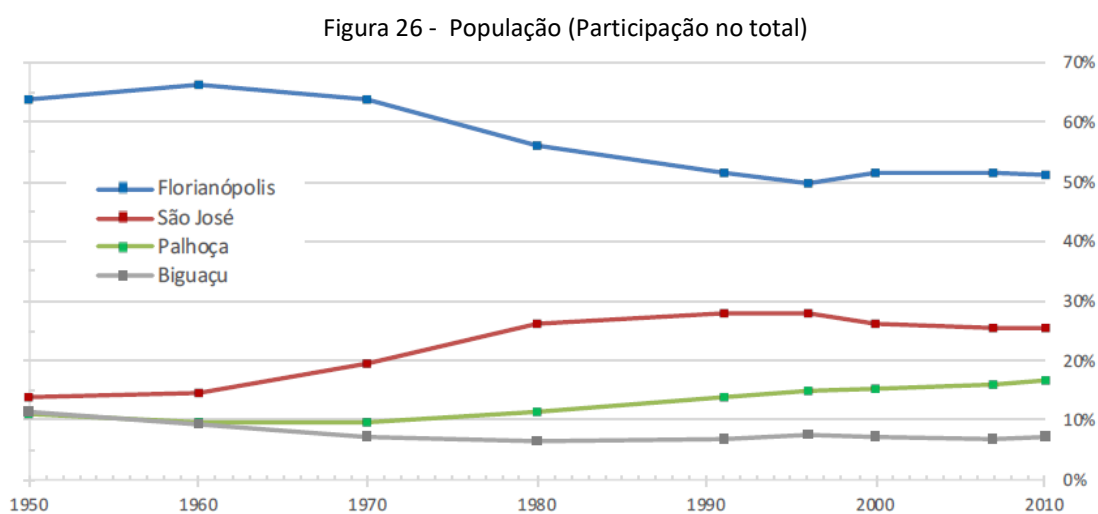
Fonte: IBGE CIDADE. Elaborado pela autora.

Napolini (2019) faz outras observações importantes sobre a dinâmica populacional, que estão ilustradas na Figura 25. Os dados mostram que os quatro municípios da ACF obtiveram entre 1960 a 2010, uma taxa anual de crescimento populacional de 3,44%, sendo maior que a taxa de Santa Catarina que foi de 2,16% e do Brasil que foi de 2,00% nesse mesmo período. No entanto, São José e Palhoça tiveram crescimento de 4,66% e 4,63%, respectivamente, que representa uma taxa maior que Florianópolis com 2,96% e Biguaçu 2,93%.



Fonte: Naspolini (2019)

Complementarmente, Naspolini (2019) comenta que em 1960, Florianópolis representava 66,38% da população total da ACF e em 2010 caiu para 50,92%, como mostram os dados da Figura 26. Entretanto, mesmo ainda sendo o maior aglomerado urbano da conurbação, seu crescimento demográfico tem sido menor que o de São José e Palhoça que possuíam em 2010, respectivamente, 25,38% e 16,61%. Biguaçu, mesmo com sua população crescendo no período de 1960 a 2010, sua participação total caiu de 9,33% para 7,04%. Em síntese, o município de Florianópolis, mesmo tendo grande importância funcional e ainda possuindo maior número de habitantes, vem apresentando uma queda na composição populacional em relação ao total da ACF.

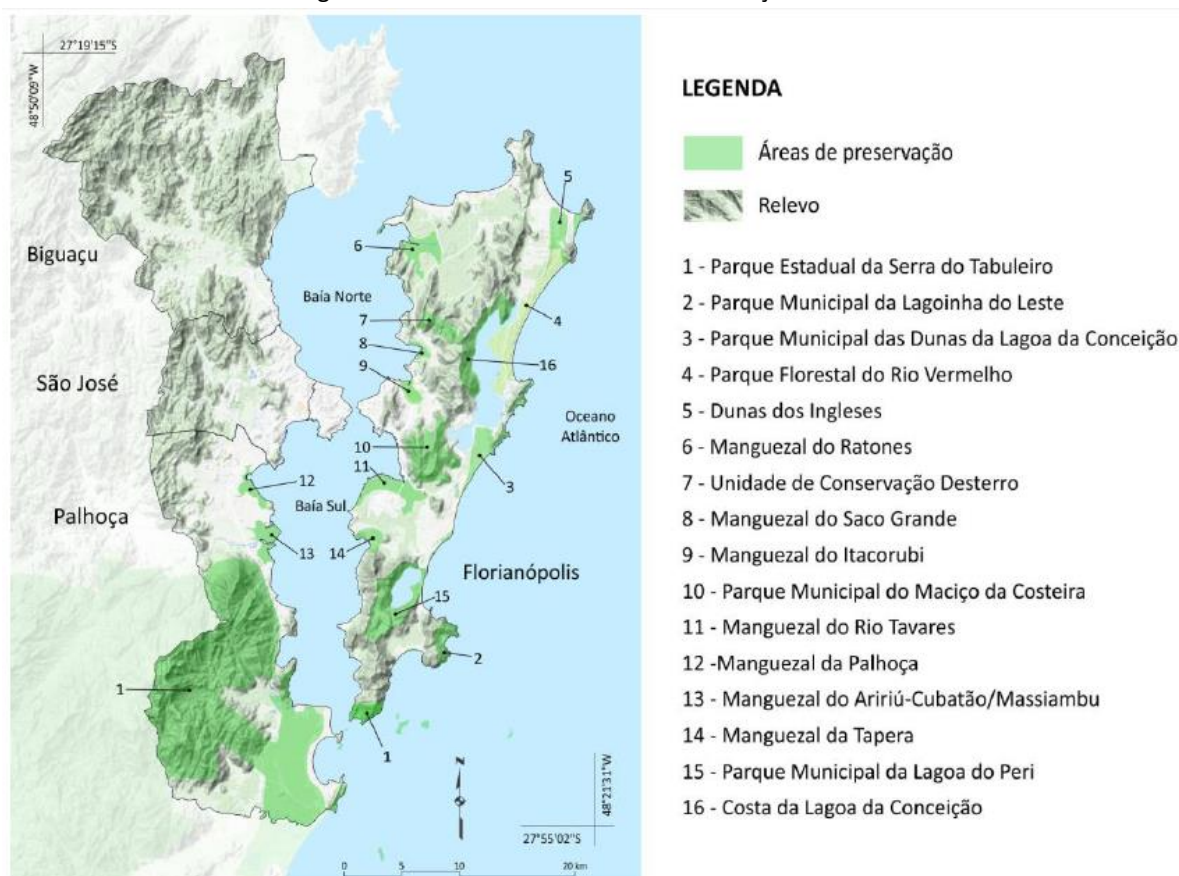


Fonte: Naspolini (2019)

A ocupação do território da ACF como consequência do crescimento populacional das últimas décadas e das especificidades da dinâmica demográfica de cada um dos municípios teve como resultado um tecido urbano disperso e fragmentado, ainda que na porção continental o tecido urbano seja relativamente mais contínuo, se comparado com a parte insular de Florianópolis. Mas, cabe ressaltar que existem diversos fatores que contribuíram com esse modelo de ocupação territorial que serão comentados a seguir.

Uma primeira observação importante é em relação às características do meio físico e biótico, que representam uma condicionante que precisa ser considerada nos processos de expansão urbana. Tanto a parte insular de Florianópolis como grande parte de Palhoça são compostas por maciços de grande altitude que se caracterizam como Unidade de Conservação Ambiental, como mostra a Figura 27.

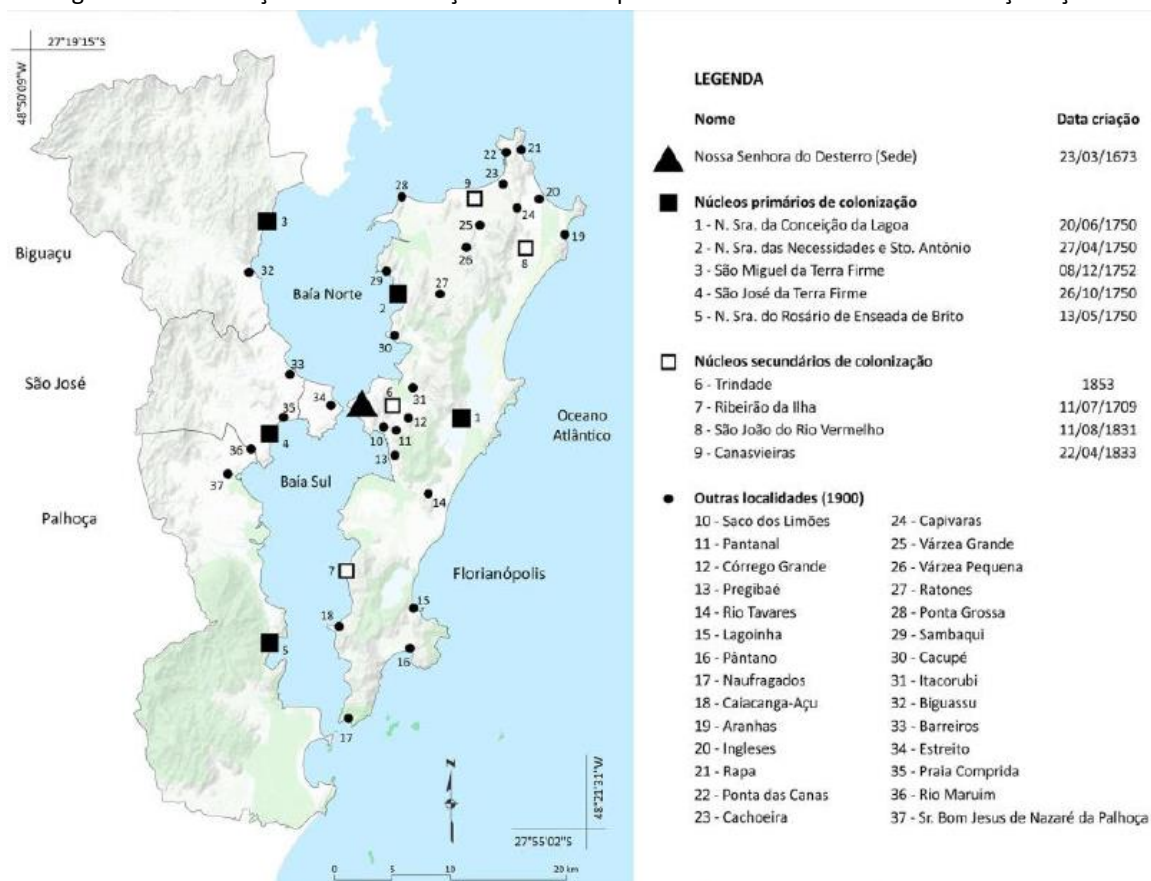
Figura 27 - Relevo e Unidades de Conservação Ambiental



Fonte: Napolini (2019)

Outro fator foi o processo de colonização que ocorreu entre os séculos XVIII e XIX, pois a população proveniente dos Açores e Madeira que se fixou na região em meados de 1750 conformou núcleos de povoamento dispersos na parte insular de Florianópolis, como mostra a Figura 28, de acordo com as observações de Napolini (2019).

Figura 28 - Localização e data de criação do núcleos primários e secundários de colonização açoriana



Fonte: Napolini (2019)

No entanto, as condicionantes geográficas e esses aspectos que caracterizaram o início da ocupação no período colonial são insuficientes para compreender o quadro urbano atual, especialmente quando consideramos que a produção urbana capitalista hierarquiza os espaços sociais e cria localizações diferenciadas em relação aos usos, atividades, distribuição populacional e composição socioeconômica. Ou seja, a produção das relações espaciais hierarquizadas é fruto do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, fazendo referência a Limonad (2020). Saboya, Reis e Bueno (2016) descrevem que o quadro urbano

atual da ACF também é resultado das estruturas sociais que são produzidos no âmbito da produção e da reprodução social.

O crescimento populacional que ocorreu na Área Conurbada de Florianópolis nas últimas décadas, somado às especificidades da dinâmica demográfica de cada um dos municípios sob a égide do capital produziu um movimento de segregação socioespacial que margeia a camada de rendas mais baixas nas franjas dos municípios do continente e concentra a população de rendas mais altas na parte central de Florianópolis, com destaque para o bairro Centro e em alguns pontos da Ilha de Santa Catarina. Como observa Sugai (2015), esse processo teve início na década de 1930 quando São José, Palhoça e Biguaçu passam a se desenvolver de forma mais intensa como resultado da posição estratégica à capital Florianópolis, bem como a seletividade espacial dos investimentos viários. Assim, o crescimento populacional e a consequente apropriação das periferias na porção continental pelas classes de mais baixa renda, especialmente a partir de 1950, é que começam a materializar o processo de conurbação entre os quatro municípios que compõem a ACF. Isso explica porque São José e Palhoça tiveram entre 1960 e 2010 uma taxa geométrica de crescimento populacional maior que Florianópolis e Biguaçu nesse mesmo período, como foi apresentado no trabalho de Napolini (2019).

Como observa Reis (2012) as primeiras décadas do século XX foram marcadas por um novo ciclo da dinâmica urbana do Desterro a partir da inauguração da Ponte Hercílio Luz no ano de 1926, como mostra a Figura 29. A ponte provocou forte decadência do porto e o transporte marítimo foi substituído pelo transporte rodoviário. A conexão entre Ilha-Continente culminou em uma rápida expansão e transformação das áreas continentais próximas à Ilha. Sugai (1994) aponta que com a construção da Ponte Hercílio Luz a dinâmica do mercado imobiliário tanto na porção insular como no Continente se modificou, a partir da valorização de áreas comerciais e também residenciais que obtinham acesso direto à ponte e abriram novas frentes do capital imobiliário em áreas que eram desocupadas, além do processo de revalorização de áreas mais antigas.

Figura 2914 - Ponte Hercílio Luz, a primeira ligação viária Ilha-Continente



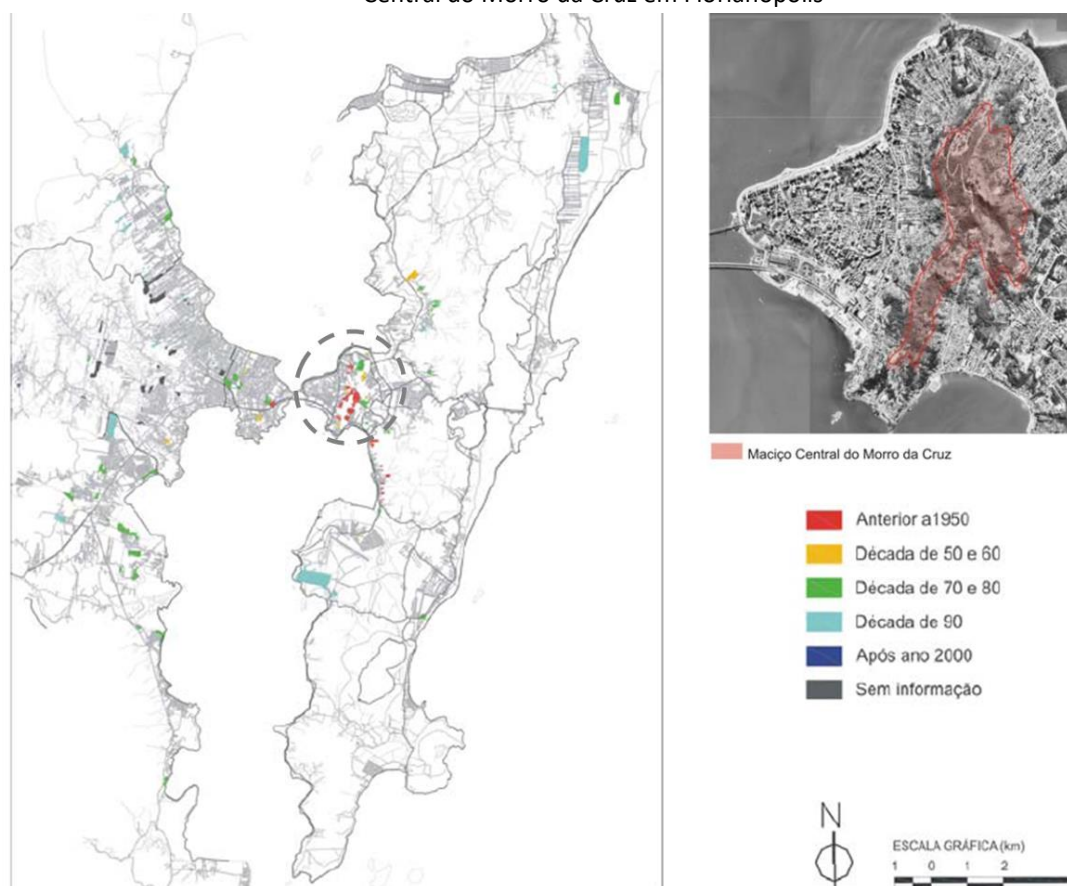
Fonte: Hildebrandt (2018)

Um fator importante no que diz respeito às dinâmicas socioespaciais que passou a ocorrer de forma intensa após a implantação da ponte Hercílio Luz foi o delineamento de uma tendência social contraditória, pois, a partir do momento em que a ilha e o continente estavam conectados e a área urbana desses quatro municípios passaram a integrar-se a em decorrência da conurbação, a pobreza começa a se concentrar na porção continental e a riqueza na parte insular, e esse fator passou a separar a ilha do continente. (SUGAI, 2002)

Com a inauguração da ponte Hercílio Luz e outras obras de caráter sanitaria que ocorreram nas décadas de 1930 e 1940, essa época é marcada por uma forte expansão imobiliária das camadas mais poderosas e pelo começo do processo de periferização das camadas populares, que passa a ocupar principalmente o bairro Estreito, que fica na parte continental de Florianópolis, viabilizado a partir da implantação do ônibus como meio de transporte público. Em contrapartida, as camadas de alta renda concentravam-se nesse período ao norte do centro de Florianópolis. Entretanto, um fato interessante é que alguns setores da elite local detinham posse de terrenos na parte continental e, por isso, uma parte do continente foi anexada ao município de Florianópolis em 1944. (SUGAI, 2015)

É nessas mesmas décadas iniciais de expansão mais consolidada da ACF que começam a surgir os primeiros assentamentos precários, caracterizados em três momentos históricos distintos. O primeiro deles surgiu nas bases do Maciço Central de Florianópolis no final do século XIX após a abolição da escravatura, como ilustra a Figura 30. Essa primeira ocupação ocorre após a canalização e fechamento do Rio da Bulha em 1920, onde situa-se hoje a Avenida Hercílio Luz. Com essa obra, considerada na época como projeto de modernização que ocorria em várias cidades brasileiras, a população mais pobre que residia nas proximidades do Rio Bulha passou a ocupar os morros nas imediações do centro, sendo eles em sua maioria escravos liberados. (SUGAI, 2009)

Figura 30 - Expansão dos assentamentos precários na Área Conurbada de Florianópolis e imagem do Maciço Central do Morro da Cruz em Florianópolis



Fonte: Infosolo (2005). Adaptado pela autora.

Em relação a esse primeiro momento, cabe observar que a obra de canalização e fechamento do Rio da Bulha tem relação com a dinâmica higienista e excludente que tinha

como referência as reformas urbanas promovidas pelo Barão Georges Haussmann que ocorreram em Paris no período de 1853 e 1870. Essas reformas eram pautadas na reformulação do espaço urbano associada à expulsão dos trabalhadores dessas áreas para áreas periféricas e ausentes de qualquer benfeitoria urbana. No caso específico de Florianópolis, como já foi comentado, a única opção a esses moradores urbanos foi a ocupação do Maciço Central, como mostra a Figura 31. Nos dois casos, a especulação imobiliária teve papel central na mercantilização do solo, ao fazer prevalecer o valor de troca em relação ao valor de uso. Nesse sentido, outro ponto importante de se destacar é que nesse mesmo período transformações econômicas, sociais e políticas ocorriam na Europa, e também se iniciava o debate sobre os modelos espaciais de segregação residencial, como os modelos do geógrafo alemão J.G. Kohl em 1841 e do G. Sjoberg em 1960, que tratavam sobre o padrão de segregação na dicotomia centro versus periferias em que as classes de rendas mais altas ocupavam as áreas centrais onde estavam as melhores benfeitorias urbanas e as classes mais baixas se apropriavam das áreas periféricas sem qualidade urbanística, mencionados anteriormente. (HILDEBRANDT, 2018)

Figura 31 - Início do assentamento informal no Maciço Central em 1920



Fonte: HILDEBRANDT (2018)

Já no segundo momento, a imigração rural-urbana na década de 1960 provoca novamente uma expansão de assentamentos precários no Maciço Central de Florianópolis e

começa a surgir nas periferias da cidade de São José, enquanto a cidade de Palhoça e Biguaçu ainda eram consideradas pequenas vilas rurais. Vale lembrar que nesse mesmo período a problemática habitacional começa a ser pensada no âmbito no Banco Nacional de Habitação, entre 1964 e 1986. A última fase de crescimento dos assentamentos precários na ACF se dá a partir da década de 1990 e está associado ao crescimento da renda média, com novos processos migratórios e também com o crescimento das desigualdades sociais na porção conurbada. (SUGAI, 2009 e 2015).

Essas décadas iniciais de expansão mais consolidada da ACF foram acompanhadas pelo que Kowarick e Bonduki (1994, p. 147) chamaram de *“laissez-faire urbano”*, ou seja, ocorreu mediante a ausência de uma política adequada de assentamento da população migrante, deixando as camadas mais populares à mercê da especulação imobiliária e do transporte público precário. De acordo com os autores, o *“laissez-faire urbano”* possibilitou que o grande contingente populacional se fixasse onde e como conseguisse diante do cenário metropolitano, *“acelerando um padrão periférico de crescimento baseado na autoconstrução de moradia”* em locais clandestinos e desprovidos de serviços essenciais à vida urbana.

Nas décadas posteriores, duas obras importantes na década de 1970 foram a construção da BR-101 e, posteriormente, a construção da BR-282. Essas obras foram fundamentais no processo de conurbação dos tecidos urbanos dos quatro municípios que hoje compõem a ACF. Em escala nacional, ambas as rodovias representaram maior integração viária com a rede urbana do país, e foram importantes indutoras no desenvolvimento do turismo da ilha, que se fortaleceria nas décadas de 1980 e 1990. (REIS, 2012).

Sugai (2015) também aborda a importância dessas obras viárias no processo de conurbação e no crescimento expressivo do turismo, mas acrescenta dois aspectos importantes. Primeiro que essas obras materializaram a seletividade espacial dos investimentos públicos urbanos na ilha, em detrimento da porção continental que era para onde a população de rendas mais baixas estava se deslocando para fins de moradia. Outro ponto importante foi o posterior direcionamento dos investimentos favorecendo os interesses das elites para o norte da Ilha. Assim, se consolida na década de 1980 uma estrutura

urbana onde o sistema viário da ACF era constituído pela Avenida Beira-Mar Norte e as rodovias estaduais SC – 401 e SC – 404, que estavam integradas às então rodovias federais BR – 101 e BR – 282, como mostra a Figura 32.

Figura 32 - Área Conurbada de Florianópolis e seus principais marcos geográficos e urbanos



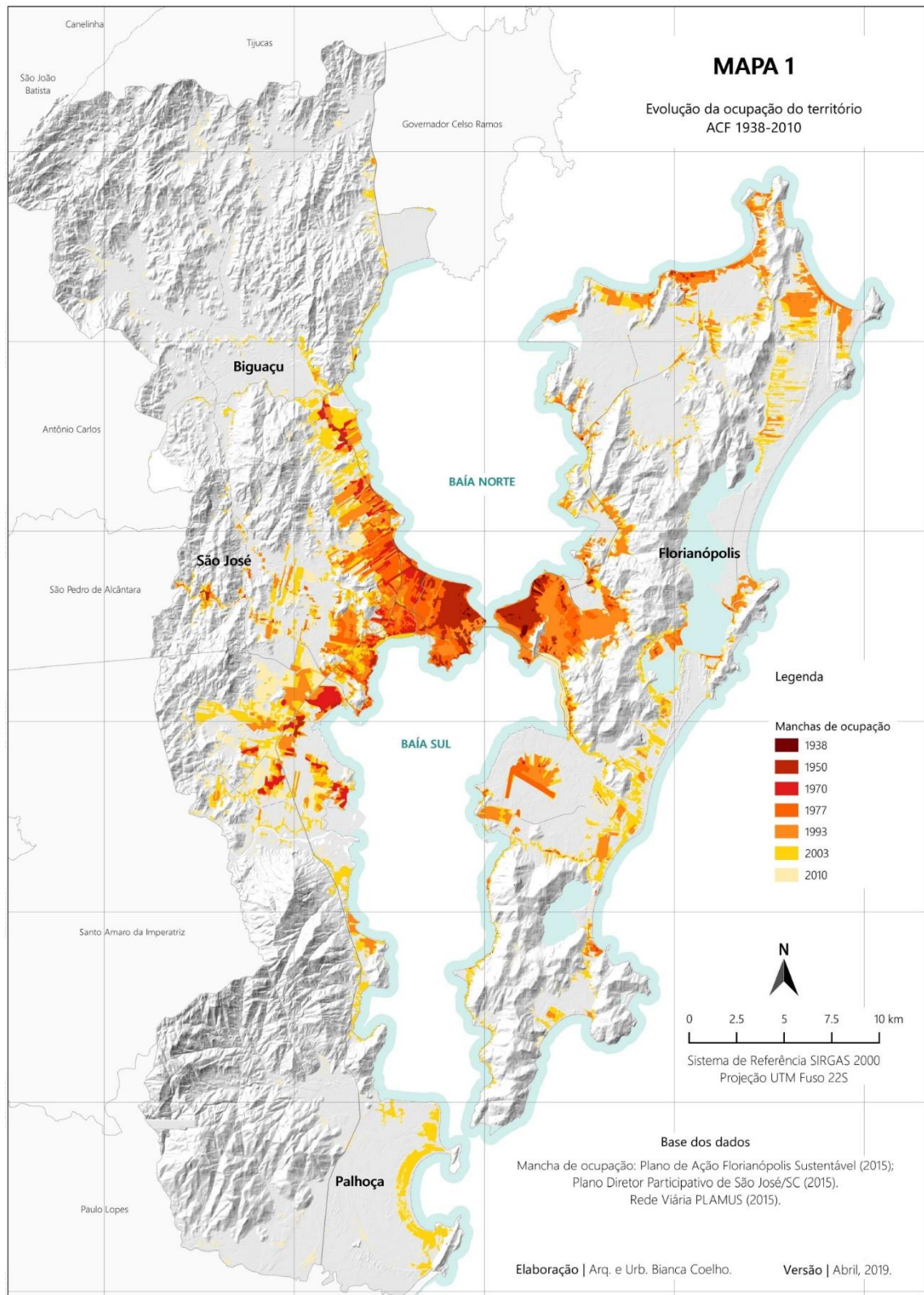
Fonte: KRONENBERGER e SABOYA (2019)

Sugai (2015, p. 148) comenta que essa estrutura urbana conforma “*um eixo estruturador e de interligação entre as áreas de residências das elites e os bairros onde pretendiam expandir suas áreas residenciais e de veraneio*”. Kronenberger e Saboya (2019) comentam que atualmente duas pontes conectam a ilha ao continente, a Ponte Governador Colombo Machado Salles, inaugurada em 1975 e a ponte Governador Pedro Ivo Campos inaugurada em 1991, e a BR-282, que conecta as duas pontes à BR-101, conforma uma fratura no tecido urbano da porção continental de Florianópolis e da cidade de São José, e viabiliza um eixo viário contínuo entre o continente e os bairros da elite situados fora da ilha. Essa fratura conforma também no continente uma separação entre as distintas classes sociais, pois, na porção norte estão inseridas as classes médias e baixas, enquanto na porção sul encontra-se as classes de rendas mais altas.

Um aspecto importante a ser ressaltado é como o turismo moldou o crescimento urbano, especialmente da cidade de Florianópolis, que projeta Santa Catarina tanto a nível nacional como internacional, mesmo com certos limites nos investimentos e na precariedade do planejamento desse setor. A atividade turística desse período é marcada pela construção de uma rede hoteleira nos balneários do Norte da Ilha que tem como características a ocupação espacial residencial semelhante ao modelo de Hoyt em 1939, pois a expansão da cidade passa a margear setores com características específicas de belezas naturais que produziu uma segregação a partir de setores de amenidades. Simultaneamente ao crescimento dos balneários ocorreu um esvaziamento do centro de Florianópolis por parte das camadas sociais média e média alta. Nesse período o centro passa a ser caracterizado pelo comércio e áreas de pobreza, e a população de classes mais altas que anteriormente morava naquela região passa a ocupar os novos prédios na Avenida Beira Mar Norte ou mesmo os balneários no norte da Ilha, em um processo de autosegregação, que é resultado de uma decisão voluntária, e tem como caso mais icônico o balneário de Jurerê Internacional. (HILDEBRANDT, 2018)

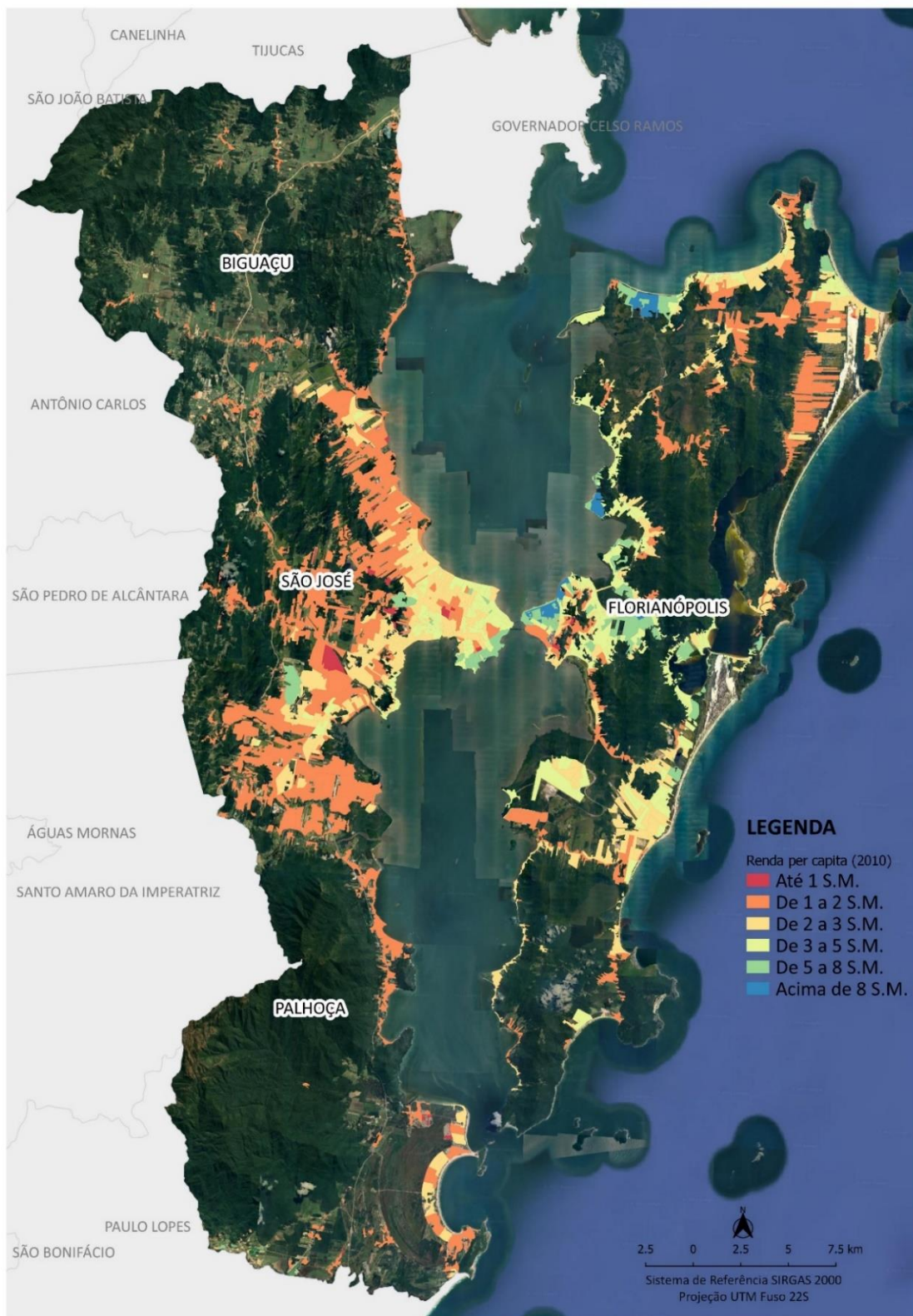
De acordo com Hildebrant (2018) esses fatos confirmam a dominação de classes sobre o espaço e como isso gerou um desenvolvimento desigual e desequilibrado, e a construção dos balneários no norte da Ilha somada à construção de residências de veraneio tem com seqüela a valorização de determinados setores produzindo concentração de renda e, em contrapartida, desfavoreceu a classe social de rendas mais baixas. Este modelo de parcelamento do solo urbano de alto padrão em áreas definidas como turísticas, e com a expansão dos assentamentos precários em áreas periféricas corrobora com a conformação de um espaço urbano marcado não só pela segregação socioespacial, mas também pela fragmentação socioespacial que significa fraturas espaciais e fraturas sociais, onde cada fragmento é constituído por uma classe social específica, que segrega outras a partir do seu valor de troca. A Figura 33 ilustra o processo de expansão urbana da ACF e evidencia esse modelo de expansão urbana fragmentada nos períodos mais recentes, enquanto o Mapa 3 ilustra a composição econômica e sua distribuição espacial dispersa e fragmentada na ACF.

Figura 33 - Evolução da ocupação urbana na Área Conurbada de Florianópolis no período de 1938 à 2010



Fonte: Coelho (2019)

Mapa 3 - Distribuição da Renda Média na Área Conurbada de Florianópolis



Fonte: IBGE (2010). Elaborado pela autora.

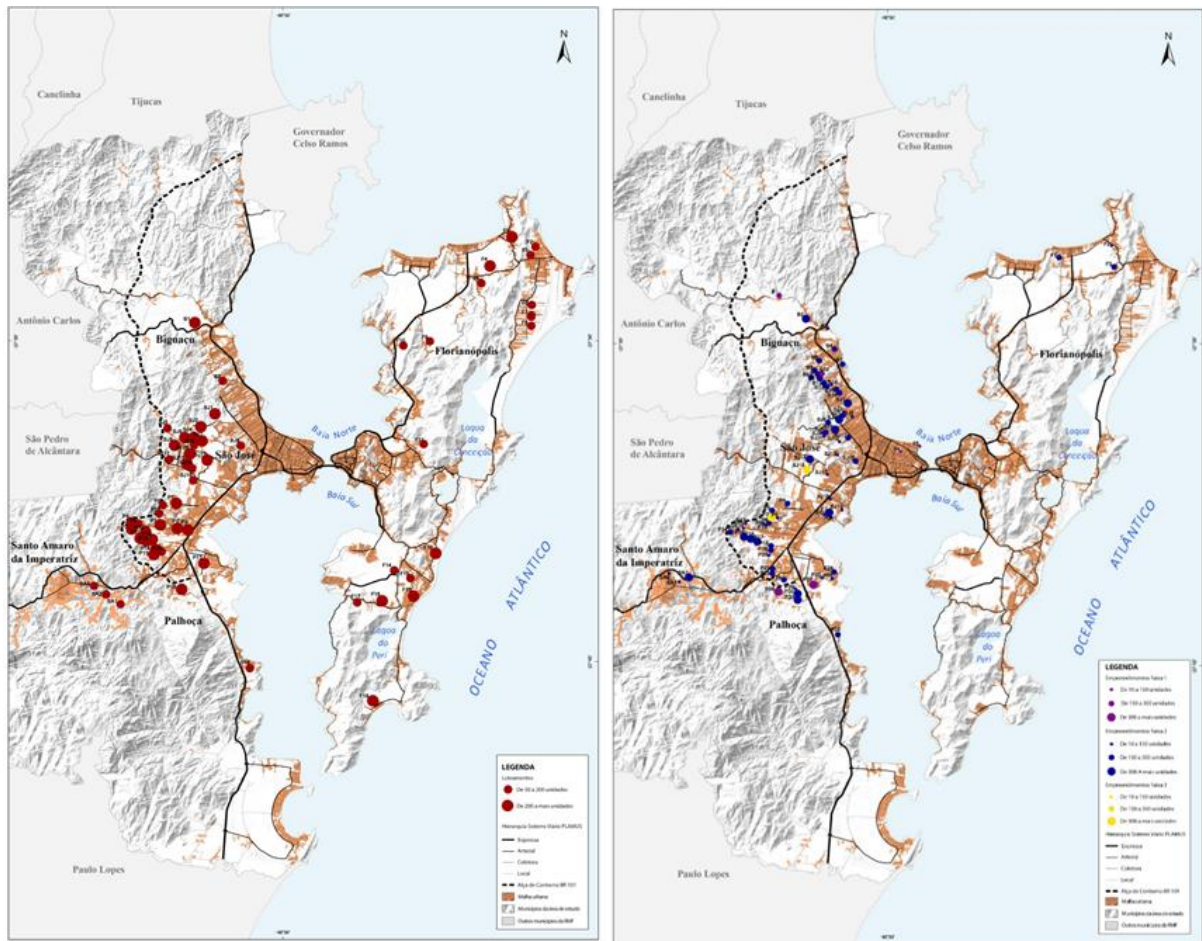
A população que possui maiores rendas na Área Conurbada de Florianópolis se concentra na parte insular, como pode ser observado no Mapa 3. Essa população está inserida predominantemente nos bairros Centro, João Paulo e Lagoa da Conceição, e nas proximidades da Avenida Beira-Mar Norte, na Bacia do Itacorubi, e em alguns trechos do Norte da Ilha, como em Jurerê Internacional. Quando se trata da parte continental da Área Conurbada de Florianópolis, a população de rendas mais altas está nos bairros de Coqueiros, Bom Abrigo e Itaguaçu da porção sul como já comentado, que fica na divisa entre as cidades de Florianópolis e São José, e em alguns poucos pontos da cidade de Palhoça e Biguaçu. Complementarmente, é importante sintetizar com o cruzamento dessas informações que a homogeneização caminha lado a lado com o processo de fragmentação do espaço, quando verifica-se que os espaços fisicamente fragmentados são aqueles mesmo espaços que concentram áreas de pobreza e áreas de riqueza. No caso das áreas de concentração de pobreza, significa dizer que a população de baixa renda é segregada tanto do ponto de vista social como espacial, e no caso das áreas de concentração de riqueza, significa dizer que a população de renda mais alta é segregada apenas do ponto de vista espacial.

Como observam Saboya, Reis e Bueno (2016), existe um forte processo de especulação imobiliária na ACF, e a distribuição dos moradores nessa área é determinada pela dinâmica do mercado imobiliário. Os preços altos dos terrenos na parte insular em consequência da ação de políticas públicas privilegiam áreas nobres com oferta de infraestrutura e serviço, e portanto, é possível verificar que é nessa parte insular que se encontra a maior parte das rendas mais altas. Por outro lado, as rendas mais baixas estão inseridas na parte continental, o que contribui para elucidar melhor a maior taxa de crescimento populacional em São José, Palhoça e Biguaçu, ilustrada no início desta seção.

Hildebrant (2018) mapeou os loteamentos desenvolvidos no período de 2003 e 2017 e comenta que foram produzidos nesse período, a partir do parcelamento de terra via iniciativa privada, 24.181 novos lotes. Uma observação importante é que todos eles estão inseridos em áreas de expansão e, enquanto na parte insular de Florianópolis vêm provocando alterações nas paisagens naturais das dunas, no caso das cidades do continente vêm modificando a paisagem rural em um processo de transformação das pequenas produções

agrícolas. Complementarmente, a tipologia condominial, alavancadas pelo PMCMV por meio do financiamento da habitação de interesse social, configura outra forma de ocupação nas áreas de expansão que tem aprofundado o processo de fragmentação socioespacial. A Figura 34, à esquerda mostra o mapeamento dos novos loteamentos implementados entre 2003 e 2017, e à direita mostra os mapeamentos dos empreendimentos do PMCMV no período de 2009 a 2016.

Figura 34 - Localização dos loteamentos implantados no período de 2003 a 2017 no mapa à esquerda, e localização dos empreendimentos do PMCMV implantados no período de 2009 a 2016.



Fonte: Hildebrandt (2018)

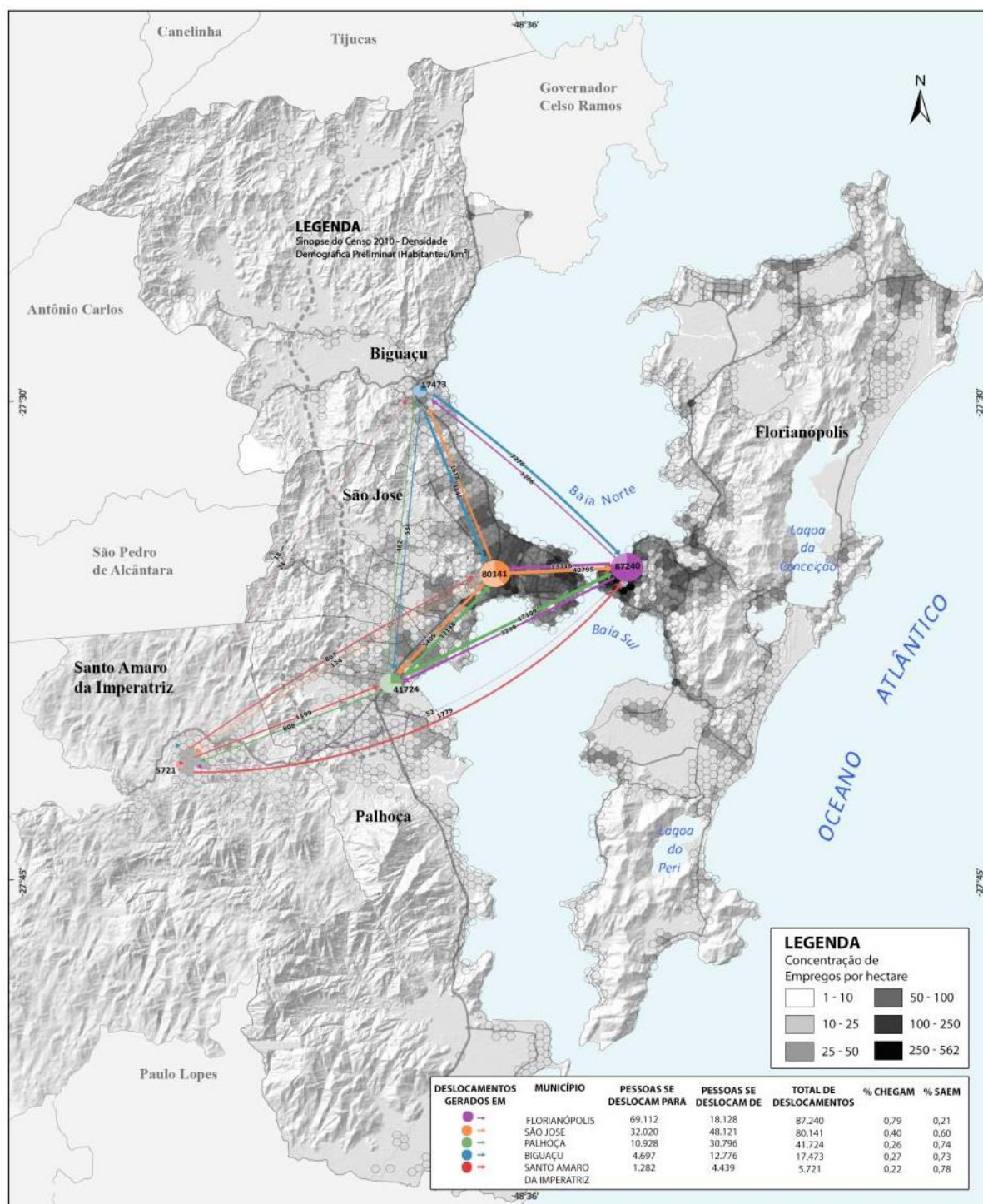
É possível perceber a partir da implantação dos 57 novos loteamentos de grande porte, que a maior parte deles estão inseridos na porção oeste de São José e de Palhoça, enquanto na parte insular de Florianópolis a sua distribuição se dá de forma mais dispersa. Cabe ressaltar que entre todos os municípios, o de São José é o que se caracteriza com maior

dinâmica de incorporação e novos loteamentos. Já em relação aos empreendimentos do PMCMV, é possível perceber que sua maioria está situada nos limites do perímetro urbano e nas áreas periféricas de São José, onde se distribui de forma mais espalhada, em Palhoça, onde conformam uma franja quase contínua no setor periférico da cidade, e em Biguaçu, onde esses empreendimentos se concentram de forma paralela à BR – 101, se inserindo de forma mais dispersa ao norte na divisa com Santo Amaro da Imperatriz. No entanto, Florianópolis, possui apenas três desses empreendimentos de Faixa 2 no norte da Ilha, e duas pequenas intervenções no continente, no Estreito para Faixa 1.

Esses empreendimentos habitacionais mais recentes, independentes de suas modalidades, vêm reforçando um padrão de ocupação de fragmentação socioespacial periférico, pois se inserem de forma desarticulada ao tecido urbano consolidado da ACF. Esse fator, somado à alta concentração de emprego em setores mais centrais, provoca uma relação de pendularidade diária. A Figura 35 mostra que o centro de Florianópolis é uma das áreas que concentra maior oferta de emprego e, portanto, como comenta Hildebrandt (2018), as cidades de São José, Palhoça e Biguaçu estabelecem com a capital uma relação de deslocamentos pendulares. No entanto, existe outro setor concentrador de empregos na região do Kobrasol e Campinas na cidade de São José.

É relevante citar que as relações de força de trabalho estão conjugadas à mobilidade urbana, uma vez que as camadas de rendas mais baixas são obrigadas a ocupar áreas cada vez mais distantes das oportunidades por conta das dinâmicas de valorização do solo no mercado imobiliário. E no caso específico da ACF, trata-se de uma conurbação fragmentada com intenso domínio do mercado imobiliário sobre o uso e o valor do solo urbano. Isso reforça a importância de um sistema de mobilidade urbana que permite integrar os distintos setores do tecido urbano que garanta a integração espacial e também social, a partir de distintos modos de transporte, sem esquecer da importância de preservar o ambiente natural. (HILDEBRANDT, 2018)

Figura 35 - Deslocamento entre municípios e concentração de empregos



Fonte: Hildebrandt (2018)

Como comentam Souza e Sugai (2018), a atração de deslocamentos concentrados especialmente no centro de Florianópolis sobrecarrega a capacidade das duas pontes de conexão entre Ilha e Continente. Os autores apresentam outro dado importante em relação à forte relação de pendularidade diária. A Figura 36 mostra que Florianópolis é a única cidade que possui mais empregos que população economicamente ativa, o que reforça a demanda de trabalhadores das cidades vizinhas para ocuparem esses postos de trabalho.

Figura 36 - População economicamente ativa e empregos nos municípios em 2010

Município	Moradores do município		% População Economicamente Ativa	Empregos no município	Empregos / Moradores
	Total	Que trabalham			
Biguaçu	58.206	28.221	48,48	20.169	71,47
Florianópolis	421.240	221.915	52,68	266.062	119,89
Palhoça	137.334	71.381	51,98	50.974	71,41
São José	209.804	112.656	53,70	96.693	85,83
Área de Estudo	826.584	434.173	52,53	433.898	99,94

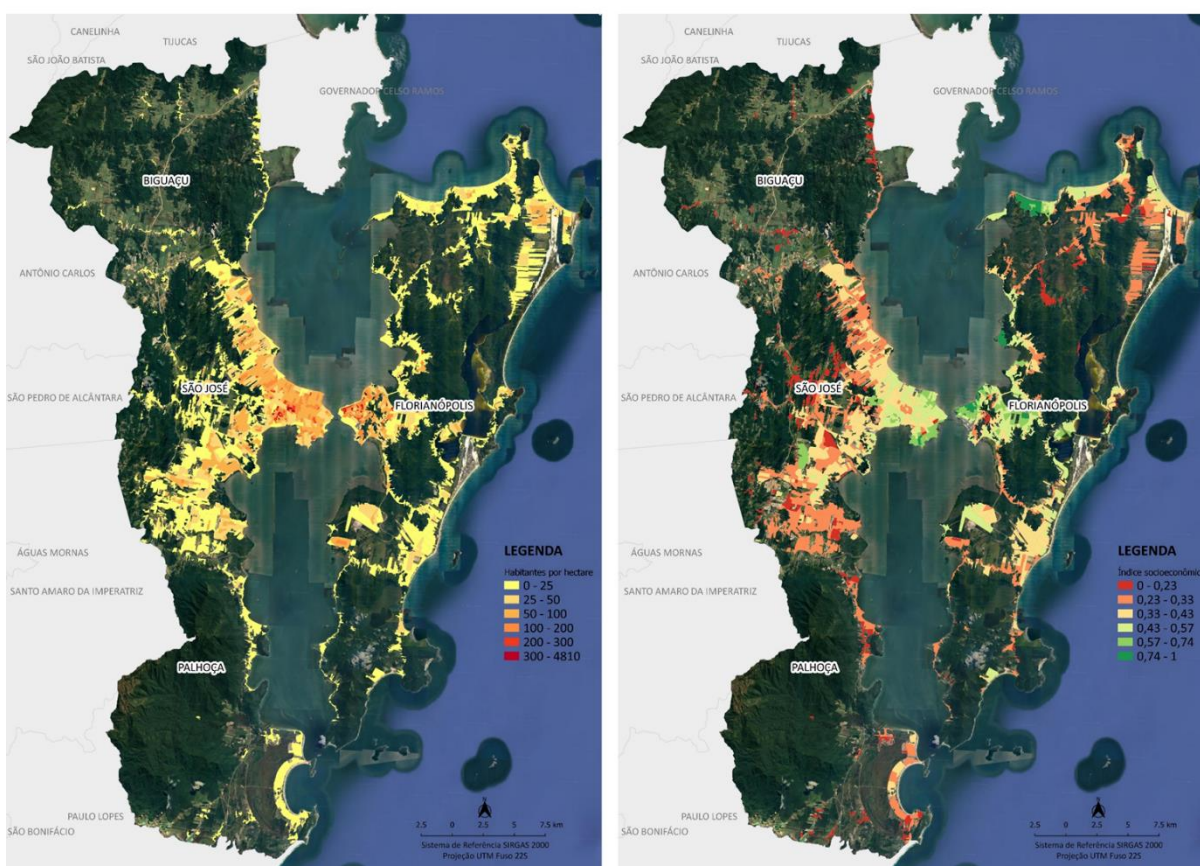
Fonte: Souza e Sugai (2018)

Quando se associa a alta concentração de emprego em certos setores com a densidade demográfica da ACF e a distribuição dos estratos socioeconômicos, é possível perceber que é a população mais pobre a mais condenada a esses deslocamentos pendulares diários, como mostra o mapa 4, pois os estratos socioeconômicos se concentram nas franjas urbanas de São José, Palhoça e Biguaçu, que não correspondem com os setores de concentração de emprego. Souza e Sugai (2018) corroboram com essa observação ao comentarem que, segundo os dados do Censo do IBGE de 2010, os empregos ocupados em Florianópolis por moradores dos outros três municípios da conurbação são principalmente para serviços domésticos com 28,83% das vagas, construção civil com 23,07%, serviços industriais de utilidade pública e de administração pública com 23,06%. Ou seja, a mão de obra que Florianópolis atrai é aquela voltada para as qualificações menores e, conseqüentemente, com os salários mais baixos.

O que é possível observar também é que a homogeneização caminha lado a lado com o processo de fragmentação do espaço, quando vemos que os espaços fisicamente

fragmentados são aqueles mesmos espaços que concentram as áreas de pobreza e as áreas de riqueza. As classes de rendas mais baixas que moram nas franjas urbanas, ali estão por serem as localizações com preços mais acessíveis, e esse preço é o preço da carência de benfeitorias urbanas e das distâncias das oportunidades de ascensão social, que os tornam ainda mais desfavorecidos pelas precariedades do transporte público, e pela crise geral da mobilidade urbana.

Mapa 4 - Densidade demográfica à esquerda e Índice socioeconômico à direita



Fonte: IBGE (2010); Kronenberger e Saboya (2019). Elaborado pela autora.

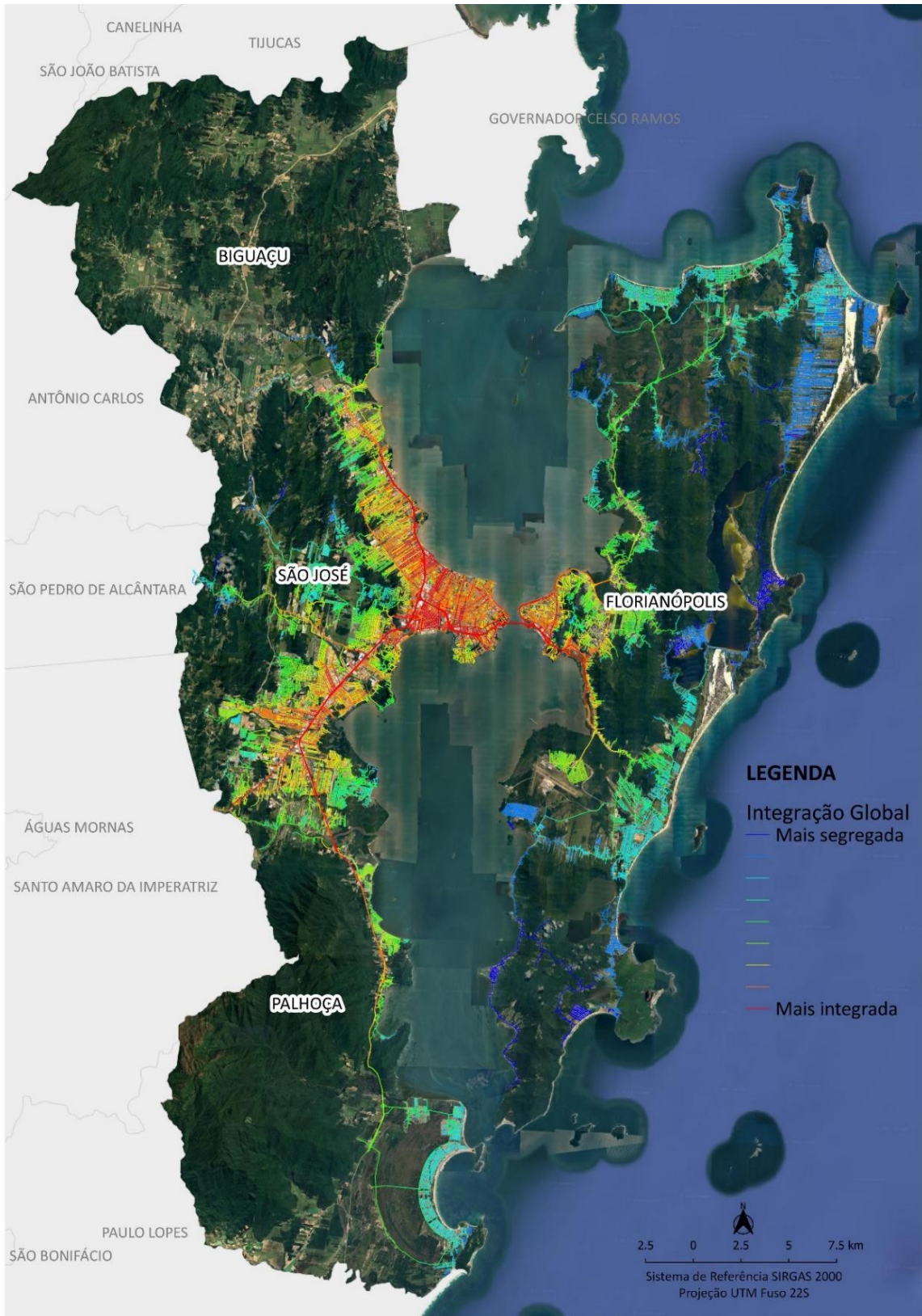
A fragmentação socioespacial provoca maiores distâncias entre trabalho e residência e, com isso, maior demanda de uso de transporte. Os dados mostram as consequências de um parcelamento do solo fragmentado que se desenvolve sob baixas densidades, tanto dos loteamentos de iniciativa privada, como dos empreendimentos habitacionais alavancados pelo PMCMV, que ocorre em meio a um processo excludente articulado à dinâmica de

valorização da dinâmica imobiliária. Esse quadro mostra que o controle do espaço é um aspecto fundamental no processo de reprodução social, sobretudo quando diz respeito às classes sociais menos favorecidas. Como observa Kowarick (1993), as condições de vida dependem de um conjunto de fatores e, dentre eles, os serviços de infraestrutura são um dos elementos fundamentais e estão diretamente associados ao processo de acumulação de capital.

Seguindo essa perspectiva, Sugai (2015) ao fazer referência à tese de Kowarick (1993), comenta que um dos resultados da fragmentação socioespacial é a espoliação da classe trabalhadora, que decorre da implantação de áreas residenciais nas periferias geográficas que se soma ao tempo e aos recursos que essa classe demanda em seus deslocamentos diários entre moradia e trabalho.

Ao fazer uma leitura configuracional da ACF, esse quadro tende a parecer ainda mais complexo, pois as vias que são consideradas mais integradas do ponto de vista da malha viária concentram-se no centro da conurbação. Essas vias mais integradas estão inseridas na parte central do continente e da Ilha, onde encontra-se maiores oportunidades de emprego e onde estão parte da população de rendas mais altas. Fora desse núcleo estão as vias menos integradas, que correspondem aos bairros periféricos, que concentram os estratos socioeconômicos menores e poucas oportunidades de emprego. Esse quadro é ilustrado no Mapa x, que apresenta a Integração Global da ACF. No entanto, a população de rendas mais altas que mora no extremo norte de Florianópolis que concentra vias bastante segregadas, não corresponde à população que depende do sistema de transporte público precário na ACF, portanto, os efeitos sociais dessa segregação viária não afetam as condições sociais de vida desses moradores. Em síntese, a medida de Integração Global contribui com a leitura de um tecido urbano que fragmenta o espaço físico e o espaço social, e mostra um sistema viário caracterizado por fraturas, e como conurbação é marcada por uma intensa descontinuidade.

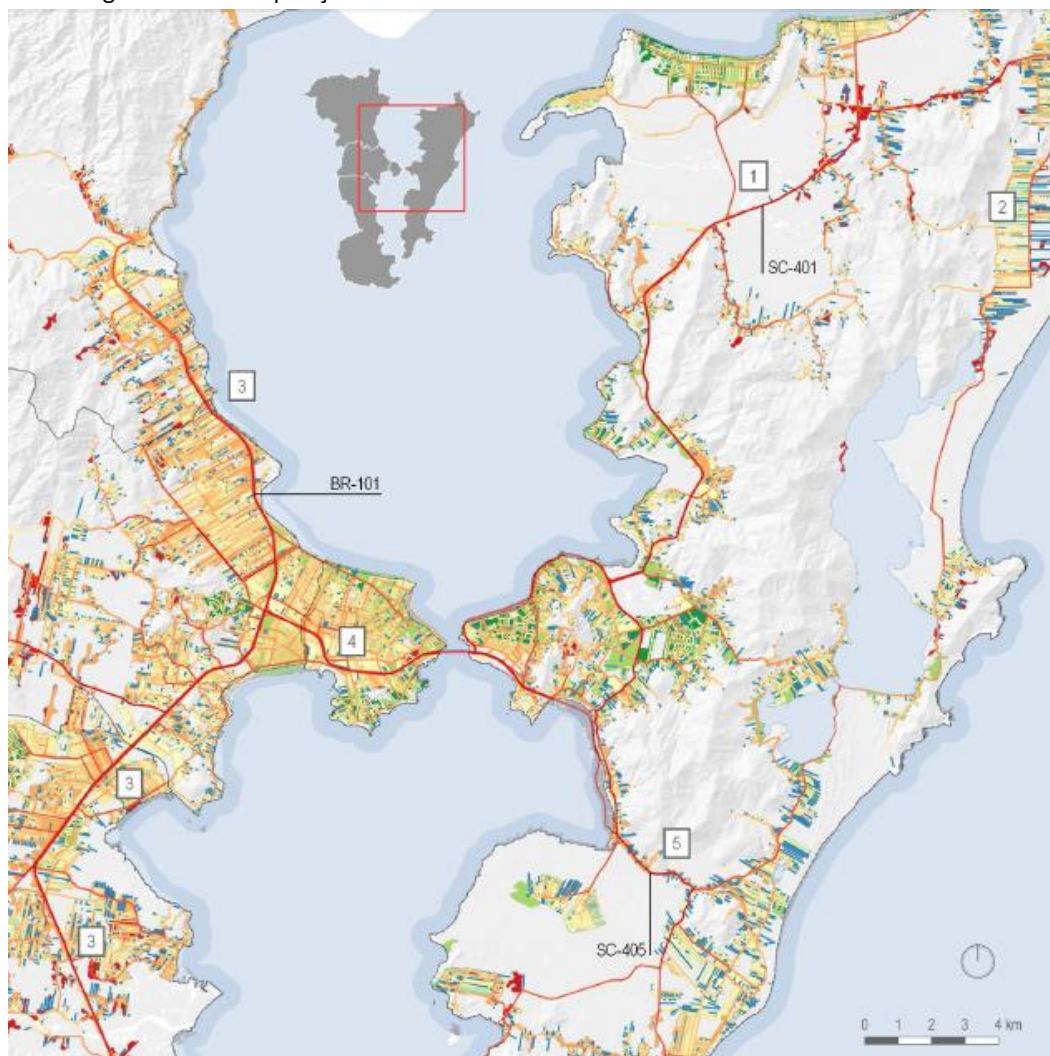
Mapa 5 - Medida de Integração Global da Área Conurbada de Florianópolis



Fonte: INFOARQ UFSC. Elaborado pela autora.

A medida de Escolha Global também é um importante indicativo desse aspecto descontínuo da área conurbada, como mostra a Figura 37. Ao combinar os valores do Índice Socioeconômico com a medida de Escolha Global, Kronenberger e Saboya (2019) apresentam importantes observações sobre essa relação. A primeira é que os valores de Escolha Global onde estão as faixas mais altas são significativamente maiores, indicando proximidades com as vias. No entanto, essa proximidade não se traduz necessariamente em contato direto com essas vias. O que ocorre é que elas estão a meia distância dessas vias para evitar o incômodo gerado pelo tráfego intenso e assim evitar externalidades negativas da proximidade, mas próximas para garantir facilidade de acesso às rodovias.

Figura 37 - Sobreposição entre Índice Socioeconômico e medida de Escolha Global



Fonte: Kronenberger e Saboya (2019)

Outra observação é em relação aos estratos socioeconômicos menores, que estão inseridos em áreas com alto nível de Escolha Global, mas bastante próximas dessas vias, como a rodovia SC-401 (1), que conecta o centro às praias ao norte, e o Distrito do Rio Vermelho, a nordeste (2), as rodovias BR-101 (3) e BR-282 (4), e rodovia SC-405 (5). Porém, isso acontece em rodovias que têm características de vias expressas. Isso não acontece quando a rodovia é dotada de qualidades ambientais e turísticas, a exemplo da Avenida Beira-Mar Norte. (KRONENBERGER E SABOYA, 2019)

Outra importante observação apresentada pelos autores Kronenberger e Saboya (2019, p.15-16) diz respeito à capacidade dessa medida configuracional em captar de forma tão nítida um fenômeno. Fica evidente *“o poder dos investimentos na transformação da estrutura material da cidade, especialmente quando são comparados os caminhos coloniais originais com os percursos contemporâneos mais linearizados”* e como a continuidade dos percursos a partir da diminuição da distância angular foi importante para transformar a estrutura viária.

Em síntese, o crescimento populacional que ocorreu na Área Conurbada de Florianópolis nas últimas décadas, somado às especificidades da dinâmica demográfica de cada um dos municípios sob a égide do capital, produziu um movimento de segregação socioespacial e fragmentação socioespacial que margeia a camada de rendas mais baixas nas franjas do municípios do continente e concentra a população de rendas mais altas na parte central de Florianópolis.

Apesar do processo de expansão urbana recente reforçar a constituição de um tecido urbano segregado e fragmentado, esse quadro sempre esteve presente desde o início de sua ocupação, em decorrência das características topográficas, dos núcleos de colonização açoriana dispersos pela ilha, e dos assentamentos precários que se iniciam na ilha e depois se espalham fortemente por toda área conurbada pelos mecanismos de valorização da terra que excluiu as camadas mais populares das facilidades de acesso às benfeitorias urbanas e às oportunidades de ascensão social. Portanto, o quadro urbano atual da ACF carrega memórias de momentos pretéritos de ocupação, e atualmente absorve novos modelos e padrões de

expansão urbana que reforçam a separação do espaço social no espaço físico, e eleva os custos sociais às classes mais populares, em um processo que potencializa a reprodução social.

A cidade produzida nos moldes capitalistas dificulta a inserção das camadas mais populares nas melhores localizações e, somado à ausência de oferta de habitações a preços adequados à demanda, é que surgem soluções precárias como as favelas, loteamentos clandestinos e suas casas auto construídas na periferia. Sendo considerada um ativo financeiro que precisa gerar rendimentos para a classe capitalista, sua dinâmica socioespacial materializa esse interesse e a cidade é expressão da realização do valor de troca que se sobrepõe ao valor de uso. Como observa Harvey (2014) a cidade produzida para atender aos interesses de acumulação, produziu e aprofundou as desigualdades e as injustiças. É nesse cenário que a segregação socioespacial é considerada como elemento essencial para compreender a dinâmica de produção do espaço urbano.

Como observa Sugai (2002), na ACF aprofunda disputa pela ocupação do solo urbano, somada à seletividade espacial dos investimentos públicos e a localização das moradias das distintas classes sociais, têm aprofundado o processo de especulação imobiliária, que entrava o acesso ao solo urbano pelas famílias de menor renda. Importante também assinalar, como coloca Hildebrandt (2018), que existe nas cidades uma luta profunda de classes pela apropriação das distintas vantagens do espaço construído em relação à sua infraestrutura, que tem como resultado a hierarquização dos lugares centrais e bem infraestrutura e lugares periféricas precários.

A produção desses espaço periféricos desconectados tanto pela implantação desses novos loteamentos fechados, como pela implantação dos empreendimentos financiados pelo PMCMV, dificulta a apropriação da cidade como um todo ao fragmentar o tecido urbano. A fragmentação, em especial quando se dá a partir da periferização das camadas mais populares amplia ainda mais as dificuldades de ascensão social dessa população.

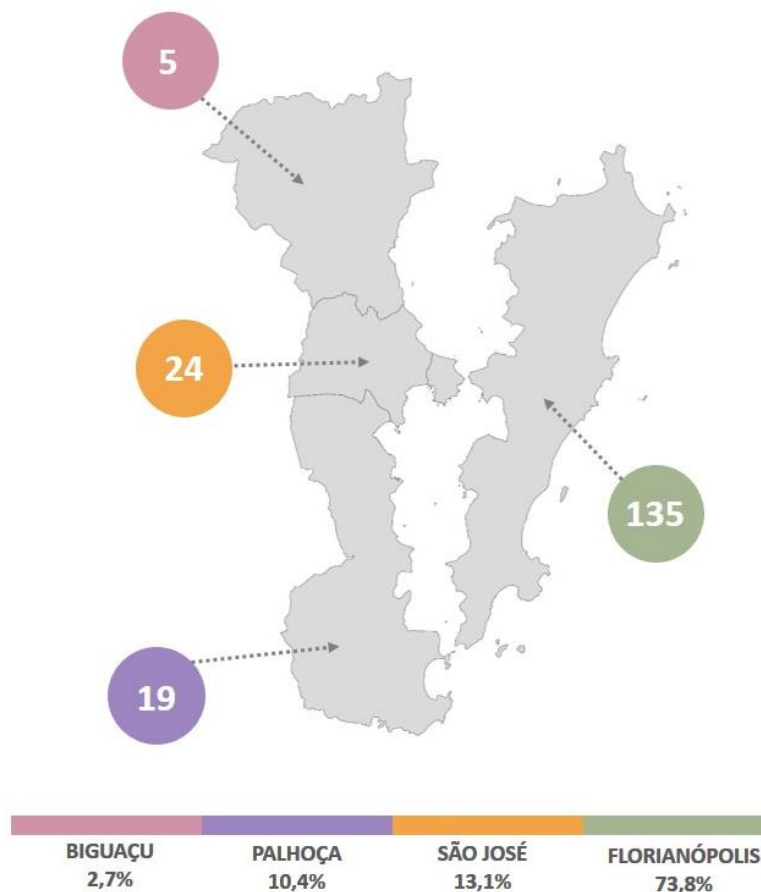
5.2 Apresentação da amostra: perfil dos participantes

O questionário teve um total de 183 respondentes, apresentados abaixo, considerando o Perfil dos Participantes, Trabalho, Escolaridade, o Cotidiano Urbano e a Percepção do Cotidiano Urbano.

▪ Perfil dos Participantes

Do total de 183 participantes que moram na Área Conurbada de Florianópolis, 135 são da cidade de Florianópolis (73.8 %), seguido da cidade de São José com 24 participantes (13.1 %), Palhoça com 19 participantes (10.4 %) e Biguaçu com 5 participantes (2.7 %). A amostra é composta majoritariamente por pessoas do sexo feminino, sendo 114 mulheres (62,3%) e 69 homens (37,7%).

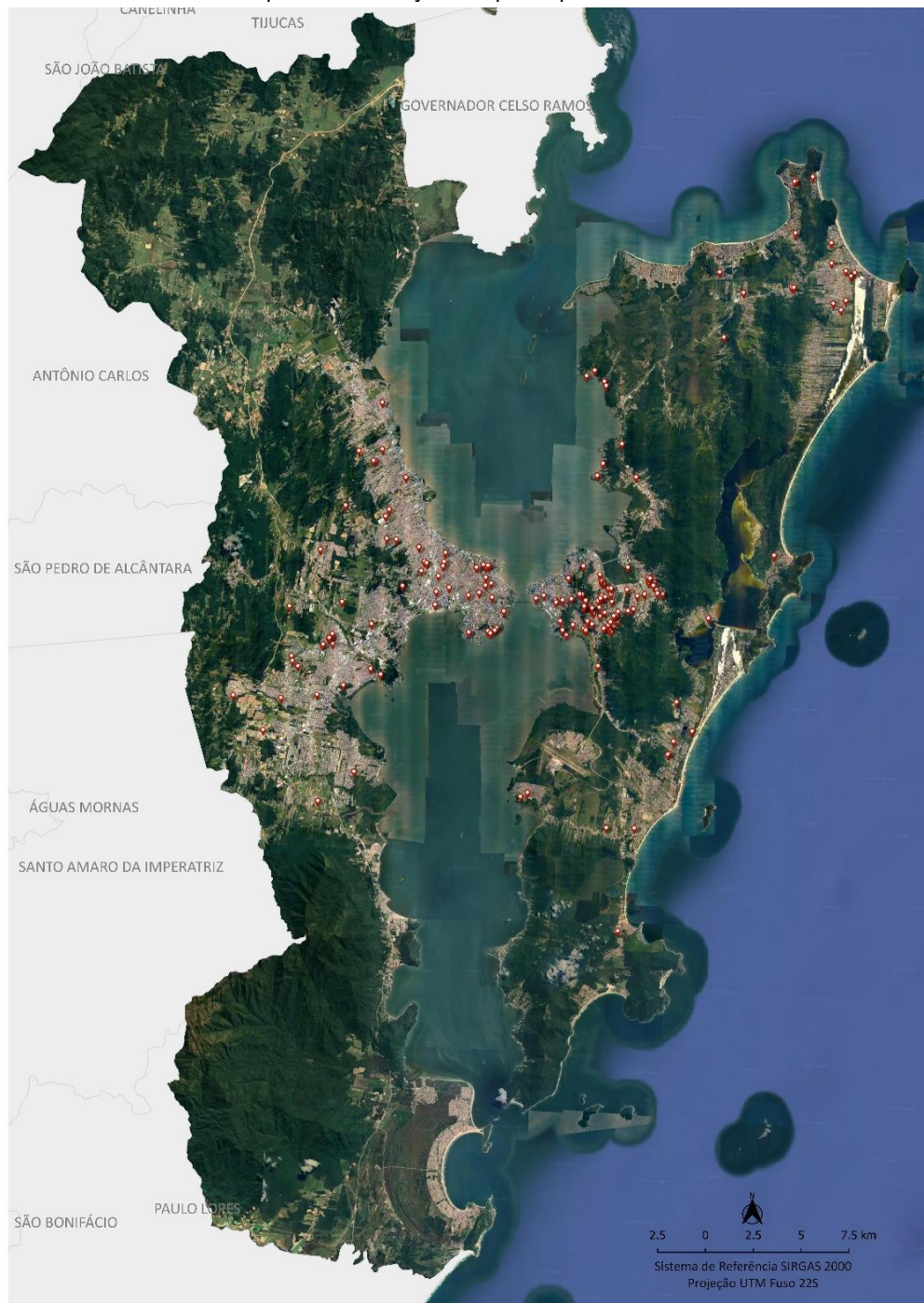
Figura 38 - Quantitativa dos participantes por cidade da ACF



Fonte. Questionário. Elaborado pela autora.

No Mapa 6, que mostra o local de moradia de todos os participantes, é possível verificar que a maioria daqueles que moram na parte insular de Florianópolis se concentram no centro geográfico, e os demais estão dispersos no norte e no sul da ilha. Já os participantes da porção continental estão dispersos por todo tecido urbano.

Mapa 6 - Distribuição dos participantes na ACF



Fonte: Questionário. Elaborado pela autora.

A Tabela 1 apresenta o perfil dos participantes do questionário quanto à renda individual e ao nível de escolaridade.

Tabela 1 - Perfil dos participantes do questionário

Perfil dos Participantes		
1. Renda individual	N	%
Menos de 1 salário mínimo (Até R\$ 1.212)	20	10,9%
De 1 a 2 salários mínimos (De R\$ 1.212 até R\$ 2.424)	47	25,7%
De 2 a 3 salários mínimos (De R\$ 1.212 até R\$ 3.636)	36	19,7%
De 3 a 4 salários mínimos (De R\$ 3.636 até R\$ 4.848)	17	9,3%
De 4 a 5 salários mínimos (De R\$ 4.848 até R\$ 6.060)	13	7,1%
De 5 a 6 salários mínimos (De R\$ 6.060 até R\$ 7.272)	4	2,2%
De 6 a 7 salários mínimos (De R\$ 7.272 até R\$ 8.484)	6	3,3%
De 7 a 8 salários mínimos (De R\$ 8.484 até R\$ 9.696)	3	1,6%
De 8 a 9 salários mínimos (De R\$ 9.696 até R\$10.908)	3	1,6%
De 9 a 10 salários mínimos (De R\$10.908 até R\$ 12.120)	9	4,9%
Acima de 10 salários mínimos (Mais de R\$ 12.120)	1	0,5%
Não se aplica, pois não trabalho	21	11,5%
Não sei/não quero responder	3	1,6%
2. Nível de escolaridade	N	%
Ensino Fundamental	3	1,6%
Ensino Médio	29	15,8%
Curso técnico	11	6,0%
Graduação	54	29,5%
Especialização	23	12,6%
Mestrado	42	23,0%
Doutorado	21	11,5%

Fonte: Questionário. Elaborado pela autora.

Em relação ao salário mínimo, a amostra concentra participantes com renda individual de 1 a 2 salários mínimos (25,7%) que representa 47 participantes, seguido de 2 a 3 salários mínimos (19,7%) que representa 36 participantes, e menos de 1 salário mínimo (10,9) com 20 participantes. Em contrapartida, as duas rendas mais altas consideradas no questionário têm baixa representatividade no total da amostra, sendo que 4,9% possui renda de 9 a 10 salários mínimos, que representa 9 participantes, e apenas 0,5% possui renda acima de 10 salários mínimos, que representa 1 participante.

Em relação ao nível de escolaridade a amostra é composta majoritariamente por pessoas com Graduação (29,5%), que representa 54 participantes, seguido de pessoas com

Mestrado (23,0%) que representa 42 participantes. Os números caem bastante quando se trata de pessoas com Especialização (12,6%), que representa 23 participantes, seguido de Doutorado (11,5%) que representa 21 participantes. Em contrapartida, os níveis considerados mais baixos têm pouca representatividade do total da amostra, sendo que 15,8% cursaram até o Ensino Médio, que representa 29 participantes, e apenas 1,6% cursaram apenas o Ensino Fundamental, que representa 3 participantes.

▪ Trabalho

Do total de 183 participantes, 149 trabalham e 34 não trabalham. A Tabela 2 caracteriza a amostra considerando os seguintes aspectos: condições de trabalho, área de atuação, satisfação com a função que exerce, e se o participante acredita que existe alguma barreira ou dificuldade para alcançar suas expectativas de trabalho considerando seu bairro/comunidade de moradia.

Tabela 2 - Perfil dos participantes em relação ao Trabalho

Expectativas de Trabalho		
1. Condições de trabalho	N	%
Trabalho, estou empregado (a) com carteira assinada	52	28,4 %
Trabalho, estou empregado (a) mas não tenho carteira assinada	36	19,7%
Trabalho, por conta própria, por isso não tenho carteira assinada	31	16,9%
Não se aplica, pois não trabalho	31	16,9%
Não sei/não quero responder	1	1,1%
Outro ³	32	17,4%
2. Área de Atuação	N	%
Na agricultura, no campo, na fazenda	0	0%
Na pesca	0	0%
Na indústria	4	2,2%
No comércio, transporte, hotelaria, etc	15	8,2%
No banco		
Como funcionário do governo federal, estadual ou municipal	30	16,4%
Como profissional liberal (advogado, médico, arquiteto, jornalista, dentista...)	30	16,4%
Como professor (a) do ensino fundamental ou médio	10	5,5%
Como professor (a) do ensino superior	17	7,7%
Trabalho em atividade fora de casa (como pintor, eletricista, encanador, feirante, ambulante, guardador de carros, catador de lixo, etc)	3	1,6%

³ Ver Apêndices-Questionário

Trabalho em atividade dentro de casa (costura, aulas particulares, cozinha, artesanato, carpintaria, etc)	6	3,3%
Trabalho doméstico na casa de outras pessoas (cozinheiro, mordomo/governante, jardineiro, babá, lavadeira, diarista, faxineiro, acompanhante de idosos, etc)	3	1,6%
No lar sem remuneração	5	2,7%
Não se aplica, pois não trabalho	29	15,8%
Não sei/Não quero responder	0	0%
3. Satisfação com a função que exerce	N	%
Indiferente(a)	14	7,7 %
Insatisfeito(a)	26	14,2 %
Muito insatisfeito(a)	18	9,8 %
Satisfeito(a)	74	40,4 %
Muito satisfeito(a)	18	9,8 %
Não se aplica, pois não trabalho	33	18.0 %
4. Percepção das barreiras para atingir as Expectativas de Trabalho considerando o local de moradia	N	%
Sim, muito	24	13,0%
Sim, pouco	28	14,8 %
Talvez	24	13,0%
Não	105	57,1 %
Não sei/Não quero responder	3	1,6 %

Fonte: Questionário. Elaborado pela autora.

Dos 149 participantes que trabalham, 52 estão empregados com carteira assinada (28,4%). O que chama atenção é que 67 participantes não trabalham com carteira assinada. Considerando a condição desses participantes, 36 deles estão empregados sem carteira assinada (19,7%) e 31 deles não possuem carteira assinada por trabalharem por conta própria (16,9%). Em relação à área de atuação, a amostra concentra funcionários públicos do governo federal, estadual ou municipal com 30 participantes (16,4%). Outros 30 trabalham como profissional liberal (16,4%). Ainda que em menor porcentagem, mas com certa representativa de uma amostra de 183, 17 deles trabalham como professor do ensino superior (8,2%) e 15 deles trabalham no comércio, transporte, hotelaria, etc (7,7%).

No que diz respeito à satisfação com sua função no trabalho a maioria deles, 74 participantes, considera-se satisfeita (40,4%) e 18 deles muitos satisfeitos 9,8%. Em contrapartida, 26 deles consideram-se insatisfeitos (14,2%), 18 muito insatisfeitos (14,2%) e 14 indiferentes com sua função exercida no trabalho (7,7%).

Uma pergunta muito importante e norteadora para a presente pesquisa é se o participante considera que seu local de moradia pode interferir nas suas expectativas de trabalho. Do total, 105 participantes consideram que não (57,1%), 24 deles consideram que interfere muito (13,0%) e 28 deles consideram que pouco (15,2%). No entanto, 3 deles não souberam responder (1,6%) e 24 deles acreditam que talvez possa interferir (13,0%).

▪ Escolaridade

A Tabela 3 apresenta a amostra quanto à Escolaridade a partir dos seguintes aspectos: se atualmente estuda e em qual nível, se não cursou ensino superior mas pretende ou não cursar, e se o participante acredita que existe alguma barreira ou dificuldade para alcançar suas expectativas de escolaridade por morar nesse bairro/comunidade.

Tabela 3 - Perfil dos participantes em relação à Escolaridade

Perfil dos Participantes		
1. Atualmente estuda e qual o nível	N	%
Ensino Fundamental	1	0,5%
Ensino Médio	8	4,4%
Curso Técnico	4	2,2%
Graduação	44	24,0%
Especialização	9	4,9%
Mestrado	17	9,3%
Doutorado	29	15,8%
Não se aplica, pois não estou estudando atualmente	69	37,7%
Não sei/não quero responder	2	1,1%
2. Pretende cursar o Ensino Superior, se não cursou	N	%
Sim	30	16,4%
Não	7	3,8%
Não se aplica, pois já cursei	143	78,1%
Não sei/não quero responder	3	1,6%
3. Percepção das barreiras para atingir as Expectativas de Escolaridade	N	%
Sim, muito	14	7,7%
Sim, pouco	27	14,8%
Talvez	16	8,7%
Não	117	63,9%
Não sei/Não quero responder	9	4,9%

Fonte: Questionário. Elaborado pela autora.

Do total de 183 participantes 69 deles não estão estudando, muito provavelmente pois já terem cursado algum nível (37,7%). O que estão estudando no momento, 44 deles cursam Graduação (24,0%), seguido de 29 doutorandos (15,8%) e 17 mestrandos (9,3%). Dos demais participantes, 9 cursam Especialização (4,9%), 8 cursam Ensino Médio (4,4%), 4 cursam Curso Técnico (2,2%) e 1 Ensino Fundamental (0,5%).

Outra pergunta muito importante e norteadora é se o participante considera que seu local de moradia pode interferir nas suas expectativas de escolaridade. Do total, 117 participantes consideram que não (63,9%), 14 deles consideram que interfere muito (7,7%) e 27 deles consideram que pouco (14,8%). No entanto, 9 deles não souberam responder (4,9%) e 16 deles acreditam que talvez possa interferir (8,7%).

▪ Cotidiano urbano

A Tabela 4 apresenta o cotidiano urbano da amostra da pesquisa quanto aos seus deslocamentos para o trabalho e para as instituições de ensino.

Tabela 4 - Perfil dos participantes em relação ao Cotidiano Urbano

Perfil dos Participantes		
1. Transporte que mais utiliza para ir ao trabalho	N	%
A pé	25	13,7%
Bicicleta	9	4,9%
Moto	9	4,9%
Ônibus	43	23,5%
Carro	43	23,5%
De carona com amigo/vizinho	4	2,2%
Carro por aplicativo (Uber, 99, etc)	5	2,7%
Não se aplica, pois não trabalho	28	15,3%
Não se aplica, pois trabalho em casa, mesmo antes da pandemia	6	3,3%
Não se aplica, pois comecei trabalhar em casa depois da pandemia, e ainda permaneço	11	6,0%
2. Transporte que mais utiliza para ir às instituições de ensino	N	%
A pé	24	13,1%
Bicicleta	7	3,8%
Moto	7	3,8%
Ônibus	46	25,1%
Carro	38	20,8%
De carona com amigo/vizinho	3	1,6%
Carro por aplicativo (Uber, 99, etc)	2	1,1%

Não se aplica, pois faço curso EAD (Ensino à Distância)	8	4,4%
Não se aplica, pois não estudo no momento	46	25,1%
Não sei/Não quero responder	2	1,1%

Fonte: Questionário. Elaborado pela autora.

Em relação aos deslocamentos, tanto para o trabalho como para as instituições de ensino, estes concentram-se em deslocamentos de ônibus, carro e a pé. Para o trabalho 43 deles se deslocam de ônibus (23,5%) e o mesmo número de participantes, 43 se deslocam de carro (23,5%). Outros 25 se deslocam ao trabalho a pé (13,7%). Os demais se distribuem em deslocamentos bicicleta, moto, carona com vizinho ou amigo, ou até por aplicativo.

Uma informação importante é que o questionário foi aplicado ainda no período crítico da pandemia da Covid-19. Por isso, cabe destacar que 6 dos participantes (3,3%) já trabalham em casa mesmo antes da pandemia, e 11 deles (6,0%) começaram a trabalhar em casa em decorrência da pandemia e ainda permaneciam, portanto, não responderam como eram seus deslocamento anteriormente. Já no que diz respeito aos deslocamentos às instituições de ensino, 8 dos participantes (4,4%) cursam Ensino à Distância.

▪ **Percepção do cotidiano**

A Tabela 5 apresenta a maneira como os participantes percebem o seu cotidiano urbano considerando se acreditam que têm a mesma facilidade de acesso às áreas da cidade que ofertam mais emprego, se comparado com outros bairros/comunidades das cidades que fazem parte da Área Conurbada de Florianópolis, se acredita que tem a mesma facilidade de acesso às áreas da cidade que ofertam mais emprego, se comparado com outros bairros/comunidades das cidades que fazem parte da Área Conurbada, e se acreditam que se mudar de bairro/comunidade facilitaria alcançar suas expectativas de trabalho e escolaridade.

Tabela 5 - Perfil dos participantes em relação à Percepção do cotidiano

Perfil dos Participantes		
1. Percepção da facilidade de acesso às áreas da cidade que tem mais oferta de emprego, se comparado com outras áreas da ACF		
	N	%
Sim, muito	37	20,2%
Sim, pouco	36	19,7%

Tenho mais ou menos a mesma facilidade	36	19,7%
Não	47	25,7%
Não sei/Não quero responder	27	14,8%
2. Percepção da facilidade de acesso às instituições de ensino, se comparado com outras áreas da ACF		
	N	%
Sim, muito	46	25,1%
Sim, pouco	40	21,9%
Não	79	43,2%
Não sei/Não quero responder	18	9,8%

Fonte: Questionário. Elaborado pela autora

Em relação à facilidade de acesso às áreas com concentração de emprego, 47 responderam que não (25,7%), 37 responderam que têm muito mais facilidade de acesso (20,2%) e 36 responderam que têm, mas pouco (19,7%). Um número significativo de respondentes acredita que a facilidade é mediana se comparada com outras áreas da ACF (19,7%). Em relação à facilidade de acesso às áreas instituições de ensino, a percepção de que seu local de moradia não tem a mesma facilidade é um pouco maior, sendo 79 participantes (43,2%), enquanto esse número não altera muito quando compreendem que sim, pois 46 participantes entender ter muito mais facilidade (25,1%) e 40 compreendem que que sim, mas pouco (21,9%), e 18 não souberam responder (9,8%).

5.3 Categorização das variáveis para análises de correlações e percepções

A presente seção tem como objetivo estabelecer um conjunto de categorias a partir das perguntas do questionário para, posteriormente, estabelecer correlações entre elas. De acordo com Minayo e Sanches (1993) a palavra categoria abrange elementos ou aspectos com características que lhe são comuns, e são utilizadas para estabelecer classificações. Para atender os objetivos da presente tese, após a elaboração das categorias, as correlações propostas terão como finalidade cruzar as categorias que atribuem informações sobre as dimensões físicas e sociais do espaço com as categorias que atribuem o nível de capital econômico e cultural dos agentes participantes do questionário, a fim de verificar quais dimensões estão mais associadas aos processos de reprodução social.

Complementarmente, as mesmas categorias que atribuem informações sobre as dimensões físicas e sociais do espaço serão cruzadas com a forma com que os agentes compreendem o espaço no que diz respeito às suas expectativas de trabalho e escolaridade. Essa perspectiva parte do pressuposto de que o espaço também se estende à subjetividade do homem, pois contribui na formação de sua consciência e produção de representações e significados.

Uma observação importante sobre essas estratégias de cruzamento de dados é que muitas das hipóteses criadas nas pesquisas das ciências sociais partem da associação entre variáveis. As perguntas do questionário que foram transformadas em categorias são consideradas variáveis, pois, assumem diferentes valores ou diferentes aspectos (GIL, 1991).

A Variável Renda Mensal foi transformada na Categoria Capital Econômico, que se baseou na definição de Classe Social por critério econômico de faixa de Salário Mínimo do IBGE. A Tabela 6 apresenta a Variável Renda Mensal e sua categorização, com o número dos participantes da pesquisa em relação a cada categoria.

De acordo com a Categoria Capital Econômico, 30 participantes da amostra possuem Capital Econômico Baixo, 49 possuem Capital Econômico Médio Baixo, 74 possuem Capital Econômico Médio Médio e, por fim, 22 respondentes possuem Capital Econômico Médio Alto. Seguindo esse critério a amostra não contém nenhum respondente que possua Capital Econômico Alto. Considerando a somatória dos níveis de Capital Econômico mais baixos (Baixo e Médio Baixo), os participantes da amostra são em sua maioria de rendas mais baixas, seguido da que possui Capital Econômico Médio Médio, com 74.

Tabela 6 - Categorização da Variável Renda Mensal (Critério econômico por faixa de salário mínimo do IBGE)

Variável Renda e Categorização			
Variável Renda Mensal	Categoria	N	%
Até 2 Salários Mínimos	Capital Econômico Baixo	30	17,1
De 2 a 4 Salários Mínimos	Capital Econômico Médio Baixo	49	28,0%
De 4 a 10 Salários Mínimos	Capital Econômico Médio Médio	74	42,3%
De 10 a 20 Salários Mínimos	Capital Econômico Médio Alto	22	12,6%
Acima de 20 Salários Mínimos	Capital Econômico Alto	0	0,0%

Fonte: Questionário. Elaborado pela autora

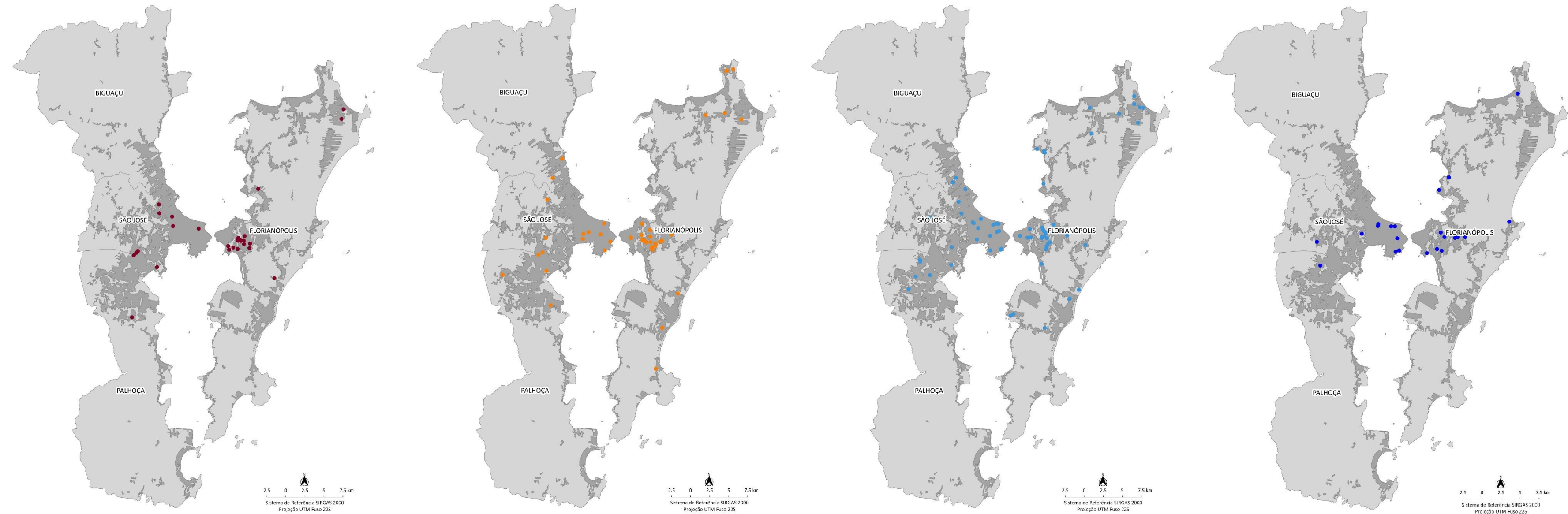
A Figura 39 apresenta a localização dos participantes de acordo com o nível de Capital Econômico. É possível verificar que os 30 participantes que possuem Capital Econômico Baixo se localizam nas bordas dos municípios do continente, e nas comunidades do Maciço do Morro da Cruz que fica no centro geográfico da parte insular de Florianópolis. Os participantes com Capital Econômico Médio Baixo estão inseridos em áreas semelhantes às daqueles com Capital Econômico Baixo: parte está nas bordas dos municípios do continente, e parte nas comunidades do Maciço do Morro da Cruz. No entanto, também é possível identificar que os participantes de Capital Econômico Médio Baixo também estão inseridos no extremo sul e no extremo norte da ilha, e dispersos na parte continental de Florianópolis.

Já aqueles com Capital Econômico Médio Médio estão dispersos nos municípios do continente, no extremo sul e no extremo norte da ilha, na região central de Florianópolis e no entorno da UFSC. Enquanto os participantes com Capital Econômico Médio Alto estão mais dispersos na parte continental de Florianópolis, nas proximidades da UFSC e alguns estão na parte no extremo de São José e Palhoça, na região da Lagoa da Conceição e mais ao norte da ilha.

A Variável escolaridade foi adotada para representar a Categoria Capital Cultural. De acordo com os estudos de Pierre Bourdieu, a escolaridade é um dos recursos que compõem o capital cultural e a noção do capital cultural surgiu da necessidade de compreender as desigualdades no desempenho escolar dos distintos grupos sociais, sendo também um recurso importante na determinação e na reprodução social, assim como o capital econômico.

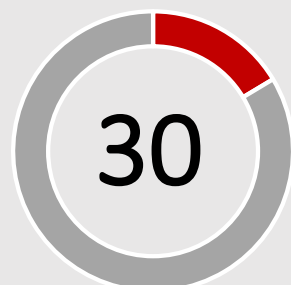
A Categoria Capital Cultural foi classificada entre 3 distintos níveis como mostra o a Tabela 7. Os participantes que possuem diploma de Ensino Fundamental, Ensino Médio ou Curso Técnico são considerados participantes de Capital Cultural Baixo; os participantes que possuem diploma de Graduação e Especialização são considerados participantes com Capital Cultural Médio; e os participantes que possuem títulos de Mestrado e/ou Doutorado são considerados participantes com Capital Cultural Alto.

Figura 39: Localização dos participantes de acordo com o nível de Capital Econômico

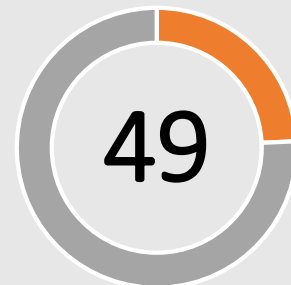


Fonte. Questionário. Elaborado pela autora.

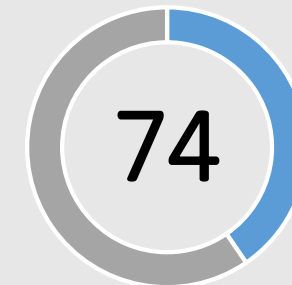
Localização dos participantes de **CLASSE BAIXA**. Total de 30 participantes dessa classe social.



Localização dos participantes de **CLASSE MÉDIA BAIXA**. Total de 49 participantes dessa classe social.



Localização dos participantes de **CLASSE MÉDIA MÉDIA**. Total de 74 participantes dessa classe social.



Localização dos participantes de **CLASSE ALTA**. Total de 22 participantes dessa classe social.

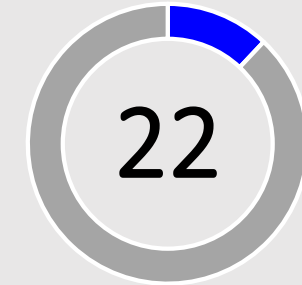


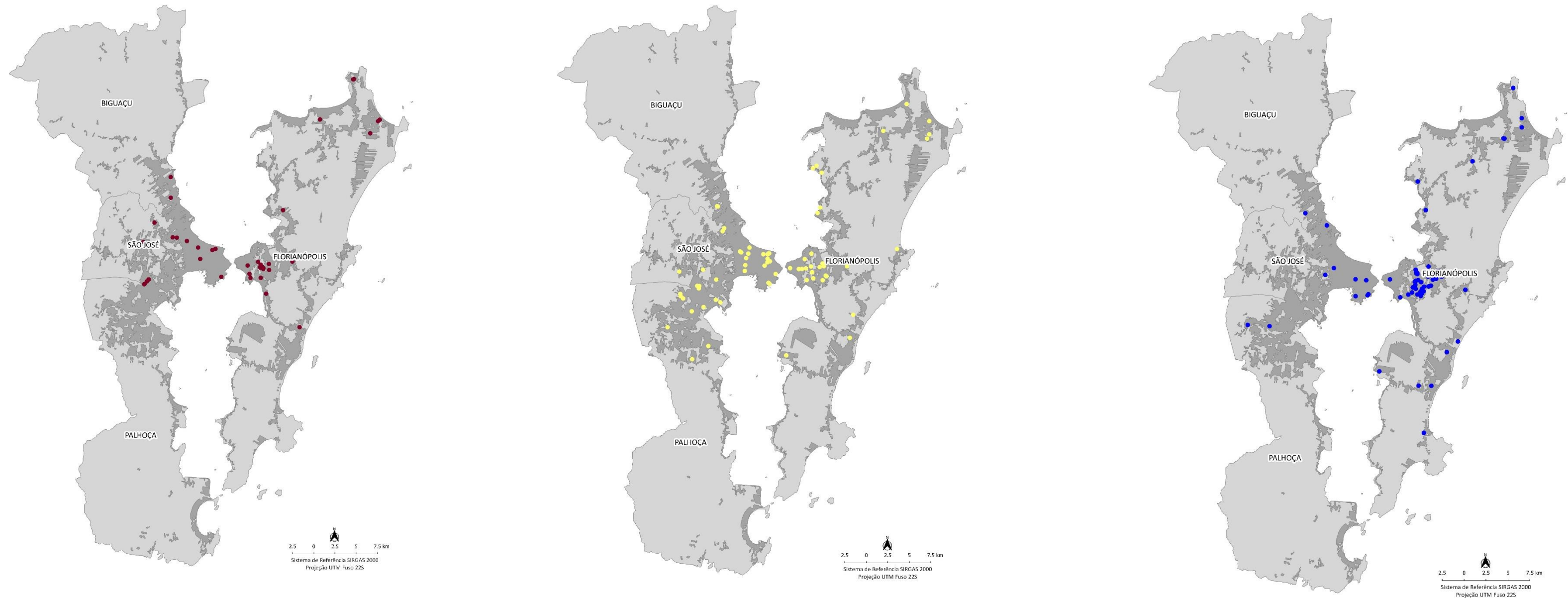
Tabela 7 - Categorização do Nível de Capital Cultural

Variável escolaridade e Categorização			
Variável escolaridade	Categoria	N	%
Ensino Fundamental – Ensino Médio – Curso técnico	Capital Cultural Baixo	43	23,5%
Graduação - Especialização	Capital Cultural Médio	77	42,1%
Mestrado e Doutorado	Capital Cultural Alto	63	34,4%

Fonte: Questionário. Elaborado pela autora.

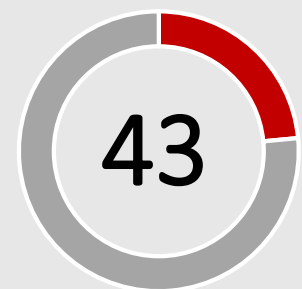
A Figura 40 apresenta a localização dos participantes de acordo com o Nível de Capital Cultural. Os 43 participantes de Capital Cultural Baixo estão localizados na comunidade do Frei Damião na cidade de Palhoça, um pouco dispersos na parte insular de Florianópolis e na cidade de São José, nas comunidades do Maciço do Morro da Cruz em Florianópolis e outros mais ao norte da ilha. Já os 77 participantes de Capital Cultural Médio se encontram bastantes dispersos nos quatro municípios, apesar de poucos morarem mais ao sul da ilha. Em contrapartida, os 63 participantes de Capital Cultural Alto se concentram na parte insular de Florianópolis. Apesar da maioria se concentrar na região na UFSC, é possível verificar esses participantes mais ao norte e mais ao sul da ilha, e em poucos nos municípios do continente.

Figura 40: Localização dos participantes de acordo com o Nível de Capital Cultural

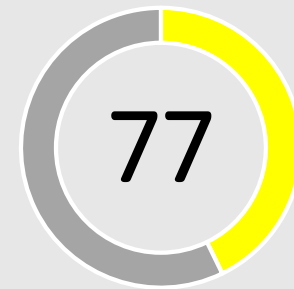


Fonte. Questionário. Elaborado pela autora.

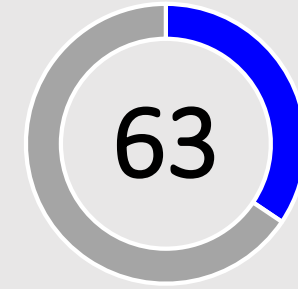
Localização dos participantes de **CAPITAL CULTURAL BAIXO**. Total de 43 participantes com esse Nível de Capital Cultural.



Localização dos participantes de **CAPITAL CULTURAL MÉDIO**. Total de 77 participantes com esse Nível de Capital Cultural.



Localização dos participantes de **CAPITAL CULTURAL ALTO**. Total de 63 participantes com esse Nível de Capital Cultural.



A Variável Índice Socioeconômico foi transformada em quatro categorias que definem o tipo de segregação ou integração socioeconômica: Área com Concentração de Pobreza, Área com Concentração de Riqueza, Área de Pobreza Vizinha a Áreas De Riqueza, e Área de Riqueza Vizinha a Áreas de Pobreza. Essas áreas foram determinadas pelo método *Local indicator of spatial association (LISA)* (ANSELIN, 1995), com o software Geoda sobre o índice socioeconômico de Kronenberger e Saboya (2019). Como mostra a Tabela 8, 38 participantes moram em Áreas com concentração de pobreza, 83 moram em Área com concentração de riqueza, 24 moram em Área de pobreza e 5 moram em Área de riqueza.

Tabela 8 - Categorização do Índice Socioeconômico

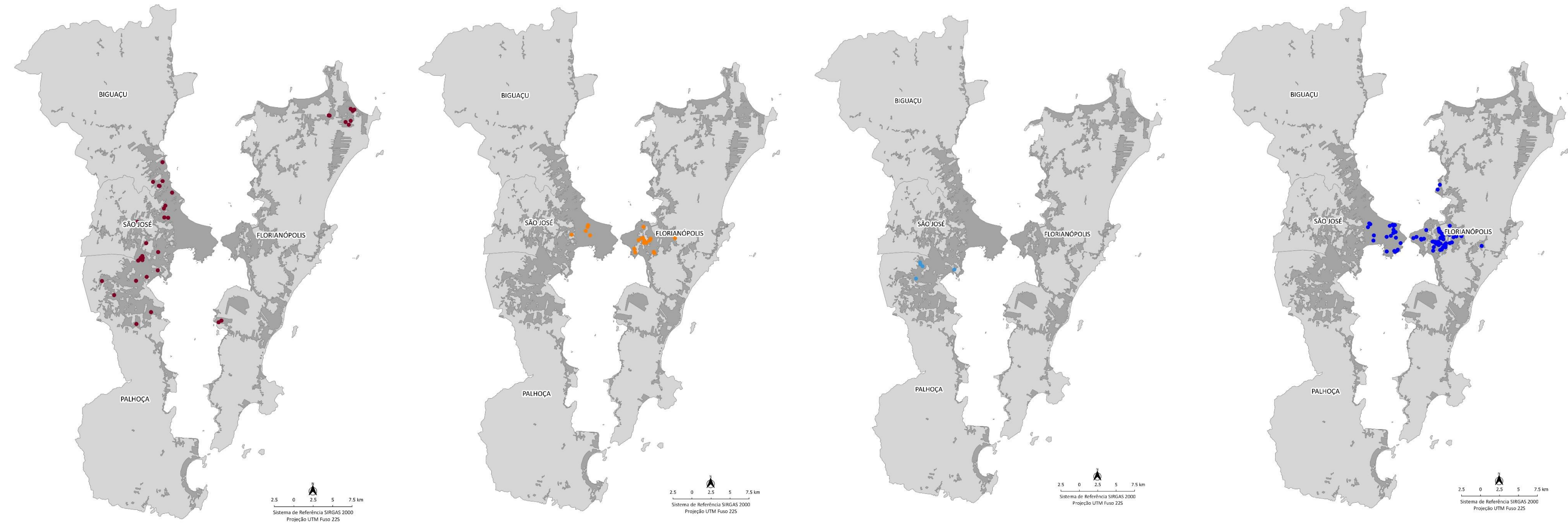
Variável Índice Socioeconômica e Categorização			
Variável Índice Socioeconômico	Categoria	N	%
Low - Low	Área com Concentração de Pobreza	38	25,5%
High - High	Área com Concentração de Riqueza	83	55,7%
Low - High	Área de Pobreza Vizinha a Áreas de Riqueza	23	15,4%
High - Low	Área de Riqueza Vizinha a Áreas de Pobreza	5	3,4%

Fonte: Questionário. Elaborado pela autora.

A Figura 41 ilustra a localização dos participantes de acordo com o tipo de segregação ou integração socioeconômica. Os 38 que moram em Área com Concentração de Pobreza estão, em sua maioria, nas bordas dos municípios do continente, em alguns locais do norte do sul da ilha. Essa área coincide justamente com os locais com os menores Índices socioeconômicos, e com a concentração da população de menores rendas considerando toda a ACF. Já os 23 que estão inseridos em Área de Pobreza Vizinha a Áreas de Riqueza começam a se aproximar do centro geográfico da ACF e percebe-se também que alguns deles estão inseridos no Maciço do Morro da Cruz da parte insular de Florianópolis.

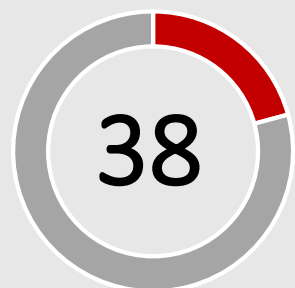
Os participantes que moram em Área de Riqueza Vizinha a Áreas de Pobreza são bem poucos no total da amostra: desses 5, a maioria mora na cidade de Palhoça, e apenas 1 mora na divisa entre Florianópolis e Palhoça. Já os 23 moradores que moram em Áreas com Concentração de Pobreza estão inseridos na região central da parte insular de Florianópolis, e isso inclui tanto o bairro Centro como o entorno da UFSC, e alguns dispersos na parte continental de Florianópolis e alguns no município de São José.

Figura 41: Localização dos participantes de acordo com as características socioeconômicas



Fonte. Questionário. Elaborado pela autora.

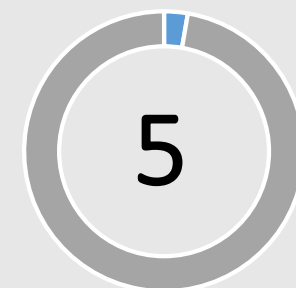
Localização dos participantes que moram em **ÁREAS COM CONCENTRAÇÃO DE POBREZA**. Total de 38 participantes.



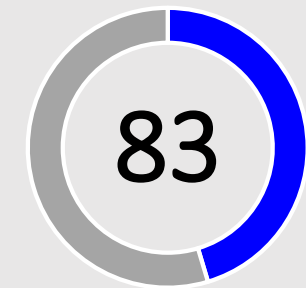
Localização dos participantes que moram em **ÁREA DE POBREZA**. Total de 23 participantes.



Localização dos participantes que moram em **ÁREA DE RIQUEZA**. Total de 5 participantes.



Localização dos participantes que moram em **ÁREA COM CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZA**. Total de 83 participantes.



A Variável Acessibilidade consiste na caracterização configuracional do espaço urbano e tem como instrumental a Teoria da Sintaxe Espacial. Para essa variável foi considerada a medida pela Integração Global que mede a acessibilidade de uma localização em relação a todo o tecido urbano, e a medida de Escolha Global que calcula a probabilidade de uma via ser preferência no trajeto, considerando todos os pontos de origem e destino. A Categoria Integração Global e Escolha Global foram classificadas em 3 níveis distintos, como pode ser observado na Tabela 9.

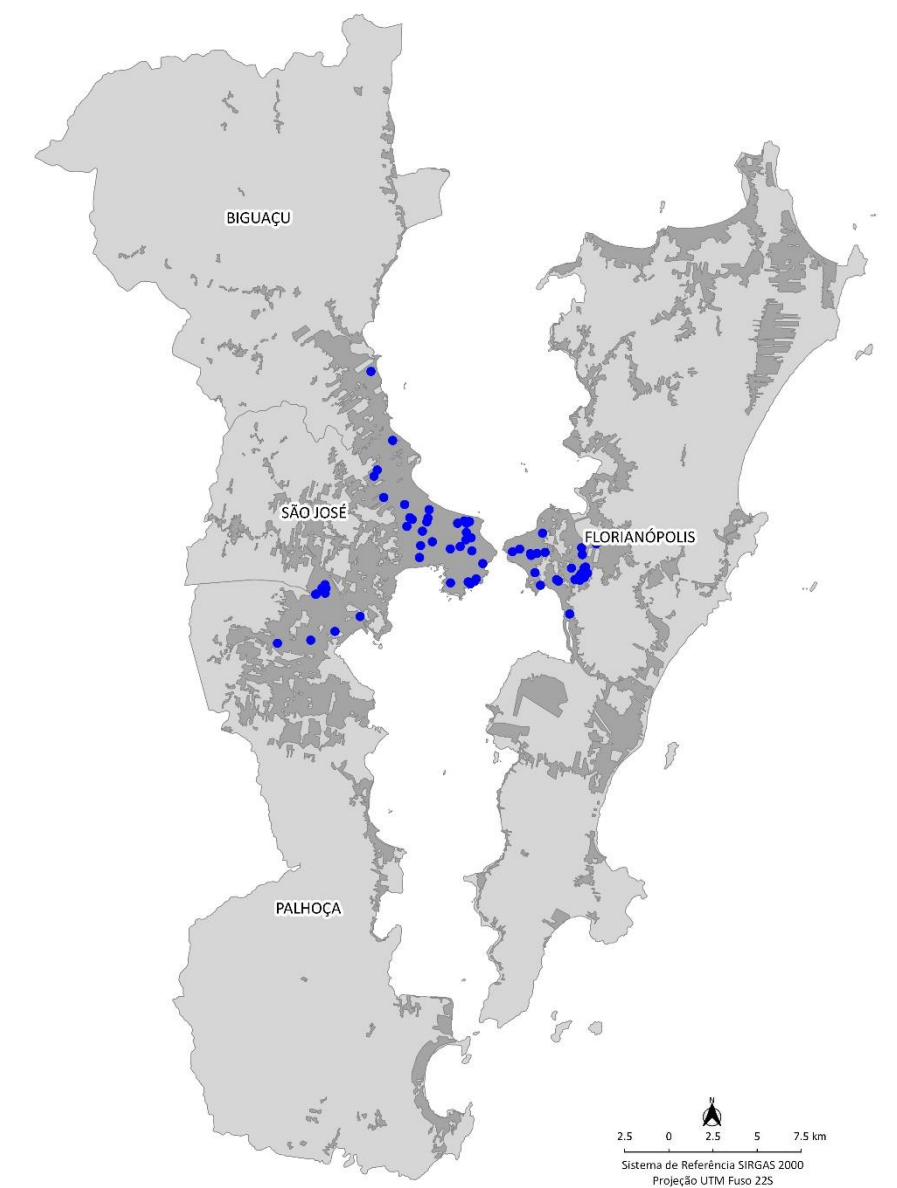
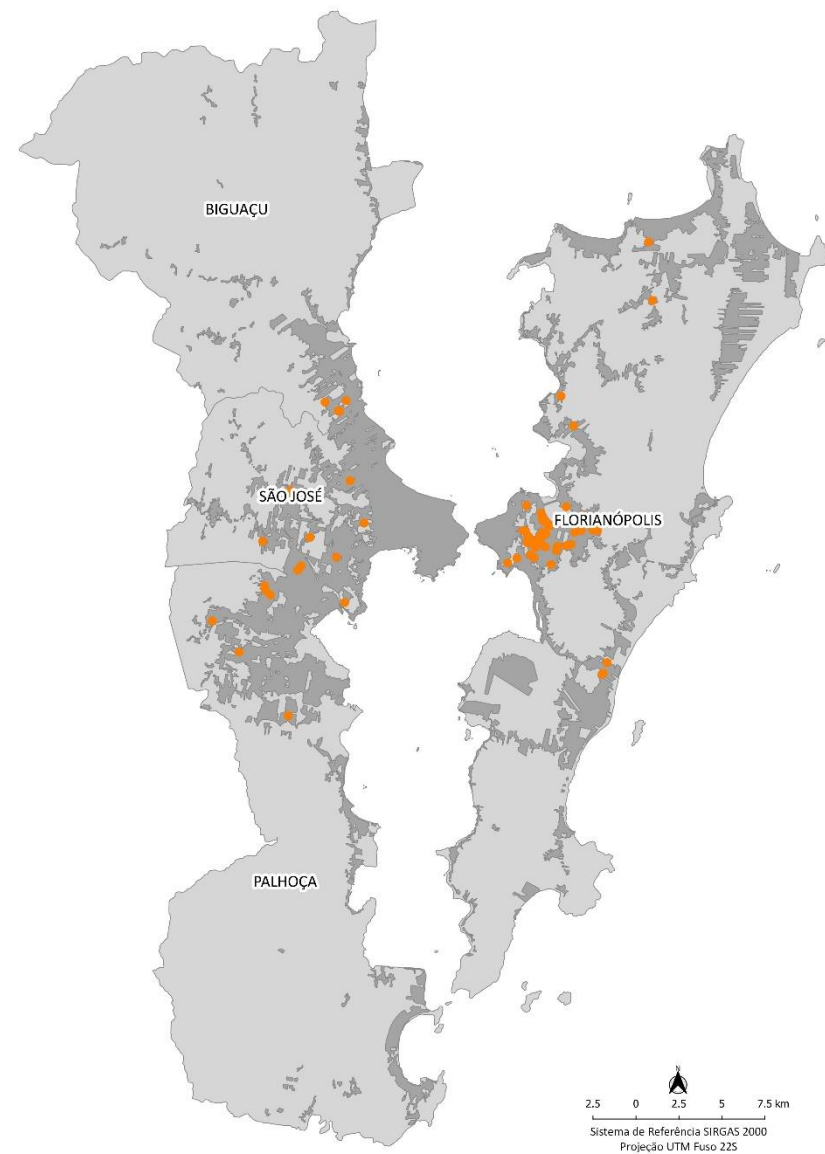
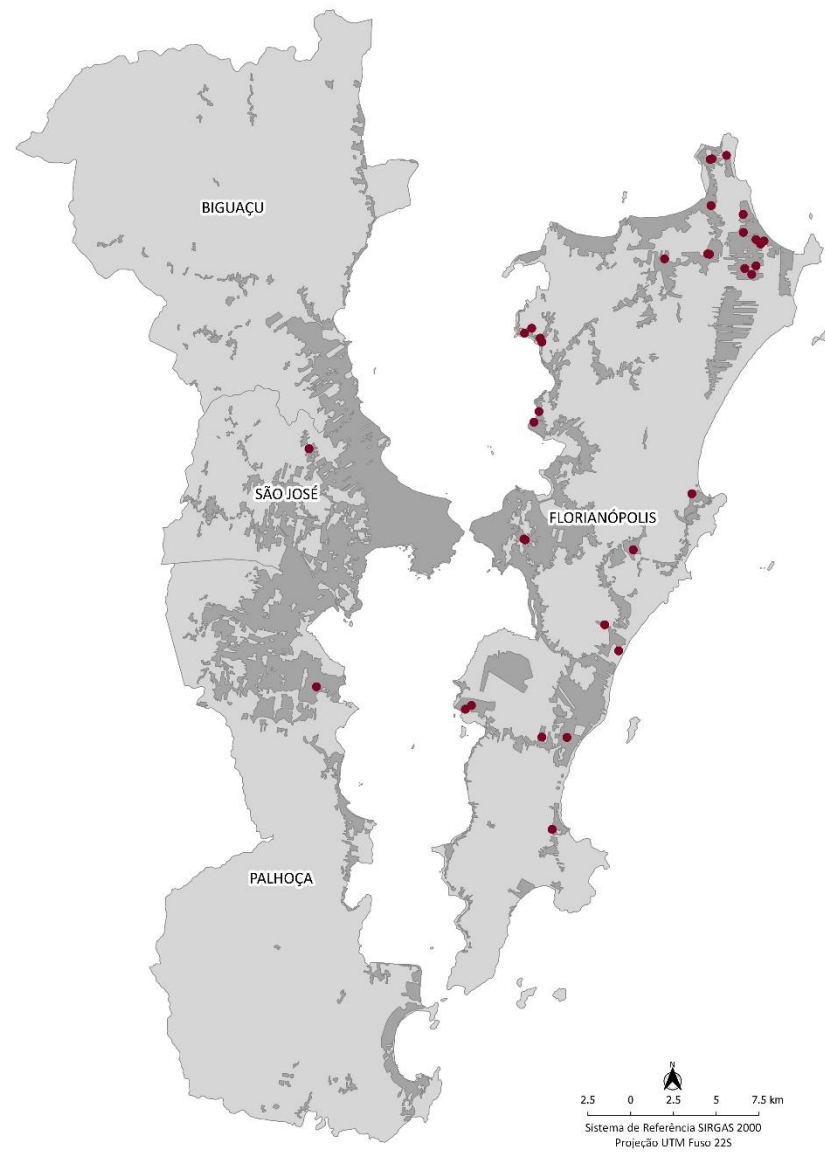
Tabela 9 - Categorização das características configuracionais – medida de integração e de escolha

Variável configuração e Categorização			
Variável - Integração Global	Categoria	N	%
0 - 2069,91	Integração Global Baixa	34	18,6%
2069,91 - 2770,33	Integração Global Média	77	42,1%
2770,33 - 3726,79	Integração Global Alta	72	39,3%
Variável – Escolha Global	Categoria	N	%
0 – 81285	Escolha Global Baixa	63	34,4%
81285 – 776523	Escolha Global Média	56	30,6%
776523 – 491216860	Escolha Global Alta	64	35,0%

Fonte: Questionário. Elaborado pela autora.

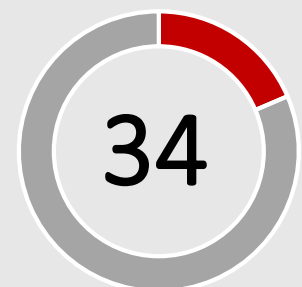
A Figura 42 apresenta a localização dos participantes de acordo com os 3 distintos níveis de Integração Global. Do total da amostra, a minoria deles mora em vias com Integração Global Baixa. Esses 34 participantes se concentram nas bordas na parte insular de Florianópolis, que são as áreas que de fato possuem mais vias com os níveis de integração mais baixos em relação a todo o tecido da ACF. No entanto, a maioria dos participantes mora em vias que apresentam níveis médios e altos de Integração Global. Os 77 moradores inseridos em vias de Integração Global Média estão em regiões opostas, pois parte deles estão nas bordas dos municípios do continente, e outra parte está inserida na região central da ilha, com destaque para a regiões no Maciço do Morro da Cruz. Já os 72 moradores inseridos em vias de Integração Global Alta se concentram no centro geográfico da ACF e em alguns pontos de Palhoça e Biguaçu.

Figura 42: Localização dos participantes de acordo com o nível de Integração Global

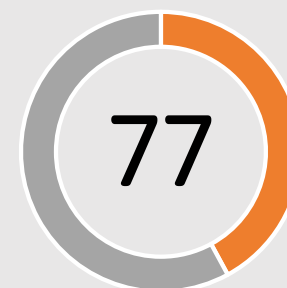


Fonte. Questionário. Elaborado pela autora.

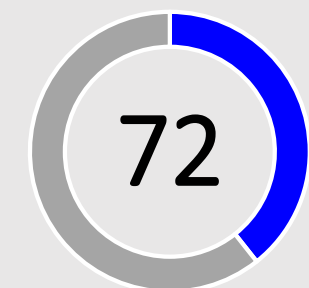
Localização dos participantes que moram em local de **INTEGRAÇÃO GLOBAL BAIXA**. Total de 34 participantes com esse Nível de Integração Global.



Localização dos participantes que moram em locais de **INTEGRAÇÃO GLOBAL MÉDIA**. Total de 77 participantes com esse Nível de Integração Global.

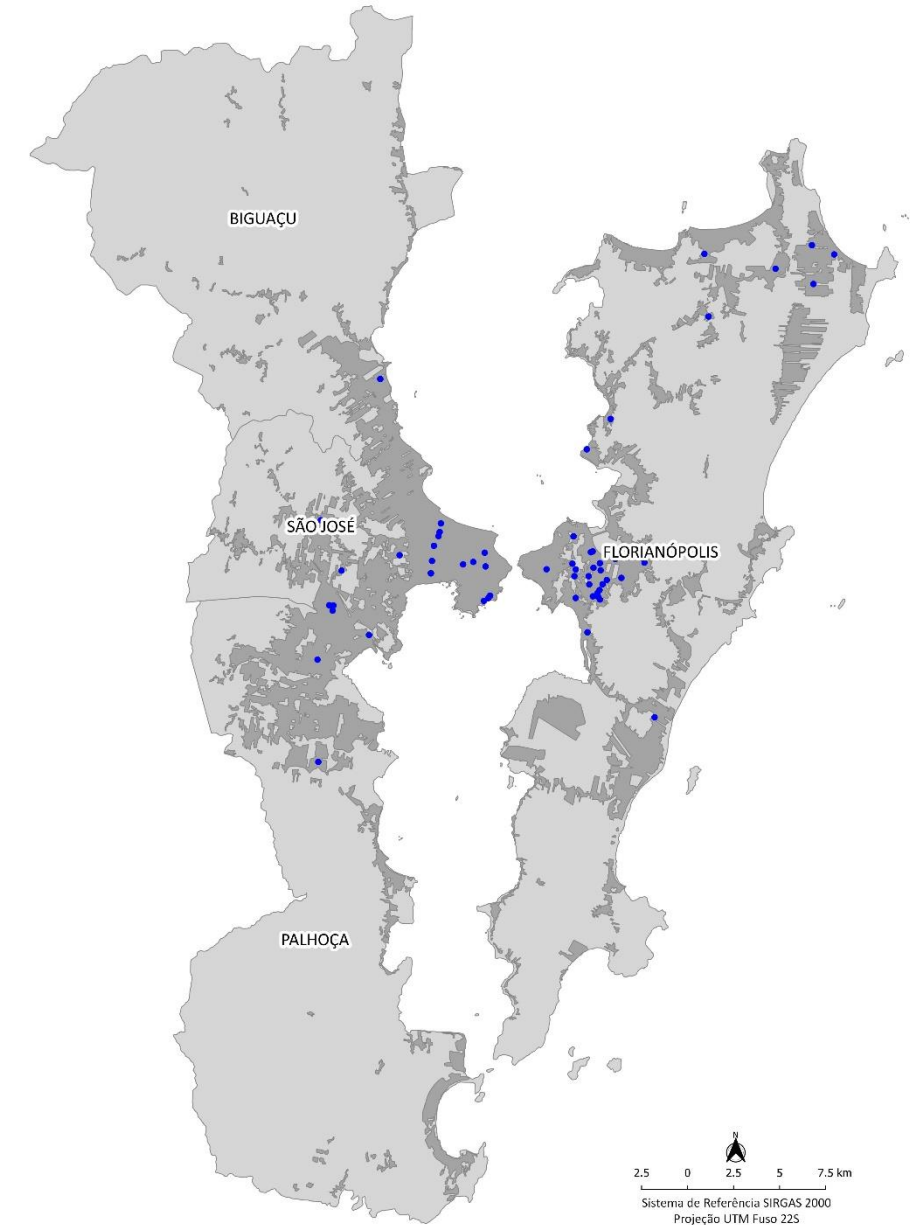
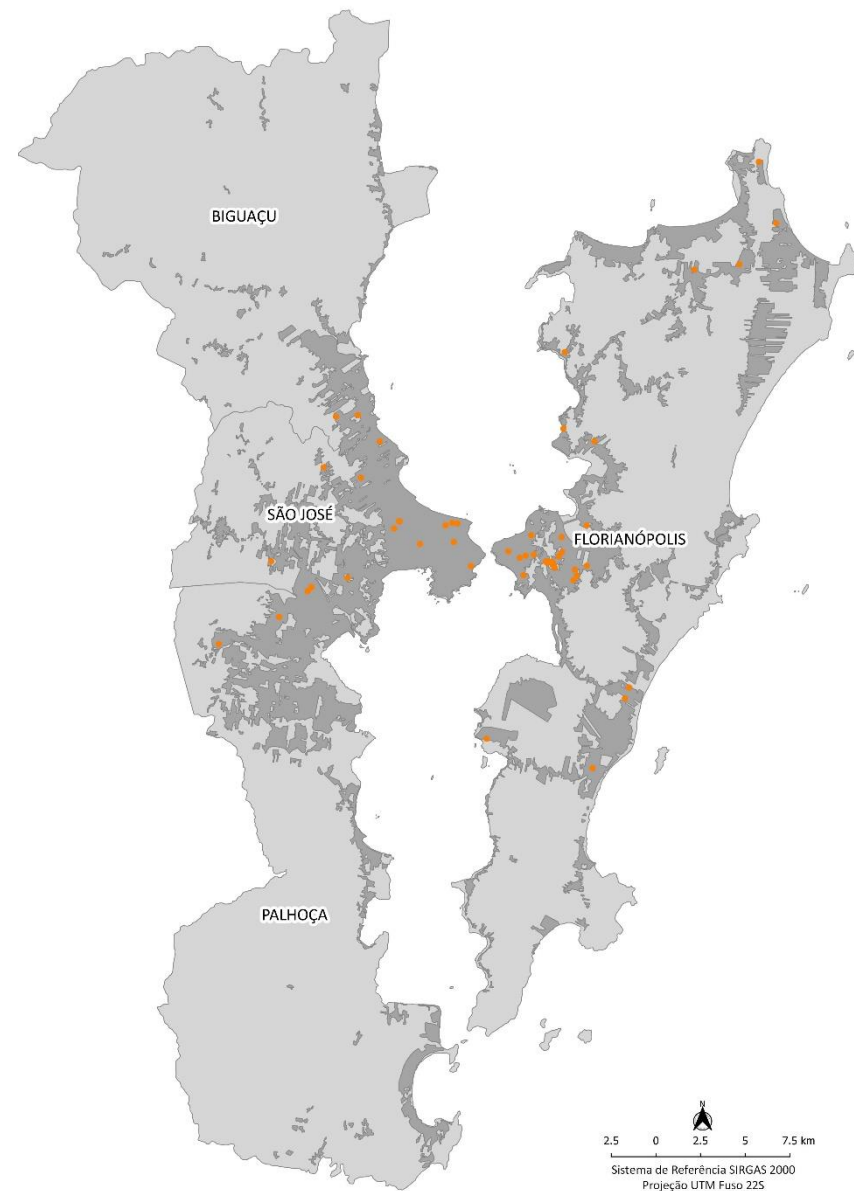
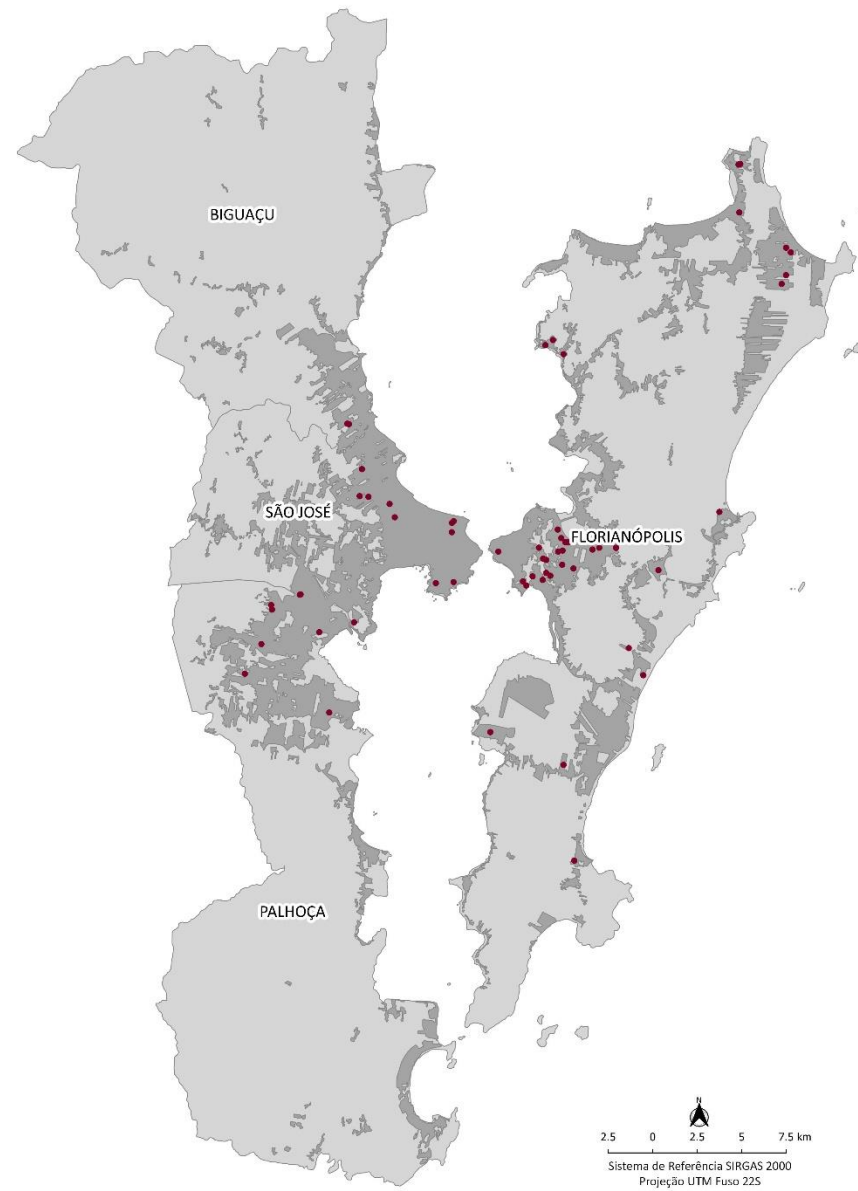


Localização dos participantes que moram em áreas de **INTEGRAÇÃO GLOBAL ALTA**. Total de 72 participantes com esse Nível de integração Global



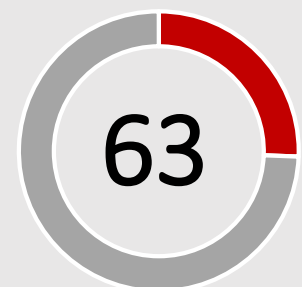
A Figura 43 apresenta a localização dos participantes de acordo com os 3 distintos níveis de Escolha Global. É possível perceber uma distribuição mais equilibrada entre os participantes e sua inserção em vias de Escolha Global Baixa, Média e Alta. No entanto, a maioria dos participantes que moram em vias de Escolha Global Baixa estão inseridos nas áreas periféricas do continente e da ilha, e na região que compreende o Maciço do Morro da Cruz.

Figura 43: Localização dos participantes de acordo com o nível de Escolha Global

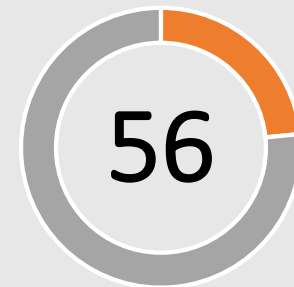


Fonte. Questionário. Elaborado pela autora.

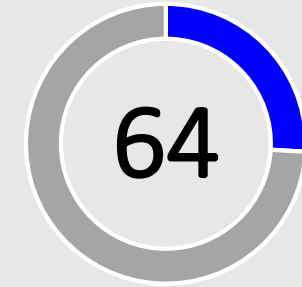
Localização dos participantes que moram em local de **ESCOLHA GLOBAL BAIXA**. Total de 63 participantes com esse Nível de Escolha Global.



Localização dos participantes que moram em locais de **ESCOLHA GLOBAL MÉDIA**. Total de 56 participantes com esse Nível de Escolha Global.



Localização dos participantes que moram em áreas de **ESCOLHA GLOBAL ALTA**. Total de 64 participantes com esse Nível de Escolha Global



A Variável Capital Espacial Econômico, que é medido a partir do nível de proximidade com o menor ou maior número de empregos em um raio de 1.600, mantém o mesmo termo na sua categorização, mas o classifica em 4 níveis distintos, como mostra a Tabela 10. Apesar da dinâmica socioespacial da Área Conurbada de Florianópolis ter características fortes de segregação e fragmentação, com concentração das áreas que ofertam empregos, surpreendeu que a maioria dos participantes moram em áreas com Capital Espacial Econômico Baixo.

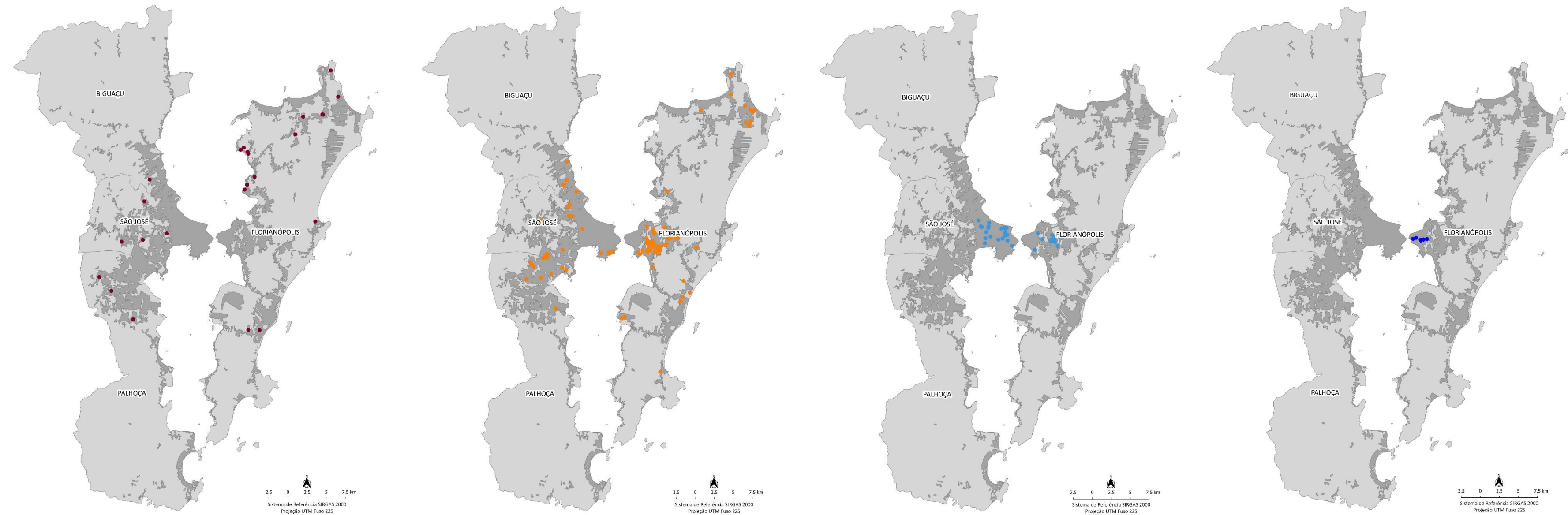
Tabela 10 - Categorização do Nível de Capital Espacial Econômico

Variável Capital Espacial Econômico e Categorização			
Variável Capital Espacial Econômico	Categoria	N	%
0 emprego	Capital Espacial Econômico Nulo	24	15,1%
1 a 13859 empregos	Capital Espacial Econômico Baixo	113	71,1%
13859 - 44714 empregos	Capital Espacial Econômico Médio	40	25,2%
44714 - 78325 empregos	Capital Espacial Econômico Alto	6	3,8%

Fonte: Questionário. Elaborado pela autora.

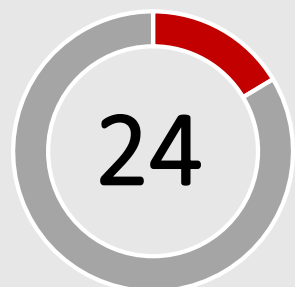
A Figura 44 mostra que os 24 moradores inseridas em áreas de Capital Espacial Econômico margeiam as franjas dos 4 municípios, enquanto os 113 moradores que possuem Capital Espacial Econômico Baixo margeiam também as bordas de toda a ACF, mas também se concentram na região do Maciço do Morro da Cruz. Já os 40 moradores que possuem Capital Espacial Econômico Médio e os 6 que possuem Capital Espacial Econômico Alto moram no centro geográfico da ACF, que coincide com as áreas que concentram ofertas de emprego, como ilustrados na seção 5.1.

Figura 44: Localização dos participantes de acordo com o Nível de Capital Espacial Econômico



Fonte. Questionário. Elaborado pela autora.

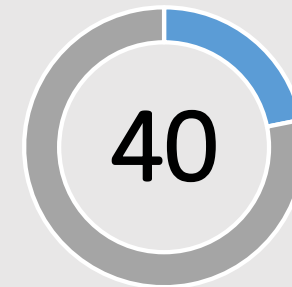
Localização dos participantes de **CAPITAL ESPACIAL ECONÔMICO NULO**.
Total de 24 participantes com esse Nível de Capital Espacial Econômico.



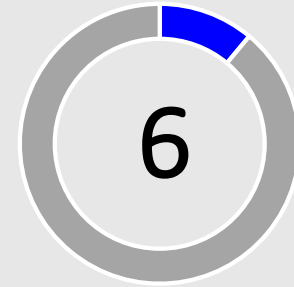
Localização dos participantes de **CAPITAL ESPACIAL ECONÔMICO BAIXO**.
Total de 113 participantes com esse Nível de Capital Espacial Econômico.



Localização dos participantes de **CAPITAL ESPACIAL ECONÔMICO MÉDIO**.
Total de 40 participantes com esse Nível de Capital Espacial Econômico.



Localização dos participantes de **CAPITAL ESPACIAL ECONÔMICO ALTO**.
Total de 6 participantes com esse Nível de Capital Espacial Econômico.



A Variável Capital Espacial Cultural, que é medido a partir do nível de proximidade com o menor ou maior número de instituições de ensino em um raio de 1.600, também mantém o mesmo termo na sua categorização, e também o classifica em 4 níveis distintos, como mostra Tabela 11. O número de participantes que possuem o nível mais baixo de Capital Espacial Cultural também é o maior da amostra, isso sem considerar que parte deles, ainda que em número reduzido, mora em áreas que apresenta Capital Espacial Cultural Nulo.

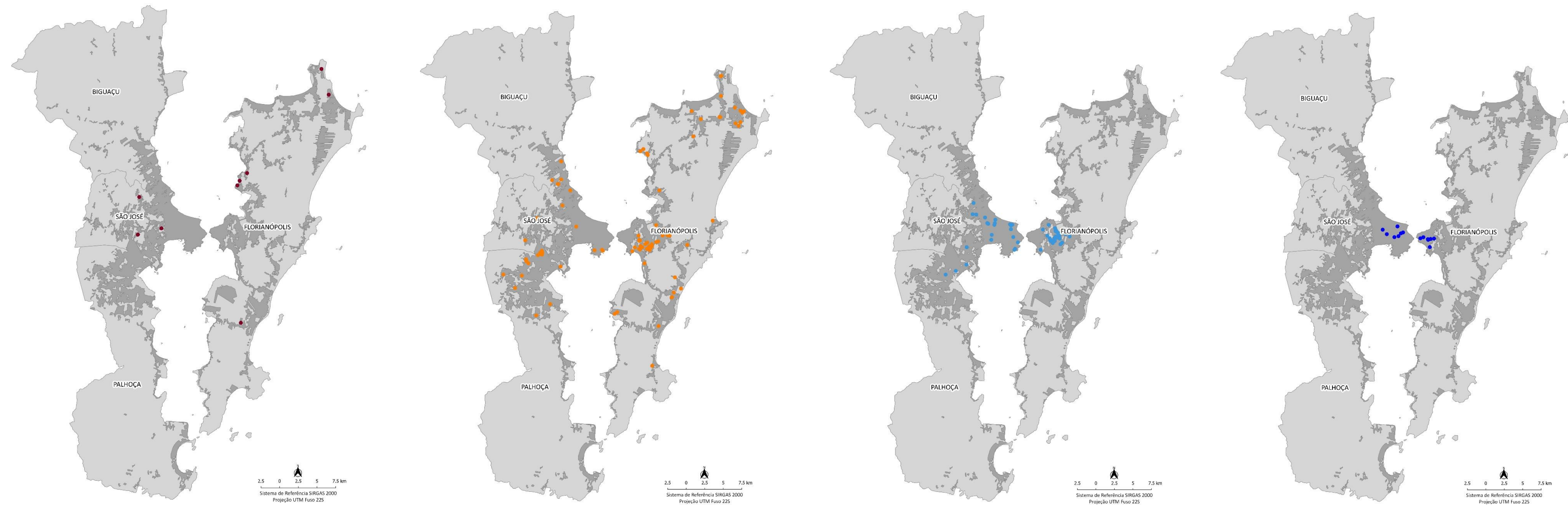
Tabela 11 - Categorização do Nível de Capital Espacial Cultural

Variável Capital Espacial Econômico e Categorização			
Variável Capital Espacial Cultural	Categoria	N	%
0 instituições de ensino	Capital Espacial Cultural Nulo	9	5,1%
1 a 8 instituições de ensino	Capital Espacial Cultural Baixo	98	56,3%
9 a 19 instituições de ensino	Capital Espacial Cultural Médio	61	35,1%
20 a 38 instituições de ensino	Capital Espacial Cultural Alto	15	8,6%

Fonte: Questionário. Elaborado pela autora.

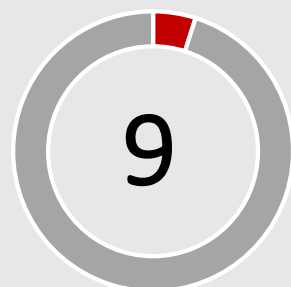
A Figura 45 mostra que os locais de moradia dos participantes de acordo com seus níveis de Capital Espacial Cultural, não difere muito dos locais de moradia dos participantes de acordo com seu nível de Capital Espacial Econômico. O que se destaca em relação aos níveis de Capital Espacial, seja ele Econômico ou Cultural, é que a maioria deles possui esse capital em seu nível mais baixo.

Figura 45: Localização dos participantes de acordo com o Nível de Capital Espacial Cultural

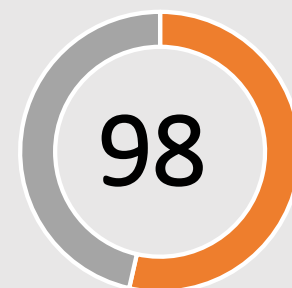


Fonte. Questionário. Elaborado pela autora.

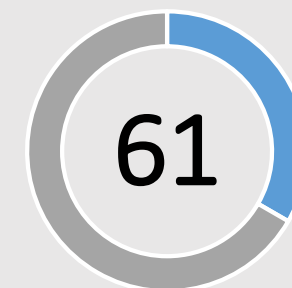
Localização dos participantes de **CAPITAL ESPACIAL CULTURAL NULO**.
Total de 9 participantes com esse Nível de Capital Espacial Cultural.



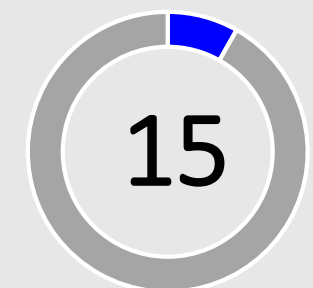
Localização dos participantes de **CAPITAL ESPACIAL CULTURAL BAIXO**.
Total de 98 participantes com esse Nível de Capital Espacial Cultural.



Localização dos participantes de **CAPITAL ESPACIAL CULTURAL MÉDIO**.
Total de 61 participantes com esse Nível de Capital Espacial Cultural.



Localização dos participantes de **CAPITAL ESPACIAL CULTURAL ALTO**.
Total de 6 participantes com esse Nível de Capital Espacial Cultural.



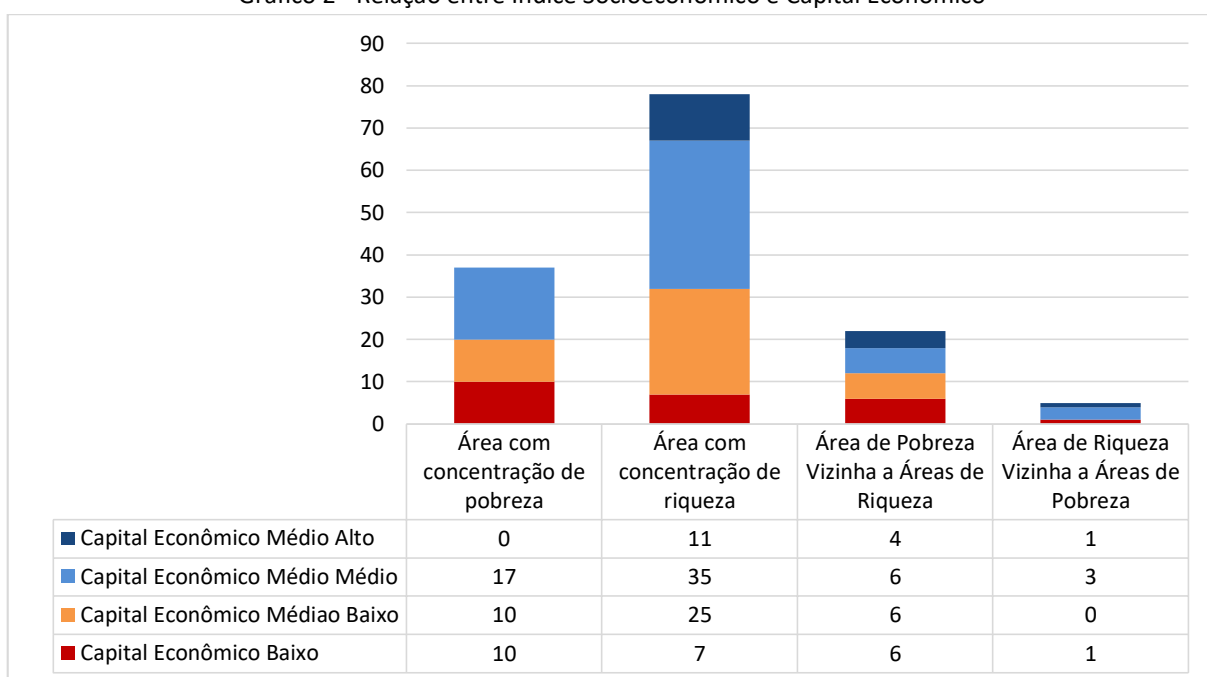
Após categorizar as dimensões físicas e sociais do espaço, a próxima seção apresentará a correlação entre essas dimensões com a posição do agente no espaço social e verificará quais dimensões possuem maior associação na dialética entre espaço físico e social no intuito de ilustrar como a produção do espaço a partir das relações capitalistas aprofunda as contradições sociais e contribuem para sua manutenção.

5.4 Dimensões físicas e sociais do espaço: correlações com capital econômico

A presente seção tem como objetivo estabelecer uma análise de correlação entre as categorias citadas na seção anterior a fim de verificar se existe correlação entre as dimensões físicas e sociais do espaço com nível de Capital Econômico dos participantes. Na instância da reprodução social, a questão abordada na presente seção é verificar a materialização da condição econômica dos participantes no espaço urbano e quais dimensões apresentam maior associação com o nível de Capital Econômico.

O Gráfico 2 e a Tabela 12 apresentam a correlação entre Índice Socioeconômico do local de moradia dos participantes com o nível de Capital Econômico. A priori é possível verificar que os 78 participantes que moram em Área com Concentração de Riqueza representam a maioria, e os 5 participantes que moram em Área de Riqueza Vizinha a Áreas de Pobreza representam a minoria.

Gráfico 2 - Relação entre Índice Socioeconômico e Capital Econômico



Fonte: Questionário. Elaborado pela autora.

Tabela 12 - Relação entre Índice Socioeconômico e Capital Econômico

Índice Socioeconômico (tipo de segregação ou integração socioeconômica)	Capital Econômico Baixo		Capital Econômico Médio Baixo		Capital Econômico Médio Médio		Capital Econômico Médio Alto		Capital Econômico Alto	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
	Área com Concentração de Pobreza	10	7,9%	10	7,0%	17	12,6%	0	0%	0
Área com Concentração de Riqueza	7	4,9%	25	17,6%	35	24,6%	11	7,7%	0	0%
Área de Pobreza Vizinha a Áreas de Riqueza	6	4,2%	6	4,2%	6	4,2%	4	2,8%	0	0%
Área de Riqueza Vizinha a Áreas de Pobreza	1	0,7%	0	0%	3	2,1%	1	0,7%	0	0%

Fonte: Questionário. Elaborado pela autora.

É possível perceber que a maioria dos participantes que possuem Capital Econômico Baixo (7,9%) mora em Áreas com Concentração de Pobreza e a maioria dos moradores com Capital Econômico Médio Alto (7,7%) mora em Área com Concentração de Riqueza. Como visto, desde o trabalho de Wilson (1987) uma série de estudos avaliaram a concentração

homogênea de população de baixa renda como um fator negativo para a superação da pobreza e concluíram que, se essas famílias morassem em áreas mais heterogêneas, teriam mais condições de superar a reprodução das desigualdades sociais.

Ainda que os dados da presente Tese tenham sido coletados e analisados em contextos e épocas diferentes (se comparados com os de Wilson e demais precursores), o Gráfico e o Quadro acima mostraram que o tipo de segregação ou integração socioeconômica, verificadas a partir do Índice Socioeconômico, têm correlação com o nível de capital econômico desses participantes. Complementarmente, se a maioria da população que possui Capital Econômico Baixo mora em Áreas com Concentração de Pobreza e a maioria dos moradores com Capital Econômico Médio Alto mora em Área com Concentração de Riqueza, isso pode indicar uma possível tendência à manutenção do nível de capital econômico e interferir na reprodução social, como foi visto nos trabalhos que trataram sobre a homogeneidade social.

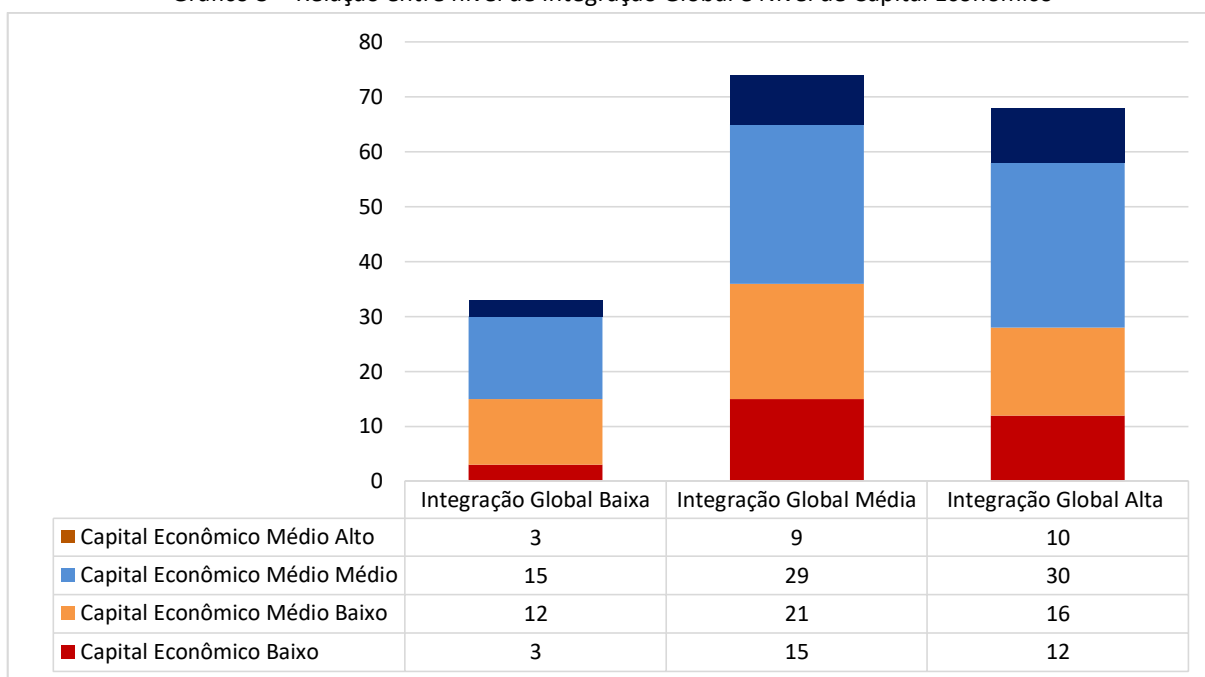
Ainda sobre os dados apresentados acima, é possível perceber que assim como os respondentes que possuem Capital Econômico Médio Alto, aqueles que detêm Capital Econômico Médio Baixo e Médio Médio, também têm sua maioria inserida em Áreas com Concentração de Riqueza, porém com uma expressividade maior, 17,6% e 24,6%, respectivamente. Ainda assim, ao comparar os extremos foi possível perceber uma associação entre o Índice Socioeconômico com o nível de capital econômico dos participantes.

Somado a isso, cabe ressaltar que nenhum participante com Capital Econômico Médio Alto mora em Área com Concentração de Pobreza, e apenas 1 deles está inserido em Área de Pobreza Vizinha a Áreas de Riqueza. Em síntese, o tipo de segregação ou integração socioeconômica apresenta certa compatibilidade com o capital econômico e ilustra a relação entre o espaço físico e espaço social.

O Gráfico 3 e a Tabela 13 apresentam a correlação entre o nível de Integração Global do local de moradia dos participantes com o capital econômico e mostra que 33 participantes moram em vias com Integração Global Baixa, 74 moram em vias com Integração Global Média, e 62 moram em vias com Integração Local Alta. Apesar da Área Conurbada de Florianópolis

ter forte característica de segregação da malha viária, a minoria dos participantes está inserida em vias que apresentam as menores medidas de acessibilidade em relação a todo o tecido urbano, enquanto a maioria dos participantes está inserida em áreas de Integração Global Média e Alta.

Gráfico 3 - Relação entre nível de Integração Global e Nível de Capital Econômico



Fonte: Questionário. Elaborado pela autora.

Tabela 13 - Relação entre Nível de Integração Global e o Nível de Capital Econômico

Nível de Integração Global	Capital Econômico Baixo		Capital Econômico Médio Baixo		Capital Econômico Médio Médio		Capital Econômico Médio Alto		Capital Econômico Alto	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Integração Global Baixa	3	1,7%	12	6,9%	15	8,6%	3	1,7%	0	0%
Integração Global Média	15	8,6%	21	12,0%	29	16,6%	9	5,1%	0	0%
Integração Global Alta	12	6,9%	16	9,1%	30	17,1%	10	5,7%	0	0%

Fonte: Questionário. Elaborado pela autora.

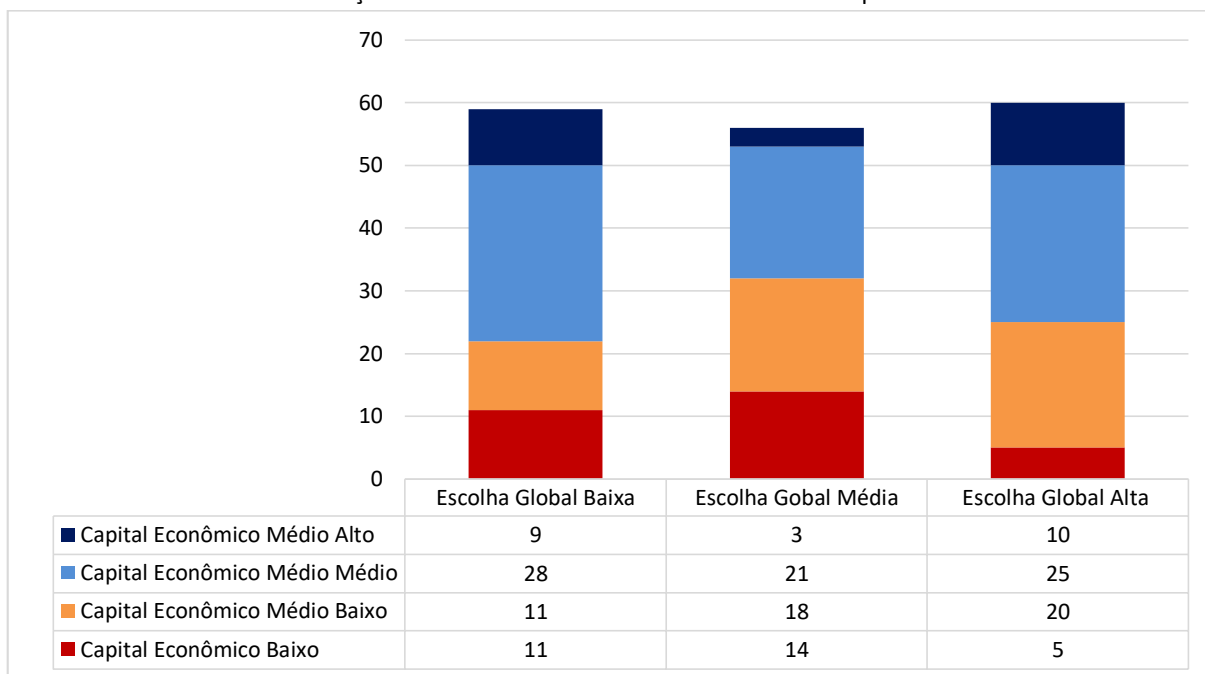
A correlação entre nível de Integração Global com o nível de capital econômico mostra que a maioria dos participantes com Capital Econômico Baixo e Médio Baixo mora em vias de Integração Global Média, 8,6% e 12,0 %, respectivamente. Já a maioria dos

participantes com Capital Econômico Médio Médio e Médio Alto está inserida em vias de Integração Global Alta. No entanto, a proporção dos participantes que moram nas áreas que apresentam melhor acessibilidade com todo o tecido urbano é muito maior quando se trata dos participantes com Capital Econômico Médio Médio, representados por 17,1 % e bem menor quando se trata dos participantes com Capital Econômico Médio Alto, representados por 5,7%.

Outra observação importante é que os participantes com Capital Econômico Médio Alto e Capital Econômico Baixo, ou seja, novamente os dois extremos, têm a mesma representatividade nos locais de Integração Global Baixa com 1,7%, o que pode ser um indicativo de que o nível de Integração Global não interfere de forma intensa no nível de capital econômico, ainda que a descrição dos dados acima pareça indicar uma possível compatibilidade entre essa medida sintática com o nível de capital econômico. Isso fica ainda mais destacado quando os números mostram que os participantes de Capital Econômico Baixo estão inseridos, em sua maioria, em áreas de média e alta acessibilidade.

O Gráfico 4 e a Tabela 14 apresentam a correlação entre o nível de Escolha Global dos participantes com o nível de Capital Espacial Econômico e é possível verificar um nítido equilíbrio na distribuição dos níveis de capital econômico com a medida de Escolha Global. Os dados do gráfico mostram que 59 participantes moram em vias de Escolha Global Baixa, 56 moram em vias de Escolha Global Média, e 60 moram em vias de Escolha Global Alta. No entanto, vale lembrar o estudo de Kronenberger e Saboya (2019) que, ao correlacionar as características socioeconômicas com a medida de Escolha Global, captaram uma distinção importante que vale reforçar. Os autores comentaram que os estratos mais altos e mais baixos possuíam uma relação com as vias de maior Escolha, no entanto, as características paisagísticas eram um divisor central, pois os dois estratos possuíam relação com rodovias que tinha características de via expressa, mas essa relação não aparecia quando se tratava dos estratos mais baixos com a Avenida Beira Mar Norte, por exemplo.

Gráfico 4 - Relação entre Nível de Escolha Global e Nível de Capital Econômico



Fonte: Questionário. Elaborado pela autora.

Tabela 14 - Relação entre Nível de Escolha Global e o Nível de Capital Econômico

Nível de Escolha Global	Capital Econômico Baixo		Capital Econômico Médio Baixo		Capital Econômico Médio Médio		Capital Econômico Médio Alto		Capital Econômico Alto	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Escolha Global Baixa	11	6,3%	11	6,3%	28	16,0%	9	5,1%	0	0%
Escolha Global Média	14	8,0%	18	10,3%	21	12,0%	3	1,7%	0	0%
Escolha Global Alta	5	2,9%	20	11,4%	25	14,3%	10	5,7%	0	0%

Fonte: Questionário. Elaborado pela autora.

Os dados na tabela ajudam a complementar algumas análises importantes. A maioria dos participantes com Capital Econômico Baixo moram em vias de Escolha Global Média, sendo representada por 8,0%, enquanto a maioria dos participantes com Capital Econômico Médio Baixo moram em vias de Escolha Global Alta, sendo representada por 11,4%. Isso reforça que os participantes que possuem níveis de capital econômico mais baixos não estão

inseridos em vias que dificultam o acesso ao tecido urbano da ACF considerando essa medida sintática. Em contrapartida, os participantes de Capital Econômico Médio Médio, ou seja, participantes com um nível maior de capital econômico têm sua maioria inserida em vias de Escolha Global Baixa. Entretanto, a maioria dos participantes de Capital Econômico Médio Alto está inserida nas vias de Escolha Global Alta.

No entanto, segue uma observação bastante similar ao que foi apresentado sobre a correlação entre a medida de Integração Global com o nível de capital econômico, pois, a porcentagem dos participantes que moram em vias de Escolha Global Alta é bem maior entre os participantes que representam aqueles que possuem Capital Econômico Médio Médio, com 16,0 %, e menor entre os participantes de Capital Econômico Médio Alto, com 5,7%. Complementarmente, quando se compara os extremos percebe-se que, em vias de Escolha Global Baixa moram 6,3% dos participantes de Capital Econômico Baixo e 5,1% dos participantes de Capital Econômico Médio Alto, portanto, essa última comparação mostra que o Nível de Escolha Global não apresenta significativa associação com os níveis de capital econômico

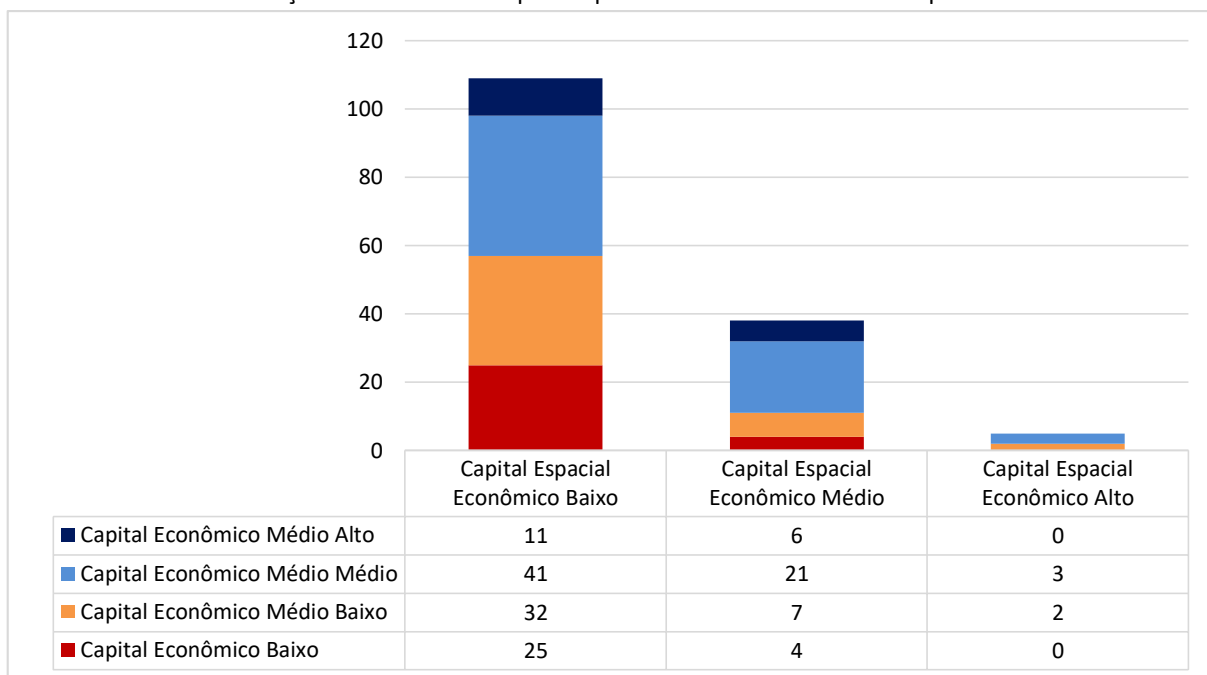
Vale lembrar aqui que as medidas sintáticas não medem a distância entre lugares, mas quantifica a relação entre as vias a fim de verificar o quanto o tecido urbano pode promover continuidades ou discontinuidades, facilitando ou dificultando o acesso aos lugares. A correlação entre nível de capital econômico com essas duas medidas sintáticas no contexto da ACF mostra que, apesar desse contexto ser caracterizado por um tecido urbano extremamente fragmentado, as fraturas sociais parecem ser muito mais evidentes do que as fraturas espaciais. Essa percepção se dá, pois a maioria dos participantes com Capital Econômico Baixo e Médio Baixo moram em vias de Integração Global Média, e a maioria dos participantes de Capital Econômico Baixo moram em vias de Escolha Global Média.

Do ponto de vista da malha viária, os participantes que possuem os menores níveis de capital econômico não estão inseridos em vias que os separam fortemente das possibilidades de acessar as benfeitorias urbanas no contexto da conurbação. Mesmo existindo forte seletividade espacial dos investimentos públicos destinados ao provimento de

infraestrutura viária, privilegiando os interesses das elites e do capital, em certa medida, do ponto de vista da acessibilidade viária, essas obras podem beneficiar as populações de rendas mais baixas. Vale lembrar que os estudos teóricos e empíricos sobre a Geografia de Oportunidades, desenvolvido por Galster e Killen (1995) que avaliam o impacto da segregação a partir da distribuição espacial de instituições, de mercados, de bens e de serviços em sua dimensão objetiva, pode ser amenizada quando os participantes de baixa renda estão inseridos em vias que facilitam o acesso às possibilidades de ascensão social.

O Gráfico 5 e a Tabela 15 apresentam a correlação entre o nível de Capital Espacial Econômico com o nível de capital econômico. Os dados, apesar de chamarem bastante atenção, não fogem à descrição do quadro urbano da ACF, pois a maioria da população mora em áreas com Capital Espacial Econômico Baixo, e a minoria mora em áreas com Capital Espacial Econômico Alto. Em seção inicial do presente capítulo, vimos a alta demanda de deslocamento pendular por conta de a oferta de emprego estar concentrada no centro geográfico da conurbação. E os dados do gráfico e da tabela abaixo mostram que isso parece afetar a maioria dos participantes, independente do seu nível de capital econômico, ainda que as camadas mais populares sejam dependentes do transporte público, o que os penaliza de forma muito mais intensa.

Gráfico 5 - Relação entre Nível de Capital Espacial Econômico e Nível de Capital Econômico



Fonte: Questionário. Elaborado pela autora.

Essa correlação apresenta uma discrepância bastante significativa, pois, do total de 183 participantes, 109 deles possuem Capital Espacial Econômico Baixo, 38 possuem Capital Espacial Econômico Médio, e apenas 5 possuem Capital Espacial Econômico Alto. O Nível de Capital Espacial Econômico tem correlação importante com os pressupostos da Geografia de Oportunidades Objetiva, mas aqui os dados são considerados a partir de um raio de 1.600m da malha viária e não em unidades desarticuladas do cotidiano urbano. No entanto, acrescenta-se algumas observações essenciais dessa correlação.

Tabela 15 - Relação entre Nível de Capital Espacial Econômico e Nível de Capital Econômico

Nível de Capital Espacial Econômico	Capital Econômico Baixo		Capital Econômico Médio Baixo		Capital Econômico Médio Médio		Capital Econômico Médio Alto		Capital Econômico Alto	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Capital Espacial Econômico Baixo	25	16,4%	32	21,1%	41	27,0%	11	7,2%	0	0,0%
Capital Espacial Econômico Médio	4	2,6%	7	4,6%	21	13,8%	6	3,9%	0	0,0%
Capital Espacial Econômico Alto	0	0,0%	2	1,3%	3	2,0%	0	0,0%	0	0,0%

Fonte: Questionário. Elaborado pela autora.

As oportunidades de emprego em um raio de 1.600 metros, que são o que determina o nível de Capital Espacial Econômico, afetam em maior proporção os participantes de Capital Econômico Médio Baixo e Capital Econômico Médio Médio, pois, 21,1% e 27,0 %, respectivamente, estão inseridos em áreas com nível de Capital Espacial Econômico Baixo. Em seguida estão os participantes de Capital Econômico Baixo, com 16,4% e, por último os de Capital Econômico Médio Alto com 7,2%. Em síntese, esses dados mostram que aqueles que possuem Capital Econômico Médio Médio, Médio Baixo, e Baixo, nessa ordem, são maioria quando se trata de maior distância com as oportunidades de emprego. No entanto, apesar de a maioria dos participantes com Capital Econômico Médio Alto possuir Capital Espacial Econômico Baixo, isso os afeta em menor proporção quando comparados com aqueles que detêm menores níveis de capital econômico.

Soma-se a isso o fato de que nenhum participante de Capital Econômico Baixo e de Capital Econômico Médio Alto possui Capital Espacial Econômico Alto, e quando se diz respeito àqueles com Capital Econômico Médio Baixo e Médio Médio, isso aparece em uma porcentagem muito pequena. Em síntese, mesmo que em proporções distintas, a maioria dos respondentes está inserida em áreas distantes das oportunidades de emprego. Assim, acredita-se que, como o nível de oportunidades de emprego em um raio de 1.600 metros é baixo para todos os níveis, isso é um forte indicativo de que a correlação entre essas duas categorias não representa uma associação entre Capital Espacial Econômico e Capital Econômico.

Considerando as 5 categorias que representam as dimensões físicas e sociais do espaço e a correlação descritiva entre essas dimensões com o nível de capital econômico, foi possível perceber que os dados não sugeriram que os níveis de acessibilidade (Integração Global e Escolha Global) e o Capital Espacial Econômico possam interferir na condição econômica dos participantes e, portanto, podem não influenciar também nos processos de reprodução. Dentre essas 5 dimensões, a correlação que apresentou maior associação foi com o Índice Socioeconômico. Em outras palavras, essa variável independente, que determina o

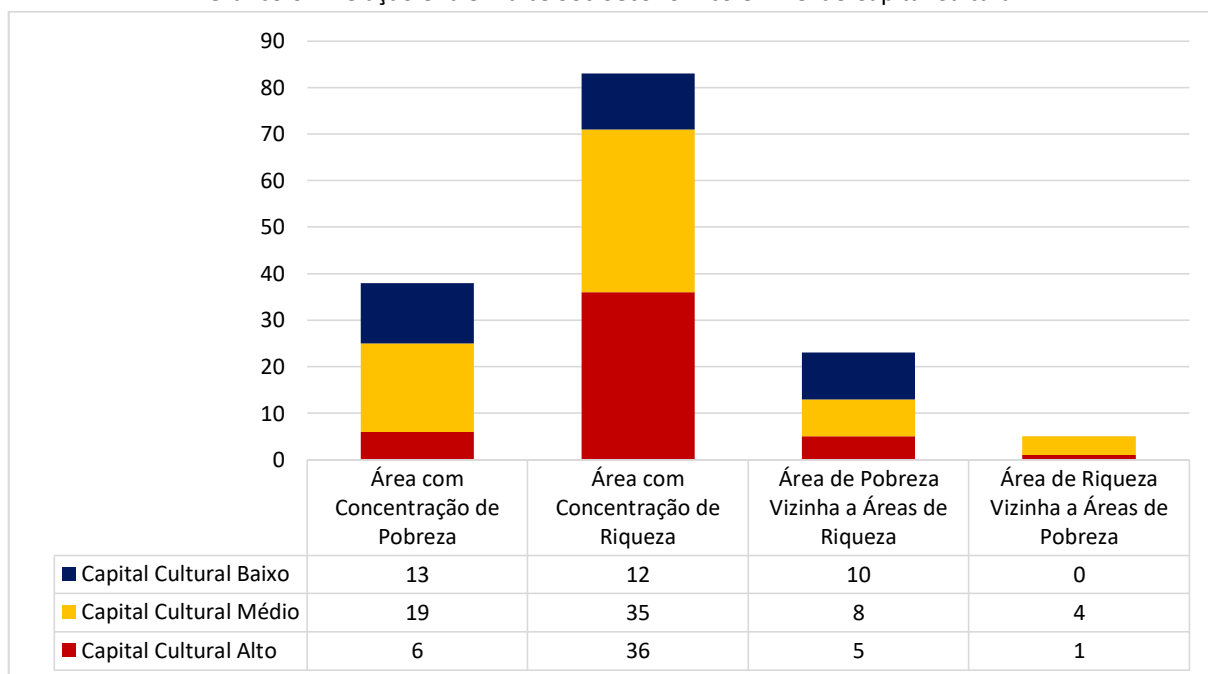
tipo de segregação ou integração socioeconômica, foi a que apresentou correlações mais consistentes na variável dependente.

5.5 Dimensões físicas e sociais do espaço: correlações com capital cultural

O intuito da presente seção é verificar se a reprodução social sob à ótica do espaço é também de natureza cultural, pois, como vimos, a sociologia bourdieusiana destaca-se entre as demais produções sociológicas contemporâneas por compreender que a reprodução social vai do capital econômico ao capital cultural, entre outros capitais. Nessa perspectiva, apresenta uma análise de correlações entre as dimensões físicas e sociais do espaço com o nível de capital cultural dos participantes.

O Gráfico 6 e a Tabela 16 apresentam a correlação entre o Índice Socioeconômico do local de moradia dos participantes com o nível de capital cultural. É possível verificar que a maioria que possui Capital Cultural Médio e Capital Cultural Alto mora em Áreas com Concentração de Riqueza.

Gráfico 6 - Relação entre Índice Socioeconômico e Nível de Capital Cultural



Fonte: Questionário. Elaborado pela autora

Os participantes de Capital Cultural Médio e Alto somam juntos em Áreas de Concentração de Riqueza, 71 participantes, contra 12 participantes que moram nessas mesmas áreas, mas possuem Capital Cultural Baixo. A princípio isso pode ser interpretado como uma relação compatível entre esse tipo de segregação ou integração socioeconômica com o nível de Capital Cultural.

Outra observação importante é o fato de que, apesar de existir uma distribuição equilibrada entre os participantes de Capital Cultural Baixo, pois 13 deles moram em Área com Concentração de Pobreza, 12 deles moram em Área com Concentração de Riqueza, e 10 moram em Área de Pobreza Vizinha a Áreas de Riqueza, totalizando 35 participantes. Nessa perspectiva, é possível sugerir uma associação entre precarização do espaço com os níveis de capital cultural, pois observa-se que nas áreas com os menores índices socioeconômicos, sejam elas com concentração de pobreza ou não, estão os participantes com menores níveis de capital cultural.

A Tabela 16 contribui com essa constatação ao ilustrar que os 23,5% dos participantes de Capital Cultural Médio e os 24,2% de Capital Cultural Alto que moram em Área de Concentração de Riqueza é superior quando comparado com os 8,1% dos participantes que moram em áreas com esse mesmo Índice Socioeconômico, mas que possuem Capital Cultural Baixo. Outra observação importante é que nas Áreas com Concentração de Pobreza está minoria detentora de Capital Cultural Alto, representada por apenas 4,0%, apesar de 13% possuírem Capital Cultural Médio.

Tabela 16 - Relação entre Índice Socioeconômico e Nível de Capital Cultural

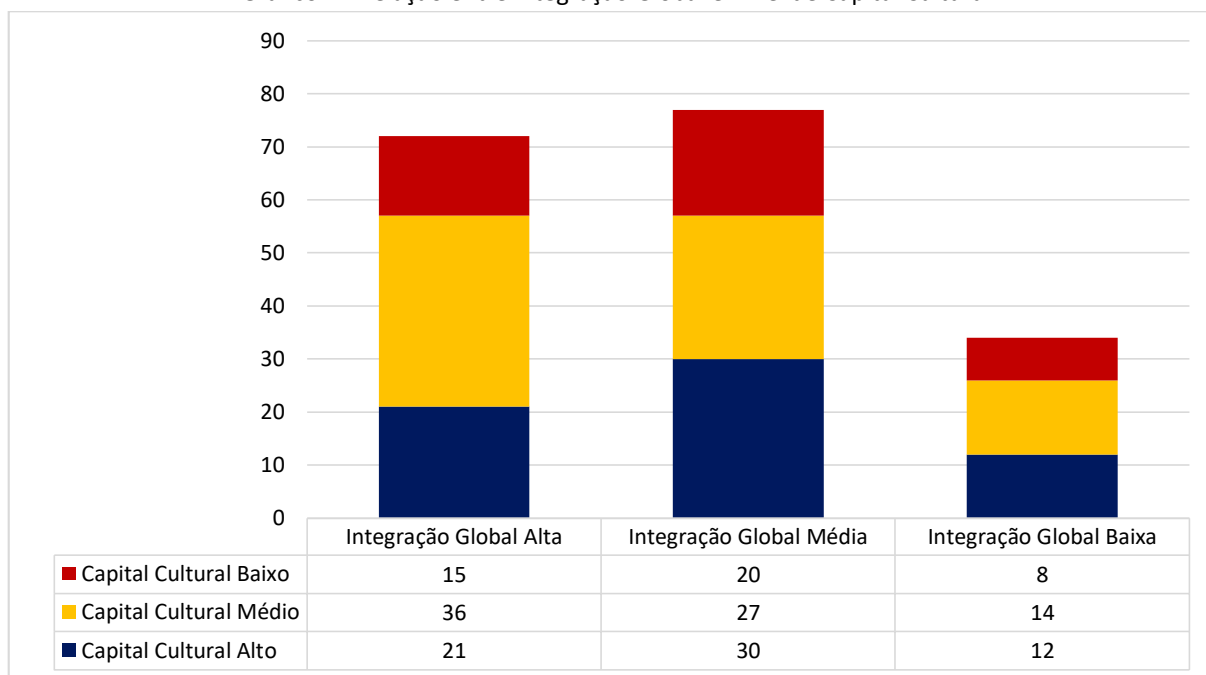
Índice Socioeconômico	Capital Cultural Baixo		Capital Cultural Médio		Capital Cultural Alto	
	N	%	N	%	N	%
Área com Concentração de Pobreza	13	8,7%	19	12,8%	6	4,0%
Área com Concentração de Riqueza	12	8,1%	35	23,5%	36	24,2%
Área de Pobreza Vizinha a Áreas de Riqueza	10	6,7%	8	5,4%	5	3,4%
Área de Riqueza Vizinha a Áreas de Pobreza	0	0%	4	2,7%	1	0,7%

Fonte: Questionário. Elaborado pela autora.

Em síntese, esses dados ajudam a fundamentar a tese que quando se verifica menores condições socioeconômicas, isso se traduz em baixo nível de Capital Cultural, e quando se verifica melhores condições socioeconômicas no espaço, isso se traduz em níveis mais altos de Capital Cultural. Em outras palavras, a posição que os participantes possuem no espaço social, considerando seu Capital Cultural, coloca os agentes em posições que os diferenciam de acordo com o tipo de segregação o integração socioeconômica.

O Gráfico 7 e a Tabela 17 apresentam a correlação entre Integração Global com Capital Cultural e mostra que 34 participantes moram em vias de Integração Global Baixa, 74 moram em vias de Integração Global Média, e 72 moram em vias de Integração Local Alta.

Gráfico 7 - Relação entre integração Global e Nível de Capital Cultural



Fonte: Questionário. Elaborado pela autora.

Tabela 17 - Relação entre medida de Integração Global e Nível de Capital Cultural

Medida de Integração Global	Capital Cultural Baixo		Capital Cultural Médio		Capital Cultural Alto	
	N	%	N	%	N	%
Integração Global Baixa	8	4,4%	14	7,7%	12	6,6%
Integração Global Média	20	10,9%	27	14,8%	30	16,4%
Integração Global Alta	15	8,2%	36	19,7%	21	11,5%

Fonte: Questionário. Elaborado pela autora.

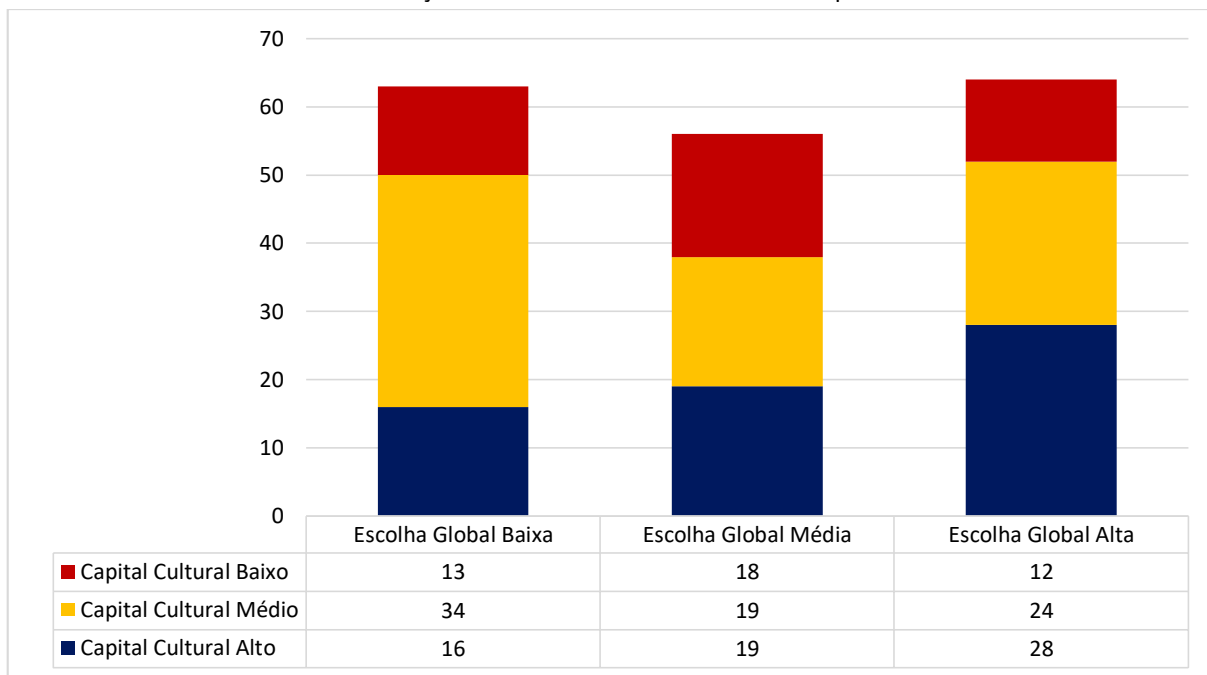
É possível observar que dos 43 participantes que possuem Capital Cultural Baixo, 10,9% estão inseridos em vias de Integração Global Média, seguido de 8,2% inseridos em vias de Integração Global Alta, e 4,4% inseridos em vias de Integração Global Baixa. Já dos 77 participantes de Capital Cultural Médio, 19,7% estão inseridos em vias de Integração Global Alta, 14,8% em vias de Integração Global Média e 7,7% em vias de Integração Global Baixa. Importante destacar que o número de participantes que possuem Capital Cultural Médio vai diminuindo de acordo com o nível de Integração Global.

Observa-se que enquanto os participantes de Capital Cultural Médio se concentram em vias de Integração Global Alta, os participantes que possuem Capital Cultural Alto se concentram nas vias de Integração Global Média. Dos 63 participantes que possuem Capital Cultural Alto, 16,14% estão inseridos em vias de Integração Global Média, 11,4% em vias de Integração Global Alta e 6,6% inseridos em vias de Integração Global Baixa.

Com os dados do gráfico e da tabela acima, foi possível verificar que existe uma proximidade percentual entre os níveis de Capital Cultural mais altos com as vias de maior acessibilidade. Complementarmente, verificou-se também que dos participantes de Capital Cultural Baixo a minoria está inserida em vias de Integração Global Baixa, e a maioria em vias de Integração Global Média acessibilidade. Isso pode indicar que a integração da malha viária a partir da medida de Integração Global não apresenta indícios consistentes na determinação do Capital Cultural.

O Gráfico 8 e a Tabela 18 apresentam a correlação entre a medida de Escolha Global com o nível de Capital Cultural. Nitidamente percebe-se que existe um equilíbrio na correlação entre essa medida configuracional com o nível de Capital Cultural. Os 43 participantes que possuem Capital Cultural Baixo se distribuem quase que uniformemente entre as vias de Escolha Global Baixa, Média e Alta. Dos 77 participantes de Capital Cultural Médio, a maior parte deles se insere em vias que possuem nível de Escolha Global Baixa, enquanto os 63 participantes que possuem Capital Cultural Alto estão, em sua maioria, em vias que possuem nível de Escolha Global Alta.

Gráfico 8 - Relação entre Escolha Global e Nível de Capital Cultural



Fonte: Questionário. Elaborado pela autora.

Tabela 18 - Relação entre medida de Escolha Global e Nível de Capital Cultural

Medida de Escolha Global	Capital Cultural Baixo		Capital Cultural Médio		Capital Cultural Alto	
	N	%	N	%	N	%
Escolha Global Baixa	13	7,1%	34	18,6%	16	8,7%
Escolha Global Média	18	8,9%	19	10,4%	19	10,4%
Escolha Global Alta	12	6,6%	24	13,1%	28	15,3%

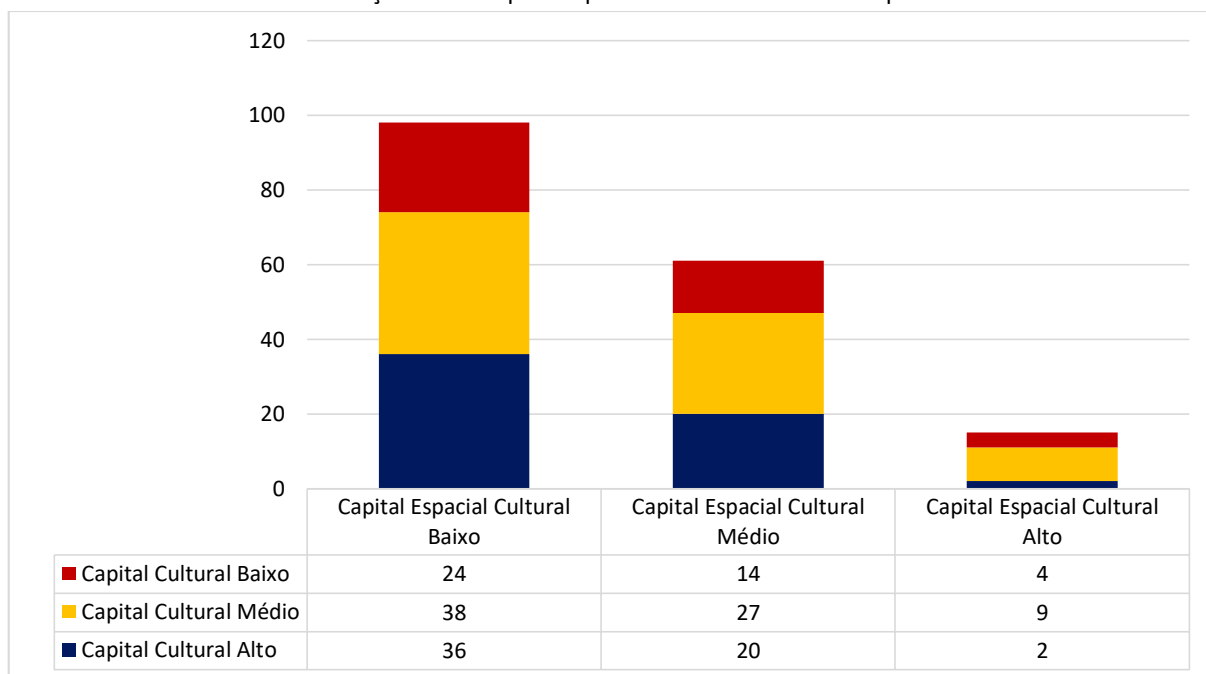
Fonte: Questionário. Elaborado pela autora.

Com os dados na tabela é possível perceber também que, apesar da maioria dos participantes de Capital Cultural Alto estarem inseridos em vias de Escolha Global Alta, sendo representado por 15,3%, a maioria dos participantes de Capital Cultural Médio está inserida em vias de Escolha Global Baixa, sendo representada por 18,6%. Outro fator importante é que a maioria dos participantes de Capital Cultural Baixo está inserida em vias de Escolha Global Média, com 8,9% de representação, o que significa que não existe correlação imediata entre via de Escolha Global Baixa com Capital Cultural Baixo, como aparece entre Escolha Global Alta e Capital Cultural Alto. Apesar dessa última observação parecer também simular uma relação de

compatibilidade entre causa e efeito, os dados não apresentam correlações fortes de compatibilidades entre eles.

Por fim, o Gráfico 9 e a Tabela 19 apresentam a correlação entre Capital Espacial Cultural com o Capital Cultural. Nesse Gráfico verifica-se que 98 dos participantes possuem Capital Espacial Cultural Baixo, 61 possuem Capital Espacial Cultural Médio e apenas 15 possuem Capital Espacial Cultural Alto. Apesar da diferença entre o nível de Capital Espacial Cultural dos participantes, a diferença entre eles não é tão grande se comparado com a discrepância existente entre o Nível de Capital Espacial Econômico com o capital econômico.

Gráfico 9 - Relação entre Capital Espacial Cultural e Nível de Capital Cultural



Fonte: Questionário. Elaborado pela autora.

Tabela 19 - Relação entre Capital Espacial Cultural e Nível de Capital Cultural

Capital Espacial Cultural	Capital Cultural Baixo		Capital Cultural Médio		Capital Cultural Alto	
	N	%	N	%	N	%
Capital Espacial Cultural Baixo	24	13,8%	38	21,8%	36	20,7%
Capital Espacial Cultural Médio	14	8,0%	27	15,5%	20	11,5%
Capital Espacial Cultural Alto	4	2,3%	9	5,2%	2	1,1%

Fonte: Questionário. Elaborado pela autora.

No entanto, cabe reforçar que, mesmo que o nível de Capital Espacial Cultural Baixo esteja presente no cotidiano urbano da maioria dos participantes, essa dimensão espacial se concentra justamente em participantes que possuem os dois mais altos níveis de Capital Cultural, sendo representada por 21,8% dos participantes de Capital Cultural Médio e 20,7% dos participantes de Capital Cultural Alto, enquanto que em porcentagem menor, 13,8% é representado por participantes de Capital Cultural Baixo. Nessa perspectiva, quanto menor for o Capital Espacial Cultural, maior é o nível de Capital Cultural.

Analisando dois extremos, do total dos participantes que possuem Capital Espacial Cultural Alto, 4 deles possuem Capital Cultural Baixo e apenas 2 deles possuem Capital Cultural Alto. Em síntese, o que se percebe é que não existe um indicativo de que quanto maior for o nível de Capital Espacial Cultural, maior seja o nível de Capital Cultural. Ou seja, a proximidade com as instituições de ensino, em um raio de 1.600 metros, parece não interferir no nível de Capital Cultural.

Complementarmente, o nível de Capital Espacial Cultural também apresenta correlação com os pressupostos da Geografia de Oportunidades Objetiva. Entretanto, o que se percebe aqui é que a proximidade com as oportunidades de educação se traduz em um resultado bastante contrário, pois os participantes que são detentores dos maiores níveis de Capital Cultural estão concentrados em áreas com o menor Capital Espacial Cultural.

Considerando as 4 categorias que representam as dimensões físicas e sociais do espaço e a correlação descritiva entre essas categorias com o Nível de Capital Cultural, foi possível também perceber que a combinação que apresentou maior associação foi com o Índice Socioeconômico. Em outras palavras, a variável independente representada pelo Índice Socioeconômico foi a que apresentou correlação mais consistente com a variável dependente. Portanto, a posição dos agentes no espaço social, considerando o nível de capital cultural, determina sua inserção em espaços mais ou menos segregados do ponto de vista das condições socioeconômicas. No entanto, essa relação não é determinante quando se trata de espaços mais integrados ou mais segregados do ponto de vista da malha viária, ou mais próximos ou mais distantes das instituições de ensino.

5.6 O espaço social produzido e interiorizado: a natureza subjetiva da reprodução do espaço social

Após avaliar as relações entre o nível de capital econômico e o nível de capital cultural com as 5 dimensões físicas e sociais do espaço, esta seção pretende verificar se essas mesmas dimensões se estendem à subjetividade dos participantes e constroem distintas compreensões do seu local de moradia em relação às expectativas de trabalho e de escolaridade, reforçando a partir da subjetividade o processo de reprodução social. Em outras palavras, o que se pretende aqui é verificar se essas mesmas variáveis independentes podem influenciar na percepção do espaço enquanto barreira ou não para os participantes atingirem suas expectativas de mobilidade no espaço social.

Para isso, três aspectos são importantes para avaliar como o espaço físico influencia na construção da subjetividade dos agentes, podendo ou não interferir na reprodução do espaço social. O primeiro é em relação à escolha da dimensão física e social do espaço que compreende o Índice Socioeconômico como central, já que foi essa dimensão que apresentou maior compatibilidade com o espaço social para, posteriormente, verificar em alguns casos específicos se as outras dimensões influenciam conjuntamente na percepção das barreiras, potencializando ou não o espaço enquanto limitador para atingir às expectativas de trabalho e escolaridade.

Os outros dois aspectos relevantes para essa análise foram a realização de dois filtros. O primeiro é que para avaliar se o espaço influencia na construção da subjetividade dos agentes e interfere nas expectativas de trabalho, foram considerados os participantes com Capital Econômico Baixo e Capital Econômico Médio Baixo e, para avaliar se o espaço influencia na construção da subjetividade dos agentes e interfere nas expectativas de escolaridade, foram considerados os participantes que possuem Capital Cultural Baixo.

A Tabela 20 mostra o primeiro filtro em relação às duas classes sociais mais baixas e mostra que os participantes com Capital Econômico Baixo e Médio Baixo somam um total de 79 participantes. Desses, 36 não compreendem o seu local de moradia como barreira para o atingir suas expectativas de trabalho, e 41 deles compreendem que sim. No Mapa 7, é possível

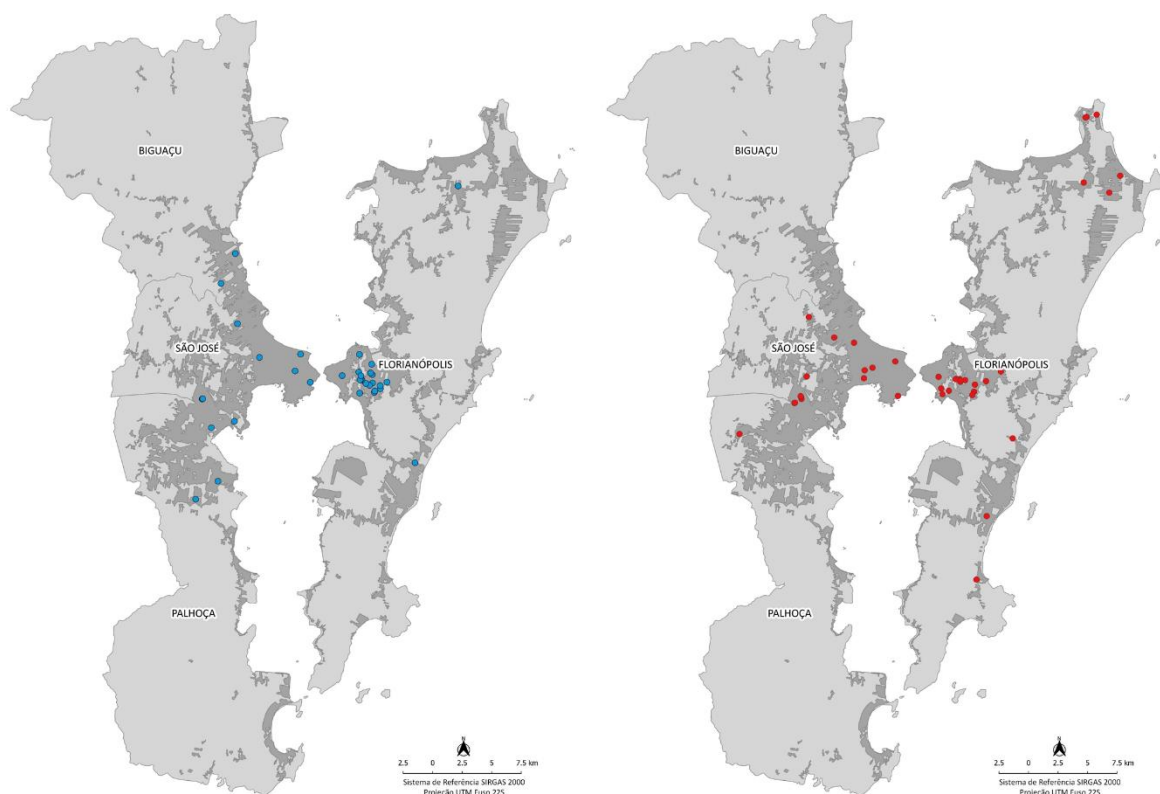
perceber que os 36 que negam o local de moradia como barreira estão, em sua maioria, na parte insular de Florianópolis, enquanto os 41 que entendem que sim, estão mais dispersos pela ACF.

Tabela 20 - Número de participantes com Capital Econômico Baixo e Capital Econômico Médio Baixo e sua compreensão do espaço nas suas expectativas de trabalho

Espaço como barreira para expectativa de trabalho		
Compreensão do espaço	N	%
Não compreendem seu local de moradia como uma barreira	36	46,8%
Compreendem seu local de moradia como uma barreira	41	53,2%

Fonte: Questionário. Elaborado pela autora.

Mapa 7 - Participantes que não compreendem seu local de moradia como barreira no mapa à esquerda (azul) e participantes que compreendem seu local de moradia como barreira no mapa à direita (vermelho)

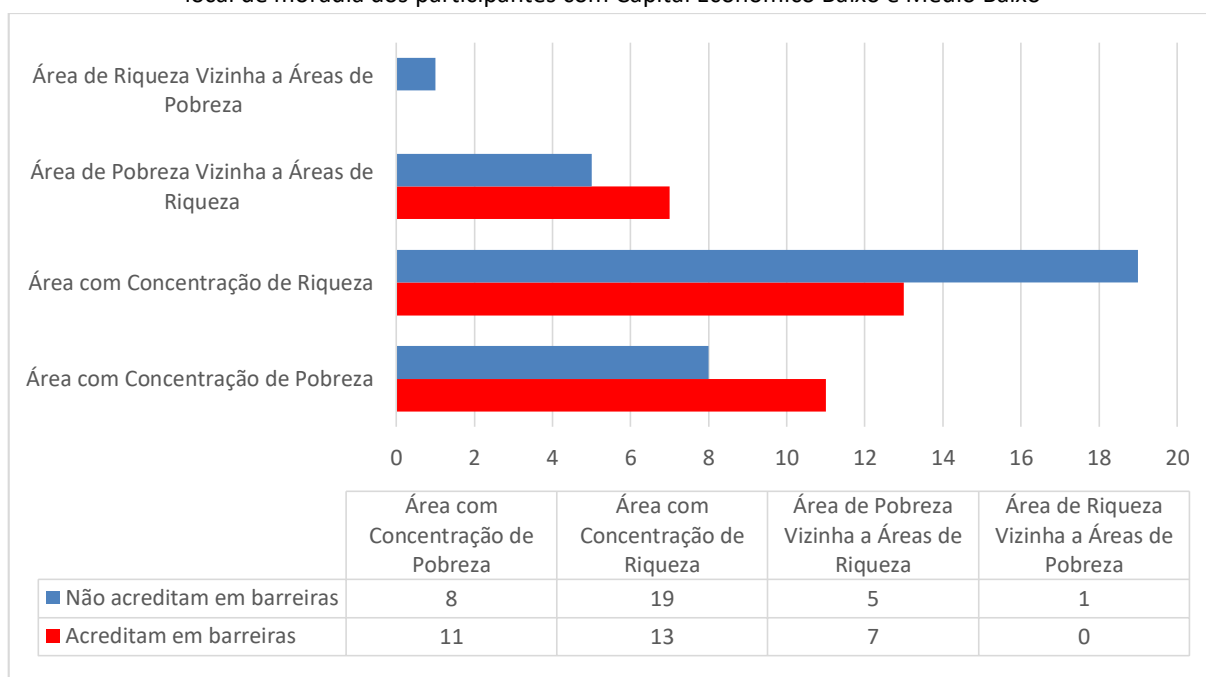


Fonte: Questionário. Elaborado pela autora.

Como mostra o Gráfico 10, a maioria dos participantes que possui Capital Econômico Baixo e Médio Baixo e que mora em Áreas com Concentração de Riqueza, não acredita que o

espaço possa ser uma barreira, em contrapartida, a maioria daqueles que também possui Capital Econômico Baixo e Médio Baixo, mas que moram em Áreas com Concentração de Pobreza, acredita que seu local de moradia possa ser uma barreira para suas expectativas. Isto é, quanto melhor forem as condições socioeconômicas, maior é o número de participantes que não acreditam que o espaço possa influenciar, e quanto pior forem as condições socioeconômicas, maior é o número de participantes que acreditam na interferência da dimensão espacial como barreira. Essa primeira observação mostra que o espaço físico e o seu tipo de segregação ou integração socioeconômica parece influenciar no processo de reprodução social considerando a natureza subjetiva dos agentes.

Gráfico 10 - Relação entre compreensão do espaço nas expectativas de trabalho e Índice Socioeconômico do local de moradia dos participantes com Capital Econômico Baixo e Médio Baixo



Fonte: Questionário. Elaborado pela autora.

No entanto, as outras dimensões espaciais podem influenciar na percepção das barreiras espaciais, mesmo que na seção 5.4 elas não tenham apresentado indícios de causalidade com a atual situação econômica dos participantes? O que guia esse questionamento é o fato de 8 participantes dessa classe social morarem em Áreas de Concentração de Pobreza, mas não acreditarem em barreiras, e 13 deles morarem em Áreas

de Concentração de Riqueza, mas acreditar que o espaço possa sim interferir nas suas expectativas.

Em relação aos 8 participantes, cabe destacar que 2 deles possuem Capital Espacial Econômico Nulo e 6 deles possuem Capital Espacial Baixo, o que potencializa a precária situação de seu local de moradia. Aqui é possível perceber que mesmo inseridos em Áreas com Concentração de Pobreza, e estarem distantes das oportunidades de emprego, isso não interfere na construção de uma subjetividade que reforça os processos de reprodução social. Isso pode acontecer, pelo fato de a maioria deles estar inserida em vias com os melhores níveis de acessibilidade (Média e Alta) avaliadas a partir da medida configuracional de Integração Global e Escolha Global, o que pode indicar que o fator acessibilidade pode interferir na negação do espaço enquanto barreira espacial, mesmo quando as condições socioeconômicas são precárias e estão distantes fisicamente das oportunidades de emprego medido a partir do nível de Capital Espacial Econômico.

Em síntese, esses 8 participantes não acreditam que o fator espacial possa exercer alguma influência sobre suas expectativas de trabalho, mas cabe destacar aqui alguns casos. Um deles deixa bastante evidente que o fator acessibilidade pode ser uma condição espacial que explicaria não perceber o espaço enquanto barreira. Ao afirmar que *“Minha localização dá acesso a Br e expressa por isso não é barreira”* o participante deixa claro que a facilidade de acesso proporcionado pela BR faz com que o espaço para ele não seja um gargalo.

Ainda sobre esses 8 participantes que moram em Áreas de Concentração de Pobreza, 2 deles demonstram total ausência de percepção do aspecto espacial no processo de reprodução social. Um deles comenta que *“Onde moro não interfere em minha insatisfação profissional”* e associa o espaço à satisfação profissional e não capta as barreiras espaciais, o que chama atenção especialmente por esse participante estar inserido em via de Integração Global Baixa e via de Escolha Global Baixa. O outro participante comenta que *“Nunca vi dificuldade em arrumar emprego por causa do local onde moro”*, no entanto, esse participante mora em via de Integração e Escolha Global Alta.

Aqui fica evidente umas das críticas que Netto (2013) fez em relação à Teoria da Sintaxe, pois o tratamento exclusivo do mundo físico, sem avaliar seus desdobramentos discursivos, comunicativos ou reflexivos, implica na ausência das evidências individuais, que a Teoria da Sintaxe não capta, por maior que sejam seus refinamentos instrumentais pra compreender a relação espaço e sociedade. E esses desdobramentos individuais ficam evidentes quando um participante não percebe o espaço como barreira e está inserido em vias de baixa acessibilidade, ao mesmo tempo que outro participante também não o percebe, mesmo inserido em vias de alta acessibilidade. Com comentam Holanda et al (2015) a configuração e seu atributos podem adicionar ou retirar vantagens morfológicas, mas o que se verifica com essas respostas é que a percepção dessas vantagens ou desvantagens depende de cada ator, e nesses dois casos parece que a desigualdade tem aparência de harmonia social.

Considerando a mediação do habitus, que é definido como as exterioridades interiorizadas, Bourdieu (2009, p. 91) nega que o habitus seja algo mecânico por ser *“possível a produção livre de todos os pensamentos, de todas as percepções e de todas as ações inscritas nos limites inerentes às condições particulares de sua produção”*, portanto, a interiorização dos aspectos morfológicos não suscita um determinismo mecânico na percepção. Nas palavras de Souza (2018), habitus é um sistema de estruturas cognitivas e motivadoras, um sistema de disposições que moldam as possibilidades e impossibilidades, oportunidades e proibições, liberdades e limites que são construídas a partir das condições objetivas que os agentes estão inseridos. No entanto, a exterioridade pode ser interiorizada de distintas formas, mesmo quando os agentes estão inseridos na mesma localidade e estão na mesma posição no espaço social.

Já os 13 participantes que percebem que seu local de moradia possa ser uma barreira para atingir suas expectativas de trabalho, mesmo morando em Áreas com Concentração de Riqueza, tiveram suas justificativas associadas à distâncias das oportunidades de trabalho e a precarização do transporte coletivo. No entanto, o que chama atenção é que quando as condições socioeconômicas do espaço são mais favoráveis e ainda assim o compreendem como barreira, parte desses 13 participantes evidenciam fatores que são externos ao espaço, como o participante que tem sua justificativa nas *“poucas oportunidades (...)”* e no *“processo*

antiquado de entrevistas”. Isso mostra que, apesar de não captarem a dimensão espacial, tem uma certa percepção da atual conjuntura do mercado de trabalho. Isso fica ainda mais perceptível quando outro participante comenta que o “excesso de mão de obra” é o que prejudica suas expectativas de trabalho.

Cabe ressaltar que além das condições socioeconômicas serem mais favoráveis, a maioria desses 13 participantes também está inserida em áreas com os melhores níveis de Integração Global e Local, mas os fatores externos, como a distância, o transporte coletivo e o mercado de trabalho são os elementos que mais aparecem nas justificativas.

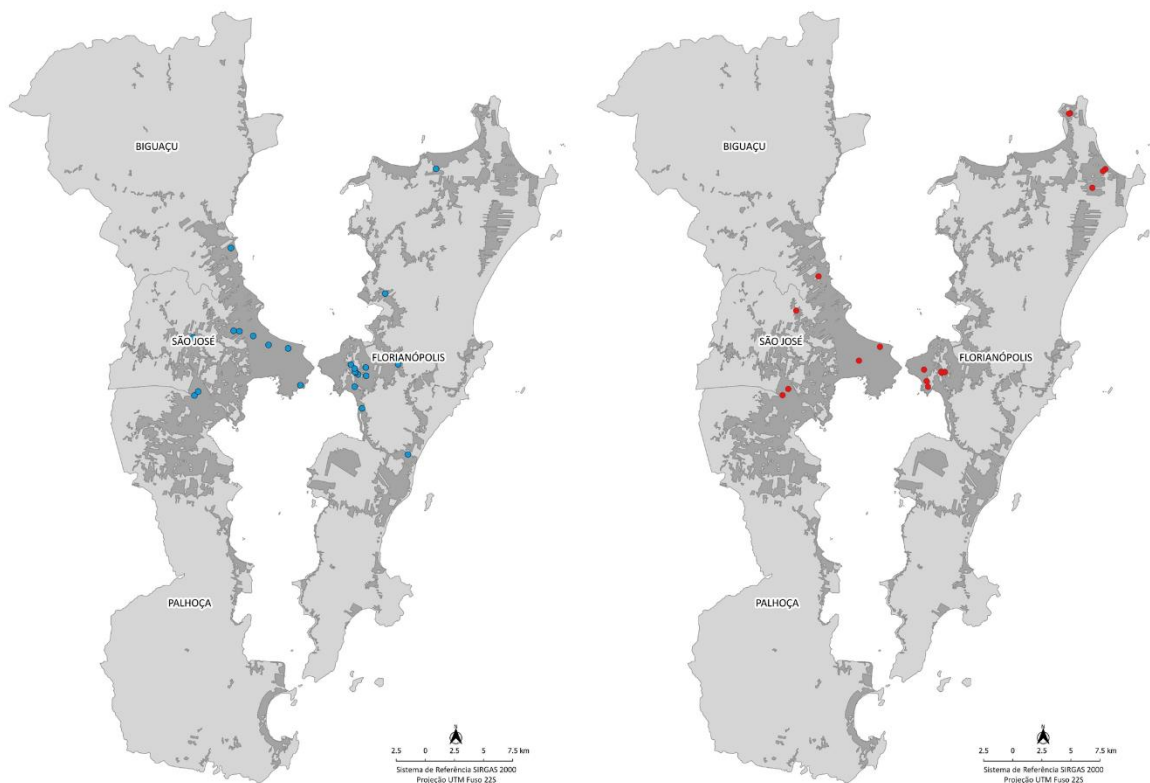
O segundo filtro foi feito em relação ao nível de Capital Cultural dos participantes. Do total de 183 participantes, 41 deles possuem Capital Cultural Baixo. Como mostra a Tabela 21, 23 deles não compreendem o seu local de moradia como barreira nas suas expectativas de escolaridade, e 18 deles compreendem que sim. No mapa x percebe-se que os 23 que não acreditam estão concentrados no centro geográfico da conurbação, ainda que na parte continental apresente uma certa dispersão. Já os 18 que acreditam no espaço como barreira estão bastante dispersos no continente, e em Florianópolis eles se encontram na região no Maciço Central e no extremo norte.

Tabela 21 - Número de participantes com baixo nível de capital cultural e sua compreensão do espaço nas suas expectativas de escolaridade

Espaço como barreira para expectativa de escolaridade		
Compreensão do espaço	N	%
Não compreendem seu local de moradia como uma barreira	23	56,1%
Compreendem seu local de moradia como uma barreira	18	43,9%

Fonte: Questionário. Elaborado pela autora.

Mapa 8 - Participantes que não compreendem seu local de moradia como barreira no mapa à esquerda (azul) e participantes que compreendem seu local de moradia como barreira no mapa à direita (vermelho)

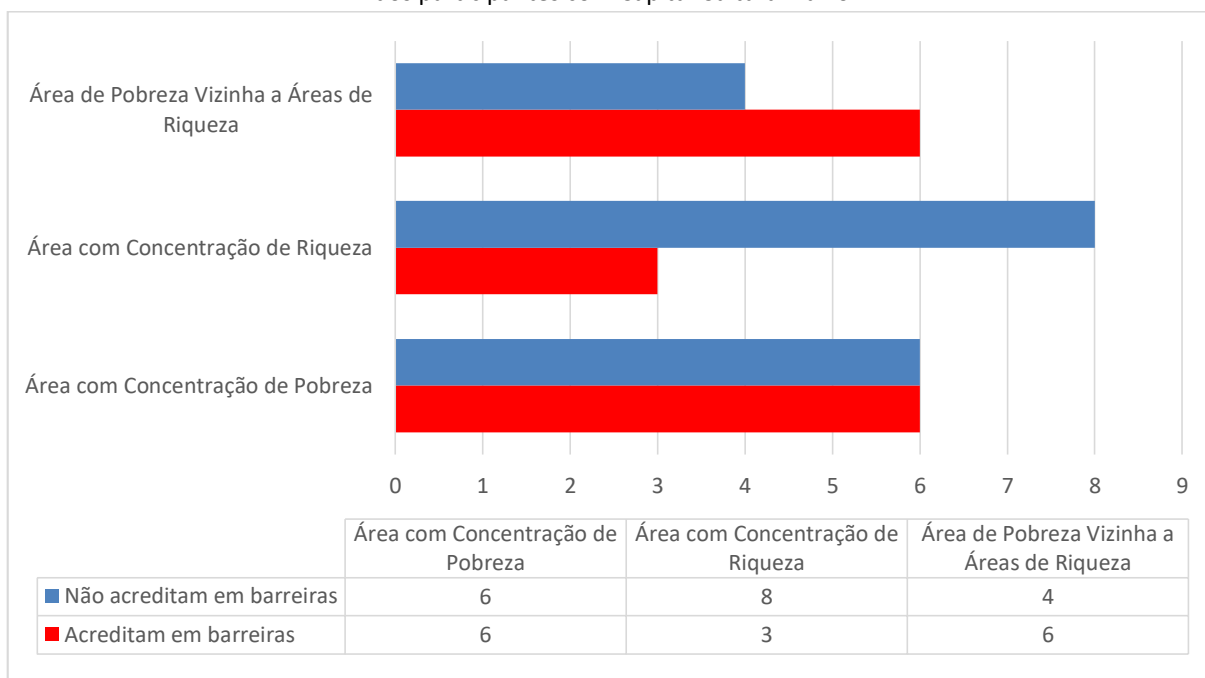


Fonte: Questionário. Elaborado pela autora.

No Gráfico 11 que correlaciona o Índice Socioeconômico dos moradores de Capital Cultural Baixo com a forma de compreender o espaço nas suas expectativas de escolaridade, é possível perceber que a maioria daqueles que mora em Áreas com Concentração de Riqueza não entende que o espaço possa influenciar negativamente nesse aspecto. Isso é um importante indicativo de que as condições socioeconômicas mais favoráveis constroem percepções mais positivas em relação às suas possibilidades de escolaridade. No entanto, os participantes que moram em Áreas com Concentração de Pobreza se dividem em relação à percepção positiva e negativa do espaço para atingir suas expectativas de escolaridade. Porém, o fato da maioria dos participantes que não percebem o espaço como barreira estarem inseridos nas Áreas com Concentração de Riqueza mostra que, além das condições socioeconômicas mais favoráveis influenciarem mais positivamente no espaço social, essa

dimensão também corrobora com as subjetividades que ajudam a perspectivar sua ascensão no espaço social.

Gráfico 11 - Relação entre percepção de barreiras de escolaridade e Índice Socioeconômico do local de moradia dos participantes com Capital Cultural Baixo



Fonte: Questionário. Elaborado pela autora.

Para verificar se existe interferência das outras dimensões na percepção das barreiras espaciais quando as expectativas estão voltadas para escolaridade, o que orienta esse questionamento é o fato de que 6 participantes, mesmo possuindo Capital Cultural Baixo e estarem inseridos em Áreas com Concentração de Pobreza, não acreditam que o espaço possa ser um gargalo nas suas expectativas. Quais outras dimensões espaciais podem ter interferência nesse caso, e quais as justificativas para essa percepção? Outro questionamento é o fato de 3 participantes que também possuem Capital Cultural Baixo e, mesmo morando em Áreas de Concentração de Riqueza, percebem o espaço de forma negativa nas suas expectativas de escolaridade.

Em relação aos 6 participantes, que moram em Áreas com Concentração de Pobreza, cabe destacar que 4 deles possuem Capital Espacial Cultural Baixo e 2 deles possuem Capital Espacial Cultural Médio. Para esses 4, essa distância das oportunidades de escolaridade

também potencializa a precária situação de seu local de moradia. No entanto, assim como ocorreu na avaliação sobre a percepção do espaço nas expectativas de trabalho, esses participantes também estão, em sua maioria, inseridos em vias com os melhores níveis de acessibilidade. Ou seja, mais uma vez o fator acessibilidade pode interferir na negação da distância aos empregos enquanto barreira espacial, mesmo quando as condições socioeconômicas são precárias, ainda que 2 deles também estejam distantes fisicamente das oportunidades de escolaridade, medido a partir do nível de Capital Espacial Cultural.

As justificativas desses 6 participantes podem ser sintetizadas na percepção de que o espaço não é um fator que influencie nas suas expectativas de escolaridade. No entanto, duas justificativas parecem legitimar bastante a naturalização das desigualdades sociais. Um deles comenta que *“O bairro onde a gente mora não diz quem seremos no futuro, pois o bairro não nós impede de nada, e tem muitas opções para terminarmos de estudar (CEJA, EJA, Escola tradicional do ensino fundamental) o único problema são as poucas vagas pois o resto não nos impede de nada!”* e outro comenta que *“a dificuldade quem cria é o indivíduo.”*

Como afirma Souza (2015; 2022), a realidade social não é perceptível a olho nu, pois ela não é transparente aos nossos olhos. Os julgamentos de como a sociedade funciona ocorrem pelo simples fato de participarmos dela, mas o mundo social como ele realmente é não é de fácil compreensão. Pior que isso, as ideias dominantes que são compartilhadas como sendo universais não apenas impedem de enxergarmos a realidade social a olho nu, mas também distorcem aquilo que nossos olhos seriam capazes de enxergar e escondem aquilo que não deve ser visto. O que é possível perceber nas respostas desses participantes é o que Souza (2015) chamou de fragmentação da própria percepção da realidade social.

Ao fazer referência a Aristóteles, Chauí (2008) afirma que apenas há conhecimento da realidade quando se conhece a causa que responde determinado aspecto da realidade. No entanto, a autora comenta que nas sociedades divididas em classes, ou seja, umas das classes explora e domina as outras, as representações que os homens produzem de si são representações produzidas e disseminadas pela classe dominante a fim de legitimar e preservar o poder econômico, social e político. Portanto, a dificuldade quem cria não é o

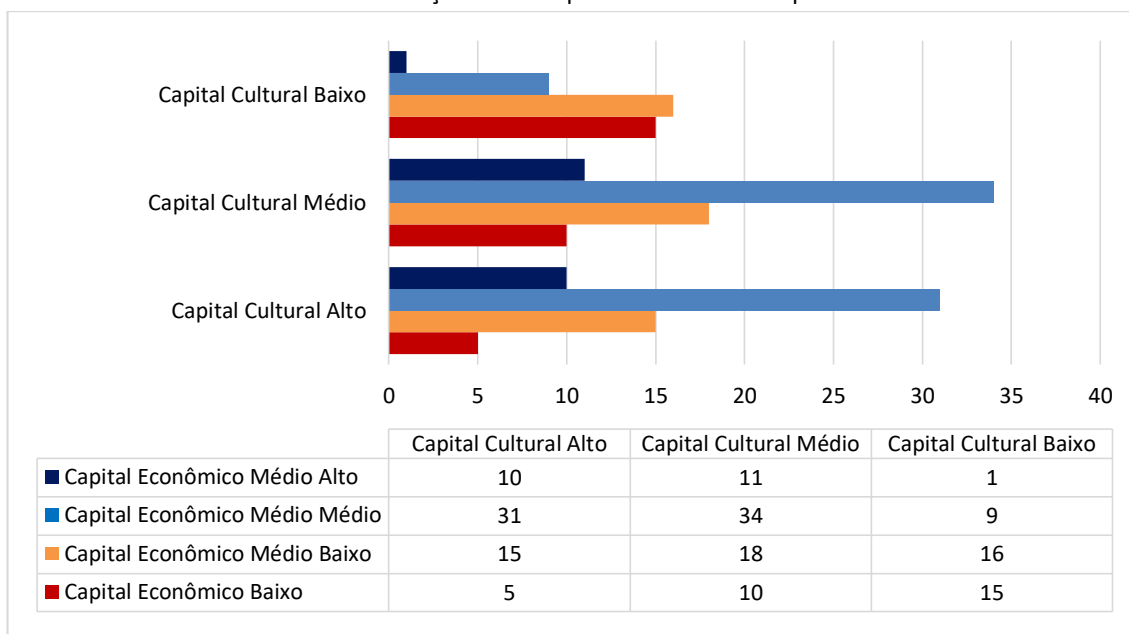
indivíduo. A dificuldade é produzida e reproduzida pelo sistema capitalista hegemônico que orquestra a produção do espaço social e o materializa no espaço físico.

Complementarmente, essas respostas mostram que é preciso dismantelar as máscaras que formam a base da dominação e da opressão social que permitem não só a legitimação da desigualdade, mas também sua aceitação, como cita Souza (2018) ao referenciar os estudos de Pierre Bourdieu. Lembrando também que para Pierre Bourdieu, um dos principais fatores que contribuem com a conservação da ordem social é o que ele chama de *“causalidade do provável”*, compreendido como uma tendência do agente em adiantar seu futuro em conformidade com a experiência presente, pois tende a beneficiar o ajustamento das esperanças às oportunidades, não cobiçando aquilo que parece pouco provável para o grupo social a que pertence.

Em relação aos 3 participantes que moram em Áreas com Concentração de Riqueza, mas percebem o espaço de forma negativa nas suas expectativas de escolaridade, 1 deles justifica pela falta de logística, o que dá a entender que se trata das questões de deslocamentos, e os outros 2 justificam por demandas pessoais que as impedem, mas não citam algum fator espacial como justificativa. Cabe destacar o fato que de todos eles moram também nos melhores níveis de acessibilidade, mas ainda assim, os aspectos pessoais e a logística no deslocamento se sobrepõem às melhores condições no espaço.

Para complementar a análise acima, vale lembrar que para Pierre Bourdieu existe uma correlação entre Capital Econômico e Capital Cultural, pois, existe um vínculo direto na posse de Capital Econômico e Capital Cultural. Para o autor, Capital Cultural é produto da conversão de Capital Econômico, visto que a posse deste último é o que viabilizará a posse de Capital Cultural. No Gráfico 12, é possível perceber a relação entre os níveis de capitais, pois a maioria dos participantes com Capital Econômico Médio Alto possui Capital Cultural Médio e Alto, e a maioria dos participantes com Capital Econômico Baixo possui Capital Cultural Baixo.

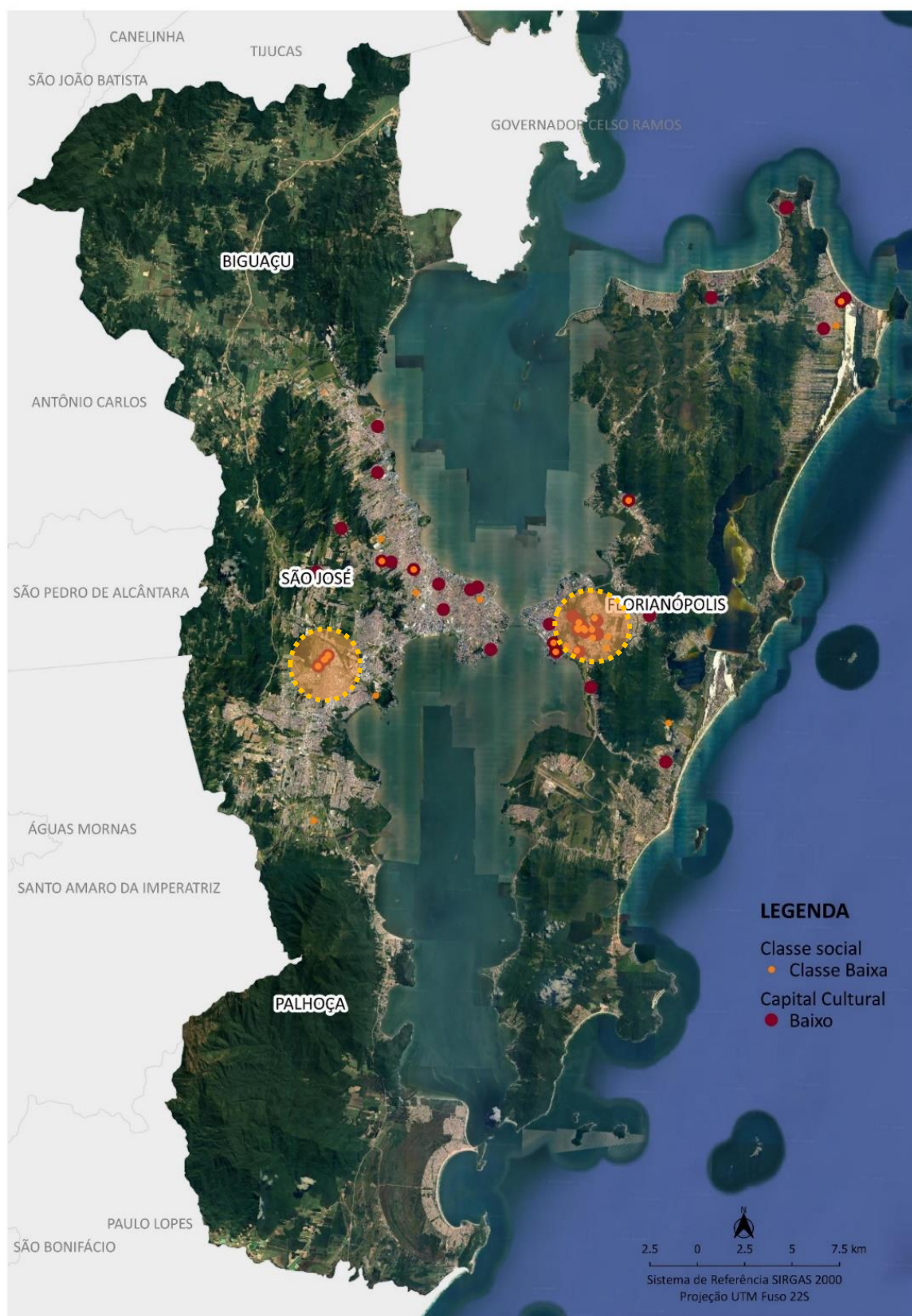
Gráfico 12 - Correlação entre Capital Econômico e Capital Cultural



Fonte: Questionário. Elaborado pela autora.

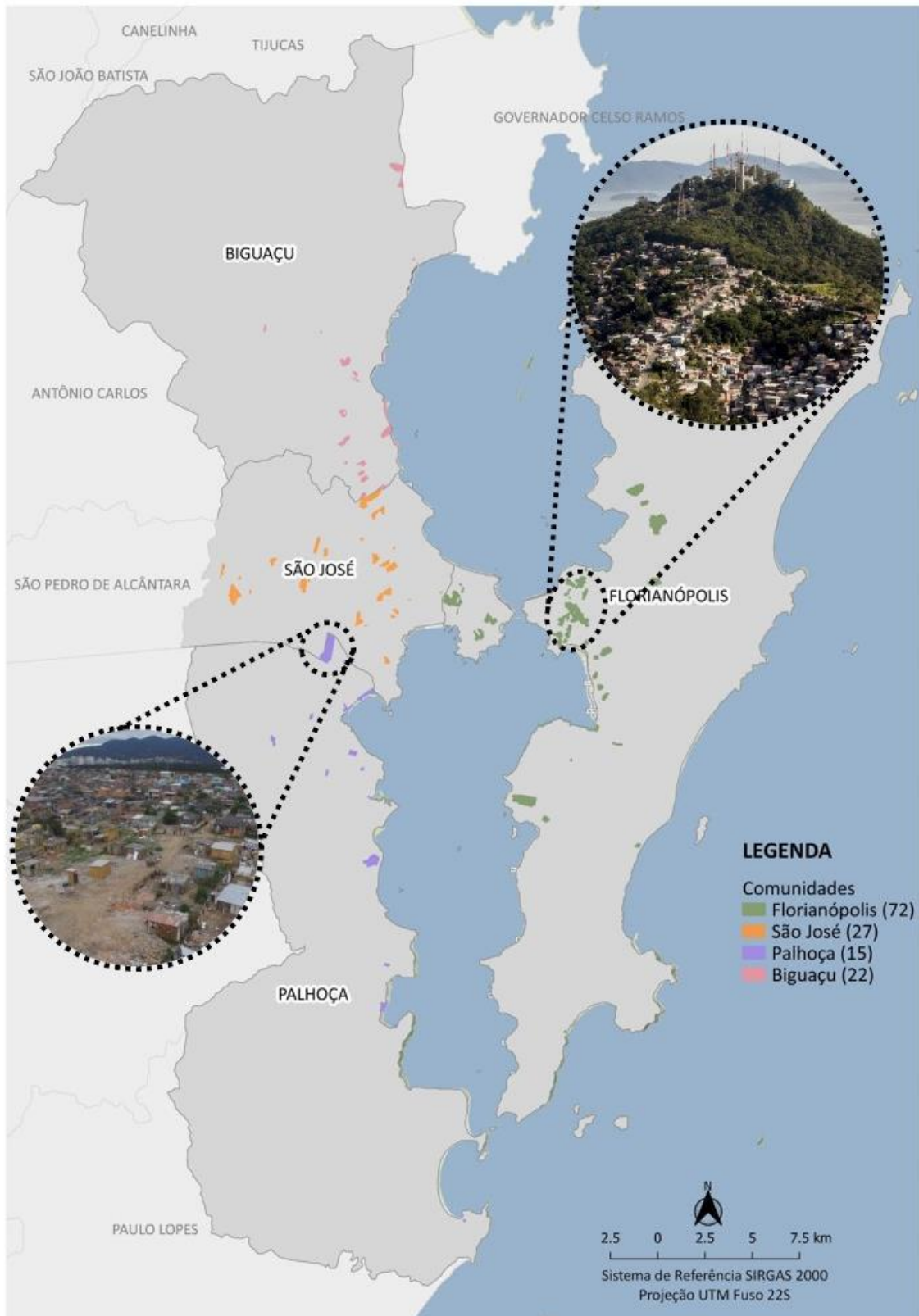
Uma observação importante diz respeito à sobreposição dos participantes de Capital Econômico Baixo e de Capital Cultural Baixo, como mostra ao Mapa 9. A maioria desses participantes, que possui os níveis mais baixos desses dois capitais, mora nas comunidades do Maciço do Morro da Cruz e na comunidade Frei Damião em Palhoça, como mostra o Mapa 10.

Mapa 9 - Sobreposição dos participantes com Capital Econômico Baixo e Capital Cultural Baixo



Fonte: Questionário. Elaborado pela autora.

Mapa 10 - Localização da concentração de sobreposição dos participantes com Capital Econômico Baixo e Nível de Capital Cultural Baixo



Fonte: Questionário. Elaborado pela autora.

Cabe lembrar que o volume de capital econômico e cultural determinará as disposições, as habilidades e os conhecimentos que permitirão cada agente participar de um campo específico, e a acumulação de capital para Bourdieu (2017) se reverte em luta no espaço social, pois tem papel fundamental na reprodução social.

Para encerrar a discussão foi verificado também se existe distinção na percepção do espaço entre os participantes que somam Capital Econômico Baixo e Capital Cultural Baixo, com aqueles que somam Capital Econômico Alto e Capital Cultural Alto. O que se pretendeu nessa perspectiva foi verificar se os participantes de espaço social distintos são distintivos na produção de suas subjetividades.

Os dados da Tabela 22 mostram que quando os participantes somam Capital Econômico Baixo e Capital Cultural Baixo, eles tendem a compreender que o espaço é um fator determinante em suas expectativas de trabalho, sendo representado por 67,7%.

Tabela 22 - Participantes que somam Capital Econômico Baixo e Capital Cultural Baixo sua compreensão do espaço nas suas expectativas de trabalho

Espaço como barreira para expectativa de trabalho		
Compreensão do espaço	N	%
Não compreendem seu local de moradia como uma barreira	9	29,0%
Compreendem seu local de moradia como uma barreira	21	67,7%

Fonte: Questionário. Elaborado pela autora.

A maioria desses 9 participantes coloca como justificativa a distância de acesso às oportunidades e as dificuldades em relação ao deslocamento. Um deles comenta que *“Não acho q nada atrapalha a pessoa de conseguir um trabalho por morar em comunidade. O q é ruim São os horários dos ônibus são péssimo e os ônibus sempre lotado”*, ou seja, apesar de não compreender o espaço como barreira, mesmo morando em comunidade que geralmente são mal vistos pela sociedade, o precário sistema de transporte é o que parece interferir mais nas suas expectativas.

Quando se trata dos participantes que possuem volume de capitais mais baixos e percebem seu espaço como barreira, a maioria deles entendem que o transporte público precário e a distância das oportunidades são as mazelas do urbano que interferem em suas

expectativas do trabalho, e 1 deles ainda soma esses dois problemas ao indicar que *“por ser longe do centro, onde se concentra a maior parte do trabalho faz com que para trabalhar, tenha que pegar 2 ônibus e se locomover todo dia d bairro para outro”*.

Compreendendo o espaço como uma barreira ou não, fica evidente que os deslocamentos são fatores centrais nas justificativas desses participantes. Vale lembrar que os custos sociais das deseconomias urbanas sempre penalizam as classes mais populares, por mais que as classes de rendas mais altas também estejam segregadas, também estejam fragmentadas, e também morem distantes das oportunidades de ascensão social. O fato das classes mais altas não dependerem do sistema de transporte público é um grande divisor entre as distintas classes sociais.

Nessa perspectiva é possível afirmar que a crise da mobilidade urbana pode influenciar diretamente no processo de reprodução social e pode ser definida como uma barreira para as camadas mais populares oportunizarem possibilidades de ascensão social. Como observa Balbim (2015) a mobilidade pode ser entendida também como uma prática de inserção social, pois, assim como ela contribui com a inserção dos cidadãos no mercado de trabalho e na vida social, quando não aplicada corretamente, penaliza de forma mais intensa a população menos favorecida. Complementarmente, Barbosa (2015, p. 48) compreende que existe uma *“perversa combinação de distâncias físicas e sociais que se acumulam como desigualdade social de acesso às oportunidades de trabalho, aos bens culturais, aos serviços de saúde, à educação escolar e ao lazer cultural”* e tais aspectos confirmam a desigual distribuição de direitos, expressa também pela fragilidade dos sistemas de transporte.

No entanto 6 participantes indicaram que entendem o espaço como barreira pelo preconceito presente com o seu local de moradia, conforme segue abaixo:

“Bairro brejaru muito mau visto pelas ruas e falam de violência”

“Tem muita discriminação ainda pela comunidade q moro”

“Muita discriminação”

“Preconceito”

“Por Ser uma favela. Tem preconceito”

“Preconceito por ser morro dificulta a questão do acesso ao transporte público e particular”

O que se percebe nesses casos é a interiorização do estigma em relação ao seu local de moradia. Para esses participantes que possuem baixo nível de capitais, parece que suas expectativas de ascensão social estão limitadas pela interiorização do estigma e pelo preconceito com o local em que moram por serem conhecidos pela informalidade e pela concentração de pobreza. Nesses casos, a interiorização do estigma e do preconceito é o que parece interferir mais na reprodução do espaço social, mesmo quando estão próximos às oportunidades.

Como explica Bobbio (2011) o preconceito é um fenômeno social e existem três consequências do preconceito que se diferem entre a gravidade e intensidade: discriminação jurídica, marginalização social, e perseguição policial. Ao falar sobre a marginalização social, o autor comenta que o processo de emancipação ocorre concomitantemente com o reconhecimento de uma discriminação que ele considera como uma tomada de consciência do preconceito.

Quando se trata das expectativas de escolaridade isso não aparece com a mesma força. Como mostra a Tabela 23, aqueles que compreendem o espaço como barreira são representados por 48,4% e os que não compreendem são representados por 45,5%. Ou seja, por mais que a representação daqueles que percebem o espaço como barreira de escolaridade seja muito próxima daqueles que não compreendem, ainda assim ela é expressiva e mostra o quanto o espaço pode ser percebido de forma negativa para atingir às expectativas de escolaridade.

Tabela 23 - Participantes que somam Capital Econômico Baixo e Capital Cultural Baixo sua compreensão do espaço nas suas expectativas de escolaridade.

Espaço como barreira para expectativa de escolaridade		
Compreensão do espaço	N	%
Não compreendem seu local de moradia como uma barreira	14	45,2%
Compreendem seu local de moradia como uma barreira	15	48,4%

Fonte: Questionário. Elaborado pela autora.

Em síntese quando os participantes possuem volumes baixos de capitais, mas não compreendem o seu local de moradia como uma barreira é porque eles estão inseridos próximo das instituições de ensino, como deixa claro um dos participantes que responde *“este bairro é bom, pois possuí escolas de ensino fundamental, médio e também creches. E claro, a locomoção até as faculdades que temos pela região também é simples.”* Além da proximidade com as oportunidades de ensino, o fator acessibilidade aparece como justificativa também.

No entanto, o que sintetiza as justificativas dos participantes que possuem volumes baixos de capitais e compreendem o seu local de moradia como barreira é justamente por estarem distantes das oportunidades. Um deles comenta que *“Por conta da distância, a maior parte das faculdades e cursos, se localizam distante de onde eu moro, como dito antes moro na ponta das canas, bem na ponta mesmo. A ufsc por exemplo, eu preciso de mais os menos 2 horas para poder chegar lá, considerando o trânsito e os ônibus que preciso pegar”*. Apesar de o Capital Espacial Cultural não parecer estar associado ao nível de Capital Cultural dos participantes, a distância das instituições de ensino parece influenciar na percepção do espaço como barreira, pois, como vimos, os participantes que possuem volume de capitais baixos percebem o espaço como uma barreira justamente quando está distante das escolas, e não percebe justamente quando está perto. No entanto, nessa análise é possível afirmar que a somatória dos mais baixos capitais interfere muito mais na percepção do espaço como barreira quando se trata de ascensão social pelas expectativas de trabalho, do que quando se trata das expectativas de escolaridade.

Já na Tabela 24, mostra o oposto do que acontece quando os participantes somam os capitais mais baixos, pois, quando os participantes somam Capital Econômico Alto e Capital Cultural Médio e Alto, eles tendem a não compreender que o espaço é um fator determinante em suas expectativas de trabalho, sendo representados por 86,4%.

Tabela 24 - Participantes que somam Capital Econômico Alto e Capital Cultural Médio e Alto sua compreensão do espaço nas suas expectativas de trabalho

Espaço como barreira para expectativa de trabalho		
Compreensão do espaço	N	%
Não compreendem seu local de moradia como uma barreira	19	86,4%
Compreendem seu local de moradia como uma barreira	3	13,6%

Fonte: Questionário. Elaborado pela autora.

Em relação a esses participantes cabe ressaltar aqui dois fatores. Primeiro que os únicos 3 participantes que entendem o espaço como barreira, apesar de possuírem volume de capitais altos, suas justificativas são semelhantes às que apareceram com bastante frequência: a distância e a precariedade do transporte público. Um desses comenta que *“Creio que o fato de não ter uma mobilidade pública boa no meu bairro afeta tanto minha disponibilidade quanto meu desempenho”* mostrando que as dificuldades nos deslocamentos afetam seu desempenho no trabalho.

Já em relação aos demais 19 participantes, a maioria deles coloca o fator proximidade com as oportunidades. E aqui percebe-se a mesma observação: mesmo o Capital Espacial Econômico não tendo apresentado associação com o nível de Capital Econômico, a proximidade com o trabalho parece ser fator determinante na percepção das suas expectativas quando tem como pano de fundo o seu local de moradia.

Já na Tabela 25 é possível perceber que a somatória dos capitais mais altos também influencia na percepção do espaço como um fator que não interfere nas expectativas de escolaridade, pois 68,2% deles não entendem que interfere e apenas 27,3% percebem.

Tabela 25 - Participantes que somam Capital Econômico Alto e Capital Cultural Médio e Alto sua compreensão do espaço nas suas expectativas de escolaridade.

Espaço como barreira para expectativa de escolaridade		
Compreensão do espaço	N	%
Não compreendem seu local de moradia como uma barreira	15	68,2%
Compreendem seu local de moradia como uma barreira	6	27,3%

Fonte: Questionário. Elaborado pela autora.

O que chama atenção nesse caso é o que se sobressai como justificava desses 6 participantes: os fatores distância e mobilidade urbana. Ou seja, mesmo possuindo capitais altos, esses fatores parecem influenciar até mesmo quem está inserido em um espaço social mais privilegiado. O que chama atenção em uma das respostas dos 15 participantes é que um deles tem como justificativa o fato do bairro que ele mora ser considerado nobre. Isso é o contrário do que acontece com o estigma que afeta as classes mais populares que moram em comunidade. O reconhecimento do bairro perante sua condição de nobreza parece influenciar nas expectativas de escolaridade e o fator proximidade ou até mesmo condições socioeconômicas ficam em segundo plano.

Em síntese é possível afirmar que quanto maior é o volume de capitais, menor é a proporção de participantes que percebem o espaço enquanto barreira para expectativa de trabalho, e quanto menor é o volume de capitais, maior é a proporção de participantes que percebem o espaço como barreira, como sintetiza a Figura 46. Isso mostra que o volume de capitais interfere também nas expectativas de trabalho quando inserida a ótica espacial. Se o volume de capitais parece interferir na forma como o agente entende suas expectativas de trabalho a partir do seu local de moradia, a dimensão espacial parece interferir na distinção do espaço social também de forma subjetiva.

Figura 46 - Percepção do espaço nas expectativas de trabalho e escolaridade de acordo com o volume de capitais



Fonte: Questionário. Elaborado pela autora.

Como vimos, Bourdieu (1989) considera o espaço social como um campo de lutas no qual os agentes criam suas estratégias que permitem manter ou melhorar sua posição social, de acordo com os diferentes tipos de capital. Nessa perspectiva, é possível verificar uma importante interferência do espaço social e do espaço físico quando se trata das expectativas

de trabalho e escolaridade. A dimensão física e social do espaço, a posição dos agentes no espaço social, e a percepção do espaço enquanto barreira ou não às expectativas de trabalho e escolaridade pareceram ser uma fonte explicativa do quanto a construção do espaço social se dá a partir da simultaneidade da dimensão objetiva e subjetiva e, portanto, uma adequada compreensão da realidade deve considerar esses dois aspectos, como já indicavam Berger e Luckmann (1983).

Portanto, considerar a cidade como a projeção da sociedade no espaço é um ponto de partida indispensável, mas é necessário superar o empirismo da descrição geográfica, como já observava Manuel Castells. Para esse autor a segregação não pode ser compreendida apenas pela distribuição das moradias dos distintos grupos sociais, ela é mais que isso. A segregação é a expressão clara da reprodução da força de trabalho, portanto, não existe espaço que são determinados como privilegiados previamente, pois ele é definido e redefinido de acordo com a estrutura social.

Importante lembrar também que em relação aos aspectos subjetivos da reprodução social, apesar de alguns casos apresentarem um desajustamento entre o que se percebe com a real condição objetiva, foi identificado em maior número uma tendência do agente em adiantar seu futuro em conformidade com a experiência presente que Bourdieu chamou de *“causalidade do provável”*, como já foi citado.

Apesar da crise da mobilidade urbana aparecer como um gargalo para todas as classes sociais, e a ideologia distorcer a interiorização da dimensão espacial da realidade social, é possível afirmar que a forma como os agentes de distantes espaços sociais percebem o espaço de forma distinta nas suas expectativas, esta pode sim corroborar com o processo de reprodução social na sua subjetividade.

CONSIDERAÇÕES

Partindo do Objetivo Geral que norteou a presente Tese e do objeto de estudo adotado, algumas considerações merecem destaque no texto de encerramento, para contribuir de forma crítica e reflexiva com estudos que abordam o espaço como agente ativo e que, a partir de suas próprias lógicas, interfere nos processos de reprodução social em sua natureza subjetiva. Isso não significa afirmar que o espaço não é resultado de processos socioeconômicos e que o espaço social produzido no bojo das relações capitalistas com participação ativa do aparelho estatal, não é objetivado nas cidades. As dimensões físicas e sociais do espaço tratadas na presente pesquisa para retratar o espaço social objetivado demonstraram não apenas os fenômenos econômicos, sociais e políticos, mas também como sua interiorização afeta na manutenção e na conservação do espaço social.

Diante disso cabe destacar que por mais importante que seja reconhecer a lógica que opera a acumulação do capital, quais são os agentes produtores e como o Estado é uma instituição ativa, isso não elucidada por completo como a produção do espaço urbano capitalista é aceito como sistema qualificado para ordenamento social, mesmo por aqueles que estão em condições de vulnerabilidade e subordinação. A partir da interpretação da percepção do espaço pelos participantes, enquanto barreira ou não ao acesso às oportunidades de trabalho e escolaridade, pareceu ser um percurso promissor para entender parte do processo de reprodução social, visto que em suas distintas dimensões físicas e sociais do espaço se estende à subjetividade dos agentes e reforça o processo de reprodução social, tanto pelas experiências individuais, como pelo discurso ideológico que corrobora com a lógica capitalista e com a manutenção e naturalização das desigualdades sociais.

A partir das informações coletadas no questionário foi possível verificar que na associação com as dimensões físicas e sociais do espaço, como o tipo de segregação ou integração socioeconômica, o nível de acessibilidade viária, e o nível de proximidade com ofertas de empregos e instituições de ensino, com o nível de capital econômico e capital cultural, a que apresentou maior força foi o Índice Socioeconômico, que caracterizou o tipo de segregação ou integração socioeconômica. Complementarmente, a posição dos agentes

no espaço social interfere na percepção do espaço enquanto barreira ou não às oportunidades de trabalho e escolaridade. Considera-se, portanto, que essa informação parece ser uma fonte que elucida o quanto a construção do espaço social se dá não só a partir da dimensão objetiva, mas também subjetiva. Nessa perspectiva, vale ressaltar que, com base nos dados que foram coletados e das associações apresentadas com as dimensões físicas e sociais do espaço, é fundamental dismantelar as máscaras que formam a base da dominação e da opressão social que permitem não só a legitimação da desigualdade, mas também sua aceitação. Aqui vale lembrar que, para Pierre Bourdieu, um dos principais fatores que contribuem com a conservação da ordem social é o que ele chama de “*causalidade do provável*”, compreendida como uma tendência do agente em adiantar seu futuro em conformidade com a experiência presente, pois tende a beneficiar o ajustamento das esperanças às oportunidades, não cobiçando aquilo que parece pouco provável para o grupo social a que pertence.

Nessa perspectiva, o tipo de segregação ou integração socioeconômica, o nível de acessibilidade viária, e o nível de proximidade com ofertas de empregos e instituições de ensino interferem na percepção das oportunidades de trabalho e escolaridade, e podem reforçar as desigualdades sociais não apenas por materialmente dificultar o acesso a atividades importantes ou desejadas, mas também por afetar a própria percepção do acesso às oportunidades, contribuindo com a naturalização das desigualdades sociais. O espaço urbano, ou mais especificamente, as condicionantes do local de moradia de cada cidadão, pode ser compreendido a partir das experiências individuais, pois, se estendem à subjetividade dos agentes e constroem distintas compreensões do seu local de moradia em relação às oportunidades de trabalho e escolaridade.

Entretanto, outra observação importante que merece destaque é que a mobilidade urbana parece ter interferência direta nas expectativas de trabalho e escolaridade. A diferença aparece na dependência do transporte público, que cresce quando a renda diminui, e não necessariamente com a distância que os agentes estão das oportunidades de trabalho e das instituições de ensino, definido pelo nível de Capital Espacial Econômico e Capital Espacial Cultural.

Complementarmente, os dados também mostraram que o tipo de segregação ou integração socioespacial possui uma relativa associação com a percepção do acesso às oportunidades de trabalho e escolaridade. O que chama atenção, é quando os agentes estão inseridos em vias que se caracterizam por alto nível de acessibilidade, que pode ampliar seu alcance espacial tem bastante interferência na percepção do espaço quanto às expectativas de trabalho, mesmo quando os participantes estão inseridos em áreas com condições socioeconômicas precárias. Em outras palavras, é possível afirmar que a configuração espacial influencia na percepção das oportunidades de trabalho e escolaridade. Em síntese, a configuração espacial permitiu compreender a relação entre o local e o global e, portanto, mais próximo do espaço cotidiano, superando as fragilidades das unidades espaciais desarticuladas.

O que foi possível perceber também, é que o discurso ideológico hegemônico cria condicionantes invisíveis que são interiorizadas pelos participantes e corrobora com o processo de reprodução do espaço social. Alguns participantes que possuem baixo nível de capitais mas estão inseridos próximos das oportunidades e emprego, parece que suas expectativas de ascensão social estão limitadas pela interiorização do estigma do local que moram por serem locais de informalidade e concentração de pobreza. Nesses casos, a interiorização do estigma é o que mais interfere na reprodução do espaço social e até mesmo impedindo algumas possibilidades de superação, que é estar próximo das oportunidades. Cabe ressaltar que a dificuldade que cria não é o indivíduo. A dificuldade é produzida e reproduzida pelo sistema capitalista hegemônico que orchestra a produção do espaço social e o materializa no espaço físico. Em outras palavras, o espaço urbano não representa apenas a materialização do espaço social no espaço físico, a produção do espaço urbano produz o espaço social e, posteriormente o materializa no espaço físico. E enquanto o solo urbano permanecer tratado como mercadoria, ficará suscetível às façanhas dos agentes produtores da cidade, que têm a força do Estado e a força do discurso ideológico como seus representantes.

A objetivação do espaço social, que materializa fenômenos urbanos como o da segregação e da fragmentação socioespacial, e que podem ser interpretados como as

contradições espaciais das relações capitalistas, é bastante presente na Área Conurbada de Florianópolis. O que significa afirmar que dinâmica socioespacial da ACF não foge da tendência de organização do tecido urbano que aglutina os iguais e confere a eles oportunidades distintas, reforçando a forte disparidade social materializada nas cidades brasileiras, que tem o espaço como elemento importante na reprodução social.

Para encerrar a discussão, é importante deixar claro que a pesquisa apresentada se baseou em um questionário com baixo número de participantes, apesar dos esforços para ampliar o número de respondentes, especialmente que estivessem inseridos em áreas mais carentes da Área Conurbada de Florianópolis. Portanto, seria valioso ampliar o número de participantes para reforçar, ou até mesmo confirmar do ponto de vista estatísticos, as ponderações apresentadas em relação ao impacto que o espaço tem na reprodução social, mesmo com baixo nível de participantes.

REFERÊNCIAS

ANSELIN, L. Local Indicators of Spatial Association-LISA. *Geographical Analysis*, v. 27, n. 2, p. 93–115, 1995.

ALMEIDA, L. R. S. Pierre Bourdieu: a transformação social no contexto de “a reprodução”. In: *Inter-Ação: Rev. Fac. Educ. UFG*, 30 (1): 139-155, jan./jun. 2005

APAOLAZA, R.; BLANCO, J. Sobre capacidades, experiencias y posibilidades de uso y apropiación de la ciudad: Breve estado del arte del concepto de capital espacial. XI Jornadas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2015.

ALVES, F.; FRANCO, C.; RIBEIRO, L. C. Q. Segregação Residencial e Desigualdade Escolar no Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, L. C. Q.; KAZTMAN, R. (Orgs.). *A cidade contra escola? Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2008, p. 91-118.

ALVES, F.; LANGE, W.; BONAMINO, A. A geografia objetiva de oportunidades educacionais na cidade do Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, L.C.Q. et al. (Org.). *Desigualdades urbanas, desigualdades escolares*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010. p. 67-89.

BARBOSA J.L. O significado da mobilidade na construção democrática da cidade. Em BALBIM, R., KRAUSE, C., LINKE, C.C. *Cidade e movimento: Mobilidades e interações no desenvolvimento urbano* (43-56). Brasil: Governo Federal, 2016, p. 43 - 56.

BALBIM, R. Mobilidade: uma abordagem sistêmica. Em BALBIM, R., KRAUSE, C., LINKE, C.C. *Cidade e movimento: Mobilidades e interações no desenvolvimento urbano*. Brasil: Governo Federal, 2016, p. 23 - 42.

BARROS, A. P. B. G.; MEDEIROS, V. A. S.; MORAIS, M. P. A configuração espacial para o diagnóstico dos assentamentos precários no Brasil. In: *Caracterização e tipologia de assentamentos precários: estudos de caso brasileiros* / editores: Maria da Piedade Morais, Cleandro Krause, Vicente Correia Lima Neto. – Brasília : Ipea, 2009, p. 96 – 126.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade. Tratado de Sociologia do Conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1973.

BLANCO, J.; APAOLAZA, R.; BOSOER, L.; GONZÁLEZ, A.. Movilidades, desplazamientos y territorios. Algunos aportes para el debate sobre la gentrificación. [En línea] Working Paper Series Contested Cities. (15004), 2015.

BOBBIO. N. *O elogio da serenidade*. São Paulo, Editora UNESP, 2011.

BODDY. Urban political economy: an introduction. In *Antipode*, vol 8 number 1, march 1976, p. 1

BONDUKI, N. G., *Origens da Habitação Social do Brasil. Arquitetura Moderna, Lei de Inquilinato e difusão da casa própria.* São Paulo: Estação Liberdade, FAPESP, 1998.

BORGES, Â.; CARVALHO, I. Revisitando os efeitos de lugar: segregação e acesso ao mercado de trabalho em uma metrópole brasileira. *Caderno CRH, Salvador, v. 30, n. 79, 2012, p. 121-135.*

BOURDIEU, P. The forms of capital. In J. Richardson (Ed.) *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education (New York, Greenwood), 241-258, 1986.*

____. *O poder simbólico.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

____. *Coisas ditas.* São Paulo: Brasiliense, 2004.

____. *A Distinção: Crítica social do julgamento.* São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2008.

____. *O senso prático.* Petrópolis: Vozes, 2009.

____. *Homo academicus.* 2 ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2017.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino.* Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

BORSODORF, A., BÄHR, J., and JANOSCHKA, M. Die Dynamik stadtstrukturellen Wandels in Lateinamerika im Modell der lateinamerikanischen Stadt, *Geogr. Helv, vol. 57, n. 4, 2002, p. 200 – 310.*

BORGES, Â.; CARVALHO, I. Revisitando os efeitos de lugar: segregação e acesso ao mercado de trabalho em uma metrópole brasileira. *Caderno CRH, Salvador, v. 30, n. 79, 2017, p. 121-135.*

BRENNER, N. Teses sobre a urbanização. In: *e-Metropolis. Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais, n. 19, no 5, 2014, p. 6-26.*

BUZAI, G. D., *Urban models in the study of Latin American cities.* *InnsbruckerGeographischeStudien, 40, 2016, p. 271-288.*

CALDEIRA, T. P. do R. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.* São Paulo: Ed. 34/Edusp. 2000.

CARLOS, A. F. A. *A cidade.* São Paulo: Contexto: 1994

____ *A reprodução da cidade como "negócio". Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole.* São Paulo: Contexto, 2005

____. Dinâmicas urbanas na metrópole de São Paulo. In: América Latina: cidade, campo e turismo. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre, 2006.

____. A condição espacial. São Paulo: Contexto, 2011, 157 p.

____. A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, P. A.; CÔRREA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Orgs.). A cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013, p. 95-110.

____. Geografia Urbana Crítica: teoria e método. São Paulo: Contexto, 2018, 160p.

____ Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o “direito à cidade”. In: Revista de e Práxis, Rio de Janeiro, v.11, v.01, 2020, p.349-369.

CASTELLS, M. A Questão Urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CATANI, A. M. O que é capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 5ª edição, 1980, 139p.

CASANOVA, J. L. Orientações sociais – uma abordagem crítica e operativa ao conceito de habitus. In: Actas dos ateliers do V Congresso da Associação Portuguesa de Sociologia Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção Teorias E Metodologias de Investigação, 2004.

CASTRO, A. Sintaxe Espacial e A Análise Angular de Segmentos, Parte 1: Conceitos e Medidas. A rede urbana, 2016. Disponível em: <https://aredeurbana.wordpress.com/2016/05/24/sintaxe-espacial-e-a-analise-angular-de-segmentos-parte-1-conceitos-e-medidas/>. Acesso em: 02 dez 2022

CHAUI, M. O que é ideologia. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2008.

CHETRY, M. Os conceitos da metrópole latinoamericana contemporânea: o exemplo da fragmentação socioespacial. e-metropolis: Revista eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais, Rio de Janeiro, v. 16, p. 61-67, 2014

COELHO, B. A. Configuração espacial e densidade demográfica e residencial: um estudo sobre a Área Conurbada da Grande Florianópolis/SC. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis, 2019.

CORRÊA, R. L. O Espaço Urbano. São Paulo: Ática, 1989.

____ Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço: Um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo L. de; SPOSITO, M. Encarnação B. (organizadores). “A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios”. São Paulo: Contexto, 2012. p. 41-51.

____ Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In P. VASCONCELOS; R. L. CORRÊA; S. M. PINTAUDI (Eds.), A cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013, p. 39-59.

____. Áreas sociais: uma avaliação e perspectivas. Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 20, n. 1, p. 10-33, mês. 2016.

CHRISTÓVÃO, A. C.; ZUCARRELI, C. S. CID, G. S. V. Segregação urbana e escola: ensaio sobre os impactos da desorganização social do território nas chances de êxito escolar. In: 32º Encontro Anual da Anpocs, 2008.

DEÁK, C. Em busca das categorias da produção do espaço. SÃO Paulo: Annablume, 2016.

DOWBOR. L.. A formação do capitalismo dependente no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982.

____. O que é capital. São Paulo: Brasiliense, 9ª edição, 1991, 94p.

____. A Reprodução Social. Petrópolis:Vozes, 1998

ELLEN, I.G.; TURNER, M.A. Does neighborhood matter?: assessing recent evidence. Housing Policy Debate, Alexandria, v. 8, n. 4, 1997, p. 833-866.

ÉRNICA, M.; BATISTA, A.A.G. A escola, a metrópole e a vizinhança vulnerável. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 42, n. 146, 2012, p. 640-666.

FERREIRA, J. S. W. A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil, anais do Simpósio Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização. In: UNESP Bauru e SESC Bauru, 21 a 26 de agosto de 2005.

FERNANDES, F. A revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006.

FLORES, C. Segregação residencial e resultados educacionais na cidade de Santiago do Chile. In: RIBEIRO, L.C.Q.; KAZTMAN, R. (Ed.). A cidade contra a escola: segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2008, p. 145-179.

GALSTER, G.C.; KILLEN, S.P. The geography of metropolitan opportunity: a reconnaissance and conceptual framework. Housing Policy Debate, Alexandria, v. 5, n. 1, 1995, p. 7-43.

GOTTDIENER, M. A produção social do espaço urbano, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1993

GRENFRELL, M. Conceitos fundamentais. Petrópoli, RJ: Bozes, 2018.

HARVEY, D. A Justiça Social e a Cidade. São Paulo: Hucitec, 1980.

Harvey, D. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. (15. ed.) Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2016.

_____. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. Tradução Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes - selo Martins, 2014.

Hildebrandt, M. As dinâmicas de metropolização e a atuação dos agentes produtores do espaço urbano na área conurbada de Florianópolis. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.

HILLIER, B; HANSON, J. The social logic of space. Cambridge: Cambridge University, 1984.

HILLIER, B. Cities as movement economies. In: Space is the Machine: A Configurational Theory of Architecture. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

HILLIER, B. What are cities for? And how does this relate to their spatial form? The Journal of Space Syntax 6, [s.l.], p. 199-212, 2016.

HILLIER, B.; PENN, A.; GRAJEWSKI, T. Xu, J. Natural movement: or, configuration and attraction in urban pedestrian movement. Environment and Planning B, Londres: Pion Publication, v.20, n.1, p.29-66, 1993.

HILLIER, B.; BURDETT, R.; PEPONIS, J.; PENN, A. Creating Life: or, does architecture determine anything? In: Arch. & Comport. / Arch. Behav., Vol.3, n.3, p.233-250, 1987.

HOLANDA, F. O espaço de exceção. Brasília: EdUnB, 2002.

HOLANDA, F.; MEDEIROS, V. RIBEIRO, R.; MOURA, A. A configuração da área metropolitana de Brasília. In: RIBEIRO, Rômulo; TENORIO, Gabriela; HOLANDA, Frederico de. Brasília: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 64-97.

IASI, M. As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

JANNUZZI, P. M. Indicadores sociais no Brasil (5. ed.). Campinas: Editora Alínea, 2012.

JARGOWSKY, P. Take the money and run: economic segregation in U.S. metropolitan áreas. American Sociological Review, vol. 61, N° 6, pp. 984-998, 1996.

JENCKS, C.; MAYER, S. The social consequences of growing in a poor neighborhood. In: LYNN, L.E.; MCGEARY, M.G.H. (Ed.). Inner-city poverty in the United States. Washington, DC: National Academy, 1990, p. 111-186.

KAUFMANN, V., BERGMAN, M., JOYE, D. (2004). Motility: Mobility as Capital. International Journal of Urban and Regional Research, Vol.28.4, p.745-756.

KAZTMAN, R. Activos y estructuras de oportunidades: un estudio sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay. Montevideo: Comisión Económica para América Latina/Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, 1999.

KAZTMAN, R.; FILGUEIRA, F. Las normas como bien público y como bien privado: reflexiones en las fronteras del enfoque AVEO. Montevideo: Universidad Católica del Uruguay, (Serie Documentos de Trabajo del Ipes – Colección Aportes Conceptuales) , n. 4, 2006.

KOSLINSKI, M.C.; ALVES, F. Novos olhares para as desigualdades de oportunidades educacionais: a segregação residencial e a relação favela-asfalto no contexto carioca. Educação & Sociedade, Campinas, v. 33, n. 120, 2012, p. 783-803.

KOSLINSKI, M. C.; ALVES, F.; LANGE, W. J. Desigualdades educacionais em contextos urbanos: um estudo da geografia de oportunidades educacionais na cidade do Rio de Janeiro. Educação & Sociedade, V. 34, N. 125, Outubro-Diciembre, 2013, p. 1175-1202.

KOWARICK, L. A espoliação urbana, São Paulo: Paz e Terra, 1993.

KOWARICK, L.; BONDUKI, N. Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização”. In: KOWARICK, L. e ANT, C. (orgs.) As Lutas Sociais e a Cidade – São Paulo: passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

KRAFTA, R. Notas de aula de morfologia urbana. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2014

KRONENBERGER, B.; SABOYA, R. Entre a servidão e a beira-mar: um estudo configuracional da segregação socioespacial na Área Conurbada de Florianópolis (ACF), Brasil. urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, Curitiba, v. 11, abr. 2019.

LEFEBVRE, H. La production de l'espace, Paris, Ed anthropos, 1974.

_____. O direito à cidade. São Paulo: Moraes, 1991.

_____. A cidade do capital. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. A revolução urbana. Belo Horizonte: UFMG, 2004

LÉVY, J. Os novos espaços da mobilidade. Les Territoires de la Mobilité. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.

LEVY, J.; LUSSAULT, M. Capital spatial. En: Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés. Paris: Belín, 2003.

LIMA, W. M.; ARAÚJO, V. Segregação espacial e desempenho escolar: o caso dos estudantes da educação básica do município de campinas-SP. Trabalho apresentado no VII Congresso de la Asociación Latinoamericana de Población e XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Foz do Iguaçu/PR – Brasil, de 17 a 22 de outubro, 2016.

LORENA, E. R. Classes e contradições no urbano capitalista: fundamentos de uma especificidade histórica. *Lutas Sociais*, São Paulo, n.29, p.90-103, 2012.

LOJKINE, J. O estado capitalista e a questão urbana. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LUCO, C. A.; VIGNOLI, J.R. Segregación residencial en áreas metropolitanas de América Latina: magnitud, características, evolución e implicaciones de política, 47. Santiago del Chile: CEPAL, 2003.

LUKÁCS, G. Para uma ontologia do ser social, v. 2. São Paulo, Boitempo, 2013.

MACE, A. Spatial capital as a tool for planning practice. *Planning Theory*, 16 (2), 2017. p.119-132.

MARCUS, L. Spatial Capital and how to measure it. An outline of an analytical theory of urban form. En: *New Urbanism and Beyond - Designing cities for the future*. Nueva York: Rizzoli, 2008.

MARCUS, L. Spatial Capital: A proposal for an extension of space syntax into a more general urban morphology. En: *The Journal of Space Syntax Vol.1 No 1*. Londres: University College London, 2010.

MARCUSE, P. Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o estado. *Espaço e Debates*, São Paulo, NERU. v. 24, n. 45, p. 24-33, jan./jul. 2004.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.1, 2006.

_____. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

MASSEY, D. S.; DENTON, N. The Dimensions of Residential Segregation. In: *Social Forces*, 67, v. 2, 1988, p. 281-315.

MASSEY, D., M. WHITE Y V. PHUA. The dimensions of segregation revisited. *Sociological Methods & Research*, vol. 24, N° 2, pp. 172-206, 1996.

MARAFON, G. J. Espaço Urbano: A abordagem da Escola de Chicago e da Escola Marxista. *Natura*, Santa Maria, v.18, p. 149 - 181, 1996

MARICATO, E. *Metrópole na periferia do capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARINI, R. M.. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 137-180.

MARTINS, C. B. Notas sobre a noção da prática em Pierre Bourdieu. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 62, Cebrap, mar. 2002

McKENZIE, R. The ecological approach to the study of the human ecology. In: On human ecology. go/London: University of Chicago Press, 1968.

MEDEIROS, V. Urbis brasiliae ou sobre cidades do Brasil. 2006. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

MÉSZÁROS, I. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

____. O poder da ideologia. São Paulo: Boitempo, 2004.

MICELI, S. Bourdieu e a renovação da sociologia contemporânea da cultura. Tempo Social – USP, 2003, p. 63 -79

MINAYO, M. C. S; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./sep. 1993.

____. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MOLINATTI, F. Segregación residencial e inserción laboral en la ciudad de Córdoba. In: EURE – Santiago, vol.39, n.117, p .117-145, 2013.

MOURA., J. M. B. de; MACIEL, C. F. A construção teórica de Pierre Bourdieu e Anthony Giddens: as articulações entre as ações dos sujeitos e a estrutura social. Pós - Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais, [S. l.], v. 11, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistapos/article/view/19590>. Acesso em: 23 jul. 2021.

MONTAGNER, M. A.; MONTAGNER, M. I. A teoria geral dos campos de Pierre Bourdieu: uma leitura. Tempus - Actas de Saúde Coletiva - Antropologia e Sociologia da Saúde: novas tendências, 2010;

MOORE, R. Capital. In: GRENFELL, M. (Ed.). Pierre Bourdieu: Conceitos fundamentais. Petrópolis: Editora Vozes, 2018. p. 136-154.

NASPOLINI, V. Fragmentação espacial em Florianópolis: urbanização, planejamento e ideología (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina. 2019.

NEGRI, S. M. Segregação Sócio-espacial: alguns conceitos e análises. Coletâneas do nosso tempo, Rondonópolis: MT, VII, n. 8, 2008, p. 129-153.

NETTO, V. M. O que a sintaxe espacial não é? *Arquitextos*, São Paulo, ano 14, n. 161.04, Vitruvius, out. 2013 Disponível em <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.161/4916>> Acessado em 08/10/2022.

OLIVEIRA, F. O Estado e o urbano no Brasil. Espaço e Debates, v. 2, n. 6, p. 36-54, 1982.

____. Acumulação monopolista, Estado e Urbanização: a nova qualidade do conflito de classes. In: MOISÉS, José A. et al. *Contradições Urbanas e Movimentos Sociais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Cedec, 1985.

____. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo, 2003

PAULA, G. B.; NOGUEIRA, M. A. G. Desigualdades socioespaciais e escolhas escolares. In: *Educação*, v. 43, n. 1, 2018.

PARK, R. E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

PEPONIS, J. Espaço, Cultura e Desenho Urbano no Modernismo Tardio e Além Dele. *Ekistics*, v.56, n.334/5, pp.93-108, 1989.

PEREIRA, R. H.; BARROS, A. P. B. G.; HOLANDA, F. R. B.; MEDEIROS, V. A. S. O uso da Sintaxe Espacial no desempenho do transporte urbano: limites e potencialidades. Texto para Discussão 1630. IPEA: Brasília, 2011.

PIKETTY, T. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

____. *Capital e Ideologia*. 1. Ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

PRÉTECEILLE, E. A evolução da segregação social e das desigualdades urbanas: o caso da metrópole parisiense nas últimas décadas. *CADERNO CRH*, Salvador, n. 38, p. 27-48, jan./jun. 2003

RACINE, J. B. Le modèle urbain américaine: les mots et les choses. In: *Annales de Géographie*. 1971, t. 80, n°440. pp. 397-427. Disponível em <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/geo_0003-4010_1971_num_80_440_15354> Acessado em 08/09/2022

RÉRAT, P.; LEES, L. Spatial capital, gentrification and mobility: evidence from Swiss core cities. In: *Transactions of the Institute of British Geographers No 36*. Londres: Royal Geographical Society, 2011.

RILEY, D. A teoria das classes de Pierre Bourdieu. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 24, n. 46, 2019. Disponível em <[10.52780/res.12245](https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/12245)>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/12245>.> Acessado em: 22 jul. 2022.

REIS, A. F. *Ilha de Santa Catarina: permanências e transformações*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012.

RODRÍGUEZ, J. Segregación residencial socioeconómica: ¿qué es?, ¿cómo se mide?, ¿qué está pasando?, ¿importa?, Santiago de Chile, CEPAL, Serie Población y Desarrollo, N° 16, LC/L.1576-P, 2001.

ROLNIK, R. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SABATINI, F. Tendencias de la segregación residencial urbana en Latinoamérica: reflexiones a partir del caso de Santiago de Chile, ponencia presentada al seminario Latin America: Democracy, markets and equity at the Threshold of New Millenium, realizado en la Universidad de Uppsala, Suecia, 1999.

SABATINI, F.; CÁCERES, G.; CERDÁ, J. Segregación residencial en las principales ciudades chilenas: tendencias en las tres últimas décadas y principales cursos de acción. EURE Santiago, Santiago de Chile, v.27, n.82, 2001

SABATINI, F.; SIERRALTA, C. Medición de la segregación residencial: Meandros teóricos y metodológicos, y especificidad latinoamericana. Santiago de Chile: Instituto de Estudios Urbanos y Territoriales, Pontificia Universidad Católica de Chile, Documento de Trabajo n. 38, 2006.

SABOYA, R., REIS, A., BUENO, A. Continuidades e discontinuidades urbanas à beira-mar: uma leitura morfológica e configuracional da área conurbada de Florianópolis. Oculum Ensaios, 13(1), 129-152, 2016.

SAMPSON, R.J. Great American city: Chicago and the enduring neighborhood effect. Chicago: University of Chicago, 2012.

SANTOS, M. Por Uma Geografia Nova: Da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: EDUSP/Hucitec, 1978.

_____. Brasil: país subdesenvolvido industrializado. Capítulo IX de Espaço e Sociedade, Petrópolis: Vozes, 2ª Edição, 1982.

_____. Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo. São Paulo: EdUSP, 2012.

SIMMEL, G. A natureza sociológica do conflito. In: MORAES, Evaristo (Org.) Simmel. São Paulo: Ática, 1983.

SINGER, P. Economia política da urbanização. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SMALL M. L.; NEWMAN K. Urban poverty after 'The truly disadvantaged': the rediscovery of the family, the neighborhood, and culture. Annual Review Sociology, Palo Alto, v. 27, p. 23-45, Aug. 2001.

SMALL, L.M. Villa Victoria: the transformation of social capital in a Boston Barrio. Chicago: University of Chicago, 2004.

SOJA, E. The socio-spatial dialectic. In: Annals of the Association of American Geographers, 1980.

SPOSITO, M. E. B. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: A. F. A Carlos; M. L. Souza & M. E. B. Sposito (Orgs.). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios, São Paulo: Contexto, pp. 123-145, 2013.

SPOSITO, M. E. B.; GÓES, E. M. Espaços fechados e cidades. Insegurança urbana e fragmentação. São Paulo: Unesp, 2013, 365 p.

SOUZA, Marcelo Lopes. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. In: Revista Território (3), p. 14-35, 1997

SOUZA, E. L.; SUGAI, M. I. Minha Casa Minha Vida: periferização, segregação e mobilidade intraurbana na área conurbada de Florianópolis Cadernos MetrÓpole, vol. 20, núm. 41, pp. 75-98, 2018

SUÁREZ, M.; RUIZ, N.; DELGADO, J. Desigualdad, desarrollo humano y la consolidación urbanoregional en México. En: EURE, Vol. 38 No 115. Santiago: Pontificia Universidad Católica de Chile, 2012.

SUGAI, M.I. As intervenções viárias e as transformações dos espaços urbanos. A Via de Contorno Norte-Ilha. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: FAU-USP, 1994.

_____. Segregação Silenciosa: investimentos públicos e distribuição sócio-espacial na área conurbada de Florianópolis. (Tese de Doutorado). FAU-USP, 2002.

_____. Há favelas e pobreza na “Ilha da Magia”. In: ABRAMO, P. (Org). Favela e mercado informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras. Porto Alegre: ANTAC (Coleção Habitare, v10). p.162–199, 2009.

_____. Segregação silenciosa: investimentos públicos e dinâmica socioespacial na área conurbada de Florianópolis (1970-2000). Florianópolis: UFSC, 2015.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática RAP Rio de Janeiro 40(1):27-55, Jan./Fev. 2006

TRIGO, Maria Helena Bueno. Habitus, campo e estratégia: uma leitura de Bourdieu. Caderno Ceru, Série 2 - n 9, 1998.

TOPALOV, C. La urbanización capitalista: algunos elementos para su análisis. México: Edicol, 1979.

VASCONELOS, Pedro de Almeida. A aplicação do conceito de segregação residencial ao contexto brasileiro na longa duração. In: Revista Cidades, v. 1, n. 2, 2004, p. 259-274.

_____. “Exclusão”; “Fragmentação (urbana)”; “Segregação”. In Fernandes, J. A. R. ; López T., L.; Sposito, E. S. (Org.) Dicionário de Geografia Aplicada. Porto: Porto Editora, 2016, pp. 191-192; 200; 459-460. VIEIRA, A.B.; MELAZZO, E. Introdução ao conceito de segregação sócio espacial.

Revista Formação (1) 10, 2003 Disponível em:
[http:// revista.fct. unesp.br/index.php/formacao/article/view/1118](http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/1118).

VILLACA, F. Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira. 1997, Anais.. Recife: Ufpr, 1997.

VILLAÇA, F. O espaço intra-urbano no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, Lincoln Institute of Land Police, 2001, 373 p.

_____. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. Estudos Avançados, v. 25, n. 71, 2011, p. 37–58.

VIGNOLI, J. Segregación residencial económica, ¿qué es?, ¿Cómo se mide?, ¿que esta pasado?, ¿importa?. Santiago de Chile : Serie Población y territorio, n. 16 Proyecto Regional de Población CELADE-FNUAP, Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía, 2006.

VÉRAS, M. P. B. Sociedade urbana: Desigualdade e exclusão sociais. Caderno CRH, n.36, Salvador, 2003, p.79-114.

WACQUANT, Loïc. Esclarecer o habitus. Educação & Linguagem. São Bernardo do Campo, ano 10, n. 16, p. 63-71, jul/dez 2007.

WHITE, M. The measurement of spatial segregation. In: American Journal of Sociology, Chicago, vol. 88, N° 5, 1983, p. 1008-1018.

WILSON, W.J. The truly disadvantaged: the inner city, the underclass and public policy. Chicago, Il: University of Chicago, 1987.

WIRTH, L. Urbanisms a way of life. In: American Journal of Sociology, v. 44, 1938.

YUJNOVSKY, O. La estructura interna de la ciudad: el caso latinoamericano. Buenos Aires: Siap, 1971.

APÊNDICES - DOCUMENTOS

- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
- Questionário
- Folder de divulgação do questionário



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O TCLE respeita as resoluções 466/2012

Você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada "Espaço social: um estudo sobre a reprodução das desigualdades na cidade de Florianópolis - SC", que tem como objetivo investigar a relação entre o espaço físico do bairro e suas expectativas de trabalho e educação. A pesquisa é integrada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e terá duração de 3 meses, com término previsto para março de 2021.

A sua participação nesta pesquisa consistirá em responder o questionário, composto por perguntas fechadas, aplicadas no Google Forms. As perguntas do questionário têm como foco compreender a sua relação cotidiana com o bairro e com a cidade, e suas expectativas de trabalho e educação.

Todo o procedimento garante o anonimato dos participantes. Os dados coletados neste questionário serão utilizadas APENAS para finalidade de pesquisa acadêmica e serão divulgados em eventos e/ou revistas científicas, sem identificação dos participantes, garantindo sigilo e privacidade. Ainda que seja muito difícil acontecer, é possível haver quebra de sigilo involuntária e não intencional. Nesse caso, as consequências poderão ser notificadas aos responsáveis pela pesquisa, conforme informações de contato ao fim deste termo.

Aos participantes, o risco que a pesquisa poderá trazer é cansaço, aborrecimento, desconforto emocional e memórias desagradáveis caso julgue ter recordado alguma experiência. Portanto, a qualquer momento você pode se recusar a responder ou interromper a participação e retirar seu consentimento, sem penalização alguma. Os participantes estão assegurados o direito a pedir indenizações, nos termos da lei, para reparação a eventual dano causado pela sua participação na pesquisa.

Todos os pesquisadores, além de assinarem este documento, comprometem-se a conduzir a pesquisa de acordo com o que preconiza a Resolução 466/12 de 12/06/2012, que trata dos preceitos éticos e da proteção aos participantes da pesquisa. Uma versão assinada deste termo pode ser encontrada e baixada em <http://urbanidades.sites.ufsc.br/tcle-reproducao-desigualdades/>. Guarde-o com você para qualquer eventualidade.

A(o) Sr(a) poderá entrar em contato com o pesquisador principal pelo telefone (48) 3721-9797, email: renato.saboya@ufsc.br - endereço profissional: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, Centro Tecnológico (CTC), Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PósARQ), Bairro Trindade, Caixa Postal 476, CEP 88040-900, Florianópolis, SC, Brasil.

A(o) Sr(a) também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSC, órgão responsável por defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade dos padrões éticos. O telefone é: (48) 3721-6094, e-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br ou pessoalmente na Rua Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401, Trindade, Florianópolis/SC, CEP 88.040-400, Prédio Reitoria II.

Sua colaboração neste estudo é de extrema importância, mas a decisão em participar é sua. Estimamos que o preenchimento das respostas leve em torno de 10 a 15 minutos. Caso queira desistir em qualquer

momento, isso não causará nenhum prejuízo a você. Se você concordar em participar basta selecionar a opção “Declaro que li e concordo em participar da pesquisa” logo abaixo, acusando que leu e está de acordo com o Termo apresentado.

Desde já agradecemos sua colaboração!

Digitally signed by Renato Tibirica de Saboya:55873650187
DN: cn=Renato Tibirica de Saboya:55873650187, o=ICPEdu,
Renato Tibirica de Saboya:55873650187

ou=UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina, email=rsaboya@ig. mail.com Date: 2020.08.31 16:10:21 -0300

Prof^o Dr. Renato Tibiricá de Saboya
Pesquisador Responsável:
E-mail: renato.saboya@ufsc.br
Tel.: (48) 3721-9797



Barbara Vallilo Siqueira
Pesquisadora
E-mail: babisv.arq@hotmail.com
Tel.: (16) 9 91831786

Declaro estar ciente do inteiro teor deste TERMO DE CONSENTIMENTO e estou de acordo em participar do estudo proposto, sabendo que dele poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento.

Assinatura do participante

Florianópolis - SC, 26 de outubro 2020.

QUESTIONÁRIO

1 - PERFIL DOS PARTICIPANTES:

Gostaríamos de conhecer um pouco do perfil dos participantes desse questionário. Lembrando que a pesquisa garante o ANONIMATO DE TODOS.

- Sexo:

- Feminino
- Masculino

- Idade:

- Estado Civil:

- Solteiro (a)
- Casado (a)
- Divorciado (a)
- Viúvo (a)
- Não sei/não quero responder
- Outro

- Cidade que mora

- Florianópolis
- São José
- Palhoça
- Biguaçu
- Outra

- Em qual bairro/comunidade você mora?

- Qual o nome da rua em que você mora? (Lembrando mais uma vez que a pesquisa garante o anonimato de todos):

- Número da casa (opcional): (Lembrando mais uma vez que a pesquisa garante o anonimato de todos os participantes. Por ser uma pesquisa de Arquitetura e Urbanismo, uma localização mais exata que apenas o nome da rua seria de grande ajuda.

- E-mail ou telefone para contato (opcional):

- Qual sua renda mensal individual?

- Menos de 1 salário mínimo (Até R\$ 1.212)
- De 1 a 2 salários mínimos (De R\$ 1.212 até R\$ 2.424)
- De 2 a 3 salários mínimos (De R\$ 2.424 até R\$ 3.636)
- De 3 a 4 salários mínimos (De R\$ 3.636 até R\$ 4.848)
- De 4 a 5 salários mínimos (De R\$ 4.848 até R\$ 6.060)
- De 5 a 6 salários mínimos (De R\$ 6.060 até R\$ 7.272)
- De 6 a 7 salários mínimos (De R\$ 7.272 até R\$ 8.484)
- De 7 a 8 salários mínimos (De R\$ 8.484 até R\$ 9.696)
- De 8 a 9 salários mínimos (De R\$ 9.696 até R\$10.908)

- De 9 a 10 salários mínimos (De R\$10.908 até R\$ 12.120)
- Acima de 10 salários mínimos (Mais de R\$ 12.120)
- Não se aplica, pois não trabalho
- Não sei/não quero responder

- Qual a renda mensal familiar? Considere a soma da renda daqueles que moram e contribuem para o sustento do lar.

- Menos de 1 salário mínimo (Até R\$ 1.212)
- De 1 a 2 salários mínimos (De R\$ 1.212 até R\$ 2.424)
- De 2 a 3 salários mínimos (De R\$ 1.212 até R\$ 3.636)
- De 3 a 4 salários mínimos (De R\$ 3.636 até R\$ 4.848)
- De 4 a 5 salários mínimos (De R\$ 4.848 até R\$ 6.060)
- De 5 a 6 salários mínimos (De R\$ 6.060 até R\$ 7.272)
- De 6 a 7 salários mínimos (De R\$ 7.272 até R\$ 8.484)
- De 7 a 8 salários mínimos (De R\$ 8.484 até R\$ 9.696)
- De 8 a 9 salários mínimos (De R\$ 9.696 até R\$10.908)
- De 9 a 10 salários mínimos (De R\$10.908 até R\$ 12.120)
- Acima de 10 salários mínimos (Mais de R\$ 12.120)
- Não sei/não quero responder

- A casa que você mora é:

- Casa própria, financiada sem subsídios
- Casa própria, financiada com subsídios (entende-se por subsídio m valor concedido pelo Governo para ajudar no financiamento)
- Casa alugada
- Casa emprestada/cedida
- Não sei/não quero responder
- Outro

- Você possui veículo particular?

- Sim, possuo carro
- Sim, possuo moto
- Não possuo nenhum veículo particular
- Não sei/não quero responder

- Qual o seu nível de escolaridade:

- Ensino Fundamental
- Ensino Médio
- Curso técnico
- Graduação
- Pós-graduação (especialização)
- Pós-graduação (mestrado)
- Pós-graduação (doutorado)
- Não sei/não quero responder

- Qual o nível de escolaridade do seu pai:

- Ensino Fundamental
- Ensino Médio

- Curso técnico
- Graduação
- Pós-graduação (especialização)
- Pós-graduação (mestrado)
- Pós-graduação (doutorado)
- Não sei/não quero responder

- Qual o nível de escolaridade da sua mãe:

- Ensino Fundamental
- Ensino Médio
- Curso técnico
- Graduação
- Pós-graduação (especialização)
- Pós-graduação (mestrado)
- Pós-graduação (doutorado)
- Não sei/não quero responder

- Onde conheceu seus amigos (as) mais próximos? Pode ser mais de um opção.

- Do meu trabalho
- Do bairro/comunidade que moro
- Do condomínio que eu moro
- Meus vizinhos mais próximos
- Meus familiares são meus amigos
- Da escola (Ensino Médio e/ou Fundamental)
- Da faculdade/universidade/pós-graduação/cursos técnicos/curso de especialização
- Da Igreja
- De ONG que eu participo
- Do Centro Comunitários do meu bairro/comunidade
- De sindicatos
- De cooperativas
- De partidos políticos
- Não sei/não quero responder
- Outros

2 - EXPECTATIVAS DE TRABALHO

Gostaríamos de conhecer melhor seu perfil em relação às suas expectativas no mercado de trabalho.

- Atualmente você trabalha?

- Sim
- Não
- Não sei/Não quer responder

- Se trabalha, em quais condições você trabalha?

- Trabalho, estou empregado (a) com carteira assinada
- Trabalho, estou empregado (a) mas não tenho carteira assinada
- Trabalho, por conta própria, por isso não tenho carteira assinada
- Não se aplica, pois não trabalho
- Não sei/Não quer responder

Outro

- Se trabalha, em qual área atua?

- Na agricultura, no campo, na fazenda
- Na pesca
- Na indústria
- No comércio, transporte, hotelaria, etc
- No banco
- Como funcionário do governo federal, estadual ou municipal
- Como profissional liberal (advogado, médico, arquiteto, jornalista, dentista...)
- Como professor (a) do ensino fundamental ou médio
- Como professor (a) do ensino superior
- Trabalho em atividade fora de casa (como pintor, eletricitista, encanador, feirante, ambulante, guardador de carros, catador de lixo, etc)
- Trabalho em atividade dentro de casa (costura, aulas particulares, cozinha, artesanato, carpintaria, etc)
- Trabalho doméstico na casa de outras pessoas (cozinheiro, mordono/governante, jardineiro, babá, lavadeira, diarista, faxineiro, acompanhante de idosos, etc)
- No lar sem remuneração
- Não se aplica, pois não trabalho
- Não sei/não quero responder
- Outro

- Se trabalha, está satisfeito com a função que exerce?

- Muito insatisfeito
- Insatisfeito
- Indiferente
- Satisfeito
- Muito satisfeito
- Não se aplica, pois não trabalho

- Justifique sua resposta anterior. Pode ser mais de uma opção.

- Função
- Remuneração
- Relações de amizade
- Distância da minha casa
- Plano de carreira (crescimento dentro da própria empresa)
- Não se aplica, pois não trabalho
- Não sei/não quero responder
- Outro

- Se trabalha, se preparou para exercer essa função?

- Sim
- Não
- Não se aplica, pois não trabalho
- Não sei/Não quer responder

- Se não trabalha, qual sua condição atual frente ao mercado de trabalho?

- () Já trabalhei, mas não estou procurando um trabalho
- () Já trabalhei, e estou procurando um trabalho
- () Nunca trabalhei, mas estou procurando um trabalho
- () Nunca trabalhei, e não estou procurando um trabalho
- () Não se aplica, pois tenho um trabalho
- () Não sei/não quero responder
- () Outro

- Você acredita que existe alguma barreira ou dificuldade para alcançar suas expectativas de trabalho por morar nesse bairro/comunidade?

- () Sim, muito
- () Sim, pouco
- () Não
- () Talvez
- () Não sei/Não quer responder

- Justifique brevemente com suas palavras sua resposta anterior.

- Selecione duas expressões que representam melhor seus sentimentos em relação às suas expectativas no mercado de trabalho.

- () Medo
- () Incerteza
- () Insegurança
- () Injustiça
- () Força de vontade
- () Satisfação
- () Indiferente
- () Angústia
- () Dificuldade
- () Sonho
- () Esperança
- () Nenhuma das opções
- () Não sei/Não quer responder
- () Outro

- Justifique com suas palavras o que significa cada uma das expressões que você selecionou:

3 - EXPECTATIVAS DE ESCOLARIDADE

Gostaríamos de conhecer melhor seu perfil em relação às suas expectativas de escolaridade

- Se atualmente você está estudando, em qual nível?

- () Ensino Fundamental
- () Ensino Médio
- () Curso técnico
- () Graduação
- () Pós-graduação (especialização)
- () Pós-graduação (mestrado)
- () Pós-graduação (doutorado)

- Não se aplica, pois não estou estudando atualmente
- Não sei/não quero responder

- Se você não cursou o ensino superior, você pretende ingressar um dia?

- Sim
- Não
- Não se aplica, pois já cursei
- Não sei/Não quer responder

- Se pretende cursar o ensino superior um dia ou já cursou foi em?

- Pretendo cursar faculdade/universidade pública
- Pretendo cursar faculdade/universidade privada
- Já cursei faculdade/universidade pública
- Já cursei faculdade/universidade privada
- Não se aplica, pois não cursei e também não pretendo cursar
- Não sei/Não quer responder

- Se pretende cursar o ensino superior um dia ou já cursou, foi em qual modalidade?

- Pretendo cursar ensino superior presencial
- Pretendo cursar ensino superior à distância
- Pretendo cursar ensino superior híbrido (disciplinas presenciais e à distância)
- Já cursei ensino superior presencial
- Já cursei ensino superior à distância
- Já cursei ensino superior híbrido (disciplinas presenciais e à distância)
- Não se aplica, pois não cursei e também não pretendo cursar
- Não sei/Não quer responder

- Se cursou ou pretende cursar futuramente a modalidade à distância, o que motivou nessa escolha? Pode ser mais de uma opção.

- Porque é mais barato
- Porque é mais fácil
- Porque as faculdades são longes e não tenho como ir até lá
- Porque achei uma forma mais prática de conseguir meu diploma de ensino superior
- Pelas recomendações de outras pessoas
- Porque foi melhor maneira de conciliar estudo e trabalho
- Não sei aplica, pois não pretendo cursar na modalidade à distância
- Não sei/Não quer responder
- Outro

- Se você não cursou e também não pretende cursar nenhuma modalidade, qual o motivo? Pode ser mais de uma opção.

- O material para estudar é muito caro, mesmo se for universidade pública
- Não tenho condições de pagar a mensalidade das faculdades privadas
- As faculdades/universidades ficam longe do meu bairro/comunidade e muito difícil de chegar até lá
- As faculdades/universidades apesar de não serem tão distantes do bairro/comunidade que eu moro, são difíceis de acessar
- Porque eu casei e a prioridade é cuidar da minha família

- () Acredito que vou sofrer discriminação
- () Vou me sentir excluído
- () Já tentei, mas desisti. Faculdade/universidade não é pra mim
- () Já estou satisfeito com meus conhecimentos
- () Não se aplica, pois já cursei o ensino superior
- () Não se aplica, pois pretendo cursar o ensino superior
- () Não sei/não quero responder
- () Outro

- Se pretende cursar o ensino superior, em qual área pretende?

- () Pretendo cursar em áreas ligadas às Engenharias/Ciências Tecnológicas/Matemática
- () Pretendo cursar em áreas ligadas às Ciências Humanas
- () Pretendo cursar em áreas ligadas às Artes
- () Pretendo cursar em áreas ligadas às Ciências Biológicas e à Saúde
- () Pretendo ser professor (a) de Ensino Fundamental e Médio
- () Pretendo ser professor de Ensino Superior
- () Não se aplica, pois já cursei o ensino superior
- () Não se aplica, pois não pretendo
- () Não sei/Não quer responder
- () Outro

- Você acredita que existe alguma barreira ou dificuldade para alcançar suas expectativas de escolaridade por morar nesse bairro/comunidade?

- () Sim, muito
- () Sim, pouco
- () Não
- () Talvez
- () Não sei/Não quer responder

- Justifique brevemente com suas palavras sua resposta anterior.

- Você acredita que o nível de escolaridade pode melhorar as condições econômicas das pessoas?

- () Sim, muito
- () Sim, pouco
- () Não
- () Talvez
- () Não sei/Não quer responder

- Indique duas expressões que representam melhor seus sentimentos em relação às suas expectativas de escolaridade.

- () Medo
- () Incerteza
- () Insegurança
- () Injustiça
- () Força de vontade
- () Satisfação
- () Indiferente
- () Angústia

- Dificuldade
- Sonho
- Esperança
- Nenhuma das opções
- Não sei/Não quer responder
- Outro

- Justifique com suas palavras o que significa cada uma das expressões que você selecionou:

4 - COTIDIANO URBANO

Agora gostaríamos de conhecer um pouco sobre o seu cotidiano em relação aos seus deslocamentos, às atividades que você pratica na cidade em que mora e nas cidades vizinhas, e suas relações com o seu bairro/comunidade

- Quais meios de transporte você utiliza com mais frequência para ir ao trabalho?

- A pé
- Bicicleta
- Moto
- Ônibus
- Carro
- De carona com amigo/vizinho
- Carro por aplicativo (Uber, 99, etc)
- Não se aplica, pois não trabalho
- Não se aplica, pois trabalho em casa, mesmo antes da pandemia
- Não se aplica, pois comecei trabalhar em casa depois da pandemia, e ainda permaneço
- Não sei/Não quer responder

- Selecione a alternativa que justifica sua resposta anterior.

- Por ficar perto da minha casa
- Por ficar longe da minha casa
- Por ser mais barato
- Por ser mais rápido
- Por ser mais barato
- Pelo conforto
- Para dividir os custos do deslocamento
- Não se aplica, pois não trabalho
- Não se aplica, pois trabalho em casa
- Não sei/Não quer responder
- Outro

- Quanto tempo demora seu deslocamento para ir ao trabalho? Considere apenas a viagem de ida ao trabalho.

- Até 20 minutos
- De 20 a 40 minutos
- De 40 minutos a 1 hora
- De 1 hora até 1 hora e 30 minutos
- Mais de 1 hora e 30 minutos
- Não se aplica, pois não trabalho

- Não se aplica, pois trabalho em casa, mesmo antes da pandemia
- Não se aplica, pois comecei a trabalhar em casa depois da pandemia, e ainda permaneço
- Não sei/Não quer responder
- Outro

- Se você vai com mais frequência de transporte público, quantos ônibus você utiliza para ir ao trabalho?

- Apenas 1 ônibus
- 2 ônibus
- 3 ônibus
- Não se aplica, pois não trabalho
- Não se aplica, pois trabalho em casa, mesmo antes da pandemia
- Não se aplica, pois comecei a trabalhar em casa depois da pandemia, e ainda permaneço
- Não sei/Não quer responder
- Outro

- Quais meios de transporte você utiliza com mais frequência para ir às instituições de ensino? (escola/faculdade/universidade/pós-graduação/cursos técnicos/especialização/supletivo, etc)

- A pé
- Bicicleta
- Moto
- Ônibus
- Moto
- Carro
- Carro, pois pego carona (amigo/vizinho)
- Carro por aplicativo (Uber, 99, etc)
- Não se aplica, pois não estudo no momento
- Não se aplica, pois faço curso EAD (Ensino a Distância)
- Não sei/Não quer responder

- Selecione a alternativa que justifica sua resposta anterior.

- Por ficar perto da minha casa
- Por ficar longe da minha casa
- Por ser mais barato
- Por ser mais rápido
- Por ser mais barato
- Pelo conforto
- Para dividir os custos do deslocamento
- Não se aplica, pois não trabalho
- Não se aplica, pois trabalho em casa
- Não sei/Não quer responder
- Outro

- Quanto tempo demora seu deslocamento para ir para às instituições de ensino? (escola/faculdade/universidade/pós-graduação/cursos técnicos/especialização/supletivo, etc)

- Até 20 minutos
- De 20 à 40 minutos
- De 40 minutos à 1 hora

- De 1 hora até 1 hora e 30 minutos
- Mais de 1 hora e 30 minutos
- Não se aplica, pois não estudo no momento
- Não se aplica, pois faço curso EAD (Ensino a Distância)
- Não sei/Não quer responder
- Outro

- Se você vai com mais frequência de transporte público, quantos ônibus você utiliza para ir às instituições de ensino? (escola/faculdade/universidade/pós-graduação/cursos técnicos/especialização/supletivo, etc)

- Apenas 1 ônibus
- 2 ônibus
- 3 ônibus
- Não se aplica, pois não estudo no momento
- Não se aplica, pois faço curso EAD
- Não sei/Não quer responder

- Quais atividades você pratica com seus amigos mais próximos e com qual frequência:

- Museu
- Cinema
- Teatro
- Feiras culturais
- Praia
- Biblioteca
- Baladas
- Parque/Praças/Jardim Botânico
- Shows
- Bares
- Restaurantes
- Compras no Shopping
- Igreja
- Academia
- Não se aplica, pois não costumo sair com meus amigos
- Não sei/Não quero responder
- Outros

Frequência:

Nunca/ Algumas vezes por ano/ Uma vez ou menos por mês/ Algumas vezes por mês/ Uma vez na semana/Algumas vezes na semana/Todos os dias

- Com quais pessoas você costuma encontrar nos seus deslocamentos pelo bairro/comunidade que mora? Pode ser mais de uma opção.

- Pessoas com diferentes níveis de escolaridade
- Pessoas com os mesmos níveis de escolaridade
- Pessoas com os mesmos níveis de renda
- Pessoas com diferentes níveis de renda
- Não sei/não quero responder
- Outros

5 - PERCEÇÃO DO COTIDIANO URBANO

Agora gostaríamos de conhecer sobre a maneira como você percebe o seu cotidiano em relação aos seus deslocamentos, às atividades que você pratica na cidade em que mora e nas cidades vizinhas, bem como suas relações com o seu bairro/comunidade

- Você sente que o tempo gasto nos seus deslocamentos para ir ao trabalho é um tempo perdido?

- Sim, muito
- Sim, pouco
- Não
- Não se aplica, pois não trabalho
- Não se aplica, pois trabalho em casa, mesmo antes da pandemia
- Não se aplica, pois comecei a trabalhar em casa depois da pandemia, e ainda permaneço
- Não sei/Não quer responder
- Outro

- Selecione a alternativa que justifica sua resposta anterior.

- Sim, poderia ter muito mais de tempo para outras atividades
- Sim, poderia ter um pouco mais de tempo para outras atividades
- Não, pois não demoro para chegar ao meu trabalho
- Não se aplica, pois não trabalho
- Não se aplica, pois trabalho em casa, mesmo antes da pandemia
- Não se aplica, pois comecei a trabalhar em casa depois da pandemia, e ainda permaneço
- Não sei/Não quer responder
- Outro

- Para quais atividades você gostaria de poder ter mais tempo? Pode ser mais de uma opção.

- Museu
- Cinema
- Teatro
- Feiras culturais
- Mais tempo para estudar
- Praia
- Biblioteca
- Baladas
- Parque/Praças/Jardim Botânico
- Shows
- Bares
- Restaurantes
- Compras no Shopping
- Igreja
- Academia
- Não se aplica, pois não trabalho
- Não se aplica, pois não demoro para chegar ao meu trabalho
- Não sei/Não quero responder
- Outros

- Você acredita que tem a mesma facilidade de acesso às áreas da cidade que ofertam mais emprego, se comparado com outros bairros/comunidades das cidades que fazem parte da Área Conurbada de Florianópolis (Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu)

- () Sim, muito
- () Sim, pouco
- () Não
- () Não sei/Não quer responder

- Você sente que o tempo gasto nos seus deslocamentos para ir à para ir às instituições de ensino foi um tempo perdido? (escola/faculdade/universidade/pós-graduação/cursos técnicos/especialização/supletivo, etc)

- () Sim, muito
- () Sim, pouco
- () Não
- () Não se aplica, pois não estudo
- () Não se aplica, pois faço EAD
- () Não sei/Não quer responder

- Selecione a alternativa que justifica sua resposta anterior.

- () Sim, poderia ter muito mais de tempo para outras atividades
- () Sim, poderia ter um pouco mais de tempo para outras atividades
- () Não, pois não demoro para chegar ao meu trabalho
- () Não se aplica, pois não estudo
- () Não se aplica, pois faço EAD
- () Não sei/Não quer responder
- () Outros

- Você acredita que tem a mesma facilidade de acesso às instituições de ensino se comparado com outros bairros/comunidades das cidades que fazem parte da Área Conurbada de Florianópolis (Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu)

- () Sim, muito
- () Sim, pouco
- () Não
- () Não sei/Não quer responder

- Você acredita que se mudar de bairro/comunidade, facilitaria alcançar suas expectativas de trabalho e escolaridade?

- () Sim, muito
- () Sim, pouco
- () Não
- () Talvez
- () Não sei/Não quer responder

- Selecione a alternativa que justifica sua resposta anterior.

- () Sim, se fosse mais perto das áreas com mais oferta de trabalho
- () Sim, se fosse mais perto das instituições de ensino
- () Sim, se mesmo sendo longe das áreas com mais oferta de trabalho e das escolas/faculdades/universidades, poderia facilitar o meu acesso à esses espaços

- Não, pois eu já moro perto das áreas com mais oferta de trabalho
- Não, pois eu já moro perto das escolas/faculdades/universidades
- Não, mesmo morando longe das áreas com mais oferta de trabalho e das escolas/faculdades/universidades, onde moro tenho facilidade de acesso à esses espaços
- Não se aplica
- Não sei/Não quer responder
- Outros

O Grupo de Pesquisa Urbanidades da **Universidade Federal de Santa Catarina**, te convida a responder o questionário online sobre:



A relação cotidiana entre cidade e expectativas de trabalho e educação

O questionário faz parte de uma pesquisa de Doutorado que está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PósArq.

Para acessar o questionário aponte a câmera do celular para o QR Code.



<https://bit.ly/3zEzlvM>

- * Questionário individual e anônimo;
- * É destinado para moradores da cidade de **Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu**;
- * Tempo médio: 10 à 15 minutos

APÊNDICES - MAPAS

- Mapa com a localização dos participantes
- Mapa com os assentamentos precários da Área Conurbada de Florianópolis
 - Mapa com a Renda Média da Área Conurbada de Florianópolis
 - Mapa com o Índice Socioeconômico da Área Conurbada de Florianópolis
 - Mapa com a Densidade da Área Conurbada de Florianópolis
 - Mapa de Integração Global da Área Conurbada de Florianópolis

720000.000

730000.000

740000.000

750000.000

760000.000

CANELINHA

TIJUCAS

MAPA Localização dos participantes

SÃO JOÃO BATISTA

GOVERNADOR CELSO RAMOS

BIGUAÇU

ANTÔNIO CARLOS

SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SÃO JOSÉ

FLORIANÓPOLIS

ÁGUAS MORNAS

SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

PALHOÇA

PAULO LOPES

SÃO BONIFÁCIO

Fonte:
Questionário da Pesquisa
Elaboração:
Barbara V. Siqueira



2.5 0 2.5 5 7.5 km

Sistema de Referência SIRGAS 2000
Projeção UTM Fuso 22S

720000.000

730000.000

740000.000

750000.000

760000.000

6970000.000
6960000.000
6950000.000
6940000.000
6930000.000
6920000.000
6910000.000

6970000.000
6960000.000
6950000.000
6940000.000
6930000.000
6920000.000
6910000.000

720000.000

730000.000

740000.000

750000.000

760000.000

CANELINHA

TIJUCAS

SÃO JOÃO BATISTA

GOVERNADOR CELSO RAMOS

MAPA Comunidades na Área Conurbada de Florianópolis

BIGUAÇU

ANTÔNIO CARLOS

SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SÃO JOSÉ

FLORIANÓPOLIS

ÁGUAS MORNAS

SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

PALHOÇA

PAULO LOPES

SÃO BONIFÁCIO

LEGENDA

- Comunidades
- Florianópolis (72)
- São José (27)
- Palhoça (15)
- Biguaçu (22)

Fonte:
ComunitÁreas UFSC
Elaboração:
Barbara V. Siqueira



2.5 0 2.5 5 7.5 km

Sistema de Referência SIRGAS 2000
Projeção UTM Fuso 22S

720000.000

730000.000

740000.000

750000.000

760000.000

6970000.000
6960000.000
6950000.000
6940000.000
6930000.000
6920000.000
6910000.000

6970000.000
6960000.000
6950000.000
6940000.000
6930000.000
6920000.000
6910000.000

720000.000 730000.000 740000.000 750000.000 760000.000

CANELINHA

TIJUCAS

SÃO JOÃO BATISTA

GOVERNADOR CELSO RAMOS

MAPA Índice socioeconômico - ACF

6970000.000
6960000.000
6950000.000
6940000.000
6930000.000
6920000.000
6910000.000

6970000.000
6960000.000
6950000.000
6940000.000
6930000.000
6920000.000
6910000.000

BIGUAÇU

ANTÔNIO CARLOS

SÃO JOSÉ

FLORIANÓPOLIS

SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

ÁGUAS MORNAS

SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

PALHOÇA

PAULO LOPES

SÃO BONIFÁCIO

LEGENDA

Índice socioeconômico

- 0 - 0,23
- 0,23 - 0,33
- 0,33 - 0,43
- 0,43 - 0,57
- 0,57 - 0,74
- 0,74 - 1

Fonte:

Kronenberg e Saboya (2019)

Elaboração:

Barbara V. Siqueira



2.5 0 2.5 5 7.5 km

Sistema de Referência SIRGAS 2000
Projeção UTM Fuso 22S

720000.000 730000.000 740000.000 750000.000 760000.000

720000.000

730000.000

740000.000

750000.000

760000.000

CANELINHA

TIJUCAS

SÃO JOÃO BATISTA

GOVERNADOR CELSO

MAPA

Renda média por pessoa com mais de 10 anos - ACF

BIGUAÇU

ANTÔNIO CARLOS

SÃO JOSÉ

FLORIANÓPOLIS

SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

ÁGUAS MORNAS

SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

PALHOÇA

PAULO LOPES

SÃO BONIFÁCIO

LEGENDA

Renda per capita (2010)

- Até 1 S.M.
- De 1 a 2 S.M.
- De 2 a 3 S.M.
- De 3 a 5 S.M.
- De 5 a 8 S.M.
- Acima de 8 S.M.

Fonte:
IBGE (2010)
Elaboração:
Barbara V. Siqueira



2.5 0 2.5 5 7.5 km

Sistema de Referência SIRGAS 2000
Projeção UTM Fuso 22S

720000.000

730000.000

740000.000

750000.000

760000.000

6970000.000
6960000.000
6950000.000
6940000.000
6930000.000
6920000.000
6910000.000

6970000.000
6960000.000
6950000.000
6940000.000
6930000.000
6920000.000
6910000.000

720000.000 730000.000 740000.000 750000.000 760000.000

CANELINHA

TIJUCAS

SÃO JOÃO BATISTA

GOVERNADOR CELSO RAMOS

MAPA Densidade demográfica - ACF

6970000.000

6970000.000

BIGUAÇU

6960000.000

6960000.000

ANTÔNIO CARLOS

6950000.000

6950000.000

SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SÃO JOSÉ

FLORIANÓPOLIS

6940000.000

6940000.000

ÁGUAS MORNAS

6930000.000

6930000.000

SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

LEGENDA

Habitantes por hectare

- 0 - 25
- 25 - 50
- 50 - 100
- 100 - 200
- 200 - 300
- 300 - 4810

Fonte:
IBGE (2010)
Elaboração:
Barbara V. Siqueira

6920000.000

6920000.000

PALHOÇA

PAULO LOPES

6910000.000

6910000.000

SÃO BONIFÁCIO



Sistema de Referência SIRGAS 2000
Projeção UTM Fuso 22S

720000.000 730000.000 740000.000 750000.000 760000.000

720000.000 730000.000 740000.000 750000.000 760000.000

CANELINHA

TIJUCAS

MAPA Medida de Integração Global

GOVERNADOR CELSO RAMOS

6970000.000
6960000.000
6950000.000
6940000.000
6930000.000
6920000.000
6910000.000

6970000.000
6960000.000
6950000.000
6940000.000
6930000.000
6920000.000
6910000.000

SÃO JOÃO BATISTA

BIGUAÇU

ANTÔNIO CARLOS

SÃO JOSÉ

FLORIANÓPOLIS

SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

LEGENDA

Integração Global

— Mais segregada

—

—

—

—

—

— Mais integrada

ÁGUAS MORNAS

SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

PALHOÇA

Fonte:
InfoArq UFSC
Elaboração:
Barbara V. Siqueira

6920000.000
6910000.000

6920000.000
6910000.000

PAULO LOPES

SÃO BONIFÁCIO



2.5 0 2.5 5 7.5 km

Sistema de Referência SIRGAS 2000
Projeção UTM Fuso 22S

720000.000 730000.000 740000.000 750000.000 760000.000